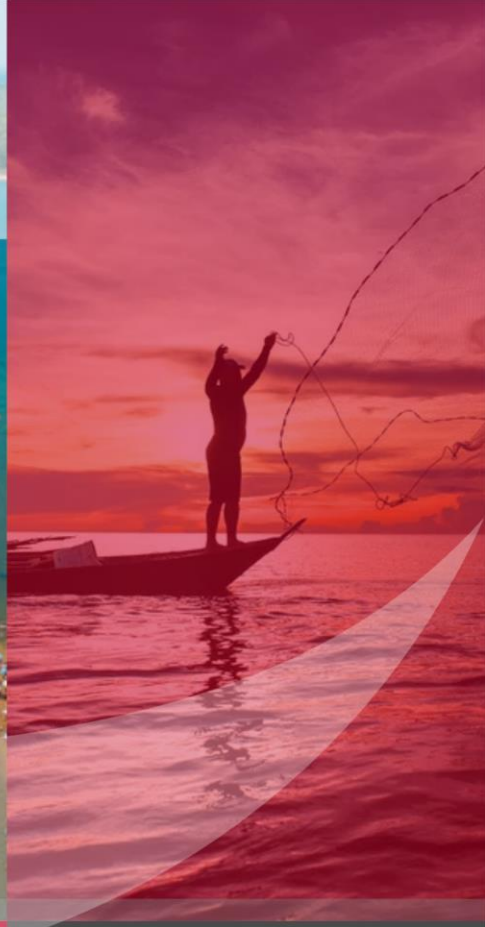
FACULDADE
SANTA TERESA
DE SANTARÉM





PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI 2022 - 2026



1661 SANTARÉM 1758

CEJUR CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

Documento de acesso público, mas uso controlado.

AVISO LEGAL

Este documento, assim como todas as suas referências externas, pode conter informações classificadas como confidenciais ou de acesso restrito e/ou privilegiado. Caso você não seja o destinatário ou pessoa/instituição com autorização para receber ou portar este documento, você não está autorizado a usar, copiar ou divulgar partes ou integralmente seu conteúdo. Fica proibido realizar qualquer ação com base nas informações neste contidas.

ESCANEAR

QRCODE 1 – Repositório Digital de Documentos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade Santa Teresa de Santarém

Faculdade Santa Teresa de Santarém.

F143 Plano de Desenvolvimento Institucional (2022 - 2026) / Faculdade Santa Teresa de Santarém; [Comissão de análise, revisão e discussão Cinara Cardoso, Edson Stanislau Affonso e Lauro Rosas Neto]. – Santarém: Faculdade Santa Teresa de Santarém, 2022.

238 f.: il.

Formato: pdf
Modo de acesso:
https://faculdadesantateresa.edu.br/santarem/

1. Plano de Desenvolvimento Institucional (2022 - 2026). 2. Política de Desenvolvimento. 3. Planejamento Institucional. I. Título.

CDU 378.1

Bibliotecária: Lorena de Fátima Vidal Bezerra – CRB/11 – 410

FACULDADE

SANTA TERESA

Santarém

ADMINISTRAÇÃO GERAL

PRESIDENTE DO GRUPO FAMETRO
Wellington Lins de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE
Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Wellington Lins de Albuquerque Júnior

DIRETOR FINANCEIRO
Leandro Seffair Lins de Albuquerque

DIRETORA GERAL
Cinara da Silva Cardoso

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Edson Stanislau Affonso Neto

COORDENAÇÃO DE ENSINO
Victor da Silva Almeida

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO
Victor da Silva Almeida

COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL
Lauro Rosas Neto

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
Leonarda Almeida Trovão

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
Luciano de Pinho Martins

PROCURADORIA INSTITUCIONAL
Edson Stanislau Affonso Neto

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSUP – Conselho Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
DCN – Diretriz Curricular Nacional
DEPEC – Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos
ENADE – Exame Nacional de Desempenho do Estudante
FSTSTM – Faculdade Santa Teresa de Santarém
IES – Instituição de Ensino Superior
IME – Instituto Metropolitano de Ensino
INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
NDE – Núcleo Docente Estruturante
PAPEEXI – Programa de Articulação Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação
PDEAA – Plataforma Digital de Ensino, Aprendizagem e Avaliação
PQE – Programa de Qualidade de Ensino
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
RI – Relato Institucional
SEPLANCTI – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia e Inovação
SIADE – Sistema de Avaliação de Desempenho
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TAC – Tecnologia de aprendizagem e Conhecimento
TDICS – Tecnologia Digitais de Informação e Comunicação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 8 - POPULAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. FONTE: IBGE. 36
FIGURA 9 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. FONTE: CENSO 2010 (IBGE) 37
FIGURA 10 - LOGO DA CPA. FONTE: AUTORAL. 62
FIGURA 11 - COMPOSIÇÃO DA CPA. FONTE: CPA, 2022. 67
FIGURA 12 - DIMENSÕES DA AUTOAVALIAÇÃO. FONTE: CPA, 2022. 71
FIGURA 13 - TRIPÉ QUE SUSTENTA A EDUCAÇÃO SUPERIOR. FONTE: FST, 2022. 78
FIGURA 14 - OBJETIVOS INSTITUCIONAIS. FONTE: FST, 2022. 80
FIGURA 15 - ASPECTOS FUNDAMENTAIS A FORMAÇÃO DOS DISCENTES. FONTE: FST, 2022. 81
FIGURA 16 - FORMAS DE ALCANCE DOS OBJETIVOS DA PESQUISA EM UMA IES. 82
FIGURA 17 - VALORES DA IES. FONTE: FST, 2022. 83
FIGURA 18 - EIXOS DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE 2017. FONTE: FST, 2022. 84
FIGURA 2319 - TIPOS DE METAS. FONTE: TREASY CONSULTORIA (2022) 85
FIGURA 20 - AÇÕES INTERNAS, TRANSVERSAIS E EXTERNAS QUE DEMONSTREM A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA INSTITUIÇÃO. FONTE: FST, 2022. 97
FIGURA 21 - ANCORAMENTO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM. FONTE: FST (2022) 108
FIGURA 22 - METODOLOGIAS ATIVAS. FONTE: FST (2022) 109
FIGURA 23 - O PROCESSO DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS. 110
FIGURA 24 - SIADE. FONTE: FST (2021). 127
FIGURA 25 - AVALIAÇÕES PARCIAL DE DESEMPENHO. FONTE: FST (2022). 128
FIGURA 2826 - ESTRATÉGIA DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A CRIAÇÃO DO EDA. FONTE: FST (2022). 131
FIGURA 27 - MECANISMOS DE TRANSMISSÃO DOS RESULTADOS DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO AMBIENTE INTERNO DA IES. FONTE: FST (2022) 153
FIGURA 28 - INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AMBIENTAL. FST, 2022. 175
FIGURA 29 - ALGUMAS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO. FST, 2021. 177
FIGURA 30- PRÁTICAS EXITOSAS: POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. FONTE: FST (2022). 181
FIGURA 31 - AÇÕES PRIORITÁRIAS DOS NDE´S E COLEGIADOS. FONTE: FST (2022) 192
FIGURA 32 - OBJETIVOS DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLOGIA. FONTE: FST (2022). 200
FIGURA 33 - OBJETIVOS DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS. FONTE: FST (2022). 216
FIGURA 34 - ETAPAS DA METODOLOGIA DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO. FONTE: FST (2022). 217
FIGURA 35 - ITENS NO SITE DA IES. FONTE: FST (2022). 225
FIGURA 36 PRINCIPAIS AÇÕES DO SCI. FONTE: FST (2022) 232
FIGURA 37 - COMPOSIÇÃO DA SALA DA BIBLIOTECA NA PDEAA. FONTE: FST (2022) 298
FIGURA 38 - SERVIÇOS OFERECIDOS PELA BIBLIOTECA. FONTE: FST (2022). 300
FIGURA 39 - 7 DIMENSÕES OBSERVADAS NA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA PERFEITAS CONDIÇÕES. FONTE: FST (2022). 308
FIGURA 40 - FERRAMENTAS SÍNCRONAS. FONTE: FST (2022). 320

FIGURA 41 - FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS NO AVEA. FONTE: FST (2022). 321
FIGURA 42 - FLUXOS DE INTERAÇÃO DOS PARTICIPANTES NA PLATAFORMA DIGITAL. FONTE: FST (2022)..... 322

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA BASE LEGAL DA MANTENEDORA. 26
QUADRO 3 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA BASE LEGAL DA MANTIDA..... 26
QUADRO 4 - DISCIPLINAS OFERTADAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA: ETHICS, SUSTAINABILITY AND HUMAN RIGHTS IN BRAZIL. 59
QUADRO 5 - DISCIPLINAS OFERTADAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA: ENGLISH FOR THE JOB MARKET.. 59
QUADRO 6 - PROGRAMAS INSTITUCIONAIS..... 143
QUADRO 7 - LINHAS DE PESQUISA. 152
QUADRO 8 - METAS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO. 218
QUADRO 9 - TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE ATUAL DA FACULDADE SANTA TERESA DE SANTARÉM..... 250
QUADRO 10 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE. 251
QUADRO 11 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO. 255
QUADRO 12 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO..... 255
QUADRO 13 - METAS E AÇÕES CONCERNENTES A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA..... 263
QUADRO 14 - PLANO DE DESCONTOS E TRATATIVAS DE INADIMPLÊNCIA..... 266
QUADRO 15 - METAS E AÇÕES CONCERNENTES A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO CICLO DESTE PDI..... 269
QUADRO 16 - AÇÕES E METAS PARA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO E GESTÃO INSTITUCIONAL. 272
QUADRO 17 - PRAZOS PARA EMPRÉSTIMO DOMICILIAR VARIAM SEGUNDO O TIPO DE USUÁRIOS. 294

LISTA DE QRCODES

QRCODE 1 – Repositório Digital de Documentos. 3
QRCODE 3 - Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N0 062 65
QRCODE 4 - Manual de Avaliação da Aprendizagem 126
QRCODE 5 – ESPAÇO DIGITAL DE ATIVIDADES 132
QRCODE 6 – regulamento do NITE 141
QRCODE 7 – regulamento do napsi 141
QRCODE 8 – REGULAMENTO DO NADI 142
QRCODE 9 – regulamento do nei 143
QRCODE 10 - política de Inovação Tecnológica 150
QRCODE 11 - política de Desenvolvimento Artístico e Cultural 150
QRCODE 12 - SALA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 153
QRCODE 14 - Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. 155
QRCODE 13 - DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002 155
QRCODE 15 - Programa de Inclusão e apoio a Diversidade 157
QRCODE 16 - Programa de Acessibilidade e Inclusão 158
QRCODE 17 - política de educação ambiental 162
QRCODE 18 - Programa de Estímulo a Realização e Participação de Eventos (PAPREV) 163
QRCODE 19 - política de valorização da memória cultural 164
QRCODE 20 - política de valorização da produção artística 165
QRCODE 21 - política de valorização da memória cultural, produção artística e patrimônio cultural 167
QRCODE 22 - lei nº 11.645 de 10/03/2008. 168
QRCODE 23 - Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 168
QRCODE 24 - Lei 10.639 de 09/01/2003 169
QRCODE 25 - Parecer CNE/CP nº 8 de 2012 169
QRCODE 26 - política de DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL 178
QRCODE 27 - Política de Empreendedorismo e Inovação 180
QRCODE 28 - Programa de Qualidade de Ensino (PQE) 191
QRCODE 29 – Política para pesquisa ou iniciação científica 199
QRCODE 30 - Políticas para inovação tecnológica 200
QRCODE 31 - Políticas para o desenvolvimento artístico e cultural 203
QRCODE 32 - política de Desenvolvimento Artístico e Cultural 206
QRCODE 33 - Política de Extensão 207
QRCODE 34 - POLÍTICAS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE 213
QRCODE 35 - POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS 218
QRCODE 36 - POLÍTICA PARA INTERNACIONALIZAÇÃO 222

QRCODE 37 - PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS 222
QRCODE 38 - Política de Comunicação Externa 226
QRCODE 39 - Política de Comunicação da IES com a comunidade interna 227
QRCODE 40 - Política de atendimento aos estudantes 228
QRCODE 41 - Política de Comunicação da IES com a comunidade interna 230
QRCODE 42 – MANUAL DO ALUNO 236
QRCODE 43 - Programa de Acompanhamento dos Egressos 242
QRCODE 44 - Programa de apoio a realização de eventos 243
QRCODE 45 - política de GESTÂO 248
QRCODE 46 – PLANO DE CARREIRA 253
QRCODE 47 - Plano de Capacitação do pessoal técnico-administrativo 254
QRCODE 48 - Plano de Cargos e Salários 256
QRCODE 49 – REGIMENTO DO CORPO DOCENTE 259
QRCODE 50 – REGIMENTO DO COLEGIADO DE CURSO 260
QRCODE 51 - Regimento do Colegiado Discente 260
QRCODE 52 - Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE) 277
QRCODE 53 - ERP - MAPAS DE RISCO 277
QRCODE 54 - ERP - MAPAS DE FUGAS 277
QRCODE 55 - Plano de Gerenciamento de Manutenção Patrimonial (PGMP) 278
QRCODE 56 – SISTEMA DE CONTROLE DE LIMPEZA 278
QRCODE 57 – laboratórios: Normas de segurança 286
QRCODE 58 - Política da Biblioteca 291
QRCODE 59 – Periódicos digitais 297
QRCODE 60 – SALA DA BIBLIOTECA NA PDEAA 298
QRCODE 61 – REPOSITÓRIO DIGITAL 299
QRCODE 62 - Plano de Atualização do Acervo da Biblioteca 301
QRCODE 63 – Convênio com o Grupo Fametro para prestação de serviços de TI 304
QRCODE 64 – NORMAS DE SEGURANÇA DTI 304
QRCODE 65 – Plano de Atualização de Softwares 305
QRCODE 66 – Sistema de apoio e suporte digital 306
QRCODE 67 - Plano de Infraestrutura de Execução e Suporte (PIES) 310
QRCODE 68 - Plano de Contingência, Redundância e Suporte (PCRS) 311
QRCODE 69 - Política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos 312
QRCODE 70 - Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos (PEAE) 313
QRCODE 71 - PLANO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS – PATME 314
QRCODE 72 - PLANO DE expansão 316

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS 6

LISTA DE FIGURAS 7

LISTA DE QUADROS 9

LISTA DE QRCODES 10

SUMÁRIO 12

APRESENTAÇÃO 23

A. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES 26

A.1 BASE LEGAL DA MANTENEDORA 26
A.2 BASE LEGAL DA MANTIDA 26
A.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO 27
A.3.1 INSERÇÃO REGIONAL PARA CONTRIBUIÇÃO PARA AS DEMANDAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, TECNOLÓGICO E CULTURAL EM SUAS ABRANGÊNCIAS 27
A.4 DADOS SOCIOECONÔMICOS ATUALIZADOS DA REGIÃO 32
A.4.1 O ESTADO DO PARÁ 32
A.4.2 SANTARÉM 45
A.5 PERFIL, MISSÃO E VISÃO DA MANTIDA 58
A.6 DISCIPLINAS OFERTADAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA 59

1 EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 62

1.1 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 63
1.1.1 PLANO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO 64
1.1.2 PLANO DE MELHORIAS DE GESTÃO 65
1.1.3 RELATO INSTITUCIONAL 65
1.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 66
1.2.2 PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO 68

1.2.1.2 Objetivos 69
1.2.1.3.3 Sensibilização dos Segmentos da Comunidade Acadêmica 72
1.3 AUTOAVALIAÇÃO: Participação da Comunidade Acadêmica 73
1.4 Autoavaliação e Avaliações Externas: análise e divulgação dos resultados 73
1.4.1 Análise dos resultados 73
1.4.2 Divulgação dos resultados 74
1.5 Relatórios de autoavaliação INSTITUCIONAL 74
1.6 OBJETIVOS, METAS E AÇÕES PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA VIGÊNCIA DO PDI 2023-2027 75

2 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 78

2.1 Missão, objetivos, metas e valores institucionais 78
2.2 Objetivos Institucionais 80
2.2.1 Objetivos para o Ensino 80
2.2.2 Objetivos para a Pesquisa 81
2.2.3 Objetivos para a Extensão e Responsabilidade Social 82
2.2.4 Valores Institucionais 82
2.1.4 Metas Institucionais para a vigência deste PDI 2022-2026. 83
2.1.5 Ações internas, transversais e externas que demonstrem a responsabilidade social na instituição. 96
2.2 Planejamento didático-institucional e políticas de ensino e de pós-graduação 98
2.2.1 Diretrizes da Política de ensino 100
2.2.2 Métodos e as técnicas didático-pedagógicas 102
2.2.3 Metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado 125
2.2.4 Atividades de avaliação 125
2.2.5 Incorporação de avanços tecnológicos 130
2.2.6 Metodologias de interdisciplinaridade 135
2.2.7 Promoção de ações inovadoras 136
2.2.8 Núcleos de apoio ao ensino 139
2.2.9 Programas institucionais 143
2.2.10 Projetos institucionais 144
2.3 Políticas e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural. 145
2.3.1 Diretrizes da política de pesquisa e iniciação científica 147
2.3.2 Diretrizes da política de Inovação Tecnológica 149

2.3.3 Diretrizes da política de Desenvolvimento Artístico e Cultural 150
2.3.4 Práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento 151
2.3.5 Linhas de pesquisa e de trabalho transversais 151
2.3.6 Mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade 152
2.4 Políticas Institucionais Voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial. 154
2.4.1 Políticas institucionais de valorização do meio ambiente 154
2.4.1 Diretrizes da política da Educação Étnico Racial 155
2.4.2 Diretrizes da política de valorização da diversidade 156
2.4.3 Diretrizes da política de valorização do meio ambiente 159
2.4.4 Diretrizes da política de valorização da memória cultural 162
2.4.5 Diretrizes da política de valorização da produção artística 164
2.4.6 Diretrizes da política de valorização da memória cultural, produção artística e patrimônio cultural 165
2.4.7 Ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial 167
2.4.8 Ações transversais aos cursos ofertados 172
2.4.9 Mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade 173
2.5 PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social. 176
2.5.1 Políticas para o desenvolvimento econômico e social 176
2.5.2 Política do Núcleo Empreendedorismo e Inovação 178
2.5.3 Melhoria das condições de vida da população 180
2.5.4 Promoção de ações inovadoras 182
2.6 PDI e Política Institucional para a Modalidade EAD 182
2.7 ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLOS EAD 182

3 EIXO 3– POLÍTICAS ACADÊMICAS 184

3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação 184
3.1.1 Relacionamento entre as ações acadêmico-administrativas e a política de ensino 187
3.1.2 Processo de atualização curricular sistemática 187
3.1.3 Oferta de componentes curriculares na modalidade a distância 194
3.1.4 Ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação 195
3.1.5 Ações acadêmico-administrativas exitosas e inovadoras 197
3.1.6 Promoção de atividades inovadoras 197

3.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL 198
3.2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA 198
3.2.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 199
3.2.3 COMPETÊNCIAS 200
3.2.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL 202
3.2.5 RELACIONAMENTO ENTRE AS AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS E A POLÍTICAS DE PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL 203
3.2.6 DIVULGAÇÃO NO MEIO ACADÊMICO 204
3.2.7 PROGRAMAS DE BOLSAS 204
3.2.8 PRÁTICAS INOVADORAS 205
3.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EXTENSÃO 205
3.3.1 DIRETRIZES 206
3.3.2 PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO 206
3.3.3 PRINCÍPIOS 208
3.3.4 RELACIONAMENTO ENTRE AS AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS E A POLÍTICAS DE EXTENSÃO 209
3.3.5 PRÁTICAS EFETIVAS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DA COMUNIDADE EXTERNA 210
3.3.6 DIVULGAÇÃO NO MEIO ACADÊMICO 210
3.3.7 PROGRAMAS DE BOLSAS 210
3.3.8 PRÁTICAS INOVADORAS 211
3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE 212
3.4.1 AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA 213
3.4.2 INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DOCENTE EM EVENTOS DE ÂMBITO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL 215
3.4.3 ORGANIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE REVISTA ACADÊMICO-CIENTÍFICA. 215
3.5 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS 215
3.5.1 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 219
3.5.2 ATUALIZAÇÃO SISTEMÁTICA DE INFORMAÇÕES A RESPEITO DA CONTINUIDADE NA VIDA ACADÊMICA OU DA INSERÇÃO PROFISSIONAL 219
3.5.3 ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A ATUAÇÃO DO EGRESSO E A FORMAÇÃO RECEBIDA 220
3.5.4 AÇÕES DE MELHORIA RELACIONADAS ÀS DEMANDAS DA SOCIEDADE E DO MUNDO DO TRABALHO 220
3.5.5 AÇÕES INOVADORAS 221
3.6 POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA INTERNACIONALIZAÇÃO 221
3.6.1 DIRETRIZES: 221

3.6.2 Programas de cooperação e intercâmbio 222
3.6.3 Atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio e coordenação por grupos regulamentados 223
3.6.4 Acordos e convênios internacionais de ensino 223
3.6.5 Mobilidade docente e discente 223
3.7 COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE EXTERNA 224
3.7.1 Ferramentas de informações dos cursos, programas, extensão e pesquisa. 226
3.7.2 Publicação de documentos institucionais relevantes e transparência institucional 227
3.7.3 Ouvidoria institucional 227
3.7.4 Acesso as informações dos resultados de avaliação interna e externa 228
3.7.5 Instância específica que atue transversalmente às áreas da IES 229
3.7.6 Ações inovadoras 229
3.8 COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE INTERNA 229
3.8.1 Canais de comunicação interna 231
3.8.2 Publicação de documentos institucionais relevantes 233
3.8.3 Acesso as informações dos resultados de avaliação interna e externa que fomente a manifestação da comunidade interna 233
3.8.4 Transparência institucional 234
3.8.5 Processo de divulgação dos resultados das avaliações interna e externa 234
3.8.6 Ouvidoria 235
3.8.6 Insumos para a melhoria da qualidade institucional 235
3.9 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES 236
3.9.1 Diretrizes 236
3.9.2 Programas 237
3.9.3 Instância de atendimento discente nos setores pedagógico-administrativos da IES 242
3.9.4 Ações inovadoras 242
3.10 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO) 243
3.10.1 Políticas para Estímulo à Produção Discente 244
3.10.2 Políticas para Participação em Eventos 245
3.10.3 Apoio à produção acadêmica discente 245
3.10.4 Apoio à publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais 246

4 EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO 248

4.1 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA 248
4.1.1 SÃO DIRETRIZES DA POLÍTICA DE GESTÃO: 248
4.1.2 QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA EM PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO 249
4.1.3 REGULAMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE CAPACITAÇÃO 249
4.1.4. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE 250
4.1.5 CRONOGRAMA DO PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE 250
4.2 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 251
4.2.1 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 251
4.2.3 QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA EM PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO 252
4.2.3 REGULAMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE CAPACITAÇÃO 253
4.2.4 PLANO DE CARREIRAS 253
4.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA 256
4.4 PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL 256
4.4.1 AUTONOMIA E A REPRESENTATIVIDADE DOS ÓRGÃOS GESTORES 256
4.4.2 AUTONOMIA E A REPRESENTATIVIDADE DO COLEGIADO 257
4.4.4 PARTICIPAÇÃO COMUNIDADE ACADÊMICA 257
4.4.5 SISTEMATIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DECISÕES COLEGIADAS 258
4.4.5 PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO PELA COMUNIDADE INTERNA 258
4.4.6 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES 258
4.4.7 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DISCENTE 260
4.4.8 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 260
4.4.9 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA 261
4.5 SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO 262
4.6 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 263
4.6.1 AÇÕES CONCERNENTES A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA IES PARA ESTE CICLO DE PDI 263
4.6.2 AÇÕES CONCERNENTES A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA IES NO CICLO DESTE PDI 269
4.6.3 ESTUDOS PARA MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS 270
4.6.4 METAS 270
4.7 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA 270
4.7.1 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 271
4.7.2 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERNA 271
4.7.2.2 CIÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS INSTÂNCIAS GESTORAS E ACADÊMICAS 272
4.7.3 PROCEDIMENTO PARA TOMADA DE DECISÕES INTERNAS 272

4.7.3.1 PARTICIPAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS INSTÂNCIAS GESTORAS E ACADÊMICAS CAPACITADAS PARA A GESTÃO DE RECURSO, ORIENTANDO A TOMADA DE DECISÕES 272
4.7.4 AÇÕES E METAS PARA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO E GESTÃO INSTITUCIONAL 272

5 EIXO 5 - INFRAESTRUTURA 275

POLÍTICA DE INFRAESTUTURA 275
5.1 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS 275
5.1.1 ADEQUAÇÃO ÀS ATIVIDADES 275
5.1.2 ACESSIBILIDADE 276
5.1.3 PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS ESPAÇOS (PAPE) 277
5.1.4 PLANO DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PATRIMONIAL (PGMP) 278
5.1.5 RECURSOS TECNOLÓGICOS DIFERENCIADOS 278
5.2 SALAS DE AULA 279
5.2.1 ADEQUAÇÃO ÀS ATIVIDADES 279
5.2.2 ACESSIBILIDADE 279
5.2.3 PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS ESPAÇOS (PAPE) 279
5.2.4 GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PATRIMONIAL (GMP) 280
5.2.5 RECURSOS TECNOLÓGICOS DIFERENCIADOS 280
5.3 AUDITÓRIO(S) 280
5.3.1 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA 281
5.3.2 RECURSOS TECNOLÓGICOS MULTIMÍDIA E CONEXÃO COM A INTERNET 281
5.4 SALAS DE PROFESSORES 281
5.4.1 ADEQUAÇÃO ÀS ATIVIDADES 281
5.4.2 ACESSIBILIDADE 282
5.4.3 PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS ESPAÇOS (PAPE) 282
5.4.4 GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PATRIMONIAL (GMP) 282
5.4.5 RECURSOS TECNOLÓGICOS DIFERENCIADOS 282
5.5 ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES 283
5.5.1 ADEQUAÇÃO ÀS ATIVIDADES 283
5.5.2 ACESSIBILIDADE 283
5.5.3 PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS ESPAÇOS (PAPE) 284
5.5.4 GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PATRIMONIAL (GMP) 284
5.5.5 FORMAS DE ATENDIMENTO 284

5.5.6 Diretriz da Política de Acesso e Uso 284
5.6 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO 284
5.6.1 Adequação às atividades 285
5.6.2 Acessibilidade 285
5.6.3 Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE) 285
5.6.4 Gerenciamento de Manutenção Patrimonial (GMP) 285
5.6.5 Serviços do espaço 285
5.7 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS: INFRAESTRUTURA FÍSICA 286
5.7.1 Adequação às atividades 286
5.7.2 Acessibilidade 287
5.7.3 Normas de segurança 287
5.7.4 Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE) 287
5.7.5 Plano de Atualização e Manutenção Tecnológica 287
5.7.6 Diretriz da Política de Acesso e Uso 288
5.7.7 Pessoal Técnico e de Apoio 288
5.8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA 288
5.8.1 Adequação às atividades 288
5.8.2 Espaço de trabalho 289
5.8.3 Tecnologia da informação para coleta e análise de dados 289
5.8.4 Recursos tecnológicos para implantação da metodologia 289
5.8.5 Gerenciamento de dados e GLPD 289
5.8.6 Recursos ou processos inovadores 289
5.9 BIBLIOTECAS: INFRAESTRUTURA 290
5.9.1 Política da Biblioteca 290
5.9.2 Adequação às atividades 291
5.9.3 Espaço de trabalho 292
5.9.4 Tecnologia da informação 292
5.9.5 Condições para atendimento educacional especializado 295
5.9.6 Acervo 295
5.9.7 Recursos ou processos inovadores 298
5.9.8 Serviços Oferecidos 299
5.10 BIBLIOTECAS: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO 300
5.10.1 Plano de Atualização do Acervo da Biblioteca (PAAB) 300
5.10.2 Viabilidade de execução 301

5.10.3 Processo de alocação de recursos 301
5.10.3 Ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo 303
5.10.4 Recursos ou processos inovadores 303
5.11 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE 304
5.11.1 Tecnologia da informação 305
5.11.2 Acessibilidade 306
5.12 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS 307
5.12.1 Descrição dos espaços sanitários 307
5.12.2 Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE) 308
5.12.3 Gerenciamento da Manutenção Patrimonial (GMP) 308
5.13 ESTRUTURA DOS POLOS EAD 308
5.14 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA 308
5.14.1 Descrição da rede lógica 309
5.14.2 Segurança da informação 309
5.15 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE 309
5.15.1 Plano de Infraestrutura de Execução e Suporte (PIES) 310
5.15.2 Disponibilidade de serviços previstos 310
5.15.3 Meios para oferta de suporte 310

5.16 PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS 311

5.16.1 Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos (PEAE) 312
5.16.2 Metas 315
5.17 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 316
5.18 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA 316
5.18.1 Plataforma Digital de Ensino, Aprendizagem e Avaliação (PDEAA) 317
5.18.2 Integração com o sistema acadêmico 320
5.18.3 Processos de Interação 320
5.18.4 Recursos ou processos inovadores 322

ANEXOS 324

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE SANTA TERESA DE SANTAREM 324

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS 332

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS E NÃO- OBRIGATÓRIOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE SANTA TERESA DE SANTARÉM 335

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO 342


ESPAÇO ACESSÍVEL
BAIXA VISÃO
INDICADORES BRAILLE
PISO TÁTIL
PLATAFORMA ACESSÍVEL
TRADUTOR DE LIBRAS
ESPAÇOS HIGIENIZADOS
ESPAÇOS CLIMATIZADOS
ENSINO GAMIFICADO
TRANSPORTE FACILITADO
REPOSITÓRIOS DIGITAIS
SUPORTE MULTIVIAS
ESPAÇOS CONFORTÁVEIS
TECNOLOGIA DISPONÍVEL
ADAPTÁVEL DIGITALMENTE
ESPAÇOS PARA DESCONTRAÇÃO
AMBIENTE SEGURO
REDE WI-FI
ESPAÇO PARA EVENTOS
CONSCIÊNCIA SUSTENTÁVEL
LABORATÓRIOS VIRTUAIS
ÁREA PRIVILEGIADA
ESPAÇOS PARA CONVIVÊNCIA
FLEXIBILIDADE METODOLÓGICA

APRESENTAÇÃO

O presente documento torna público o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Santa Teresa de Santarém, onde será apresentado o planejamento da Instituição para o período de 2022 a 2026. Este documento é o instrumento de planejamento que identifica o perfil institucional e sua estrutura organizacional e define os elementos básicos do planejamento estratégico da Empresa: a missão, visão, os princípios e objetivos institucionais, as diretrizes pedagógicas que orientam os programas e ações institucionais e os indicadores e metas da FST.

Para a elaboração deste documento houve a colaboração e o envolvimento dos setores institucionais, acadêmicos e administrativos e tomou-se como base os parâmetros legais do Decreto nº. 9235 de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior.

O PDI 2022-2026 é fruto da análise dos resultados dos Relatórios de Autoavaliação Institucional, das reuniões periódicas de colegiado, acadêmica, administrativa e do Conselho Superior (CONSUP). Diante desta situação, este documento arrazoa as metas definidas para o desenvolvimento institucional da Faculdade Santa Teresa de Santarém, onde será acompanhada e avaliada pela comunidade interna, acadêmica, administrativa, e pela sociedade externa.

A Faculdade recebe o nome de Santa Teresa, mulher inovadora, que, mesmo religiosa, revolucionou e tornou-se empreendedora incansável na busca da realização da sua missão. Assim, como Santa Teresa, a Faculdade levará o conhecimento, a ousadia, a inovação e o empreendedorismo como marca para o desenvolvimento e formação dos alunos.

Por fim, diante de um cenário tão volúvel apresentado nos últimos anos, entendemos que o PDI deve ser periodicamente revisto e reformulado conforme o avanço das necessidades educacionais, levando sempre em consideração a tarefa de transformar os alunos em profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o necessário desenvolvimento da região.

Agradecemos a todos que fizeram e fazem parte deste sonho e saudamos a iniciativa de nossos Mantenedores, que têm construído um legado singular para a nossa cidade e para as futuras gerações. Para a comunidade acadêmica e a sociedade, diante de tantos desafios, reafirmamos o que nos legou Santa Teresa: “Ter coragem diante de qualquer coisa na vida, essa é a base de tudo”.

Cinara Cardoso
Diretora Geral

«O Senhor não olha tanto a grandeza das nossas obras.
Olha mais o amor com que são feitas.»

Santa Teresa d'Avila



FACULDADE
SANTA TERESA
Santarém

Inciso I, Art.21, Decreto nº 9.235.de 15/12/201

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Art. 21. Observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação a distância;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V - oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso;

VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;

VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:

a) com relação à biblioteca:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e 3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI - oferta de educação a distância, especificadas:

a) sua abrangência geográfica;

b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;

c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;

d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e

e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

Parágrafo único. O PDI contemplará as formas previstas para o atendimento ao descrito nos art. 16 e art. 17, no tocante às políticas ou aos programas de extensão, de iniciação científica, tecnológica e de docência institucionalizados, conforme a organização acadêmica pleiteada pela instituição.

A. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

A.1 BASE LEGAL DA MANTENEDORA

Quadro 1 - Dados de identificação da base legal da Mantenedora.

Código	**16099**
CNPJ	06.201.403/0001-85
Razão social	Centro de Estudos Jurídicos do Amazonas Ltda
Sigla	CEJUR
Endereço	Rua Acre, 200, Nossa Senhora das Graças, Manaus-AM, CEP 69.053-130
Natureza jurídica	Sociedade Empresarial Limitada
Ato de constituição	Contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob NIRE nº13200432924 na sessão de 26/03/2004
Representante legal	Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

A.2 BASE LEGAL DA MANTIDA

Quadro 2 - Dados de identificação da base legal da Mantida.

Código	26835
Nome	Faculdade Santa Teresa de Santarém
Razão social	CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS DO AMAZONAS LTDA
Sigla	FSTSTM
Endereço eletrônico	diretoria@faculdadesantateresa.edu.br
Diretora Geral	Amanda de Souza Estald
Portaria de Criação	0001/2021 FSTSTM 18 DE JUNHO DE 2021
Processo de Credenciamento	202203729
Data do Cadastro do Processo de Credenciamento	06/04/2022

A.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Centro de Estudo Jurídico do Amazonas (CEJUR), mantenedor da Faculdade Santa Teresa de Santarém, nasceu em 2002 sob o signo da ousadia. A vontade de proporcionar aos estudantes de nossa região, condições adequadas para o desenvolvimento de suas carreiras futuras nos fizeram assumir um compromisso com uma proposta de ensino com qualidade. Foi esse compromisso que permitiu consolidar a parceria com o Prof. Luiz Flávio Gomes (LFG) o qual buscava no embrião daquilo que viria a ser o CEJUR enquanto mantenedora de Instituições de Ensino Superior, a democratização do ensino jurídico, dando oportunidades iguais a todos aqueles que residiam Brasil afora e que tinham o sonho de ter acesso a uma carreira jurídica sem a necessidade de mudar-se para outro Estado. Em 2005, a partir de parceria as atividades foram sendo ampliadas e ofertar cursos de pós-graduação, em nível de Especialização, nas áreas jurídica e de gestão, sob a luz desse mesmo propósito.

Desde então, em parceria com a Rede de Ensino LFG, o CEJUR ofereceu o melhor curso telepresencial do Amazonense a melhor Pós-Graduação “lato sensu” na área jurídica. Com um corpo docente formado por mestres, doutores e juristas renomados, os nossos cursos conseguiram realizar a difícil missão de transmitir conhecimentos de forma clara e eficaz, ampliando acesso à educação de qualidade, restrita até então aos grandes centros.

Ao longo da parceria, o sucesso do LFG-CEJUR, se refletiu nos resultados alcançados por nossos alunos e por todos aqueles que frequentaram nossos cursos jurídicos preparatórios, e de pós-graduação. Com suas Unidade Educacionais, o CEJUR seguiu firme na busca pela excelência, fazendo da qualidade de ensino sua principal bandeira, com compromisso e dedicação, temos a certeza de que sempre estivemos no caminho certo. Imbuídos deste mesmo compromisso.

o CEJUR se preparou para alçar voos mais altos, e com a longa experiência adquirida no mercado educacional, em 2013, construiu as bases de um novo empreendimento educacional, a Faculdade Santa Teresa, em Manaus, que foi credenciada em 2016, e após cinco de sucesso e funcionamento desse empreendimento, se resolveu levar a expertise adquirida para outros municípios, e assim nasce a Faculdade Santa Teresa de Santarém.

A.3.1 INSERÇÃO REGIONAL PARA CONTRIBUIÇÃO PARA AS DEMANDAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, TECNOLÓGICO E CULTURAL EM SUAS ABRANGÊNCIAS

O papel do ensino superior no desenvolvimento econômico de uma região ou de um país não pode ser exagerado. O ensino superior é essencial para o crescimento econômico, pois fornece aos indivíduos as habilidades e conhecimentos necessários para participar de uma variedade de atividades econômicas, desde empreendedorismo e inovação até manufatura avançada e indústrias de alta tecnologia.

Em primeiro lugar, o ensino superior ajuda os indivíduos a desenvolver as habilidades técnicas e conhecimentos necessários para ter sucesso na profissão escolhida. Isso, por sua vez, pode levar a uma força de trabalho mais produtiva e eficiente, com funcionários mais bem preparados para lidar com tarefas complexas e se adaptar às mudanças tecnológicas no local de trabalho. O ensino superior também pode ajudar os indivíduos a desenvolver habilidades essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração, essenciais em muitos setores atualmente.

Além disso, o ensino superior pode impulsionar o crescimento econômico, servindo como um centro de pesquisa e inovação. As universidades costumam ser centros de inovação, onde pesquisadores de diversas áreas podem colaborar para desenvolver novas tecnologias, produtos e serviços. Isso, por sua vez, pode criar novas indústrias e empregos, além de gerar valor econômico para empresas e indivíduos. O investimento em Educação é essencial para o desenvolvimento de cidades, especialmente àquelas, afastadas de grandes centros consumidores, uma vez que a formação de capital humano qualificado é fator fundamenta para a atração de novas empresas e investimentos.

A carência de educação superior na região norte do país, é um problema que impacta significativamente o desenvolvimento humano e econômico da região. O estado possui uma área extensa e diversas cidades do interior que muitas vezes são carentes em opções de ensino superior, o que dificulta o acesso dos jovens a uma formação superior.

Uma das principais consequências dessa carência é a limitação das oportunidades de trabalho para os jovens residentes nessas áreas. A maioria das oportunidades profissionais exigem níveis de educação superior, e a falta de acesso a esse tipo de educação pode impactar diretamente no sucesso profissional desses jovens.

Além disso, a falta de opções de ensino superior impacta também na área de pesquisa e inovação na região. Com a ausência de instituições de ensino superior, áreas como a pesquisa científica e o desenvolvimento de tecnologia podem ficar estagnados. Isso limita a capacidade de inovação e os avanços tecnológicos da região, que poderiam ser benéficos tanto para a população local como também para o país como um todo.

Mas apesar desses desafios, é possível tomar algumas medidas para fomentar a educação superior no interior do estado. Uma opção é o investimento em programas de educação a distância. A tecnologia pode ser uma ferramenta importante para permitir acesso a recursos educacionais em áreas remotas. Além disso, as instituições de ensino superior também poderiam criar polos de ensino presencial em regiões mais carentes para facilitar o acesso dos jovens do interior à educação superior

Pensamos que o ensino superior pode levar a retornos significativos sobre o investimento para os indivíduos, a sociedade e a economia como um todo. Os graduados de programas de ensino superior geralmente têm renda mais alta e maior segurança no emprego do que os não graduados, o que se traduz em impostos mais altos e maior poder de compra. Esse poder de compra adicional pode ajudar a impulsionar o crescimento econômico e criar novos empregos, o que pode ajudar a tirar regiões inteiras da pobreza e estimular o desenvolvimento econômico a longo prazo.

Pode-se então depreender que o ensino superior é um motor essencial do desenvolvimento econômico e da prosperidade, e sua importância não pode ser exagerada. Ajuda os indivíduos a desenvolver as habilidades e conhecimentos necessários para ter sucesso na economia moderna, promover a inovação e a pesquisa e, por fim, criar maior valor econômico e prosperidade para todos. Ao investir no ensino superior, podemos ajudar a promover o desenvolvimento econômico de longo prazo e o crescimento para as próximas gerações.

Assim, a concepção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Santa Teresa de Santarém (FSTSTM) surgiu das necessidades e das demandas da região. Seu objetivo é fortalecer o desenvolvimento locoregional e construir uma massa crítica de profissionais que além de promoverem a sustentabilidade local, sedimentem os fatores socioculturais e político-econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da cidade e de suas áreas de influência.

Nesse sentido, a trajetória e o crescimento da FSTSTM estão diretamente associados aos processos de desenvolvimento da região Norte e tem por meio do compromisso assumido através da sua missão, promover a disseminação e construção do conhecimento, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, formando profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o desenvolvimento do Norte.

Seus valores institucionais focam no ciclo de inovação pedagógica, qualidade de ensino, formação de líderes e empreendedores e uma formação baseada em conceitos éticos, humanísticos visando valores ambientais. Tendo como finalidade o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão direcionados a cada área do conhecimento baseado nas diretrizes curriculares de cada curso visando as demandas da sociedade.

Dessa forma, tendo em vista a realidade local e as peculiaridades geográficas da região, a Instituição busca se diferenciar dos demais projetos de formação, com um modelo que além dos conteúdos, pretende por meio de propostas, inserir os alunos nas mais diferentes áreas no mundo do empreendedorismo considerando em seus princípios formativos as mudanças do mundo do trabalho, as tecnologias e a inovação. Assim, busca aliar em suas políticas de desenvolvimento econômico e social, o bem-estar e a melhoria das condições de vida da população local.

Para o desenvolvimento econômico e social a Instituição visa:

- Estimular a pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional;
- Promover parcerias com organizações públicas e privadas da sociedade civil para melhor articular a pesquisa universitária com as necessidades do desenvolvimento regional;
- Propiciar a execução de projetos de extensão na modalidade presencial como fundamento para o desenvolvimento curricular e de contribuição para o crescimento regional e melhoria das condições sociais;
- Oportunizar a inclusão social com práticas empreendedoras no ambiente acadêmico, nas graduações presenciais.

Em relação as demandas de desenvolvimento tecnológico, a instituição se propõe:

- Fomentar, através da inovação tecnológica, mudança na qualidade de vida da comunidade por meio de soluções para a redução da desigualdade e exclusão, oportunizando transformações sociais;
- Contribuir com a formação de recursos humanos para o desenvolvimento regional por meio da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e a inovação tecnológica;
- Atribuir relevância ao processo de desenvolvimento tecnológico na busca de soluções e resultados para problemas enfrentados pela sociedade.

Nesta seara de construção sustentável do ensino atrelado aos aspectos socioeconômicos e históricos locoregionais de Santarém, a Instituição, não diferente daquilo que se espera de uma instituição empreendedora e pioneira, promove em seu planejamento e currículo o uso predominante de ferramentas de Tecnologias de Aprendizagem e Conhecimento, doravante chamadas de TACs.

As TACs configuram a preocupação responsável e perene da Instituição em garantir que o professorado e alunado construam, de forma inequívoca, a experiência tecnológica de ferramentas e solução que lhes serão impostas no mundo da pesquisa ou trabalho. Superar barreiras tradicionais do

processo de ensino-aprendizagem e a suplantação de metodologias ágeis e apoiadas por tecnologias é a forma que a Instituição entende que a conectividade irreversível em que vivemos pode ser usada como recurso acadêmico e social na construção do processo de ensino-aprendizagem-avaliação.

Diante deste paradigma que a educação e tecnologia se encontram, diversas oportunidades da criação de pontes e laços duradores com a sociedade local e, não parecendo futurismo, é um caminho mais eficaz para a integração entre o novo e o tradicional. Fato tão marcante nesta região.

A conectividade aliada à tecnologia educacional é a amarra necessária para que a articulação do ensino-pesquisa-extensão precisa para manter o equilíbrio e o sentido para a existência de uma IES inovadora neste Estado. Pode-se dizer que o ensino usa a tecnologia como lubrificante para suas engrenagens manipuladoras da construção social, histórica e transformadora em qualquer das suas atuações.

No que concerne ao processo de **desenvolvimento cultural**, a Instituição visa:

- Criar e implantar ações que promovam tanto a diversidade étnica e cultural quanto a valorização da memória e do patrimônio cultural, visando à melhoria da qualidade de vida e de aspectos vinculados à cultura do Norte;
- Criar e Implantar ações de extensão, ensino e pesquisa que promovam a diversidade étnica e cultural;
- Elaborar e executar projetos voltados para os temas da diversidade étnica, linguística, ambiental e cultural;
- Organizar eventos no espaço institucional com atividades que promovam cultura, diversidade e meio ambiente.

Os aspectos culturais da região serão incluídos nos conteúdos curriculares, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

As atividades desenvolvidas irão priorizar na formação de recursos humanos com maior foco nas necessidades apresentadas pelo mercado de trabalho regional, representados por empresas, organizações e indústrias. Atuará também na oferta de cursos de formação e atividades culturais voltadas para a comunidade e para o fortalecimento de sua identidade.

O estímulo à cultura empreendedora é uma das estratégias para a interação da Instituição com as empresas adjacente. O objetivo é intensificar a produção de conhecimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional e para a ampliação de serviços prestados à sociedade sob a forma de

atividades de extensão. A Faculdade Santa Teresa de Santarém entende que esses elementos são condicionantes para o atendimento adequado às demandas da sociedade local visando a responsabilidade social institucional.

Dessa forma, a instituição visa ser uma referência para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão articulados as demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural em sua área de abrangência.

A.4 DADOS SOCIOECONÔMICOS ATUALIZADOS DA REGIÃO[1]

A.4.1 O Estado do Pará

Pará (região inicialmente chamada Pará, do tupi-guarani: "rio do tamanho do mar") é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Situado na Região Norte, é o segundo maior estado do país em extensão territorial, com área de 1.245.870,798 km², constituindo-se na décima-terceira maior subdivisão mundial (maior que a área da Região Sudeste brasileira, com seus quatro estados e um pouco menor que o estado norte-americano do Alasca). É dividido em 144 municípios, que possuem área média de 8 651,881 km². O maior deles é Altamira com 159 533 km², o quinto município mais extenso do mundo e o maior município do Brasil; o menor é Marituba, com 103 km². Sua capital é o município de Belém e seu atual governador é Helder Barbalho.

Com 8,7 milhões de habitantes, é o estado mais populoso da Região Norte e o nono mais populoso do Brasil. Dois de seus municípios possuem população acima de 500 mil habitantes: Belém, a capital e sua maior cidade com 1,4 milhão de habitantes em 2018 e, Ananindeua com 525,5 mil habitantes. O Pará possui uma densidade demográfica considerada baixa, sendo superado apenas por Rondônia em sua macrorregião. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018 a densidade demográfica equivalia a 6,70 habitantes por quilômetro quadrado. Existem duas regiões metropolitanas no estado: a Belém e Santarém, com população de 2,5 milhões e 335 mil habitantes, respectivamente.

O estado é subdividido em 7 regiões geográficas intermediárias e 21 regiões geográficas imediatas. Seus limites são com o estado do Amapá a norte, Roraima a noroeste, Pará a oeste, Mato Grosso a sul, Tocantins a sudeste, Maranhão a leste; além do Suriname e Guiana ao extremo norte.

A região que hoje forma o estado do Pará foi explorada, inicialmente, pelo espanhol Francisco de Orellana, que iniciou sua viagem partindo da desembocadura do rio Amazonas, percorrendo todo o

Vale Amazônida, enquanto descrevia em cartas as belezas e possíveis riquezas do local (como as drogas do sertão), na tentativa de chamar a atenção da coroa espanhola.

A partir de 1615, a região indígena do Pará foi nomeada Conquista do Pará ou Império das Pará (integrando a então Capitania do Maranhão do Brasil Colônia). Em 1616 foi criada a Capitania do Grão-Pará junto com a localidade Feliz Lusitânia (atual cidade de Belém do Pará). Em 1621, foi transformada em Capitania do Grão-Pará, junto a criação do Estado do Maranhão e criação da cidade de Belém do Pará. Em 1654 o Estado foi renomeado para Estado do Maranhão e Grão-Pará, com aumento da importância da cidade devido criação da primeira légua patrimonial. Mas em 1751, o nome do Estado mudou para Estado do Grão Pará e Maranhão, quando alcançou apogeu financeiro. Em 1772, foi dividido em Estado do Maranhão e Piauí e Estado do Grão-Pará e Rio Negro, que englobava tanto a região do atual estado do Pará como a Capitania de São José do Rio Negro (atual estado do Amazonas).

Em 1822 as Capitanias são renomeadas para Províncias; e em 1850 a Província do Grão-Pará foi dividida em duas, as Província do Pará e a Província do Amazonas. O território paraense é coberto pela maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. O relevo é baixo e plano; 58% do território se encontram abaixo dos 200 metros. As altitudes superiores a 500 metros estão nas seguintes serras: Serra dos Carajás, Serra do Cachimbo e Serra do Acari. Nos últimos anos, o estado experimentou um notável crescimento econômico, registrando um Produto interno bruto (PIB) considerado alto e uma urbanização maciça em suas maiores cidades. No entanto, o Pará ainda registra vários problemas sociais e ambientais, especialmente em seu interior. Vem do Pará o maior índice de desmatamento no Brasil, mesmo em áreas de preservação ambiental, alinhado a outras anomalias sociais. Problemas como a pobreza e criminalidade são encontrados demasiadamente e o estado possui a segunda pior educação pública do Brasil, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Brasil), além do quarto menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da nação, com 0,698 (2017) e o município com a pior qualidade de vida em todo o país, Melgaço, situado na Ilha de Marajó.

A.4.1.1 Demografia

O Pará possui uma população estimada de 8 690 745 habitantes em 2020, distribuídos em uma área territorial de 1 247 955 238 km².[38] Dividido em 144 municípios, dentre os quais, importantes para a economia do estado são, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Belém, Canaã dos Carajás, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Salinópolis, Tucuruí e Santarém.[89]

A.4.1.1.1 Composição étnica

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 73,0% da população se auto identifica como pardos, 23% como brancos, 3,5% como pretos e 0,6% como asiáticos ou indígenas.[90]

De acordo com um estudo genético de 2013, a ancestralidade da população de Belém foi assim descrita: 53,70% de contribuição europeia, 29,50% de contribuição indígena e 16,8% de contribuição africana. De acordo com um estudo genético de 2011, a ancestralidade da população de Belém seria a seguinte: 69,70% de contribuição europeia, 19,40% de contribuição indígena e 10,9% de contribuição africana.

A.4.1.1.2 Imigrantes

A presença dos portugueses no estado teve início no século XVII. Em janeiro de 1616, o capitão português Francisco Caldeira Castelo Branco iniciou a ocupação da terra, fundando o Forte do Presépio, núcleo da futura capital paraense. A fixação portuguesa foi efetivada com as missões religiosas e as bandeiras, que ligavam o Forte do Presépio a São Luís do Maranhão, por terra e subiram o Rio Amazonas. Os portugueses foram os primeiros a chegar no Pará, deixando contribuições que vão desde a culinária à arquitetura.

Os primeiros imigrantes japoneses que se destinaram à Amazônia saíram do Porto de Kobe, no Japão, no dia 24 de julho de 1926, e só chegaram ao município de Tomé-Açu no dia 22 de setembro do mesmo ano, com paradas no Rio de Janeiro e Belém. Os japoneses foram responsáveis pela introdução de culturas como a juta e a pimenta-do-reino na década de 1930; de mamão-Havaí e do melão na década de 1970. A terceira maior colônia japonesa no Brasil está no Pará, com cerca de 13 mil habitantes, perdendo apenas para os estados de São Paulo e Paraná. Eles vivem principalmente nos municípios de Tomé-Açu, Santa Izabel do Pará e Castanhal, sabendo-se que Tomé-Açu foi o primeiro local do Norte do país a receber imigrantes japoneses, por volta de 1929.

Os imigrantes italianos que vieram para o Pará são predominantemente da região Sul da Itália, originários da Calábria, Campânia e Basilicata. Eram todos colonos, mas aqui se dedicaram ao comércio. O primeiro comércio italiano de que se tem notícia é de 1888, que ficava em Santarém. Eles fincaram raízes familiares em Belém, Breves, Abaetetuba, Óbidos, Oriximiná, Santarém e Alenquer. A presença na região oeste do Pará era tão acentuada, que havia uma representação do consulado da Itália em Óbidos, considerada a cidade mais italiana do Estado. O consulado ficava em Recife, Pernambuco. Em Belém, os italianos se dividiram entre a atividade comercial e os pequenos serviços. Ao mesmo tempo em que trabalharam, foram importantes no início do processo de industrialização da capital (1895). Segundo o censo de 1920, existia no Pará cerca de mil italianos. Ao final da Segunda

Guerra, registrou-se um refluxo causado pela perseguição a alemães, japoneses e italianos. Os italianos, assim como os franceses, não permaneceram em território paraense.

A imigração dos libaneses para o Pará se deu na metade do século XIX, na época do Ciclo da Borracha, e até 1914 desembarcaram em Belém entre 15 mil e 25 mil imigrantes sírio-libaneses, dois quais um terço foram para o Acre. No Pará, além da capital paraense, os libaneses se deslocaram para os municípios de Cametá, Marabá, Altamira, Breves, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Óbidos, Soure, Maracanã, Abaetetuba, entre outros.

Os primeiros imigrantes franceses chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX e dirigiram-se para a colônia de Benevides, na região metropolitana de Belém do Pará. Os franceses foram atraídos para a região por causa do Ciclo da Borracha e acabaram se instalando em Belém, tornando-a conhecida como Paris n'América.

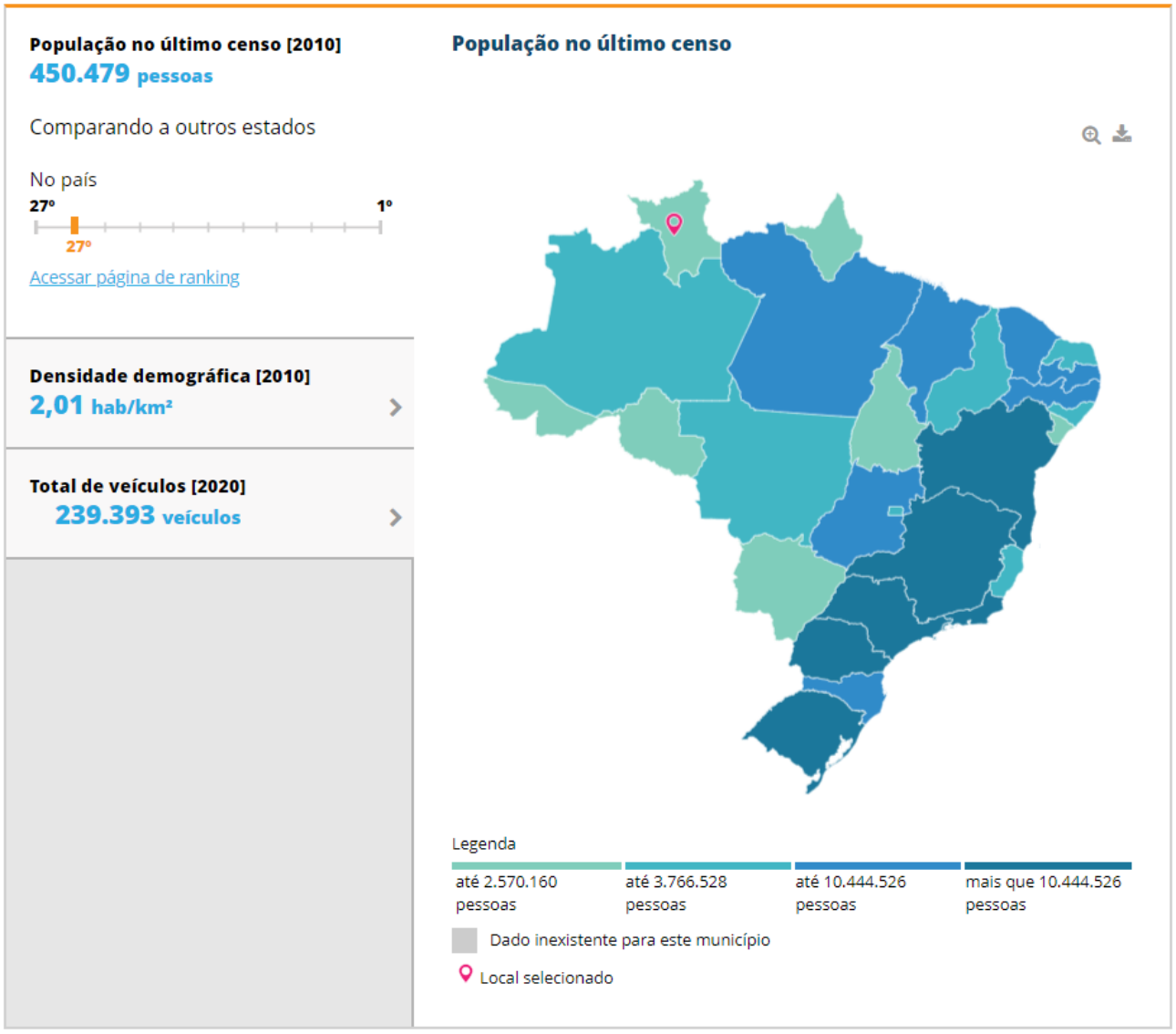


Figura 1 - População do Estado do Pará. Fonte: IBGE.

A faixa etária da população residente possui concentração maior nos adultos de 20 a 49 anos, o que denota extrema demanda de oportunidades para a constituição e cursos de graduação e pós-graduação.

Na Figura 2 a concentração da faixa etária pode ser mais bem visualizada.

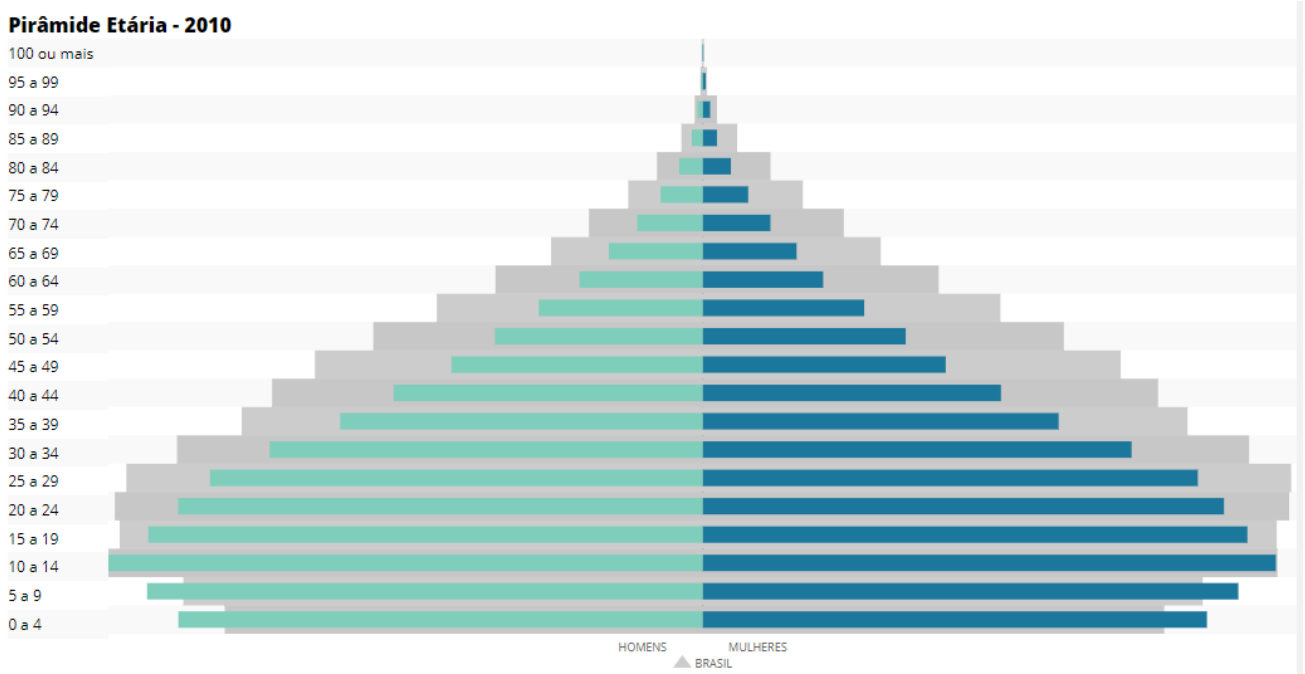


Figura 2 - Pirâmide etária do Estado do Pará. Fonte: Censo 2010 (IBGE)

O território paraense é coberto pela maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. O relevo é baixo e plano; 58% do território se encontram abaixo dos 200 metros. As altitudes superiores a 500 metros estão nas seguintes serras: Serra dos Carajás, Serra do Cachimbo e Serra do Acari.

A.4.1.2 Clima

Apesar de o Brasil ser, caracteristicamente, um país de clima tropical, o Pará é dominado pelo clima equatorial (Am na classificação climática de Köppen-Geiger), que é predominante também na Amazônia.

O estado possui médias térmicas anuais entre 24 e 26 °C, além de alto índice pluviométrico, que chega a alcançar 2.000 mm nas proximidades do rio Amazonas. A quase totalidade de sua área encontra-se na floresta Amazônica, exceto nas partes onde existem formações de campos - região do baixo rio Trombetas e Arquipélago do Marajó.

A.4.1.3 Vegetação

O território paraense apresenta basicamente mangues, campos, cerrados e floresta Amazônica, a última predomina no estado. A variedade vegetativa é muito grande, nesse caso as composições principais de cobertura vegetal dão origem a cinco tipos específicos de vegetação, como Mata de terra firme (não sofre inundações), Mata de várzea (margens de rios que sofrem inundações), Mangue (porção litorânea do Estado), Campos e Cerrados.

A.4.1.4 Hidrografia

A bacia hidrográfica do estado abrange área de 1.253.164 km², sendo 1.049.903 km² pertencentes à bacia Amazônica e 169.003 km² pertencentes à bacia do Tocantins. É formada por mais de 20 mil quilômetros de rios como o Amazonas, que corta o estado no sentido oeste/leste e deságua num grande delta marajoara, ou os rios Tocantins e Guamá que formam bacias independentes.

Estão também no Pará alguns dos mais importantes afluentes do Parácomo Tapajós, Xingu e Curuá, pela margem direita, Trombetas, Nhamundá, Maicuru e Jari pela margem esquerda. Os rios principais são: rio Amazonas, rio Tapajós, rio Tocantins, rio Xingu, rio Jari e rio Pará. Esta rede hidrográfica garante duas importantes vantagens: facilidade da navegação fluvial e potencial hidroenergético avaliado em mais de 25.000 MW.

A.4.1.5 Subdivisões

O estado do Pará é formado oficialmente pela união de 144 municípios. A última alteração feita entre seus municípios foi entre 1999 e 2012, com a criação e instalação do município de Mojuí dos Campos, desmembrado de Santarém. Atualmente existem 51 pedidos de emancipação de distritos para formação de novos municípios.

Os estados brasileiros são formados por subdivisões criadas pelo IBGE chamadas de regiões geográficas intermediárias, que congregam municípios com características similares, tais como geográficas e socioeconômicas. As regiões geográficas intermediárias correspondem a uma revisão das antigas mesorregiões, que estavam em vigor desde a divisão de 1989. As regiões geográficas imediatas, por sua vez, substituíram as microrregiões. Essa subdivisão é usada para fins estatísticos, não constituindo uma entidade política ou administrativa.

Oficialmente, o estado do Pará é dividido em sete regiões intermediárias:

- Região Geográfica Intermediária de Castanhal;
- Região Geográfica Intermediária de Belém
- Região Geográfica Intermediária de Marabá;
- Região Geográfica Intermediária de Redenção;
- Região Geográfica Intermediária de Santarém;
- Região Geográfica Intermediária de Altamira;
- Região Geográfica Intermediária de Breves.

O Pará é dividido oficialmente em vinte e uma regiões imediatas: Belém; Cametá; Abaetetuba; Castanhal; Bragança; Capanema; Paragominas; Capitão Poço; Marabá; Parauapebas; Tucuruí;

Redenção; Tucumã-São Félix do Xingu; Xinguara; Santarém; Itaituba; Oriximiná; Altamira; Almeirim-Porto de Moz; Breves; Soure-Salvaterra.

A.4.1.6 Política

O Pará é um estado da federação, sendo governado por três poderes, o executivo, representado pelo governador, o legislativo, representado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, e o judiciário, representado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará e outros tribunais e juízes. Também é permitida a participação popular nas decisões do governo através de referendos e plebiscitos.

Belém é o município com o maior número de eleitores, com 1,043 milhão destes. Em seguida aparecem Ananindeua, com 291,2 mil eleitores, Santarém (209,4 mil eleitores), Marabá (159 mil eleitores) e Parauapebas, Castanhal e Abaetetuba, com 149,5 mil, 121,2 mil e 104,6 mil eleitores, respectivamente. O município com menor número de eleitores é Bannach, com 3,1 mil.

Tratando-se sobre partidos políticos, todos os 35 partidos políticos brasileiros possuem representação no estado. Conforme informações divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base em dados de outubro de 2016, o partido político com maior número de filiados no Pará é o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com 68 269 membros, seguido do Partido dos Trabalhadores (PT), com 60 696 membros e do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), com 41 053 filiados.

Completando a lista dos cinco maiores partidos políticos no estado, por número de membros, estão o Partido Republicano Brasileiro (PRB), com 33 354 membros; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com 31 268 membros. Ainda de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, o Partido Novo (NOVO) e o Partido da Causa Operária (PCO) são os partidos políticos com menor representatividade na unidade federativa, com 6 e 11 filiados, respectivamente.

A.4.1.7 Economia

A economia é baseada no extrativismo mineral (ferro, cobre, bauxita, manganês, ouro, níquel, estanho, calcário), vegetal (madeira), na agricultura (mandioca, açaí, abacaxi, cacau, pimenta-do-reino, coco, banana, soja e outros), pecuária, indústria e no turismo. A pauta de exportação do Pará, no ano de 2012, foi baseada em minério de ferro (59,46%), óxido de alumínio (8,19%), minério de cobre (6,06%), alumínio bruto (5,09%) e bovinos (3,60%).

A mineração é atividade preponderante na região sudeste do estado, sendo Parauapebas a principal cidade que a isso se dedica. Já as atividades agrícolas são mais intensas na região nordeste

do estado, onde destaca-se o município de Castanhal; a agricultura também se faz presente, desde a década de 1960, ao longo da malfadada Rodovia Transamazônica (BR-230), mas principalmente ao longo da BR-158, BR-010 e BR-316. O Pará é o maior produtor de mandioca, açaí, abacaxi, cacau e pimenta-do-reino do Brasil e está entre os maiores do Brasil na produção de limão (2º lugar), coco (3º lugar) e banana (6º lugar) . São Félix do Xingu é um dos municípios com maior produção de banana do país.

Na produção de mandioca, o Brasil produziu um total de 17,6 milhão de toneladas do produto em 2018. O Pará foi o maior produtor nacional, com 3,8 milhão de toneladas produzidas. Em 2019, o Pará produzia 95% do açaí no Brasil. O estado comercializa mais de 1,2 milhão de toneladas do fruto para outros estados. O valor passa de US$ 1,5 bilhão, cerca de 3% do PIB do estado. O segundo maior produtor de açaí do Brasil é o Pará (52 mil toneladas), seguido por Roraima (3,5 mil toneladas).

Em 2018, o Pará foi o maior produtor brasileiro de abacaxi, com 426 milhões de frutos colhidos. Em 2017, o Brasil era o 3º maior produtor mundial (perto de 1,5 bilhão de frutos colhidos em cerca de 60 mil hectares). É a quinta fruta mais cultivada no País. O sudeste do Pará tem 85% da produção estadual: as cidades de Floresta do Araguaia (76,45%), Conceição do Araguaia (8,42%) e Salvaterra (3,12%) lideravam o ranking neste ano. Floresta do Araguaia também possui a maior indústria de suco concentrado da fruta do Brasil, exportando para os países da União Europeia, Estados Unidos e Mercosul.

O Pará foi o 2º maior produtor nacional de limão em 2019, com 104 mil toneladas. Porém, quase toda a produção nacional é realizada em São Paulo, que produz 1,1 milhão de toneladas. O Pará também é um dos maiores produtores brasileiros de coco. Em 2019, era o 3º maior produtor do país, com 191,8 milhões de frutos colhidos, perdendo apenas para a Bahia e o Ceará. O Pará é o maior produtor brasileiro de pimenta-do-reino, com 34 mil toneladas colhidas em 2018.

A castanha do Pará sempre foi um dos principais produtos do extrativismo do Norte do Brasil, com coleta no chão da floresta. Porém, nas últimas décadas, foi criado o cultivo comercial da castanheira. Já existem propriedades com mais de 1 milhão de pés de castanheira para produção em larga escala. As médias anuais de produção no Brasil variavam entre 20 mil e 40 mil toneladas por ano em 2016. As castanheiras também são boas fornecedoras de madeira de qualidade.

Na produção de cacau, o Pará vem disputando com a Bahia a liderança da produção brasileira. Em 2017 o Pará obteve a liderança pela primeira vez. Em 2019, os paraenses colheram 135 mil toneladas de cacau, e os baianos, 130 mil toneladas. A área de cacau da Bahia é praticamente três vezes maior do que a do Pará, mas a produtividade do Pará é praticamente três vezes maior. Alguns fatores que explicam isto são: as lavouras da Bahia são mais extrativistas, e as do Pará tem um estilo

mais moderno e comercial, além dos paraenses usarem sementes mais produtivas e resistentes, e à sua região propiciar resistência à vassoura-de-bruxa. Rondônia é o 3º maior produtor de cacau do país, com 18 mil toneladas colhidas em 2017.

Nos últimos anos, com a expansão da cultura da soja por todo o território nacional, e também pela falta de áreas livres a se expandir nas regiões sul, sudeste e até mesmo no centro-oeste (nas quais a soja se faz mais presente), as regiões sudeste e sudoeste do Pará tornaram-se uma nova área para essa atividade agrícola. Pela rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) é escoada boa parte da produção de Mato Grosso, que segue até o porto de Santarém, aquecendo a economia da cidade tanto pela exportação do grão como pela franca expansão de seu plantio: a produção local já representa 5% do total de grãos exportados. Na safra 2019, o Pará colheu perto de 1,8 milhão de toneladas de soja, número ainda pequeno perante a produção brasileira de 120 milhões de toneladas neste ano, mas que vem em constante crescimento nos estados do Norte. Em 2018, o Pará ocupou a 6ª posição nacional na produção de banana, com 423 mil toneladas do produto.

Em 2018, o Pará possuía o 5º maior rebanho bovino do Brasil, com 20,6 milhões de cabeças de gado. A cidade de São Félix do Xingu é a que tem o maior rebanho do país, com 2,2 milhões de animais. Marabá é a sexta maior cidade do país em número, com 1 milhão de animais. No ranking dos 20 principais rebanhos, o Pará possui sete cidades. Parte disso se deve ao fato de os municípios do Pará terem território gigantesco.

A pecuária é mais presente no sudeste do estado. A indústria do estado concentra-se mais na região metropolitana de Belém, com os distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, e também vem se consolidando em municípios como Marituba, Barcarena e Marabá através de investimentos na verticalização dos minérios extraídos, como bauxita e ferro, que ao serem beneficiados, agregam valor ao se transformarem em alumínio e aço no próprio Estado. Pela característica natural da região, destacam-se também como fortes ramos da economia as indústrias madeireira e moveleira, tendo um polo moveleiro instalado no município de Paragominas.

O extrativismo mineral vem desenvolvendo uma indústria metalúrgica cada vez mais significativa. No município de Barcarena é beneficiada boa parte da bauxita extraída no município de Paragominas e na região do Tapajós em Oriximiná. No momento Barcarena é um grande produtor de alumínio, e sedia uma das maiores fábricas desse produto no mundo, boa parte é exportado, o que contribui para o município desenvolver um dos principais portos do Pará, no distrito de Vila do Conde. Ao longo da Estrada de Ferro Carajás, que vai da região sudeste do Pará até São Luís do Maranhão, é possível atestar a presença crescente de siderúrgicas. O governo federal implementou em Marabá um polo siderúrgico e metalúrgico, além das companhias já presentes na cidade. O polo siderúrgico de

Marabá utilizava intensamente o carvão vegetal para aquecer os fornos que produzem o ferro gusa, contribuindo assim, para a devastação mais rápida das florestas nativas da região. Mas recentemente este cenário vem mudando, as indústrias estão investindo no reflorestamento de áreas devastadas e na produção de carvão do coco da palmeira Babaçu, que não devasta áreas da floresta nativa porque consiste somente na queima do coco e não do coqueiro, este é produzido principalmente no município de Bom Jesus do Tocantins.

No ano de 2017, em termos de produção comercializada, no setor de minério de ferro, o Pará foi o 2º maior produtor nacional, com 169 milhões de toneladas (dos 450 milhões produzidos pelo país), a um valor de R$ 25,5 bilhões. No cobre, o Pará produziu quase 980 mil toneladas (das 1,28 milhões de toneladas do Brasil), a um valor de R$ 6,5 bilhões. No alumínio (bauxita), o Pará realizou quase toda a produção brasileira (34,5 de 36,7 milhões de toneladas) a um valor de R$ 3 bilhões. No manganês, o Pará realizou grande parte da produção brasileira (2,3 de 3,4 milhões de toneladas) a um valor de R$ 1 bilhão. No ouro, o Pará foi o 3º maior produtor brasileiro, com 20 toneladas a um valor de R$ 940 milhões. No níquel, o Pará foi o 2º em produção, tendo obtido 90 mil toneladas a um valor de R$ 750 milhões. Já no estanho, o Pará foi o 3º maior produtor (4,4 mil toneladas, a um valor de R$ 114 milhões). O Pará teve 42,93% do valor da produção mineral comercializada do Brasil, com quase R$ 38 bilhões.

Devido á proximidade das minas de minério de ferro, foi criada a Siderúrgica Norte Brasil (Sinobras) em Marabá-PA. Em 2018, a empresa produziu 345 mil toneladas de aço bruto, dos 35,4 milhões produzidos no país O Pará tinha em 2017 um PIB industrial de R$ 43,8 bilhões, equivalente a 3,7% da indústria nacional. Empregava 164.989 trabalhadores na indústria. Os principais setores industriais são: Extração de Minerais Metálicos (46,9%), Serviços Industriais de Utilidade Pública, como Energia Elétrica e Água (23,4%), Construção (14,8%), Metalurgia (4,3%) e Alimentos (4,3%). Estes 5 setores concentram 93,7% da indústria do estado.

A.4.1.7 *Infraestrutura*

A.4.1.7.1 Saúde

De acordo com dados de 2009, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existiam, no estado, 2 742 estabelecimentos hospitalares, com 13 720 leitos. Destes estabelecimentos hospitalares, 2 057 eram públicos, sendo 1 932 de caráter municipais, 54 de caráter estadual e 71 de caráter federal. 685 estabelecimentos eram privados, sendo 631 com fins lucrativos e 54 sem fins lucrativos. 271 unidades de saúde eram especializadas, com internação total, e 2 312 unidades eram providas de atendimento ambulatorial. No mesmo ano, registrou-se que apenas 47,03% da população paraense tinha acesso à rede de água, enquanto 57,8% tinham acesso à rede de esgoto sanitário. Ainda

em 2009, foi verificado que o estado tinha um total de 552,5 leitos hospitalares por habitante e, em 2005, registrou-se 7,1 médicos para cada grupo de 10 mil habitantes.

Uma pesquisa promovida pelo IBGE em 2008 revelou que 71,2% da população do estado avalia sua saúde como boa ou muito boa; 61,7% da população realiza consulta médica periodicamente; 30,6% dos habitantes consultam o dentista regularmente e 8,7% da população esteve internado em leito hospitalar nos últimos doze meses. Os dados da pesquisa afirmaram ainda que 23,9% dos habitantes declararam ter alguma doença crônica e apenas 13,7% possuíam plano de saúde. Menos da metade dos domicílios particulares no Pará são cadastrados no programa Unidade de Saúde da Família: 47,4 destes%.

Tratando da saúde feminina, 23,7% das mulheres residentes no estado com mais de 40 anos fizeram exame clínico das mamas nos últimos doze meses; 32,8% das mulheres entre 50 e 69 anos fizeram exame de mamografia nos últimos dois anos; e 79,1% das mulheres entre 25 e 59 anos fizeram exame preventivo para câncer do colo do útero nos últimos três anos.

A.4.1.7.2 Educação

O Pará possui várias instituições educacionais, sendo as mais renomadas localizadas principalmente na Região Metropolitana de Belém e em outras cidades de médio porte. A educação do estado é tida como a segunda pior do país, comparada à dos demais estados brasileiros. No fator "educação", do Índice de Desenvolvimento Humano de 2010, o estado obteve um patamar de 0,528, ficando à frente apenas da educação de Alagoas em âmbito nacional. Sobre a questão do analfabetismo, a lista de estados brasileiros por taxa de analfabetismo mostra o Pará com a 16ª menor taxa, com 11,23% de sua população considerada analfabeta. Houve superação na taxa de analfabetismo paraense. Em 2001, o mesmo ocupava a 18ª colocação no mesmo quesito, com 28,5% de sua população tida como analfabeta.

O estado possui a quarta maior porcentagem, entre os estados brasileiros, de pessoas entre 7 e 14 anos de idade que não frequentam unidades escolares. Os dados do censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, revelam que 5% dos habitantes do Pará nesta faixa etária encontram-se nesta situação, deixando-o apenas à frente de Roraima, Acre e Amazonas. Entre a população na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, o índice era ainda maior: 18,5% destes não frequentam unidades de ensino, de acordo com o censo de 2010. Isso colocou o Pará na 18ª posição nacional, no ranking que abrangeu todas as 27 divisões administrativas do Brasil. Apenas os estados de Mato Grosso, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, Amazonas, Rondônia, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Acre estão em situação

semelhante ou pior. A população paraense em idade escolar alcançava 2 255 030 habitantes em 2010, um total de 29,7%.

Em 2011, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o estado obteve nota de 4,2 nos anos iniciais do ensino fundamental, 3,7 nos anos finais do ensino fundamental, e 2,8 no 3º ano do ensino médio. O patamar atingido pelo estado foi um dos mais baixos do país, principalmente no ensino médio. Os municípios do estado que atingiram as melhores colocações na rede pública de ensino, nos anos iniciais do ensino fundamental foram: Dom Eliseu (5,2); Ourilândia do Norte (5,2); Ulianópolis (5,1); Parauapebas (4,9) e Paragominas e Santarém (4,7). Nos anos finais do ensino fundamental, na rede pública de ensino, os municípios que alcançaram as melhores posições foram: Bannach (4,7); Altamira (4,4); Parauapebas (4,4); Novo Progresso (4,2) e Belterra, Uruará e Santarém Novo (4,1). Nos anos iniciais do ensino fundamental, Santa Maria das Barreiras foi o município com a pior avaliação educacional, segundo o IDEB, atingindo 2,8 pontos. Nos anos finais do ensino médio, o município que alcançou o pior desempenho foi Afuá, também com 2,8 pontos.

Em números absolutos, o estado possuía 246 184 pessoas com nível superior completo em 2010, um percentual de 4,06%, um dos mais baixos índices do país, superando apenas o Maranhão. Há demasiadas instituições de ensino superior no estado. Seis delas são de caráter público: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Instituto Federal do Pará (IFPA).[146] Entre as principais instituições de ensino superior no Pará, de caráter privado, destacam-se a Universidade da Amazônia (UNAMA), o Centro Universitário do Pará (CESUPA), a Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), o Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém, o Centro de Ensino Superior do Pará e as Faculdades Integradas do Tapajós (FIT).

A.4.1.7.3 Transportes

Por sua localização geográfica na Amazônia, assim como sua maior aproximação com os estados do Nordeste, o Pará possui um meio de transporte predominantemente hidroviário e rodoviário. A parte leste do estado, desde a região de Carajás até a capital estadual, Belém, está mais sujeita tanto ao transporte hidroviário quanto ao rodoviário, com destaque para a Rodovia Belém-Brasília, principal meio de transporte daquela região.

A Estrada de Ferro Carajás, com um ramal em Parauapebas, e outro em Canaã dos Carajás, no estado do Pará, até São Luís, capital do Maranhão, escoa os minerais extraídos na serra dos Carajás

até os portos de Itaqui e Ponta da Madeira, além de realizar transporte de passageiros e cargas como soja, celulose e combustível, pela conexão com a Ferrovia Norte-Sul.

A Estrada de Ferro Trombetas, pertencente a VALE, opera no estado do Pará, transportando bauxita. A Estrada de Ferro Juruti, de propriedade da Alcoa, fica junto à mina de bauxita localizada na cidade de Juruti (PA). A Estrada de Ferro Jari, no Pará, transporta celulose e bauxita. A Ferrovia Norte-Sul tem o projeto de interligar o Pará e o Rio Grande do Sul.

O estado mantém 108 pontos de infraestrutura portuária, que servem para importação e exportação de mercadorias e transporte de pessoas. A capital do estado, Belém, se destaca entre os municípios portuários. É lá que está instalada a Estação das Docas, cartão postal da cidade. Os principais portos do Pará: Porto de Belém, Porto de Miramar, Porto do Outeiro, Porto de Vila do Conde, Porto de Santarém, Porto de Itaituba, Porto de Óbidos, Porto Altamira, Porto de São Francisco e o Porto de Marabá.

No estado, existem seis aeroportos administrados pelo Infraero. São eles: o Aeroporto Internacional de Belém/Val-de-Cans - Júlio Cezar Ribeiro (em Belém), Aeroporto Internacional de Santarém - Maestro Wilson Fonseca (em Santarém), Aeroporto de Belém - Brigadeiro Protásio de Oliveira (em Belém), Aeroporto de Marabá/Pará - João Correa da Rocha (em Marabá), Aeroporto de Altamira (em Altamira) e o Aeroporto de Carajás (em Parauapebas). Há também outros aeroportos menores, como os de Araguaia, Itaituba, Monte Dourado, Ourilândia do Norte, Porto Trombetas, Redenção, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Tucuruí, entre outros.

A.4.1.7.4 Energia

Um dos maiores geradores de energia do país, com uma matriz energética hidrelétrica, o estado dispõe das usinas de: Tucuruí (8.370 MW, no rio Tocantins), Belo Monte (11 000 MW, no rio Xingu), Pimental (233 MW, no rio Xingu), Teles Pires (1820 MW, no rio Teles Pires), São Manoel (700 MW, no rio Teles Pires), Curuá-Una (30 MW, no rio Curuá-Una) e Santo Antônio do Jari (373 MW, no rio Jari), além de várias usinas projetadas.

A.4.2 Santarém

Santarém é um município brasileiro do estado do Pará, o terceiro mais populoso do estado, atrás somente da capital, Belém e Ananindeua, sendo o principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural do oeste do estado. É sede da Região Metropolitana de Santarém, o segundo maior aglomerado urbano do Pará. Pertence à mesorregião do Baixo Pará e a microrregião de mesmo nome. Situa-se na

confluência dos rios Tapajós e Amazonas. Localizada a cerca de 800 km das metrópoles da Amazônia (Manaus e Belém), ficou conhecida poeticamente como "Pérola do Tapajós".

Em 2022, sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 308 339 habitantes, sendo então o terceiro município paraense mais populoso, o oitavo mais populoso da Região Norte e o 91º mais populoso município do Brasil. Ocupa uma área de 22 887,080 km², sendo que 97 km² estão em perímetro urbano.

Fundada em 22 de junho de 1661, é uma das cidades mais antigas da região da Amazônia. Em 1758 foi elevada à categoria de vila e quase um século depois em consequência de seu notável desenvolvimento foi elevada à categoria de cidade em 24 de outubro de 1848. Está incluída no plano das cidades históricas do Brasil, sendo uma das mais antigas e culturalmente significativas cidades do Pará.

Por causa das águas cristalinas do Rio Tapajós, conta com mais de 100 quilômetros de praias que mais se parecem com o mar. É o caso de Alter do Chão, conhecida como "Caribe Brasileiro" e escolhida pelo jornal inglês The Guardian como uma das praias mais bonitas do Brasil e a praia de água doce mais bonita do mundo. Lá é o palco de uma das maiores manifestações folclóricas da região, o Çairé, que atrai turistas do mundo todo. Segundo dados de 2017, ostenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 4,8 bilhões, sendo o sexto município com maior PIB do estado.

A.4.2.1 Geografia

Santarém localiza-se na Mesorregião do Baixo Amazonas, na margem direita do Rio Tapajós, sendo a terceira maior cidade do estado do Pará e o principal centro socioeconômico do oeste do estado, porque oferece melhor infraestrutura econômica e social (como escolas, hospitais, universidades, estradas, portos, aeroportos, comunicações, indústria e comércio e etc) e possui um setor de serviços mais desenvolvido. Possui uma área de 22 887,080 km², sendo que 77 km² estão em perímetro urbano. Em frente a cidade o Rio Tapajós se encontra com o Rio Amazonas, formando o famoso encontro das águas, um dos principais cartões postais da cidade.

A.4.2.2 Hidrografia

A rede hidrográfica foi dividida em seis bacias, sendo, a Bacia do Rio Pará que abrange mais 1/6 de toda extensão territorial do município, a Bacia do Rio Arapiuns que está localizada na porção oeste do município, entre as bacias do Tapajós e do Pará e ocupa uma superfície de aproximada de 7.064 km², correspondendo a cerca de 28% de todo espaço municipal, a Bacia do Rio Tapajós que é a segunda extensão territorial, dentro das terras do município, as Bacias dos rios Moju, Mojuí dos Campos que

são tributárias da bacia do rio Curuá-Una e formam juntas toda a malha hídrica existente na chamada "Região do Planalto", composta por inúmeros igarapés e rios de pequeno porte, todos convergentes para o rio central, o Curuá-Una.

A.4.2.3 Clima

O clima dominante é quente e úmido, característico das Florestas Tropicais. Não está sujeito a mudanças significativas de temperatura devido sua proximidade da linha do equador. A temperatura média anual compensada é de 26 °C, com umidade relativa média do ar de 86%. O índice pluviométrico é superior a 2000 mm/ano, com maior intensidade no chamado período de "inverno", que ocorre de dezembro a maio, quando a precipitação média mensal varia de 120 mm a 380 mm. Nos meses de junho a novembro ocorre o período mais seco, correspondendo ao "verão" regional. Nesse período, ocorrem as menores precipitações pluviais registradas na região, com valores médios inferiores a 60 mm, em setembro e outubro.

Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), entre 1961 e 1981 a temperatura mínima absoluta registrada em Santarém (Taperinha) foi de 17,5 °C em 31 de julho de 1969 e a maior atingiu 36,7 °C em 19 de novembro do mesmo ano. O maior acumulado de precipitação registrado em 24 horas foi de 170,2 milímetros em 6 de fevereiro de 1971. Outros grandes acumulados foram 165 mm em 6 de março de 1978, 140,4 mm em 27 de março de 1981, 128,7 mm em 10 de abril de 1969, 127,2 mm em 14 de março de 1968, 116,6 mm em 23 de abril de 1977, 114 mm em 11 de março de 1969, 112,8 mm em 24 de março de 1981, 111,2 mm em 24 de dezembro de 1963, 106,4 mm em 27 de março de 1965, 106 mm em 11 de janeiro de 1978, 105,6 mm em 2 de março de 1968, 104,9 mm em 8 de fevereiro de 1963 e 101,8 mm em 20 de março de 1970. O índice mais baixo de umidade relativa do ar foi registrado nas tardes dos dias 19 de novembro de 1969, 28 de novembro de 1969, 2 de dezembro de 1969 e 20 de julho de 1970, de 45%.

A.4.2.4 Demografia

A população de Santarém era de 294 580 habitantes, conforme o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o que a colocou na posição de sétima cidade mais populosa da região norte do Brasil, após Manaus, Belém, Porto Velho, Ananindeua, Macapá e Rio Branco. Destes, 51,5% da população eram homens e 48,5 % eram mulheres.

Santarém teve discreta diminuição da população do período de 1996 a 1999, possivelmente resultado da evasão provocada pelo declínio das atividades do ciclo do ouro na segunda metade da década de 80. Além disso, a partir da década de 1980 até 2000, teve uma diminuição da população que

vive na zona rural e um aumento da população da zona urbana, do qual pode ser atribuído a vários fatores, tais como: assistência técnica incipiente, dificuldades de acessos a créditos, carência de infraestrutura básica (escola, posto de saúde, manutenção de estradas, ramais, vicinais), transporte público deficiente e outros.

Desde 2000 vem tendo um crescimento elevado na sua população e um dos fatores que influenciam isso, são a melhoria na infraestrutura urbana, saúde, escolas e outros. No entanto, em 2008, verifica-se uma diminuição na população, devido a emancipação da vila de Mojuí dos Campos para município independente. Em 2020 a população estimada pelo IBGE é de 306.480 habitantes.

A.4.2.5 Acesso

O transporte aéreo é realizado através de voos diários por aeronaves de diferentes dimensões. Aeronaves a jato de grande porte levam aproximadamente uma hora de viagem até as cidades de Belém e Manaus, se estendendo, a partir das mesmas, para outras regiões do país (nordeste, centro-oeste, sul, sudeste) e exterior.

Por via terrestre o acesso até a Capital do Estado é possível através da BR-163 (Rodovia Federal Santarém-Cuiabá), ligando Santarém ao município de Rurópolis, com 229 km de estrada, cruzando a partir daí a BR-230 (Rodovia Transamazônica), percorrendo 90 km até o município de Placas, passando por diversos municípios (Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Belo Monte, Anapu, Pacajá, Novo Repartimento) até chegar em Tucuruí via BR-422, em seguida percorre os municípios de Breu Branco, Goianésia, Tailândia, Moju, Abaetetuba, Barcarena, Ananindeua, para finalmente alcançar a BR-316, e a cidade de Belém, através de linhas regulares de ônibus.

A modalidade hidroviária é o mais importante meio de locomoção de passageiros e transporte de cargas devido à existência dos vários rios que formam a rede hidrográfica (Amazonas, Tapajós, Arapiuns, Curuá-Una, Moju e Mojuí) e desempenha importante papel na economia local. Embarcações de médio porte fazem a navegação fluvial para as cidades de Belém (Pará), Manaus e Macapá. As embarcações de grande porte fazem a navegação de longo curso. De Santarém para a capital do Estado, via fluvial, são 880 quilômetros de distância e para Manaus são 756 quilômetros.

A.4.2.6 *Infraestrutura*

A.4.2.6.1 Transporte Fluvial

O transporte fluvial na cidade é muito comum e a infraestrutura portuária é constituída por portos de grande movimento. O Porto de Santarém é um porto fluvial de jurisdição federal administrado

pela Companhia Docas do Pará. Juntamente ao Porto de Belém são os mais próximos dos Estados Unidos. Possui capacidade de receber navios de grande porte, permite a atracação de navios de até 10 metros de calado no período da estiagem e de até 16 metros de calado no período de cheia dos rios. Tem uma extensão acostável no total de 520 metros e 380 metros no píer.

O porto da Cargill é um porto graneleiro de jurisdição privada localizada na área da Companhia Docas do Pará. O terminal escoa soja para o exterior e tem capacidade para armazenar 60 mil toneladas de soja, o que corresponde a um navio que transporta 55 mil toneladas de soja. Há também portos improvisados de jurisdição municipal, como o porto localizado na Praça Tiradentes onde atracam embarcações de médio e pequeno porte. Atualmente a prefeitura está construindo um novo terminal hidroviário, o que quando inaugurado substituirá o porto improvisado da Praça Tiradentes que se encontra em condições precárias.

A.4.2.6.2 Transporte Aéreo

Santarém é servida pelo Aeroporto Internacional Maestro Wilson Fonseca, o quinto mais movimentado aeroporto do Norte do país, recebendo anualmente 400 mil passageiros. Situa-se a 15 quilômetros do centro da cidade. Possui uma área patrimonial de 11.000.000 m² e pista de pouso em concreto asfáltico com 2.400 m por 45 m, com capacidade para receber 225.000 passageiros por ano.[28] O aeroporto encontra-se em fase de reforma e ampliação que prevê a duplicação da sala de desembarque, duplicação da sala de embarque, aumento do estacionamento de veículos e a revitalização geral do sistema elétrico e de refrigeração.

A.4.2.6.3 Transporte Rodoviário

Santarém possui uma rodoviária que atende as necessidades do meio de transporte terrestre. A Rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) é a rodovia federal que liga Santarém ao município de Cuiabá, no estado do Mato Grosso. A rodovia tem mais de 1 700 quilômetros, a sua extensão em Santarém é de 165 quilômetros (incluindo Belterra). De Santarém até Rurópolis, a rodovia é pavimentada. Seis estradas estaduais percorrem em Santarém e perfazem um total de 253 quilômetros, dos quais 144 quilômetros são de revestimento primário e 109 quilômetros são de revestimento asfáltico. São elas:

- PA-257 ou "Translago", que liga Santarém ao município de Juruti e tem 150 quilômetros de extensão;
- PA-370 ou "Santarém-Curua-Una", que liga o centro urbano de Santarém à Usina Hidrelétrica Curuá-Una e tem 67 quilômetros de extensão;

- PA-433 ou "Santarém-Jabuti", que liga a comunidade de Tabocal em Santarém à comunidade de Jabuti, já no município de Mojuí dos Campos e tem 36 quilômetros de extensão;
- PA-457 ou "Rodovia Everaldo Martins", que liga o centro urbano de Santarém à Alter do Chão e tem 29 quilômetros de extensão;
- PA-431, que liga a comunidade Santa Rosa em Santarém passando por Mojuí dos Campos até a comunidade São José e tem 24 quilômetros de extensão;
- PA-255, que liga o distrito portuário de Santana do Tapará (na margem esquerda do Rio Amazonas) a cidade de Monte Alegre e tem 86 quilômetros de extensão.

Além dessas rodovias existe uma rodovia municipal, a Rodovia Engenheiro Fernando Guilhon, que tem 12 quilômetros de extensão e faz a ligação entre a cidade de Santarém e o aeroporto.

A.4.2.6.4 Transporte Viário

São vias de grande importância econômica complementadas pelo sistema rodoviário municipal, a Rodovia Fernando Guilhon, que liga o centro urbano de Santarém ao Aeroporto Internacional de Santarém e tem 15 quilômetros de extensão e outras estradas vicinais.

Na cidade de Santarém existem 670,41 quilômetros de vias urbanas, das quais 358,36 quilômetros formam o leito natural do sistema viário (o que corresponde a 53,45%), 162,45 quilômetros são de vias asfaltadas (totalizando 27,94%) e 149,60 quilômetros são de piçarras (perfazendo 22,32%). Em Alter do Chão existem 40,74 quilômetros de vias, das quais 9,15 quilômetros estão asfaltados.

A.4.2.6.5 Sistema de transporte público

Fazem parte do Sistema de Transporte Público de Passageiros: o transporte coletivo urbano, o transporte coletivo rodoviário suburbano e *intramunicipal*, o transporte coletivo hidroviário *intramunicipal* e intermunicipal, o transporte individual de passageiros em automóveis (Taxi), o transporte individual de passageiros em motocicletas (mototáxi), o transporte coletivo interdistrital e o transporte escolar.

O Sistema de Transporte Público de Passageiros é gerenciado pela Secretaria Municipal de Transportes, que gerencia a circulação viária, planeja e promove o desenvolvimento da circulação e da segurança no trânsito, pela Polícia Militar através do seu Batalhão de Trânsito (fiscalização) mediante serviço de cooperação mútua entre o governo do estado e a prefeitura, pela Polícia Rodoviária Federal, pela Capitania dos Portos, pela Agência Estadual de Regulação (ARCON), pelo DETRAN, órgão

responsável pelo cadastramento das frotas, documentação de veículos e habilitação dos motoristas e pela Secretaria Executiva de Transporte do Estado do Pará (SETRAN), responsável pela construção, recuperação e conservação da malha rodoviária estadual.

A.4.2.6.6 Saneamento básico

O saneamento básico é constituído por uma rede de esgoto sanitário numa extensão de 50 quilômetros, incompleto, pois não existe coletor principal, nem a estação de tratamento e nem o emissário. O sistema de drenagem abrange 53,32 quilômetros, o que equivale a 8,94% do sistema viário.

O abastecimento de água é efetuado pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), através de 18 poços tubulares profundos, com profundidade que varia de 180 a 270 metros profundos (captação subterrânea), totalizando 30 200 ligações ativas, com uma cobertura de 78% dos imóveis. Existem ainda 90 microssistemas como forma alternativa de abastecimento de água, sendo 19 na zona urbana, atendendo 5 188 famílias e 71 na zona rural, beneficiando um total de 7 800 famílias.

A coleta de lixo é terceirizada e alcança 100% dos domicílios da zona urbana, mais Mojuí dos Campos e Alter do Chão. O destino dos resíduos sólidos é o aterro municipal localizado na comunidade Perema, área do planalto, com capacidade para 200 toneladas ao dia.

A.4.2.6.7 Energia elétrica

A distribuição e comercialização dos serviços de energia é efetuada pela Equatorial Pará, que é abastecida pela linha de transmissão da UHE da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e pela Hidrelétrica Curuá-Una, com 30,3 megawatts de potência instalada. Em 2010 foi registrado pelo setor de tecnologia da informação da Secretaria Municipal de Finanças, através do Cadastro Multinalitário, a existência de 55.091 residências com energia elétrica em Santarém.

A.4.2.7 Educação

A rede educacional conta com 457 escolas públicas municipais que atendem a 62 121 alunos, 44 estaduais, que oferecem educação especial, ensino médio e fundamental para 37 145 alunos, e 44 escolas particulares.

Doze instituições de ensino superior ofertam vagas para diversos cursos de graduação e pós-graduação no município, sendo que a principal do tipo é a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Na educação técnica-profissionalizante existem inúmeras instituições públicas, privadas e

sem fins lucrativos, oferecendo um grande número de vagas, não somente aos munícipes santarenos, mas também aos residentes em localidades vizinhas.

A.4.2.7 Saúde

Os serviços de saúde pública são prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sob gestão municipal. A cobertura se dá nos níveis da atenção básica de promoção da saúde e prevenção de doenças, na assistência de média e alta complexidade (médicas ambulatoriais especializadas complementadas com diagnóstico de maior complexidade) e nos serviços de alta complexidade técnica e tecnológica que compreendem os serviços hospitalares especializados e os procedimentos ambulatoriais de alta complexidade.

As atividades da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) são operacionalizadas por 1 745 servidores da área de saúde (médicos, enfermeiro, auxiliares, farmacêuticos, nutricionistas, psicólogos, terapeutas, odontólogos, técnicos, equipes dos programas de saúde etc.).

Santarém dispõe de 461 leitos pelo SUS, quantidade inferior aos parâmetros preconizados pela portaria. O Relatório de Gestão da SEMSA, afirma que "a totalidade desses leitos está concentrada na área urbana, assim como a maioria dos Serviços Ambulatoriais de maior complexidade". Na zona rural os serviços de saúde são ofertados através de 15 centros de saúde e 34 postos de saúde, com atuação permanente de enfermeiros, apoiados por agentes comunitários de saúde. Ambulanchas e unidades móveis terrestres e fluviais completam a estruturas da saúde na zona rural.

Como a maioria das cidades do Norte do País, enfrenta uma série de desafios quando se trata de fornecer saúde pública de qualidade aos seus cidadãos. Alguns desses obstáculos incluem escassez de profissionais de saúde, oferta limitada de serviços médicos especializados e falta de equipamentos e recursos necessários.

Apesar destas dificuldades, no entanto, existe um esforço sustentado em curso para melhorar a qualidade dos cuidados de saúde disponíveis aos munícipes de Santarém. Esses esforços incluem a implementação de diversos programas e políticas voltadas para o fortalecimento do sistema público de saúde da região, em especial do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS atua como o principal provedor de serviços de saúde pública em todo o Brasil e é responsável por garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de saúde de que necessitam. Uma maneira de o SUS trabalhar para isso em Santarém é investindo na construção e reforma de vários estabelecimentos de saúde espalhados pela cidade. Esses esforços ajudaram a

fornecer espaços adicionais nos quais os profissionais médicos podem trabalhar, bem como fazer as atualizações necessárias nas instalações existentes para atender aos padrões modernos de saúde.

Existem diversas questões de saúde pública que afetam a população de Santarém, e os esforços para melhorar a saúde na cidade podem exigir abordagens multifacetadas que envolvam a melhoria do saneamento básico, a promoção da vacinação, e o controle da disseminação de doenças transmitidas por mosquitos.

Doenças como a dengue, a Zika e a Chikungunya são comuns em Santarém porque a cidade está localizada em uma região onde há muitos mosquitos, especialmente durante a estação chuvosa. É importante que as autoridades de saúde trabalhem para prevenir a disseminação dessas doenças através de medidas de controle de mosquitos, bem como o monitoramento da população para detectar casos de doenças transmitidas por mosquitos, a fim de garantir diagnósticos precoces e tratamentos eficazes.

Além dos problemas relacionados aos mosquitos, a cidade também enfrenta desafios devido à falta de saneamento básico. Muitas pessoas em Santarém não possuem acesso a água potável e sistema de esgoto adequado, o que pode levar a doenças relacionadas à água e à contaminação ambiental. É fundamental que medidas sejam tomadas para melhorar o saneamento básico na cidade, e isso pode ser uma tarefa complexa que envolve o planejamento urbano e o investimento em infraestrutura.

Outros problemas de saúde comuns em Santarém incluem doenças respiratórias, como bronquite e pneumonia, e doenças relacionadas à alimentação e atividade física, como obesidade e diabetes. Para abordar essas questões, as autoridades de saúde precisam trabalhar para aumentar a conscientização sobre as mudanças que as pessoas podem fazer em suas vidas para melhorar sua saúde, bem como as maneiras pelas quais o sistema de saúde pode apoiá-las. Isso pode incluir a promoção de hábitos saudáveis, como uma dieta equilibrada e exercícios regulares, bem como a garantia de que os serviços de saúde estejam disponíveis e acessíveis a todos.

Por fim, é essencial garantir que a população de Santarém tenha acesso aos serviços de saúde que necessitam. Embora existam muitas clínicas e hospitais na cidade, muitas pessoas ainda têm dificuldade em obter os cuidados de que precisam - especialmente aquelas que vivem em áreas mais remotas ou em situação de vulnerabilidade econômica.

É importante que as autoridades de saúde trabalhem para minimizar essas barreiras ao acesso aos serviços de saúde, a fim de garantir que todos tenham a possibilidade de receber cuidados quando precisarem. Santarém enfrenta uma série de desafios em termos de saúde pública. Para abordar esses

problemas, é necessário um esforço coordenado que envolva abordagens multifacetadas e atenção aos fatores sociais, econômicos e ambientais que afetam a saúde da população.

Além desses investimentos em infraestrutura, o SUS também está trabalhando para melhorar a oferta de serviços médicos, oferecendo treinamento especializado e educação aos profissionais de saúde que atuam na cidade. Isso inclui programas voltados para o treinamento de médicos, enfermeiras e outras equipes médicas no uso de tecnologias e técnicas médicas modernas, aprimorando assim sua capacidade de fornecer os cuidados médicos mais avançados possíveis.

Desta maneira a formação dos profissionais de saúde é uma ação prioritária que deve ser levada a cabo como um esforço de corresponsabilidade entre entes públicos e privados, A formação e a formação de médicos, enfermeiros, tecnólogos e demais profissionais de saúde devem ser adequadas às demandas regionais e prepará-los para lidar com as peculiaridades da região.

A fim de desenvolver profissionais de saúde competentes, a sua formação deve incluir uma abordagem holística dos cuidados de saúde e deve ter em conta as condições socioeconómicas e culturais locais, bem como a diversidade étnica e cultural da população. Também é essencial garantir a igualdade de acesso à educação em saúde, independentemente da capacidade financeira e social do aluno.

O investimento em programas de treinamento de profissionais de saúde também é crucial para garantir que as comunidades mais remotas e desfavorecidas tenham acesso adequado aos cuidados de saúde. A presença de profissionais de saúde no interior é particularmente importante para atingir esse objetivo e promover a melhoria da qualidade de vida da população local.

A região Norte do Brasil é caracterizada por territórios vastos e diversificados com populações que variam em seu status socioeconômico, formação cultural e necessidades de saúde. A região também é propensa a vários desafios de saúde, como doenças infecciosas, desnutrição e acesso a água potável.

Por esta razão, é fundamental que os profissionais de saúde estejam bem apetrechados para responder às diversas necessidades de saúde da população, o que só é possível através de uma formação adequada e personalizada. A formação deve envolver conhecimentos teóricos, vivência prática e exposição aos desafios e oportunidades da prestação de cuidados de saúde na região Norte.

Desta forma, é importante que os programas de formação profissional de saúde sejam desenvolvidos em colaboração com as comunidades locais e partes interessadas para garantir a sua relevância e eficácia. Isso não apenas fornecerá melhores serviços de saúde à população, mas também promoverá o envolvimento da comunidade e o apoio ao sistema de saúde.

Finalmente, o SUS está colaborando com outras organizações e agências para garantir que o sistema de saúde de Santarém tenha acesso aos equipamentos médicos, medicamentos e insumos de última geração, a fim de oferecer o melhor atendimento possível aos pacientes. Com estas várias iniciativas e investimentos em curso, há razões para acreditar que a qualidade dos cuidados de saúde públicos em Santarém irá continuar a melhorar num futuro próximo. A título de esclarecimento a Demografia Médica atualizada se encontra disponível para consulta na plataforma de documentos institucionais.

A.4.2.8 Comunicações

O setor de comunicações é representado pelos provedores de internet, Netsan, VSTM, WSP e Embratel, além de provedores sem fio disponibilizados pelas telefonias móveis, conta também com a telefonia fixa, Oi Fixo, Livre e Embratel, a telefonia móvel inclui as empresas Vivo, Tim, Claro, Oi e Nextel, as edições locais da mídia impressa inclui, Jornal de Santarém, Estado do Tapajós, O Impacto, A Gazeta de Santarém e A Tribuna.

Na radiodifusão, atuam a TV Tapajós, TV Ponta Negra, TV Guarany, RBA TV Santarém, NITV, TV Encontro, TV Lago Verde e TV Amazônia e as rádios Guarany, Clube, Princesa, Rádio Rural de Santarém, 94 FM e Mix FM Santarém. O Correios opera em Santarém através de uma agência central, uma franqueada, um centro de distribuição domiciliada e um terminal de cargas com todos os serviços que lhe são comuns nos grandes centros urbanos.

A.4.2.8 Economia

Atualmente a economia de Santarém está assentada nos setores de comércio e serviços, no ecoturismo, nas indústrias de beneficiamento (madeira, movelarias, olarias, panificadoras, agroindústrias, beneficiamento de peixe etc.) e no setor agropecuário, que segundo o IDESP, na sua pesquisa sobre o Produto Interno Bruto dos municípios em 2008, destacou-se como maior produtor de arroz e soja do estado do Pará e como terceiro maior produtor de mandioca do estado e o quarto do Brasil.

A.4.2.9 Agropecuária

O setor agropecuário se destaca na economia de Santarém, e é representado pelas atividades pesqueiras, pela pecuária de corte e leiteira, agricultura, pela avicultura, extrativismo etc. No entanto, segundo o CEAMA, Santarém compra semanalmente 120 toneladas de alimentos de outros mercados produtores.

Atualmente a agricultura familiar é o seguimento responsável pelo abastecimento de parte considerável dos produtos que chegam à mesa dos consumidores, considerando, por isso, de grande relevância para Santarém.

As principais culturas cultivadas pela agricultura familiar são, verduras e legumes, as culturas do milho, mandioca, arroz, feijão, coco, banana, café, laranja, limão, maracujá, melancia, fibra de curauá, pimenta do reino, tomate, tangerina, urucu, polpas de frutas, produção de açaí e castanha do Pará. Destacam-se ainda os produtos medicinais e aqueles voltados para a indústria de cosméticos, cumaru, óleo de copaíba, andiroba, mel de abelhas, leite de Amapá, sucuuba, jenipapo etc.

A.4.2.10 Indústria

O setor secundário é representado pelas chamadas indústrias leves, de pequeno porte, que utilizam processos semi indústrias, limitando-se ao beneficiamento de alguns produtos primários e extrativos, tais como processamento de madeira, moveleiras, beneficiamento de látex, usinas de beneficiamento de arroz e de castanha, casas de farinha, indústrias de beneficiamento de pescado, produção de alimentos (panificadoras, torrefações, fabrica de refrigerantes), fábricas de gelo e sabão, agroindústrias, pequenas unidades artesanais que trabalham com madeira, barro, couro e fibra, marcenarias, indústrias de cerâmica (tijolo, telha etc.), material impresso, vestuário e confecções. Em 2008 a participação do setor industrial no Produto Interno Bruto de Santarém foi de 14%.

A.4.2.11 Turismo

Santarém apresenta vocação natural para o ecoturismo, o turismo de base comunitária, o turismo histórico e cultural, o turismo gastronômico, o turismo religioso e o turismo de aventura. Também apresenta grande potencial para desenvolver outros segmentos como o turismo de eventos e negócios.

Considerada oficialmente pelo Ministério do Turismo como uma cidade turística desde 1998, Santarém tem bons indicadores e qualidades para desenvolver os diversos segmentos do turismo destacando-se:

- As belezas naturais: mais de 100 quilômetros de praias de água doce que mais se parecem com o mar, cachoeiras, sítios arqueológicos, fauna, florestas, lagos, igarapés, trilhas, ilhas, o espetáculo encontro dos rios Pará e Tapajós em frente a cidade, unidade de conservação e etc.;
- O patrimônio histórico, as edificações seculares, a cerâmica tapajônica, as peças arqueológicas da cultura tapajônica dos povos tapaius;

- Os eventos culturais, como a festa do Sairé em Alter do Chão (quando acontece a disputa dos botos), o Círio de Nossa Senhora da Conceição, as festas religiosas, o teatro, a música, a poesia, a literatura, o folclore e etc;
- A inclusão de Santarém no seleto grupo dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil;
- Ser escolhido o município referência em ecoturismo pelo Ministério do Turismo;
- Ser selecionada em 2008 pela Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios entre as 25 melhores cidades para empreender;
- A escolha de Alter do Chão como uma das melhores praias do Brasil e a melhor praia de água doce do mundo em 2009, pelo jornal inglês The Guardian;
- O destaque da praia de Alter do Chão durante o Salão do Turismo na cidade de São Paulo em 2010;
- O destaque na mídia nacional como detentora do maior reservatório de água subterrânea do planeta, o Aquífero Alter do Chão;
- A reportagem na National Geographic em 2010 sobre as civilizações pré-coloniais na Amazônia que considera Santarém a cidade arqueológica mais antiga do Brasil;
- Em 2009 Santarém foi incluída no Plano das Cidades Históricas do Brasil pelo Ministério da Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- É rota dos turistas internacionais que chegam em navios transatlânticos na Amazônia;
- É a sede do futuro Centre de Referências e Tradições Turísticas e Culturais do Tapajós;
- A culinária local que fez Santarém ser incluída no seleto Programa Caminhos do Sabor que tem a finalidade de agregar valor turístico através da gastronomia;

A oferta de infraestrutura turística é representada pelos hotéis com boas condições de recepção e hospedagem, pousadas, aeroporto internacional, restaurantes, porto com calado para receber navios transatlânticos, agências de viagem, sistemas de segurança pública, setor de comunicações, agências bancárias, lojas de artesanato, serviços de transporte, serviços e equipamentos de lazer.

Além do desenvolvimento do turismo, Santarém vive momentos de expectativas no contexto socioeconômico, cultural e político: o movimento em torno da criação do Estado do Tapajós, pois é cidade que está cogitada para ser a capital, também a construção do centro de referências e tradições turísticas e culturais do tapajós, a implantação da Zona de Livre Comércio e de um Distrito Industrial, o asfaltamento da BR-163, a instalação da ZPE etc.

A.4.2.12 Subdivisões

A.4.2.12.1 Distritos

Em 2010, segundo o IBGE, Santarém possuía quatro distritos: os distritos sede chamado Santarém, com 251.970 habitantes; Alter do Chão, com 8.078 hab.; Boim, com 11.043 e Curuai, com 16.726 residentes.

A.4.2.12.2 Zonas distritais

Santarém divide-se em seis zonas distritais na zona urbana: Grande Área da Aldeia, Grande Área da Prainha, Grande Área do Maicá, Grande Área da Nova República, Grande Área do Santarenzinho e Grande Área do Maracanã.

O distrito da Grande Área da Aldeia é o mais populoso, com 60 859 habitantes e também é o distrito o mais importante, pois nele está localizado o centro, o Paraíso Shopping Center, o porto, a orla e outros locais muito frequentados pela população.

A.4.2.12.3 Bairros

Santarém possui 48 bairros na zona urbana e o mais populoso deles é o bairro Alvorada que possui 15 mil habitantes e está localizado no Distrito da Grande Área do Santarenzinho.

A.5 PERFIL, MISSÃO E VISÃO DA MANTIDA

A Faculdade Santa Teresa de Santarém é uma intuição de Ensino Superior, assentada no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, com oferta de cursos de graduação e pós-graduação "lato sensu", que se define como uma IES com foco permanente na qualidade de ensino e inclusão socioeconômica, que garanta o acesso e a permanência no ensino superior, tendo como Valores Institucionais: **Excelência, Comprometimento, Profissionalismo e Inclusão Social**, com a seguinte Missão:

Promover a disseminação e construção do conhecimento, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, formando profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o desenvolvimento da Amazônia.

Nossa Visão de futuro institucional é a de se tornar referência na formação de líderes e empreendedores no Estado.

A.6 DISCIPLINAS OFERTADAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Quadro 3 - Disciplinas Ofertadas Em Língua Estrangeira: Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil.

Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil	**Carga Horária: 66h**
Ementa: Principles of classical ethics. Models of ethics. Applied ethics and Interdisciplinarity. Bioethics, Health and Environment. Ethics in research. Globalization and sustainability. Power and the new technologies. Ethics, Education and Culture. Human rights and Human dignity. Economic and politics ethics. Management and entrepreneurship.	
Bibliografia Obrigatória: BENHABIB, Seyla. Dignity in adversity: human rights in troubled times. Cambridge: Polity Press, 2011. BOERSEMA, David. Philosophy of human rights: theory and practice. Colorado: Westview Press, 2011. HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: a brief history of tomorrow. London: Random House, 2017. Bibliografia Complementar: CLAPHAM, Andrew. Human rights: a very short introduction. Oxford: Oxford Uk, 2007. DRESNER, Simon. Thi principles of sustainability. New York: Routledge, 2008. HOLSTON, James. Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil. New Jersey: Princeton University Press, 2009. SANTOS, Boaventura de Sousa. Human rights: a fragile hegemony. IN.: CREPEAU, Françoisande Sheppard. Human rights and diverse societies: challenges and possibilities. Newcastle: Cambrigde Schlars Publishing, 2013. SHAFER-LANDAU, Russ. The fundamentals ethics. Oxford: Oxfor Uk, 2011.	

Quadro 4 - Disciplinas Ofertadas Em Língua Estrangeira: English For The Job Market.

English For The Job Market	**Carga Horária: 66h**
Ementa: Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activities.	
Bibliografia Obrigatória: BADGER, Ian. Flash on english for business conversation. (Book with MP3 audio files). London: ELI, 2016. COMFORT, Jeremy; MASCULL, Bill. Best parctice intermediate (Business english in a global context). Boston: Cengage Learning, 2007. GEFFNER, Andrea B. Business english: the writing skills you need for today's workplace. 5.ed. New York: Barrons Education, 2010. Bibliografia Complementar: Cambridge business english dictionary. São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011.	

DAY, Jeremy; SANDFORD, George. Cambridge english for human resources (Student's Book with 2 Audio CD). São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011.
ELLISON, Patrícia T. Business english for the 21ST Century. 4.ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006.
LIVING LANGUAGE. Business english. New York: Living Language/Random House, 2009.
ROSENBERG, Marjorie. Communicative business english activities. Newbury: Express Publishing, 2018.

FACULDADE
SANTA TERESA
Santarém

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

EIXO 1

1 EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentado pela Portaria 2.051, do Ministério da Educação, de 09 de julho de 2004, estabelece a avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) e tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Para garantir tais objetivos, três avaliações, articuladas entre si, são instituídas pelo SINAES: a avaliação institucional, a avaliação de cursos de graduação e o exame nacional de desempenho dos estudantes (ENADE). A avaliação institucional é realizada de duas formas: internamente, por meio da autoavaliação, conduzida pela sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) da própria IES; e externamente, por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a operacionalização é de responsabilidade do INEP.

O artigo 11º da referida lei, estabelece que toda IES, pública ou privada, deverá constituir Comissão Própria de Avaliação (CPA), tendo como atribuições a condução dos processos de avaliações internas da instituição, bem como de fornecer informações ao INEP.

Figura 3 - Logo da CPA. Fonte: Autoral.

A articulação dos resultados das avaliações conduzidas pelo INEP (avaliação institucional externa) e pela CPA (avaliação institucional interna ou autoavaliação institucional) permitirão traçar um panorama da qualidade de cada IES no país.

O Programa de Avaliação Institucional (PAI) da Faculdade Santa Teresa de Santarém será executado a partir da articulação do trabalho entre diversos setores institucionais, como CPA, coordenação de ensino, procuradoria institucional, coordenações de curso e direção geral (conforme figura 12). A participação ativa da CPA viabilizará a consolidação da Avaliação Institucional,

contribuindo para a cultura da valorização dos resultados das avaliações e para a implementação de mudanças.

As avaliações são ferramentas fundamentais para a gestão Institucional, gerando informações fundamentais para a reflexão e a proposição de melhorias, a atualização e a definição das políticas, assim como de transparência para as comunidades acadêmica e externa. O PAI foi estruturado para obter as informações a partir do conjunto de três avaliações:

- **Externas:** atos regulatórios institucionais e dos cursos, além dos indicadores de qualidade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, Indicador de diferença entre os desempenhos observados e esperados - IDD, Conceito Preliminar de Curso - CPC, e Índice Geral de Cursos - IGC);
- **Internas:** autoavaliações institucionais e dos cursos de graduação;
- **Avaliações de desempenho:** avaliações dos desempenhos dos coordenadores, dos docentes e dos colegiados dos cursos de graduação.

1.1 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição e cada curso, com vista ao acompanhamento da qualidade das ações empreendidas.

Devidamente implantado e dotado de ações efetivas na gestão da instituição e dos cursos, o PAI será executado anualmente, coordenado pela CPA, e permitindo que a cada ano sejam identificadas potencialidades e fragilidades, as quais serão analisadas e discutidas nas diversas instâncias da gestão Institucional e dos cursos, sendo propostas ações para que as melhorias ocorram. Desta forma, os processos de gestão ocorrerão conforme o fluxograma apresentado na figura 12.

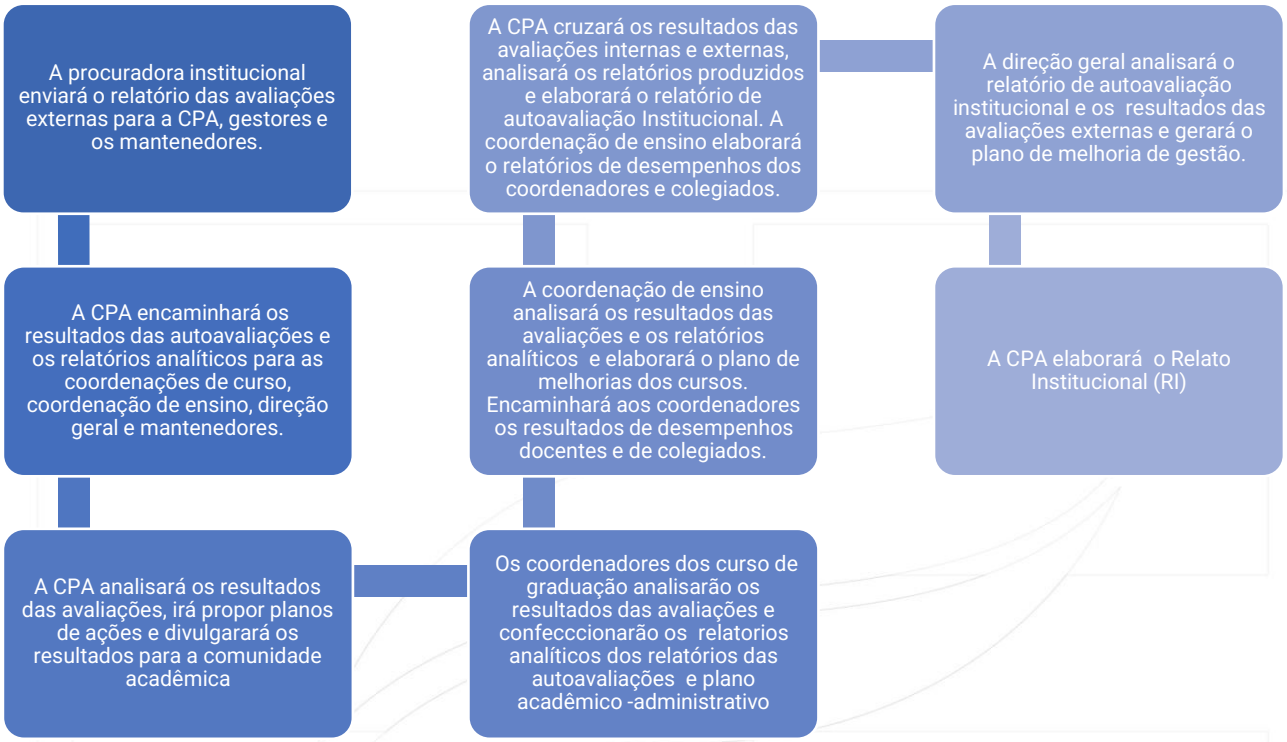


Figura 12 – Fluxograma dos processos de gestão da Faculdade Santa Teresa, conforme Programa de Avaliação Institucional (PAI).

Os processos de gestão serão realizados de forma contínua, utilizando como base os resultados das autoavaliações e das avaliações externas, os quais subsidiam a confecção dos Planos Acadêmicos-Administrativos e do Plano de Melhoria de Gestão. Os resultados das avaliações Institucionais também fornecerão as informações necessárias para a confecção do Relatório de Autoavaliação institucional e subsidiarão a confecção do Relato Institucional (RI).

1.1.1 Plano Acadêmico-Administrativo

Os resultados das autoavaliações e das avaliações externas serão analisados pelo coordenador de cada curso para confecção do relatório analítico dos resultados da autoavaliação, esse contemplando todos os indicadores presentes nas pesquisas. Na confecção do relatório analítico, o coordenador indicará qual o resultado do curso em cada indicador, suas causas e as oportunidades. A partir dos relatórios analíticos, o coordenador elaborará o Plano Acadêmico-Administrativo que será discutido com o NDE e apresentado ao colegiado nas reuniões que ocorrerão no começo de cada ano.

Os relatórios analíticos dos resultados das autoavaliações serão analisados pela coordenação de ensino, permitindo o acompanhamento do andamento dos cursos para verificação do alcance dos objetivos propostos e das ações e metas a eles relacionados no Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI). Os indicadores que se mostrarem mais frágeis nos relatórios analíticos indicarão que ações devem ser realizadas para corrigi-los, embasando a mudança de políticas institucionais que serão estabelecidas nos Planos de Melhorias de Gestão.

1.1.2 Plano de melhorias de Gestão

Apresenta como balizadores os objetivos e as metas descritos no PDI, com destaque às prioridades identificadas através dos indicadores apontados pela ampla participação e colaboração ativa da comunidade acadêmica e externa através dos resultados do processo de autoavaliação, ouvidoria e avaliações externas.

O plano de melhorias de gestão apontará medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos. Com vigência de 12 meses, essas medidas tomadas serão reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e poderão ser revistas, ampliadas e/ou substituídas por outras de maior eficácia. Constará no plano as estratégias para consecução dos objetivos, os setores responsáveis e o prazo para execução.

1.1.3 Relato Institucional

O Relato Institucional (RI) será confeccionado conforme as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES No 062, no qual foi concebido como uma inovação do Instrumento para Avaliação Institucional Externa (modalidade presencial) – 2014, publicado na Portaria no 92 de 31 de janeiro de 2014, que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e a transformação de organização acadêmica.



QRCODE 2 - Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N0 062.

O relato institucional consiste em um documento que realiza uma síntese de como as avaliações internas e externas influenciaram na evolução institucional desde o último ato regulatório, através da implementação de ações afetivas para a continua melhoria das atividades acadêmico-administrativas e de gestão. A elaboração do RI proporcionará um momento de reflexão sobre o alcance dos objetivos propostos no PDI e dos Planos de Melhorias de Gestão, bem como as ações e metas a eles relacionados.

O RI é disponibilizado para livre acesso e consulta por parte da comunidade acadêmica no site institucional, na aba da Comissão Própria de Avaliação, bem como através de links nos portais EaD e Digital.

Conforme nota técnica supracitada o RI da Faculdade Santa Teresa de Santarém será constituído pelas seguintes partes:

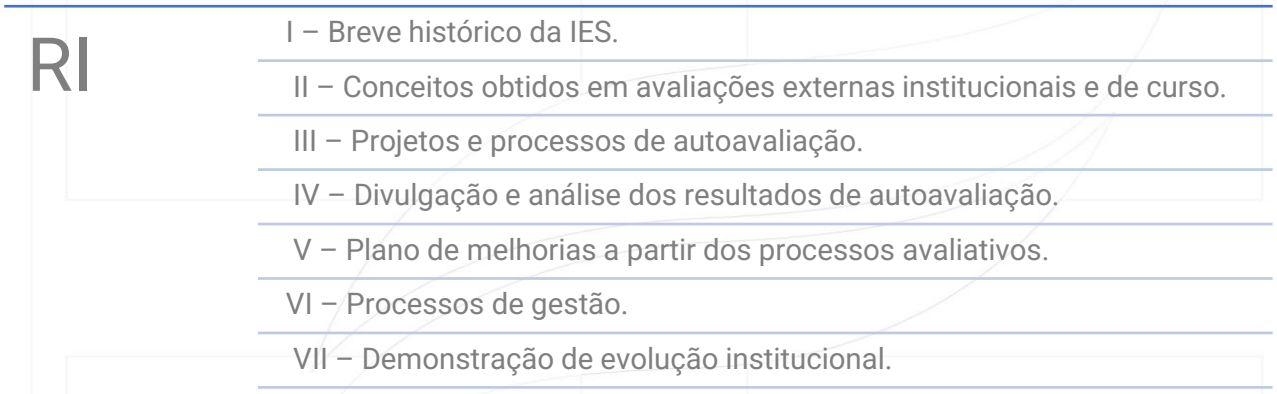


Figura 13 - Partes do RI. Fonte: CAP, 2022.

1.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A CPA da Faculdade Santa Teresa de Santarém, atendendo a base legal, é constituída assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. O processo de autoavaliação baseia-se em quatro nortes que serve para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:



Figura 14 Fonte: CPA, 2022.

Neste contexto, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista a qualidade das ações empreendidas.

Devidamente implantado e dotado de ações efetivas na gestão da instituição, o programa de avaliação institucional será executado anualmente e conduzido pela CPA, a qual possui regimento próprio aprovado pelo CONSUP. A Comissão Própria de Avaliação é composta por cinco membros:

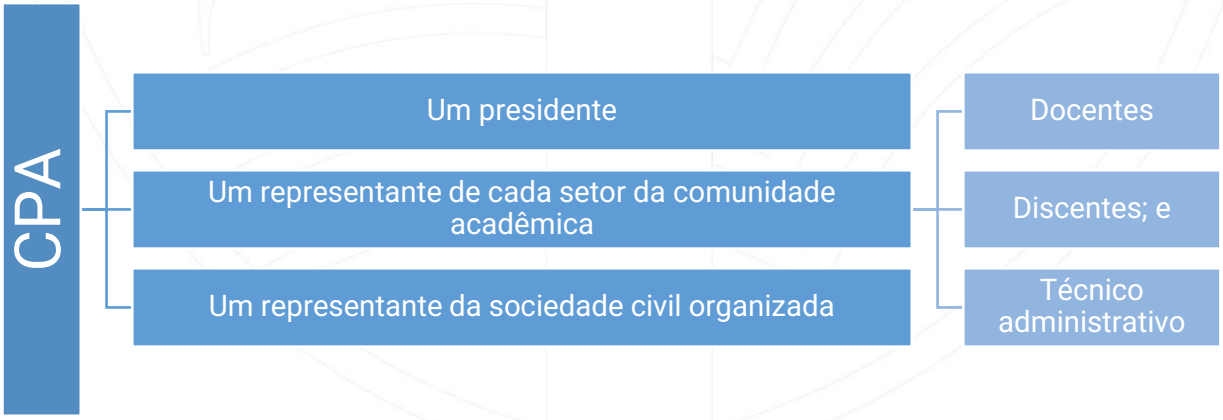


Figura 4 - Composição da CPA. Fonte: CPA, 2022.

A avaliação institucional, enquanto processo, permitirá que a cada ano sejam identificadas potencialidades e fragilidades, as quais serão analisadas e discutidas nas diversas instâncias da gestão Institucional e dos cursos, sendo propostas ações para que as melhorias ocorram. Desta forma, os processos de gestão da Instituição serão realizados a partir da análise dos resultados das avaliações externas e das autoavaliações, conforme figura 12.

A autoavaliação, na Instituição, ocorre de forma contínua em dois níveis: no âmbito da Instituição e no âmbito dos cursos de graduação. Todos os segmentos da comunidade acadêmica serão sensibilizados constantemente e se apropriarão dos seus resultados. O processo de autoavaliação será executado conforme o projeto de autoavaliação e permitirá a reflexão crítica e a implantação de melhorias nos cursos e na gestão da Instituição.

1.2.2 Projeto de Autoavaliação

1.2.1.1 Introdução

O projeto de autoavaliação foi desenvolvido tendo em vista as seguintes características:

1) **Processo democrático:** possibilita aos participantes envolvidos conhecer os objetivos, os procedimentos e os aspectos que são utilizados;
2) **Contextualizada:** norteia a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a missão, os valores, os objetivos, a história e a cultura institucional;
3) **Flexível:** aberta as discussões para mudanças necessárias durante o processo, mantendo a natureza de indenpendência da Comissão e seus objetivos;
4) **Incentivadora:** promove o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentiva, também, a veracidade, a liberdade de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;
5) **Ética:** pauta-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação realizadas pelas comunidades interna e externa; e
6) **Sistemática:** o processo avaliativo é contínuo, regular e sistemático de conhecimento, reflexão e aprimoramento da realidade educacional e do próprio processo avaliativo.

1.2.1.2 Objetivos

Objetivo Geral

Promover a cultura da autoavaliação e utilizar seus resultados como instrumento de gestão acadêmica e administrativa.

Objetivos Específicos:

a) Sensibilizar a comunidade acadêmica e sociedade civil organizada a respeito da importância do processo de autoavaliação;
b) Realizar autoavaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e sociedade civil organizada;
c) Realizar autoavaliação dos cursos de graduação em um processo democrático com a participação dos discentes;
d) Analisar os dados coletados e gerar relatórios;
e) Divulgar os resultados das pesquisas de autoavaliação para a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada;
f) Utilizar os resultados das autoavaliações como subsídio para as ações acadêmico-administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da gestão Institucional.

Figura 15 - Objetivos Específicos. Fonte: FST, 2022.

1.2.1.3 Metodologia

O processo de autoavaliação será realizado em dois níveis: dos cursos de graduação e institucional. O primeiro nível envolve os aspectos referentes aos cursos de graduação, sendo respondido pelos discentes. No segundo nível a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada avaliam a Instituição como um todo.

1.2.1.3.1 Autoavaliação Institucional

A lei 10.861, de 14 de abril de 2004, no parágrafo 2º do artigo 3º, estabelece que a avaliação das instituições de educação superior (IES) realizar-se-á através de procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*. O artigo 8º incube ao INEP a responsabilidade de realizar a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O artigo 11º determina a constituição de CPA por todas as IES e atribui a esta comissão a

condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A nota técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 9 de outubro de 2014, dentre outras orientações, sugere o roteiro para a elaboração dos relatórios de autoavaliação institucional e estruturação em cinco eixos e 10 dimensões que devem ser abordados no desenvolvimento deste documento.

O questionário de autoavaliação institucional será constantemente analisado e reestruturado tendo como documentos norteadores a legislação vigente acima e o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, contemplando as seguintes dimensões: 1- Missão Institucional; 2- Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão; 3- Responsabilidade Social; 4- A Comunicação com a Sociedade; 5- Política de Pessoal; 6- Gestão Institucional; 7- Infraestrutura; 8- Planejamento e Avaliação; 9- Atendimento ao Estudante; 10- Sustentabilidade Financeira.

O questionário de autoavaliação institucional será aplicado no segundo semestre de cada ano, tendo como participantes todos os setores acadêmicos (discentes, docentes e técnicos administrativos) e a sociedade civil organizada. Os resultados permitirão dimensionar a concepção dos participantes da avaliação a respeito do planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura. A partir desses resultados serão elaborados diversos documentos por diferentes atores institucionais, como os planos acadêmicos-administrativos, o relatório de autoavaliação institucional, o plano de melhorias de gestão, assim como o relato institucional.

1.2.1.3.2 Autoavaliação de Curso

O artigo 4º da lei 10.861, de 14 de abril de 2004, estabelece que a avaliação dos cursos de graduação tenha por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. O paragrafo 1º do referido artigo institui:

Parágrafo 1º da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004

"A avaliação dos cursos de graduação será aplicada no primeiro semestre letivo e utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento"

Considerando a importância de um processo de autoavaliação de seus cursos como oportunidade para a IES refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a qualidade do serviço educacional oferecido e alcançar maior relevância social, a CPA da Faculdade Santa Teresa de Santarém disponibilizará anualmente a pesquisa de autoavaliação dos curso, em acréscimo a autoavaliação institucional.

O questionário de autoavaliação de curso será estruturado tendo como documentos norteadores o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, contemplando as seguintes dimensões:



Figura 5 - Dimensões da autoavaliação. Fonte: CPA, 2022.

A autoavaliação de curso será um processo contínuo, sendo realizada no primeiro semestre letivo de cada ano, tendo como participantes os discentes. Os resultados permitirão dimensionar a concepção dos alunos a respeito do seu curso e a elaboração do relatório analítico dos resultados da autoavaliação de curso e subsequentemente o plano acadêmico administrativo.

1.2.1.3.3 Sensibilização dos Segmentos da Comunidade Acadêmica

A CPA, por meio de um amplo processo e buscando o estabelecimento de uma cultura de gestão com seus princípios fincados na continua avaliação de suas ações e resultados, realizará seus processos de autoavaliação (institucional e de curso) de forma contínua todos os anos, conforme metodologia e etapas já descritas anteriormente nesse documento.

Visando o envolvimento acadêmico no processo de autoavaliação institucional, no começo do primeiro semestre de cada ano serão realizadas reuniões com os membros da reitoria, direção, coordenações, docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.

Para tornar as informações mais acessíveis e melhor conscientizar os alunos, será executado o “Santa Teresa consciente”. Trata-se de um projeto, criado pela CPA, que objetiva sensibilizar os alunos a respeito da importância da participação na autoavaliação e divulgar as conquistas decorrentes do processo de avaliação institucional, bem como informações a respeito dos serviços oferecidos pela IES, como: empregabilidade, nivelamento, pesquisa, extensão, biblioteca, acessibilidade, intercâmbio internacional, ouvidoria, entre outros. A CPA elaborará o modelo da apresentação e os docentes realizarão a divulgação das informações em sala.

É também objetivo da “FSTSTM consciente” facilitar o acesso às informações/serviços Institucionais por parte dos professores e técnicos-administrativo, possibilitando que toda comunidade acadêmica usufrua das oportunidades e dos benefícios ofertados pela Instituição.

Além das reuniões e das apresentações serão realizadas para a comunidade acadêmica, a equipe da CPA divulgará, por meio de banners digitais, nos períodos das avaliações via site e redes sociais institucional, aplicativo de mensagens instantâneas e através de banners impressos nas áreas de maior fluxo de pessoas da Instituição. Em acréscimo, a CPA realizará a gravação de vídeos que serão disponibilizados via Youtube para que sirvam como estímulo a participação, bem como tutorial para participar da avaliação.

1.3 AUTOAVALIAÇÃO: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

As questões aplicadas nos questionários de autoavaliação serão estruturadas para indicar o grau de satisfação dos participantes, através de alternativas de múltipla escolha, e elaboradas conforme a métrica *Net Promoter Score* (NPS), onde o respondente possui as opções de resposta estruturadas na escala de 0 a 10.

A partir da pesquisa de autoavaliação institucional os questionários serão disponibilizados no portal de serviços (intranet), havendo acesso através de login e senha, para todos os membros da comunidade acadêmica, assim como por meio de login em área de convidados, via convite, aos membros da comunidade externa. A participação será voluntária e a identidade do participante será mantida sob sigilo. O portal de serviços foi desenvolvido para que permita apenas uma participação por usuário/convite, assim impedindo que ocorra repetição de respostas e consequente amplificação do número de participantes.

Com o objetivo de obter participação crescente da comunidade acadêmica nas pesquisas, as estratégias de sensibilização serão mantidas de forma periódica, assim como será realizada a divulgação dos planos de ações resultantes dos processos avaliativos para contínuo acompanhamento da comunidade. As melhorias implementadas a partir das ações propostas por meio das avaliações receberão um selo de conquista, com o logo da CPA (QR Code). Desta forma será criada a cultura de avaliar para melhorar, estimulando a participação de novos membros da comunidade acadêmica e fidelizando os antigos. Em acréscimo, serão instituídas premiações para os cursos que obtiverem os melhores percentuais de participação na pesquisa.

1.4 AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

1.4.1 Análise dos resultados

A partir das respostas nas questões de múltipla escolha, os respondentes serão divididos em três níveis, respondentes de 0 a 6 são considerados detratores, 7 e 8, neutros, e 9 e 10, promotores. O percentual de promotores é subtraído do percentual de detratores e o resultado indica a zona NPS que se encontra o indicador. Resultados entre -100 e 0 serão considerados em zona crítica, entre 1 e 30 em aperfeiçoamento, entre 31 e 70 em qualidade, e entre 71 e 100 em excelência.

As respostas das questões abertas são categorizadas por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações) e agrupadas por setor de interesse.

A CPA se encarregará de analisar e de interpretar os dados obtidos por meio dos relatórios das avaliações externas e dos resultados das autoavaliações, gerará os relatórios que serão encaminhados a cada setor/curso e irá propor planos de ações para melhorias dos indicadores que apresentam fragilidades.

1.4.2 Divulgação dos resultados

Os resultados das autoavaliações e das avaliações externas serão divulgados nos fóruns semestrais com a comunidade acadêmica e também serão utilizados banners impressos e digitais. Os resultados também serão disponibilizados no portal digital, através de banners com links, e no site Institucional, tornando acessível à comunidade externa os resultados das avaliações institucionais.

Os relatórios de autoavaliação institucional serão disponibilizados no site institucional, na aba da CPA, estando acessível a qualquer membro da comunidade acadêmica e externa, possibilitando acesso livre aos resultados analíticos das avaliações institucionais.

A discussão dos resultados das avaliações internas e externas também será realizada em reuniões pedagógicas, que têm nas instâncias colegiadas o local privilegiado. Esses resultados serão cruzados e servem de base para o processo de tomada de decisão tanto no âmbito da gestão quanto acadêmico-administrativo.

1.5 RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os relatórios de autoavaliação institucional irão apresentam resultados, análises e reflexões que irão subsidiar o planejamento e a proposição de ações, assim como se constituirá em importantes instrumentos para a revisão das ações implementadas e de impacto na gestão da Instituição. Nesse sentido, serão elaborados obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido e depósito anual no e-MEC até o dia 31 de março. Os relatórios de autoavaliação institucional serão estruturados da seguinte forma:

a) **Introdução:** constam os dados da instituição, a composição da CPA, o planejamento estratégico de Autoavaliação, o ano do relatório e o período ao qual se refere.
b) **Metodologia:** descrição dos instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.

c) **Desenvolvimento:** apresentação dos dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.

d) **Análise dos Dados e das Informações:** apresentação dos dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.

e) Ações previstas com base na análise dos dados: descrição do planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestrutura e de ensino da IES.

1.6 OBJETIVOS, METAS E AÇÕES PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA VIGÊNCIA DO PDI 2022-2026

O quadro 1 apresenta os objetivos, as metas e as ações previstas para o programa de avaliação institucional no período de vigência do presente PDI (2022 – 2026).

Quadro 1 – Objetivos, metas e ações previstas para o programa de avaliação institucional no período de vigência do presente PDI.

OBJETIVO: Promover a cultura da utilização dos resultados das avaliações institucionais como instrumento de gestão e acadêmica-administrativa para melhoria da educação.						
METAS	AÇÕES	2022	2023	2024	2025	2026
Analisar e discutir o programa de avaliação institucional.	Revisão do programa de avaliação institucional.	X	X	X	X	X
	Discussão da legislação vigente para reestruturação do programa de avaliação institucional.	X	X	X	X	X
	Revisão dos questionários de autoavaliação.	X	X	X	X	X
	Revisão do questionário para pesquisa com as comunidades atendidas pelas atividades de extensão.	X	X	X	X	X
Promover continuamente a cultura da autoavaliação, tendo em vista a democratização do acesso aos seus resultados.	Eleição para composição da Comissão Própria de Avaliação.	X		X		X
	Sensibilização da comunidade acadêmica para maior adesão à pesquisa de autoavaliação.		X	X	X	X
	Divulgação dos resultados dos processos avaliativos para a comunidade interna e externa através de material impresso, site e redes sociais institucionais.		X	X	X	X
	Realização dos Fóruns CPA junto aos discentes, docentes, gestores e técnicos-administrativos como mecanismo de sensibilização e divulgação dos resultados das avaliações institucionais internas e externas.		X	X	X	X
	Realização do Fórum CPA com os membros das comunidades participantes das atividades de extensão realizadas pelos cursos da Instituição.		X	X	X	X
	Realização do projeto "FST Consciente" junto aos discentes para a divulgação dos resultados das avaliações institucionais, da evolução institucional a partir dos processos avaliativos e dos serviços e oportunidades do curso/Instituição.		X	X	X	X

	Aplicação do selo CPA para identificar as melhorias obtidas a partir dos processos avaliativos.		X	X	X	X
Ampliar a participação da comunidade acadêmica e sociedade civil organizada nas pesquisas de autoavaliação.	Divulgação dos períodos das pesquisas de autoavaliações por meio das mídias sociais, material impresso e equipe CPA.		X	X	X	X
	Disponibilização dos laboratórios de informática para os discentes, docentes e técnicos-administrativos responderem a pesquisa de autoavaliação.	X	X	X	X	X
	Disponibilização do questionário de autoavaliação no portal de serviços para participação de todos os segmentos.	X	X	X	X	X
	Monitoramento através de relatórios parciais do número de respondentes da pesquisa de autoavaliação para intensificar a sensibilização e consequentemente buscar o aumento do quantitativo de participantes.	X	X	X	X	X
	Obtenção de prêmios para estimular a participação discente nas pesquisas.	X	X	X	X	X
	Confecção do Selo CPA com ano da conquista.	X	X	X	X	X
Utilizar os resultados dos processos avaliativos internos e externos como indicadores para a elaboração do planejamento estratégico da instituição.	Envio dos resultados das autoavaliações aos coordenadores dos cursos para confecção dos planos acadêmicos-administrativos e dos relatórios analíticos dos resultados das autoavaliações.		X	X	X	X
	Envio dos resultados das autoavaliações aos gestores para elaboração do plano de melhorias de gestão.		X	X	X	X
	Auxílio aos gestores e aos coordenadores dos cursos, por meio de reuniões, para a análise das potencialidades e fragilidades apontadas nas avaliações internas e externas.		X	X	X	X
	Acompanhamento das ações previstas nos planos acadêmicos-administrativos e de melhorias de gestão para avaliar o impacto das ações na melhoria dos resultados no ensino, pesquisa, extensão e gestão.		X	X	X	X
	Elaboração do relatório analítico da autoavaliação dos cursos e envio para os mantenedores e gestores.		X	X	X	X
	Elaboração do relatório de autoavaliação Institucional.		X	X	X	X
	Elaboração do relato institucional.					X
Utilizar os resultados das avaliações de desempenho para acompanhamento e implementação de melhorias.	Disponibilização dos questionários de avaliação dos docentes e dos coordenadores dos cursos de graduação.	X	X	X	X	X
	Divulgação dos resultados das avaliações de desempenho para os coordenadores dos cursos de graduação e gestores.	X	X	X	X	X
	Realização de reuniões para discussão dos resultados das avaliações de desempenho e definição dos planos de ações para melhorias.		X	X	X	X
Implementar inovações tecnológicas em prol dos processos de avaliação institucional.	Acompanhamento da execução dos planos de ações através do portal de serviços.		X	X	X	X
	Utilização de totens para participação nas pesquisas de autoavaliação.		X	X	X	X
	Utilização de tablets para consulta das comunidades atendidas pelas atividades de extensão.		X	X	X	X
	Utilização de monitores de TV para informativos sobre oportunidades		X	X	X	X

FACULDADE
SANTA TERESA
Santarém

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

EIXO 2

2 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1 MISSÃO, OBJETIVOS, METAS E VALORES INSTITUCIONAIS

A interação entre as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa dentro da organização acadêmica, permeia-se na configuração pedagógica que fundamenta o ensino superior sustentada no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, para consolidar essa tríade, a missão, os objetivos, as metas e os valores institucionais devem realizar sua função social e educativa, indo além das questões meramente técnicas para a realização do fazer profissional. O fundamental é o entendimento de que o processo de educar, se faz necessário dentro de uma formação humanística, ética com o intuito de uma responsabilidade social no que tange o desenvolvimento da região.

O fluxograma abaixo traduz o alinhamento entre o tripé que sustenta a educação superior, a responsabilidade institucional, os objetivos institucionais, a missão, a visão e os valores.



Figura 6 - tripé que sustenta a educação superior. Fonte: FST, 2022.

Consequentemente, a missão da Faculdade Santa Teresa de Santarém se concretiza e se aprimora no decorrer em que as políticas acadêmicas apresentadas no eixo 3 deste documento, dialogam com os objetivos e valores institucionais, levando a efetivação do tripé pesquisa, ensino e extensão.

Em acordo com que os indicadores de avaliação preconizam, e a legislação do ensino superior determina. E de comum acordo com a literatura especializada que se ocupa de refletir acerca dos princípios e finalidades desde nível de ensino, é possível afirmar que o ensino superior deve numa perspectiva sistêmica, formar para uma dada profissionalização articulada ao mundo do trabalho e suas necessidades, deve ainda observar a formação humana e ética dos seus acadêmicos, e por fim deve cumprir uma missão importantíssima que se revela no retorno da comunidade com capital humano qualificado, a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento individual e coletivo de da mesma.

Deste modo, a missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, e se comunicam com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica), e devem possibilitar ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio de projetos de responsabilidade social.

Neste escopo, a Faculdade Santa Teresa de Santarém atenderá a este chamado entendendo que a missão representa a direção para a atuação da instituição em contribuição com a sociedade a qual faz parte, desta forma apresenta sua missão e objetivos institucionais, as quais, por sua vez se concretizam em metas a serem almejadas e alcançadas ao final da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A instituição expressará o compromisso com a educação superior de qualidade, pretendendo formar profissionais que conjugam a competência para o mundo do trabalho com o compromisso com o desenvolvimento da sociedade, por meio de sua MISSÃO:

Promover a disseminação e a construção do conhecimento, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão formando profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o desenvolvimento da Amazônia.

2.2 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Para a realização de sua missão institucional a Faculdade Santa Teresa de Santarém, apresenta os seguintes objetivos:

Objetivos
Proporcionar sólida formação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão;
Estimular a pesquisa e a extensão como processos de construção e atualização de conhecimentos, considerando a inserção do aluno na realidade social;
Favorecer condições para que o aluno atue como profissional, capaz de interpretar e interagir numa determinada realidade, de forma a produzir conhecimento, inovação e desenvolvimento para a sociedade a partir da sua formação profissional;
Proporcionar uma formação crítica e reflexiva que dê condições aos egressos de exercer a liderança, de apresentar capacidade de decisão, de definir tomada de decisões assertivas;
Estimular o exercício da cidadania, da responsabilidade socioambiental e da ética na vida pessoal e profissional;
Promover um ambiente de respeito às diferenças culturais, favorecendo a inclusão por meio de ações afirmativas e socioeducacionais.

Figura 7 - Objetivos institucionais. Fonte: FST, 2022.

2.2.1 Objetivos para o Ensino

Promover e desenvolver o ensino considerando os aspectos como fundamentais à formação dos discentes, concretizando por meio da adoção de práticas educativas (ensino/pesquisa/extensão) orientadas para formação das competências, necessária ao pleno exercício profissional do egresso.

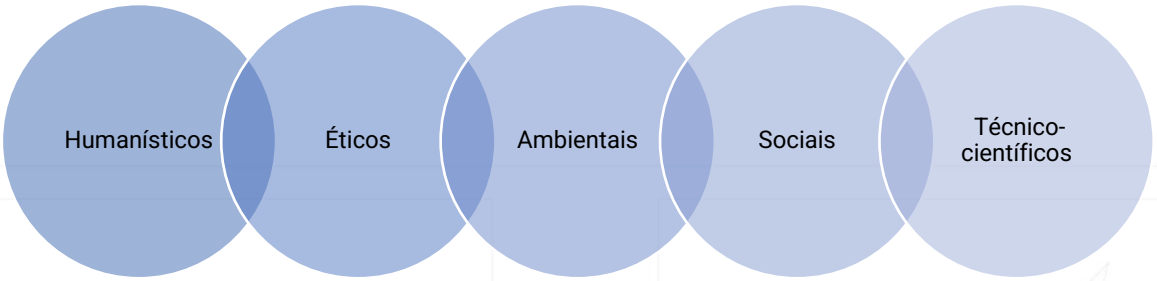


Figura 8 - Aspectos fundamentais a formação dos discentes. Fonte: FST, 2022.

Formar por meio dos processos de ensino/aprendizagem focado na autonomia do discente, uma atuação crítica e reflexiva que possibilite o exercício da liderança, um perfil empreendedor, com a capacidade de decisões assertivas, tendo como perspectiva o exercício da cidadania, da responsabilidade socioambiental e da ética na vida pessoal e profissional.

2.2.2 Objetivos para a Pesquisa

Oportunizar a pesquisa como ferramenta de construção e atualização de conhecimentos, considerando a mesma como fundamental na formação de novas inteligências, na construção de novas tecnologias e de novos processos produtivos, tendo em vista a contribuição da instituição com o desenvolvimento da ciência, e o incremento dos aspectos econômicos e sociais da nossa região.

Claramente que os objetivos da pesquisa permeiam as ações de transformação e construção da inovação de processos, geração de legado acadêmico e do desenvolvimento de novas formas de se compreender aspectos do ensino e extensão. Claramente que tais objetivos devem nortear diversas formas de busca e transformação do conhecimento, dentre elas podem-se destacar:

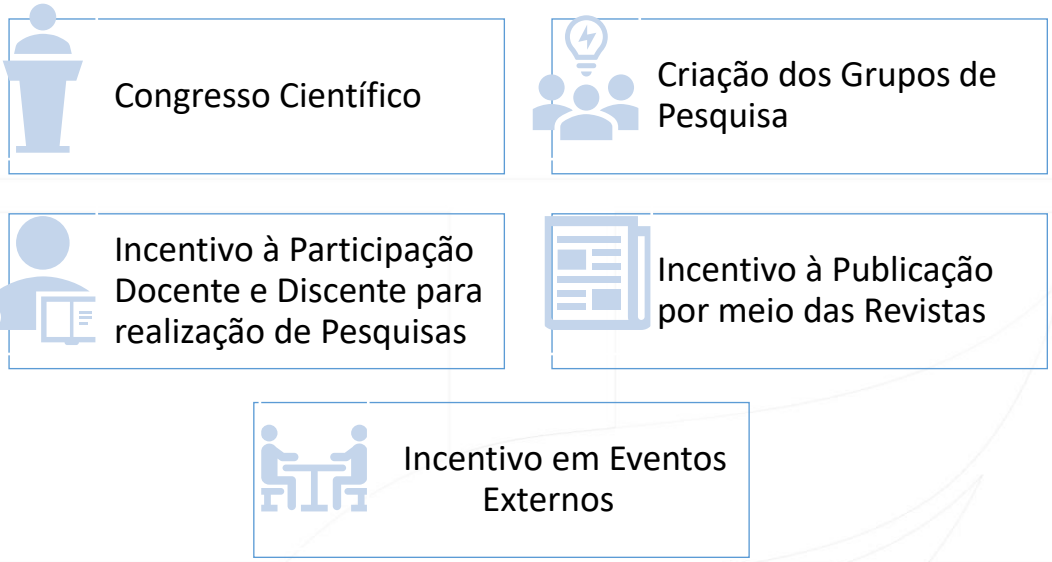


Figura 9 - Formas de alcance dos objetivos da pesquisa em uma IES.

2.2.3 Objetivos para a Extensão e Responsabilidade Social

A IES deve desenvolver a extensão como um instrumento de manifestação do conhecimento dentro da realidade social, econômica e cultural da região, a fim de desenvolver profissionais com competências e habilidades de atuação em uma dada realidade, fomentando assim um intercâmbio de saberes entre a comunidade local e a comunidade acadêmica, por meio dos projetos e atividades do Programa de Articulação de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (PAPEEXI).

2.2.4 Valores Institucionais

Os valores institucionais serão vistos como um conjunto de crenças, ou princípios, que definem e facilitam a participação das pessoas no desenvolvimento da missão, visão e dos próprios valores. Os valores dão o suporte, ao trabalho educativo da IES, sendo estes fundamentais para o alcance de sua missão. São eles:



Figura 10 - Valores da IES. Fonte: FST, 2022.

Os valores institucionais da Faculdade Santa Teresa de Santarém focarão neste ciclo de inovação pedagógica, qualidade de ensino, formação de líderes e empreendedores e uma formação baseado em conceitos éticos, humanísticos visando valores ambientais. Tendo como finalidade o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão direcionados a cada área do conhecimento baseado nas diretrizes curriculares de cada curso visando as demandas da sociedade em que está inserida a IES.

2.1.4 Metas Institucionais para a vigência deste PDI 2022-2026.

As metas serão organizadas em acordo com cinco eixos preconizadas no Instrumento de Avaliação Institucional Externa de 2017, e devem ser alcançadas ao final da vigência desde PDI. São elas:

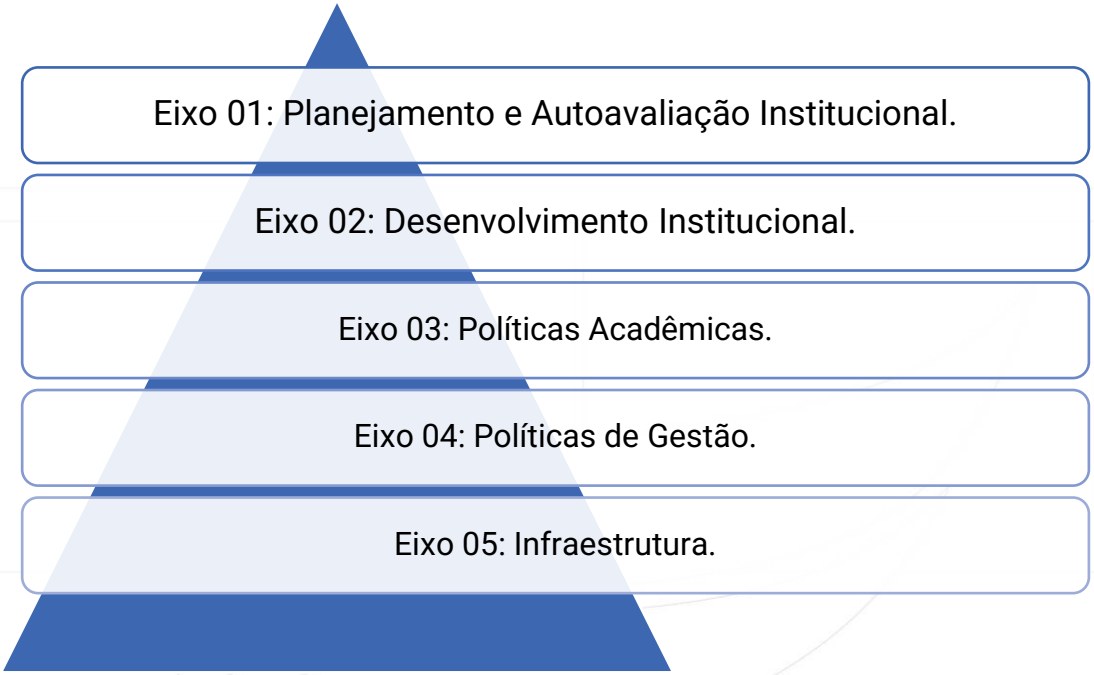


Figura 11 - Eixos do instrumento de avaliação de credenciamento de 2017. Fonte: FST, 2022.

As metas serão organizadas de acordo com os cinco eixos preconizadas no Instrumento de Avaliação Institucional Externa de 2017, e devem ser alcançadas ao final da vigência do PDI

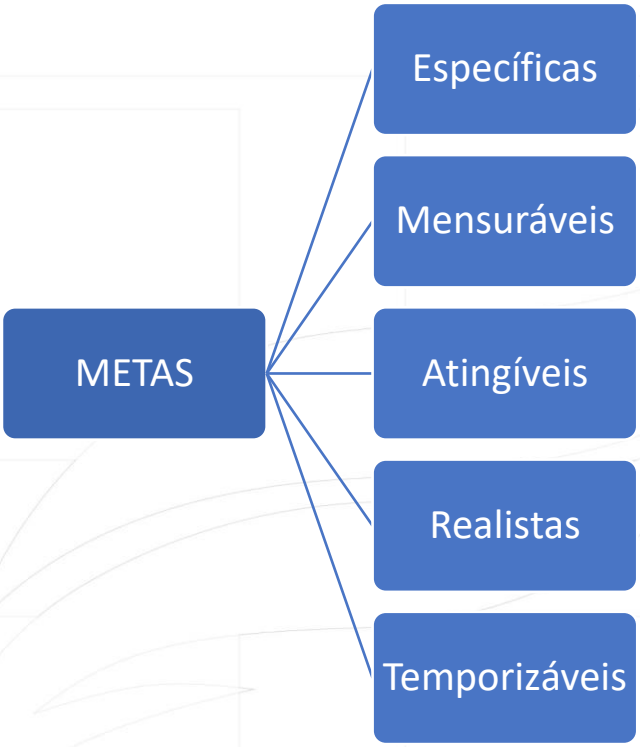


Figura 2312 - Tipos de metas. Fonte: TREASY Consultoria (2022)

META 01	META 02	META 03
Executar em 100% as ações previstas para avaliação institucional ao encargo da CPA, no quinquênio desde PDI, como meio de promoção continua da qualidade e excelência dos serviços educacionais, garantindo o estabelecimento de mecanismos de auto avaliação periódicos no âmbito da instituição em acordo com a política de avaliação institucional e os programas e projetos que dela derivam.	**Ofertar em 100%** os meios e os recursos necessários por intermédio dos diferentes segmentos institucionais previstos, para a realização plena das ações acadêmico-administrativas previstas no quinquênio de vigência desde PDI, considerando os eixos de segmentação do documento (Planejamento e autoavaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura) e as políticas institucionais com os programas e projetos que deles derivam.	**Executar em 100%** as ações institucionais, previstas na vigência desde PDI, referente à diversidade, ao meio ambiente, a memória cultura a produção artística e ao patrimônio cultural, bem como ações de promoção do desenvolvimento econômico e social de responsabilidade social de defesa e promoção dos direitos humanos e étnico racial e ainda a internacionalização.
Específicos: As metas são específicas desta IES e atinentes ao desenvolvimento da instituição e articulados com a missão; visão; valores e objetivos institucionais.		

Mensurável: As metas serão mensuradas a partir do Plano de Acompanhamento de Metas Setorial (PAMS), que será gerenciado pela liderança ao encargo dos Planos de Ações - Para o Plano Acadêmico Administrativo a liderança designada será a Coordenação de Ensino e para o Plano de Melhoria de Gestão a liderança designada será a Coordenação administrativa
Atingíveis: há meios de implementações de ações e mecanismos de acompanhamento para alcance das metas.
Realidade: são metas realísticas e compatíveis com os meios empregados pela instituição para tal.
Temporizáveis: são previstos para cumprimento escalonada e completamente alcanceis ao longo de 5 anos.

2.2.4.1 Detalhamento das metas institucionais em relação aos objetivos institucionais e a missão

2.1.4.1.1 Eixos do Planejamento

PLANEJAMENTO E AUTOAVALIAÇÃOINSTITUCIONAL	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	POLÍTICAS ACADÊMICAS	POLÍTICAS DE GESTÃO	INSFRAESTRUTURA
Promover a cultura da auto avaliação institucional como meio de promoção continua da qualidade e excelência dos serviços educacionais prestados e implantar a CPA como instância independente e responsável pela auto avaliação institucional, garantindo mecanismos de auto avaliação periódicos no âmbito dos cursos de graduação, assegurando por meio de calendário institucional.	Assegurar todos os meios e os recursos por intermédio dos diferentes segmentos institucionais previstos para a realização plena das metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional.	Implantar as políticas institucionais de ensino de graduação e pós-graduação; pesquisa, extensão e de responsabilidade social, tendo em vista o alcance dos objetivos institucionais e a missão contida neste PDI.	Implantar processos de gestão estratégica e planejamento de modo a garantir a articulação das ações desenvolvidas no âmbito da graduação, da pós-graduação, da extensão, da pesquisa científica, da produção tecnológica, artística e cultural, bem como das ações de meio ambiente, amemória, a produção artística e ao patrimônio cultural, com os princípios institucionais e a missão contidas no Plano de Desenvolvimento Institucionais.	Ofertar instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta, atendendo as condições de acessibilidade da Portaria MEC nº 3.284 de 07 de novembro de 2003 e o Decreto 5296/2004.

2.2.4.1.2 EIXO 01 - Planejamento e autoavaliação institucional

Quadro 07 - Metas: EIXO 01 - Planejamento e autoavaliação institucional

META 01 - Promover a cultura da autoavaliação institucional como meio de promoção contínua da qualidade e excelência dos serviços educacionais prestados e ter a CPA como instância independente e responsável pela auto avaliação institucional, garantindo mecanismos de auto avaliação periódicos no âmbito dos cursos de graduação, por meio de calendário institucional, culminando no Relato Institucional.

2022	2023	2024	2025	2026
• **Implantar a CPA como instância independente e responsável pela auto avaliação institucional no âmbito externo e interno.**	• Garantir mecanismos de auto- avaliação periódicos no âmbito da instituição e dos cursos de graduação, por meio de: • Reuniões Mensais da CPA . • Analise dos Relatórios de Avaliação dos Atos de autorização de Cursos • Discussão nas Reuniões com o corpo docente sobre o resultado das avaliações • Utilização dos índices apurados como instrumentos de melhoria da gestão acadêmica e administrativa da instituição.	• Assegurar por meio de calendário institucional o cumprimento das ações de auto avaliação macro institucional e de curso. • Reuniões Mensais da CPA . • Sensibilizaç ão da comunidade acadêmica para os processos de auto avaliação. • Aplicar os instrumentos deauto avaliação macro institucionais e de curso, mediante funcionamento dos mesmos. • Analise dos Relatórios de Avaliação dos Atos de autorização de Cursos . • Discussão nas Reuniões com o corpo docente e comunidade acadêmica, sobre o resultado das avaliações externas quando houver e internas • Propor melhorias da gestão acadêmica e administrativa da instituição.	• Assegurar por meio de calendário institucional o cumprimento das ações deauto avaliação macro institucional e de curso. • Reuniões Mensais da CPA. • Sensibilização da comunidade acadêmica para os processos de autoavaliação. • Aplicar os instrumentos de auto avaliação macro institucionais e de curso, mediante funcionamento dos mesmos. • Analise dos Relatórios de Avaliação dos Atos de autorização de Cursos; • Discussão nas Reuniões com o corpo docente e comunidade acadêmica, sobre o resultado das avaliações externas quando houver e internas Propor melhorias da gestão acadêmica e administrativa da instituição.	• Assegurar por meio de calendário institucional o cumprimento das ações de auto avaliação macro institucional e de curso. • Reuniões Mensais da CPA . • Sensibilização da comunidade acadêmica para os processos de auto avaliação. • Aplicar os instrumentos de auto avaliação macro institucionais e de curso, mediante funcionamento dos mesmos. • Analise dos Relatórios de Avaliação dos Atos de autorização de Cursos. • Discussão nas Reuniões com o corpo docente e comunidade acadêmica, • sobre o resultado das avaliações externas quando houver e internas • Propor melhorias da gestão acadêmica e administrativa da instituição.
INDICADORES				**AMOSTRA**
E1-001	Número de adesão da autoavaliação docente			Anual

E1-002	Número de adesão da autoavaliação coordenadores	Anual
E1-003	Número de adesão da autoavaliação institucional	Anual
E1-004	Número de adesão da autoavaliação comunidade externa	Anual
E1-005	Fator NPS Global[2]	Anual
E1-006	CPC	Semestral
E1-007	IGC	Semestral
E1-008	ENADE	Semestral
E1-009	IDD	Semestral
E1-010	Número de acessos na sala da CPA na PDEAA	Semestral

2.1.4.1.3 EIXO 02 - Desenvolvimento Institucional

Quadro 08 - Metas: EIXO 02 - Desenvolvimento Institucional

META 02: Assegurar todos os meios e recursos necessários, por intermédio dos diferentes segmentos institucionais previstos, para a realização plena das metas e ações acadêmico-administrativas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, considerando as ações de ensino, práticas de extensão, as atividades de pesquisa, iniciação científica, artística e cultural. As ações institucionais referentes à diversidade, ao meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e ao patrimônio cultural, bem como ações de promoção do desenvolvimento econômico e de responsabilidade social.

2022	2023	2024	2025	2026
• **Criar o Programa de Estímulo a Produção e Difusão do Conhecimento.** • **Criar o programa de apoio a iniciação artística e cultural da IES.** • **Criar o Programa de Pós-graduação da IES.** • **Criar Programas de Incentivo ao Ensino e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da IES.** • **Criar a Política de Extensão.**	• Implantar o Programa de Estímulo a Produção e Difusão do Conhecimento. • Implantar o programa de apoio a iniciação artística e cultural da IES. • Implantar os Cursos de Graduação e Pós-graduação previstos neste PDI; Medicina (graduação) e Gestão de Serviços Hospitalares (Pós-graduação) • Implantar a	• Criar o Conselho Editorial da IES • Estimular, sobretudo na comunicação universitária, a produção e a circulação de obras de interesse científico, cultural e didático; • Publicar material de interesse institucional, além de dar suporte a outras produções originárias de pesquisa, ou obras	• Editar materiais gráficos e não gráficos aprovados pelo Conselho Editorial; • Criar a Revista Científica da IES para as área atendidas e de interesse dos cursos. • Produzir material pedagógico inovador a partir de metodologias desenvolvidas pelos docentes nos cursos de graduação e pós-	• Criar a Revista Científica da IES para a área de Saúde. • Promover concursos, eventos, reuniões científicas e culturais no âmbito da IES. • Consultadas as devidas instâncias, filiar-se a associações de classe nacionais e internacionais • Promover Convênio de cooperação Técnica com entidades nacionais e

[2] O Fator NPS Global deverá ser calculado pela média de todos os resultados de cada indicador das autoavaliações.

	Política de Extensão a partir da sua curricularização nos cursos de graduação.	de relevância artística e cultural; • Executar Projetos voltados para os temas diversidade étnica, linguística, ambiental e cultural via extensão e iniciação científica • Implantar os Cursos de Graduação e Pós-graduação previstos neste PDI -Enfermagem (Graduaçção) e Didática e metodologias ativas da aprendizagem (Pós-Graduação) • Implantar ações extesionistas em acordo com a política e os cursos ofertados.	graduação. • Implementar ações de valorização da memória e do patrimônio cultural e ambiental, por meio de • atividades culturais extraclasse propostas pela IES e exposições temporárias. • Implantar os Cursos de Graduação e Pós-graduação previstos neste PDI -Biomedicina (Graduação) Medicina do Trabalho (Pós-graduação) • Implantar ações extesionistas em acordo com a política e os cursos ofertados	internacionais • Criar espaço permanente para difusão da memória e guarda de patrimônio cultural. • Implantar os Cursos de Graduação e Pós-graduação previstos neste PDI. – Farmácia e Nutrição (Graduação) e Clínica e Atenção Farmacêutica (Pós-graduação) • Implantar ações extesionistas em acordo com a política e os cursos ofertados.

INDICADORES		AMOSTRA
E2-001	Número de produções dos discentes	Semestral
E2-002	Número de produções dos docentes	Semestral
E2-003	Número de alunos aderentes aos programas de iniciação artística e cultural	Semestral
E2-004	Número de cursos ofertados na Pós-graduação	Semestral
E2-005	Número de vagas nos cursos de pós-graduação ofertadas	Semestral
E2-006	Número de vagas nos cursos de pós-graduação ocupadas	Semestral
E2-007	Número de publicações interesse científico, cultural e didático	Semestral
E2-008	Número de projetos voltados para os temas diversidade étnica, linguística, ambiental e cultural	Semestral
E2-009	Número de discentes em programas de iniciação científica	Semestral
E2-010	Número de docentes em programas de iniciação científica	Semestral
E2-011	Número de cursos de graduação ofertados	Semestral
E2-012	Número de vagas em cursos de graduação ofertadas	Semestral
E2-013	Número de vagas cursos de graduação ocupadas	Semestral
E2-014	Númedo de artigos publicados em revista científica própria	Semestral
E2-015	Número de atividades culturais extraclasse propostas e exposições temporárias	Semestral

E2-016	Número de exposições temporárias	Semestral
E2-017	Filiação a associações de classe nacionais	Semestral
E2-018	Filiação a associações de classe internacionais	Semestral

2.1.4.1.4 EIXO 03 – Políticas acadêmicas

Quadro 09 - Metas: EIXO 03 – Políticas acadêmicas

META 3: Implantar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão, tendo em vista o alcance dos princípios institucionais, a missão contida no Plano de Desenvolvimento Institucional, a comunicação com a sociedade e as políticas de atendimento aos discentes.				
2022	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**
• **Criar as políticas de ensino, pesquisa, extensão, pós- graduação, tendo em vista o alcance dos princípios institucionais e a missão contidas no Plano de Desenvolvimento Institucionais**	• Implantar as Políticas de Ensino de graduação e pós-graduação; Pesquisa e Extensão, por meio do desenvolvimento do Projeto Pedagógico dos cursos autorizados.	• Promover a melhoria da qualidade de ensino, ofertando; • Implantar Programas de Atendimento ao aluno: apoio Psicopedagógico, acolhimento ao ingressante, nivelamento e monitoria, Programas de apoio estudantil; • Implantar a política de responsabilidade social e de inclusão social. • Implantar o programa de Acessibilidade ; • Implantar o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade; • Implantar o Programa de Educação Ambiental • Implantar a política de responsabilidade	• Promover a melhoria da qualidadede ensino, ampliando: • As Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão previstas neste PDI, com aumento do investimento por parte da IES, nas referidas políticas, por meio da: • Ampliação da oferta de vagas e cursos no Nivelamento • Ampliação do Programas deApoio Estudantil; • Ampliação do Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e • Extensão (PAPEERI); • Ampliação da política de responsabilidade social e de inclusão social, com aumento do investimento por parte da IES, nas referidas políticas.	• Promover a melhoria da qualidade de ensino, ampliando:, por meio das Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão previstas neste PDI, com aumento do investimento por parte da IES, nas referidas políticas, por meio da: • Ampliação da oferta de vagas e cursos no Nivelamento • Ampliação do Programas deApoio Estudantil; • Ampliação do Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão (PAPEEXI); • Ampliação da política de responsabilidade social e de inclusão social, com aumento do investimento por parte da IES, nas

		social e de inclusão social; • Implantar o programa de Acessibilidade • Implantar o Programa de Educação Ambiental • Implantar o Núcleo de Pesquisa e Extensão.	• Ampliação o programa de Acessibilidade ; • Ampliação o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade • Ampliação o Programa de Educação Ambiental • Ampliação da política de responsabilidade social e de inclusão social; • Ampliação do Programa de Acessibilidade • Ampliação do Programa de Educação Ambiental • Ampliação do Núcleo deExtensão.	referidas políticas. • Ampliação do Programa de Acessibilidade; • Ampliação o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade • Ampliação o Programa de Educação Ambiental; • Ampliação da política de responsabilidade social e de inclusão social; • Ampliação do Programa de Acessibilidade • Ampliação do Programa de Educação Ambiental • Ampliação do Núcleo deExtensão. • Ampliação da oferta dos Cursos de Pós-graduação lato-sensu. • Utilização dos dados daCPA e das Avaliações Externas como oportunidades de melhoria dos cursos.

INDICADORES		**AMOSTRA**
E3-001	Número de discentes a recebidos pelo NAPSI	Semestral
E3-002	Número de alunos que realziaram algum tipo de nivelamento	Semestral
E3-003	Número de alunos que participaram do programa de monitoria	Semestral
E3-004	Número de alunos que participaram de programas de apoio estudantil	Semestral
E3-005	Número de ações no programa de Acessibilidade	Semestral
E3-006	Número de ações no programa de Educação Ambiental	Semestral
E3-007	Número de alunos desistentes	Mensal
E3-008	Número global de evasão	Mensal
E3-009	Docentes com mestrado ou doutores	Semestral
E3-010	Docentes com doutorado	Semestral

2.1.4.1.5 EIXO 04 – Políticas de Gestão

Quadro 10 - Metas: EIXO 04 – Políticas de Gestão

META 04 - Implantar processos de gestão abrangendo as políticas de pessoal, organização e gestão institucional e a sustentabilidade financeira da IES.

2022	2023	2024	2025	2026
• **Criar planos de cargos e salários para docentes e administrativo;** • **Criar políticas de formação docentes, com incentivo/auxilio a participação em eventos científico/técnicos/ cultural;** • **Criar políticas de formação administrativa, com incentivo/auxilio a participação em eventos Criar a política de gestão dos órgão de forma democrática e autônoma.**	• Implantar processos de gestão estratégica e planejamento de modo a garantir a articulação das ações desenvolvidas no âmbito da graduação, da pós-graduação, da extensão, da pesquisa científica, da produção tecnológica, artística e cultural, bem como das ações de meio ambiente, a memória, a produção artística e ao patrimônio cultural, com os princípios institucionais e a missão da IES; • Implantar do Plano de Carreiras e Cargos do Corpo Docente e Técnicos Administrativos; • Implantar processos de captação de recursos humanos para a docência tendo em vista critérios de experiência docente, formação acadêmica, experiência profissional, conhecimentos pedagógicos e da	• Garantir o cumprimento das rotinas necessárias à administração dos recursos financeiros institucionais da IES; • Promover a melhoria da qualidade dos serviços ofertados a partir da formação continuada a docentes e corpo técnico visando a melhoria continua dos serviços ofertados; • Implantar o processo de desenvolvimento contínuo dosistema de controle acadêmico para uso de professores e alunos Promover a gestão adequada dos recursos financeiros da IES, tendo em vista a sustentabilidade financeira da IES, por meio da aplicação correta dos recursos e fiscalização da aplicação dos mesmos; • Implantar processo de acompanhamento adequado e constante da	• Garantir o cumprimento das rotinas necessárias à administração dos recursos financeiros institucionais da IES. Promover a melhoria da qualidade dos serviços ofertados a partir da formação continuada a docentes e corpo técnico visando a melhoria continua dos serviços ofertados; • Promover a gestão adequada dos recursos financeiros da IES, tendo em vista a sustentabilidade financeira da IES, por meio da aplicação correta dos recursos e fiscalização da aplicação dos mesmos.	• Ampliar o programa permanente de capacitação profissional para formação dos colaboradores nas suas funções e melhoria continua; • Ampliar o Programa de Incentivo a Qualificação apartir de gratificação previstas no plano de cargos e salários para os colaboradores que se destaquem a partir do mérito e/ ou melhor qualificação profissional; • Incrementar o Programa de Qualidade de Ensino onde estão inseridas ações de formação continuada aos docentes da instituição, de avaliação e auto avaliação docente e de incentivo a produção científica e a inovação pedagógica; • Incrementar ações de incentivo a inovação pedagógica, considerando a interdisciplinaridad e e a

	área de formação e por fim produção acadêmica, técnica e científica; • Implantar os Colegiados de Curso no âmbito da graduação, considerando a autonomia e representatividade dos órgãos de gestão; participação de professores, técnicos, alunos e sociedade civil organizada, obedecendo a critérios de indicação e recondução de seus membros, registro e periodicidade de reuniões; • Implantar a Secretaria Acadêmica para atendimento de alunos, realização de matriculas, emissão e controle de documentos físicos e virtuais.	gestão financeira e orçamentária da IES por meio dos setores competentes; • Implantar o Colegiado Discente; • Desenvolver de programa permanente de capacitação profissional para formação dos colaboradores nas suas funções e melhoria continua; • Desenvolver o Programa de Incentivo a Qualificação a partir de gratificação previstas no plano de cargos e salários para os colaboradores que se destaquem a partir do mérito e/ ou melhor qualificação profissional.		transversalidade como dimensões fundamentais do trabalho pedagógico desenvolvido.

INDICADORES		**AMOSTRA**
E4-001	Número de docentes que participaram em eventos científico/técnicos/cultural	Anual
E4-002	Número de docentes que participaram de formação contnuada	Anual
E4-003	Número de colaboradores (Técnico-administrativo) que participaram de formação contnuada	Anual
E4-004	Número de colaboradores incentivados a participarem de formação externa à IES	Anual

2.1.4.1.6 EIXO 05 – Infraestrutura

Quadro 11 - Metas: EIXO 05 – Infraestrutura

META 05 - Ofertar instalações adequadas e equipamentos compatíveis com as atividades educacionais previstas, considerando, o número de cursos, o número de alunos e os espaços necessários para a o pleno desenvolvimento da missão institucional da IES.				
2022	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**
• **Ofertar instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) equipadas segundo a finalidade e devem atender plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.** • **Ofertar sala de reunião para uso exclusivo do Núcleo Docente Estruturante** • **Ofertar sala de reunião para uso das coordenações de cursos e colegiados** • **Ofertar infraestrutura necessária para os setores administrativos, incluindo a CPA e o Núcleo Docente Estruturante e as instalações acadêmicas necessários ao atendimento das demandas institucionais** • **Ofertar condições de acessibilidade**	• Desenvolver política de aquisição, expansão e atualização do acervo baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos ofertados.	• Adequar às instalações físicas tendo em vista a ampliação da oferta de vagas e cursos da IES. • Ampliação das instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.	• Ampliar às instalações físicas tendo em vista a ampliação da oferta de vagas e cursos da IES.	• Ampliar às instalações • físicas tendo em vista a ampliação da oferta de vagas e cursos da IES.

aos usuários e funcionários da IES tendo em vista o que preconiza a Portaria MEC nº 3.284 de 07 de novembro de 2003 e o Decreto 5296/2004. **• Ofertar salas de aula equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta equipadas com os recursos pedagógicos necessários.** **• Ofertar Auditório equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta equipadas com os recursos pedagógicos e tecnológicos necessários.** **• Ofertar laboratórios didáticos e de informática equipados, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação,**				

acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta equipadas com os recursos pedagógicos e tecnológicos necessários ao excelente atendimento as necessidades dos cursos ofertados; **•Ofertar áreas de convivência capaz de proporcionar a prática de esportes, a recreação e o desenvolvimento cultural.** **•Ofertar serviços de ambulatório para alunos e funcionários tendo em vista a prestação de primeiros socorros em casos de urgência;** **• Ofertar biblioteca informatizada, no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar.**				

INDICADORES		**AMOSTRA**
E5-001	Número de salas de aula	Anual
E5-002	Números de laboratórios coletivos	Anual
E5-003	Número de laboratórios de uso específico	Anual

2.1.5 Ações internas, transversais e externas que demonstrem a responsabilidade social na instituição.

É percebido que o ensino e a aprendizagem serão entrelaçados, no entanto o entendimento de que processos interdisciplinares, processos transversais, extensão, artístico-cultural e

responsabilidade social, não são distantes deste mesmo ensino e aprendizagem, sendo necessário desconstruir do imaginário social a ideia deste distanciamento. A Faculdade Santa Teresa de Santarém, permite em seus processos de formação, que o discente e os docentes caminhem de forma natural por esses processos.

Na representação a seguir apresentamos a relação dessas atividades e como elas serão executadas ao longo da vigência desde PDI

Atividades	Internas (2022 - 2026)	Sábado integrador
		Sábado cultural
		Exposição de empreendedorismo
	Externas (2022 - 2026)	Ação social GACC
		Roda de conversa sobre o autismo
		Escolha profissional: mitos e desafios

Figura 13 - Ações internas, transversais e externas que demonstrem a responsabilidade social na instituição. Fonte: FST, 2022.

2.1.5.1 Ações institucionais externas

A Faculdade Santa Teresa de Santarém visará a articulação de programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.

A instituição promoverá um projeto de Workshop no campo de trabalho que é um evento direcionado a todo o corpo acadêmico da Instituição, para estimular o desenvolvimento profissional do discente, o evento aproxima o aluno com a realidade do mercado de trabalho, tendo oportunidade de estar com mais proximidade a sua área de atuação e buscando e assertividade e até mesmo orientação do perfil profissional, reforçando a importância do autoconhecimento da qualificação e construção de um projeto profissional. O evento deverá ser realizado nas dependências da Universidade e conta com a participação de empresas parceiras que recebem currículos, realizam atividades interativas, além de palestras com gestores renomados de empresas nacionais e multinacionais. Vale ressaltar que a

iniciativa tem como objetivo divulgar aos alunos ingressantes e reforçar aos veteranos o referido projeto de empregabilidade da Instituição. é importante notabilizar a presença das mais novas ferramentas tecnológicas que poderá ser exibida aos alunos por meio das exposições das empresas conveniadas no dia do evento.

Assim, reafirmando suas intenções e compromissos com a efetivação de uma ação educacional pautada na conquista de uma formação científica de qualidade e na formação humana dos discentes, aprimorando os seus conhecimentos existentes e produz outros novos.

2.1.5.2 Projetos de responsabilidade social

A IES expandirá suas ações de responsabilidade social, especialmente no âmbito didático-pedagógico e social. Sabe-se que a questão ao acesso as informações sociais é uma transformação dos valores existentes na sociedade.

Assim, objetiva-se nos próximos anos:

- Conceder à comunidade a possibilidade de conhecer as legislações que envolvem o acesso favorecendo ao exercício da cidadania;
- Promover cursos e debates transversais sobre a temática Acesso a Cidadania é para todos.

A Faculdade Santa Teresa de Santarém almejará a excelência do ensino e entende que não é possível fomentar ensino de qualidade sem que seja considerada necessária uma ação social, nessa perspectiva o projeto de RESPONSABILIDADE SOCIAL AO MEIO AMBIENTE visará a compreensão em dois níveis: o nível interno relaciona-se com os docentes, discentes e, a todas as partes afetadas pela empresa e que, podem influenciar no alcance de seus resultados. O nível externo serão as consequências das ações de uma organização sobre o meio ambiente, os seus parceiros de negócio e o meio em que estão inseridos. para o seu meio envolvente. Desta forma, a responsabilidade social muitas vezes envolve medidas que trazem cultura e boas condições para a sociedade.

2.2 PLANEJAMENTO DIDÁTICO-INSTITUCIONAL E POLÍTICAS DE ENSINO E DE PÓS-GRADUAÇÃO

O planejamento didático institucional será trabalhado no cenário da educação superior se propõe a realizar um trabalho pedagógico que incorporará em suas práticas educativas, métodos de ensino e técnicas no campo da didática, orientada para o desenvolvimento de competências privilegiando o uso de metodologias inovadoras de ensino. Nossa proposta de avaliação da

aprendizagem encontra-se articulada a metodologia de ensino, e se orienta para avaliação de competências desenvolvidas pelos alunos.

A instituição promoverá um ensino de graduação com as seguintes ações:

- Método e técnicas didáticas-pedagógico
- Consolidação da relação teórica e prática
- Visão dialogada no processo de construção do conhecimento
- Acessibilidade pedagógica, material e adaptado
- Apoio especializado e atividades de avaliação
- Avaliação das competências e habilidades

Trabalhando nessa melhoria continuada a instituição articulará políticas de ensino na graduação e pós-graduação que são fundamentadas nos conteúdos curriculares estão pautados nos marcos legais (DCN´s) ou no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores e presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, e em níveis de pós-graduação. O desenvolvimento das competências servirá tomados como objetos do processo de aprendizagem trabalhando conceitos, habilidades e atitudes que se entrecruzam no trabalho sistemático em sala de aula.

Os aspectos de inovação pedagógica também estarão presentes na organização do trabalho pedagógico, a partir da inserção de elementos tecnológicos de complementação e enriquecimento dos conteúdos e das aprendizagens, na realização de atividades pedagógicas com o uso de jogos, vídeos, e demais recursos didáticos disponíveis, no uso dos laboratórios (para o curso com esta previsão) , na inserção do contexto do mundo do trabalho nas atividades de sala de aula, com desenvolvimento de projetos ou atividades.

Assim, os planos de aprendizagem serão elaborados no sentido de garantir uma dada organização pedagógica a partir de sequências didáticas planejada para assegurar o alcance dos objetivos propostos no componente curricular e o desenvolvimento de competências previstas nos projetos pedagógicos do curso.

Neste sentido, a política de ensino de graduação e pós-graduação da instituição tem como seus princípios, a construção coletiva, a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade e a problematização do saber, como elementos essenciais para a construção de aprendizagens significativas, duradouras e capazes de proporcionar a melhor inserção do aluno no mercado de trabalho com preparo técnico-científica que resulte em autonomia intelectual e profissional. Assim, visando sempre a excelência educacional a IES, orienta o ensino dentro dos seguintes balizamentos pedagógicos:

- Ação pedagógica centrada no aluno, sobre o qual manter-se-á processo integrado de educação e de formação intelectual e profissional;
- Ação pedagógica integrada por objetivos de aprendizagem, a partir do projeto pedagógico de cada curso, área de conhecimento e habilitação profissional;
- Ação pedagógica crítica, dinâmica e prática, tanto quanto possível sobre atividades extracurriculares de caráter técnico-científico, cultural, desportivo etc.;
- Ação pedagógica articulada entre ensino, pesquisa e extensão garantindo produção de conhecimento com contribuição social, colocando suas políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional;
- Ação pedagógica sensível e comprometida com os problemas da comunidade, assumindo a corresponsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional.

Tendo em vista as Políticas de Ensino de Graduação e Pós-Graduação, com a incorporação de avanços tecnológicos e metodologias que incentive a inovação e a interdisciplinaridade, as metas institucionais previstas para serem alcançadas ao longo do período de vigência do PDI possuem estreita relação com a missão, valores e com a visão de futuro que a IES tem para si, qual seja a de se tornar referência em qualidade do ensino superior na Região. Guarda, também, estreita relação com os objetivos deste documento.

2.2.1 Diretrizes da Política de ensino

A POLÍTICA de ENSINO da IES é orienta pelas seguintes **diretrizes**:

- Atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando,as demandas da região, a missão e visão da IES;
- Promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional (PAPEEXI);
- Desenvolver o Ensino de graduação com base em competências e habilidades previstas nas DCN's ou Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares em modalidades distintas conforme a legislação e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;

- Promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio de seus **Programas de Educação Ambiental** e ainda o **Programa de Educação para os Direitos Humanos**, obedecem ao que determina a legislação pertinente;
- Promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica, utilizando-se de metodologias inovadoras, por meio da interação teórico-prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem em acordo com o que se estabelece no **Programa de Qualidade de Ensino** e **Programa de Inovação Pedagógica**;
- Atender seus estudantes, ofertando o apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessário ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem, por meio do **Programa de Apoio ao Discente**; **Programa de Acessibilidade** e **Programa de Acompanhamento do Egresso**;
- Promover a gestão participativa, por meio dos NDE"s e Colegiado docente e discente, garantindo inclusive a representatividade de alunos em órgãos colegiados;
- Realizar o Programa de Monitoria, como estímulo a formação de novos quadros docentes.

2.2.1.1 Graduação

I. Articular ensino, pesquisa e extensão por meio de atividades de integração entre graduação.
II. Oferecer disciplinas optativas como um componente curricular inovador, oportunizando aos estudantes um elenco de disciplinas que tenha como natureza um conjunto de conhecimentos e saberes que atendando os princípios da inter (multi)disciplinaridade.
III. Oportunizar um Ensino de formação competentes e habilitado prevista no curso, para atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;
IV. Fomentar conhecimentos científicos e técnicos que constituem patrimônio para humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
V. Proporcionar a graduação, aberta à participação da população, trabalhando estratégias como: artístico cultural, pesquisa científica, étnico racial, e tecnológica geradas na instituição;

VI. Viabilizar informações sobre convênios de cooperação e colaboração em pesquisa.

2.2.1.2 Pós-Graduação

I. Ofertar disciplinas mais significativas para aprendizagem ao discente, trabalhando conhecimento didático, conteúdo e saberes experenciais;
II. Qualificar profissionais com novas técnicas, processos e inovações para adequando para as novas realidades;
III. Promover uma formação sólida e intelectual um olhar holístico e crítico da realidade local, nacional e internacional, mediante a preparação para a pesquisa e para o desenvolvimento da capacidade de diálogo com as múltiplas manifestações do pensamento contemporâneo;
IV. Fomentar aprendizagem/acadêmica que visa compreender a percepção de qualidade dos alunos.

2.2.2 Métodos e as técnicas didático-pedagógicas

Para a IES, a aprendizagem relacionará com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, favorecerá a aproximação desses dois polos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que eles devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, a linha horizontal possibilitará a consolidação da relação entre teoria e prática. Nessa linha, os alunos são motivados a problematizar e contextualizar os saberes adquiridos com a linha vertical.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- Promover continuamente a acessibilidade pedagógica e atitudinal.

A IES está organizada segundo uma abordagem construtivista da educação de adultos e busca a estimular a capacidade de aprender a aprender o trabalho em equipe, a postura ética, colaborativa e compromissada com as necessidades da sociedade.

Visa aprofundar, de modo crítico e reflexivo, o conhecimento cientificamente produzido nas áreas exatas, sociais, de gestão, saúde e educação e o diálogo entre esses saberes e as necessidades advindas da realidade.

O trabalho do profissional será orientado pelo modo como se entende a educação e as teorias que fundamentam o processo de ensino-aprendizagem. A seleção dos conteúdos, as estratégias que serão utilizadas, as expectativas sobre o impacto da ação educacional e, especialmente, o modo como se posiciona quando troca saberes, e lida com os educandos serão reflexos de uma determinada concepção educacional.

Assim, podem-se identificar diferentes concepções sobre o processo de aprendizagem. Essas concepções fundamentam três tendências pedagógicas que caracterizam a relação entre:

a) o sujeito que aprende;
b) o objeto a ser conhecido (conteúdos de aprendizagem) considerando-se os produtos sociais e culturais;
c) a mediação entre o sujeito e o objeto.

Todos nós, no cotidiano das relações que desenvolvemos, atuamos, predominantemente, considerando as três principais teorias sobre o processo de aprendizagem:

i. inatista;
ii. ambientalista; e

iii. interacionista, e, destacamos as características essenciais de cada uma, de modo a explicitar porque escolhemos a teoria interacionista, que defende uma abordagem construtivista do conhecimento.

Para a teoria inatista do conhecimento, o foco da aprendizagem é o próprio sujeito. Essa concepção fundamenta-se na ideia de que os fatores hereditários e maturacionais definem a constituição do ser humano e que a aprendizagem ocorre de dentro para fora. O papel da escola e dos professores é o de favorecer a expressão das características inatas. O sucesso educacional depende, então, das características trazidas pelas pessoas e as diferenças observadas entre elas são consideradas insuperáveis, uma vez que são biologicamente estabelecidas (MATUI, 1995; REGO, 1995; MEIRIEU, 1998).

De modo oposto, a teoria ambientalista atribui ao ambiente a constituição das características humanas, e privilegia a experiência como fonte de conhecimento e de formação de hábitos de comportamento. Essa concepção, embora considere que as pessoas nasçam com a capacidade de aprender, coloca foco no objeto a ser conhecido e a aprendizagem é concebida como algo que ocorre de fora para dentro. Na escola, as atividades serão realizadas de modo a favorecer a acumulação de informações, por meio da repetição e de reforços positivos, visando à criação de hábitos. Os erros serão punidos, também no sentido de reforçar a criação de hábitos, fundamentados por um modo correto de pensar e agir. Os professores estarão no centro desse processo, devendo ser grandes conhecedores dos assuntos a serem tratados, e responsáveis pela transmissão de informações aos estudantes, segundo uma determinada ordem e sequência lógica preestabelecida (FREITAG, 1990; BECKER, 1993; MEIRIEU, 1998; CUNHA, 2003).

Para a teoria interacionista ou construtivista, o foco está nos processos de conhecimento, isto é, na interação entre o sujeito que aprende e o objeto. As pessoas são consideradas sujeitos que procuram informações de forma ativa. O professor orientará o processo de aprendizagem, atuando como facilitador e mediador entre sujeito e objeto. As motivações internas e os conhecimentos prévios dos estudantes, a atuação dos mais experientes - pares e professores -, assim como a vivência na escola, serão levadas em consideração e valorizadas. Dessa forma, o ensino volta-se às necessidades de aprendizagem desses sujeitos, que a partir de uma postura ativa diante dos conteúdos constroem suas aprendizagens.

No processo de aprendizagem, o erro passa a ser um insumo para a construção de melhores associações e fundamentações, perdendo a conotação de algo a ser escondido porque será punido. Para a teoria interacionista, "o homem constitui-se como tal ou por meio de suas interações e, portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada

cultura" (REGO, 1995, p. 93). O conjunto de ideias que fundamenta a abordagem construtivista vem sendo progressivamente conhecida por professores e escolas que passaram a tencionar o modelo educacional hegemônico fundamentado na concepção ambientalista da aprendizagem. Esse movimento deu início à construção de propostas curriculares e programas educacionais que colocam o foco na interação entre sujeitos ativos no processo de aprendizagem "capazes de fixar objetivos educacionais, planejar e fazer correções" e professores e escolas responsáveis por favorecer e ampliar a compreensão desses sujeitos sobre a realidade (BRANSFORD, 2007, p.115).

Investigações da ciência cognitiva e da neurociência, nas últimas três décadas, têm possibilitado a construção de explicações mais aprofundadas sobre a teoria interacionista da aprendizagem, com importantes repercussões para a elaboração de currículos e para a prática de ensino, considerando-se: a seleção e organização dos conteúdos; o uso de estratégias e metodologias de ensino- aprendizagem e de avaliação; assim como, o papel da escola, dos docentes e dos discentes na educação (RUGOFF, 1990). A síntese organizada por John D. Bransford, Ann I. Brown e Rodney Cocking, em 2000, destaca a base científica dos processos que regem a aprendizagem e aponta as principais descobertas em relação à aprendizagem (BRANSFORD, 2007, p. 37):

I. o desenvolvimento da metacognição, como uma estratégica de aprendizagem voltada à identificação dos próprios pontos fortes e frágeis no processo de aprender e busca, pela autorregulação, do "controle da aprendizagem, por meio da definição de objetivos e do monitoramento de seu próprio progresso em alcançá-los";
II. o reconhecimento de que desenvolvemos, desde muito cedo, uma compreensão sobre os fenômenos a nossa volta e, quando esse entendimento inicial não é considerado, há uma expressiva chance de que os novos conceitos não sejam bem compreendidos;
III. o conceito de competência como a aplicação de conjuntos de conhecimentos articulados, organizados e contextualizados, reconhecido a partir da compreensão do processo de aprendizagem de especialistas (HAGER, 1986). Reforçando esses achados, estudos sobre diferenças e semelhanças no processo de aprendizagem de especialistas e principiantes coloca foco na utilização de estratégias de aprendizagem como um relevante diferencial, sendo que a metacognição foi identificada como sendo uma das principais estratégias de aprendizagem utilizada pelos especialistas para a construção de conhecimento (HATANO, 1986).

Diferentemente de principiantes, os especialistas percebem características e padrões de informações, a partir de uma observação; utilizam um repertório vasto de conteúdo, organizados segundo uma compreensão profunda desses assuntos; articulam o conhecimento com as condições de aplicabilidade - conhecimento contextualizado- ao invés de conjuntos isolados de fatos, fenômenos

ou teorias; recuperam aspectos relevantes do seu conhecimento, de modo fluente e com pouco esforço de atenção (BRANSFORD, 2007, p. 51).

A partir dessas diferenças, construímos atividades educacionais que favorecerá a metacognição e as trocas entre especialistas e principiantes. Nessa estratégia, destacamos que, como somos seres em permanente aprendizagem, sempre teremos áreas nas quais nosso domínio está mais próximo do modo como os especialistas atuam e em outras áreas onde ainda somos principiantes. Mesmo sendo principiantes, temos alguma compreensão sobre os fenômenos envolvidos numa determinada situação que deve ser considerada.

Desse modo, estimulamos que os saberes prévios, os repertórios de cada participante sejam explicitados para utilização na construção de novos saberes. Todas as experiências que as pessoas vivenciam em seus papéis sociais são consideradas saberes prévios. O conhecimento prévio é um elemento crítico no processo de aprendizagem (MEIRIEU,1998). Ao formular o conceito de aprendizagem significativa, David Paul Ausubel (1918-2008), pesquisador norte-americano, explicita que o fator isolado mais influente na aprendizagem é aquilo que o aprendiz já conhece.

Paralelamente ao conhecimento prévio, o conhecimento contextualizado é um saber aprendido a partir de uma situação que requeira a utilização e articulação de conceitos para melhor explicá-la ou nela intervir. Diferentemente de uma lista de fatos, fórmulas ou teorias isoladas e desarticuladas, os contextos traduzem a aplicabilidade dos saberes e condicionam o conhecimento a um determinado conjunto de circunstâncias. É exatamente o reconhecimento dessas circunstâncias que favorece uma recuperação fluente de aspectos importantes do conhecimento apreendido, com pouco esforço de atenção e com flexibilidade para sua transferência para uma nova situação (BROWN, 1989; SIMON, 1971).

O conhecimento não contextualizado pode ser considerado inerte, uma vez que não é mobilizado para a resolução de problemas (WHITEHEAD, 1994). O conhecimento apenas memorizado, sem compreensão, não é categorizado ou articulado em unidades ou elementos afins, requerendo uma recuperação trabalhosa e demandando um expressivo esforço de atenção para a busca de informações que foram sequencialmente memorizadas. Esse processamento dificulta o desenvolvimento de fluência na utilização do conhecimento.

Assim, nas propostas educacionais aqui apresentadas, privilegia-se a contextualização dos conteúdos a serem trabalhados. Essa estratégia traduzida na utilização de situações, problema contextualizadas, diante da qual os participantes são estimulados a aplicar saberes prévios e novos. Dessa forma, utilizamos o contexto real no qual o participante está inserido, especialmente para promover processos reflexivos, por meio de narrativas sobre a prática, e para o desenvolvimento de

projetos de intervenção, visando à transformação. Considerando o contexto apresentado, podemos destacar que as propostas educacionais da IES para os seus Cursos contemplam:

- a identificação dos conhecimentos prévios dos estudantes;
- o reconhecimento de seus interesses, facilidades, dificuldades e bloqueios;
- o apoio ao desenvolvimento da compreensão de conceitos essenciais, dando preferência pelo entendimento em profundidade;
- o estímulo ao desenvolvimento de sínteses que favoreçam a organização do conhecimento em redes semânticas articuladas e contextualizadas;
- a promoção do respeito ao outro, considerando a diversidade de ideias e valores;
- o desenvolvimento de responsabilidade e postura ética, particularmente como profissional e cidadão do mundo.

2.2.2.1 Metodologias ativas de ensino-aprendizagem

Estas metodologias têm algumas características principais:

- O aluno é responsável por seu aprendizado, o que inclui a organização de seu tempo e a busca de oportunidades para aprender;
- O currículo é integrado e integrador e fornece uma linha condutora geral, no intuito de facilitar e estimular o aprendizado. Essa linha se traduz nas unidades educacionais temáticas do currículo e nos problemas, que deverão ser discutidos e resolvidos nos grupos tutoriais;
- A IES oferece uma grande variedade de oportunidades de aprendizado através de laboratórios, experiências e estágios hospitalares e comunitários, bibliotecas e acesso a meios eletrônicos (Internet);
- O aluno é precocemente inserido em atividades práticas relevantes para sua futura vida profissional;
- O aluno é constantemente avaliado em relação à sua capacidade cognitiva e ao desenvolvimento de habilidades necessárias à profissão;
- O currículo é maleável e pode ser modificado pela experiência;
- O trabalho em grupo e a cooperação interdisciplinar e multiprofissional são estimulados;
- A assistência ao aluno é individualizada, de modo a possibilitar que ele discuta suas dificuldades com profissionais envolvidos com o gerenciamento do currículo e outros, quando necessário.

O processo de ensino-aprendizagem proposto pela IES está ancorado nos itens representados na Figura 14.



Figura 14 - Ancoramento dos Processos de ensino aprendizagem. Fonte: FST (2022)

Dessa forma, serão utilizadas de forma sistemática e contínua, durante todo o desenvolvimento do curso, seis estratégias educacionais consideradas como Metodologias Ativas de Ensino-aprendizagem:

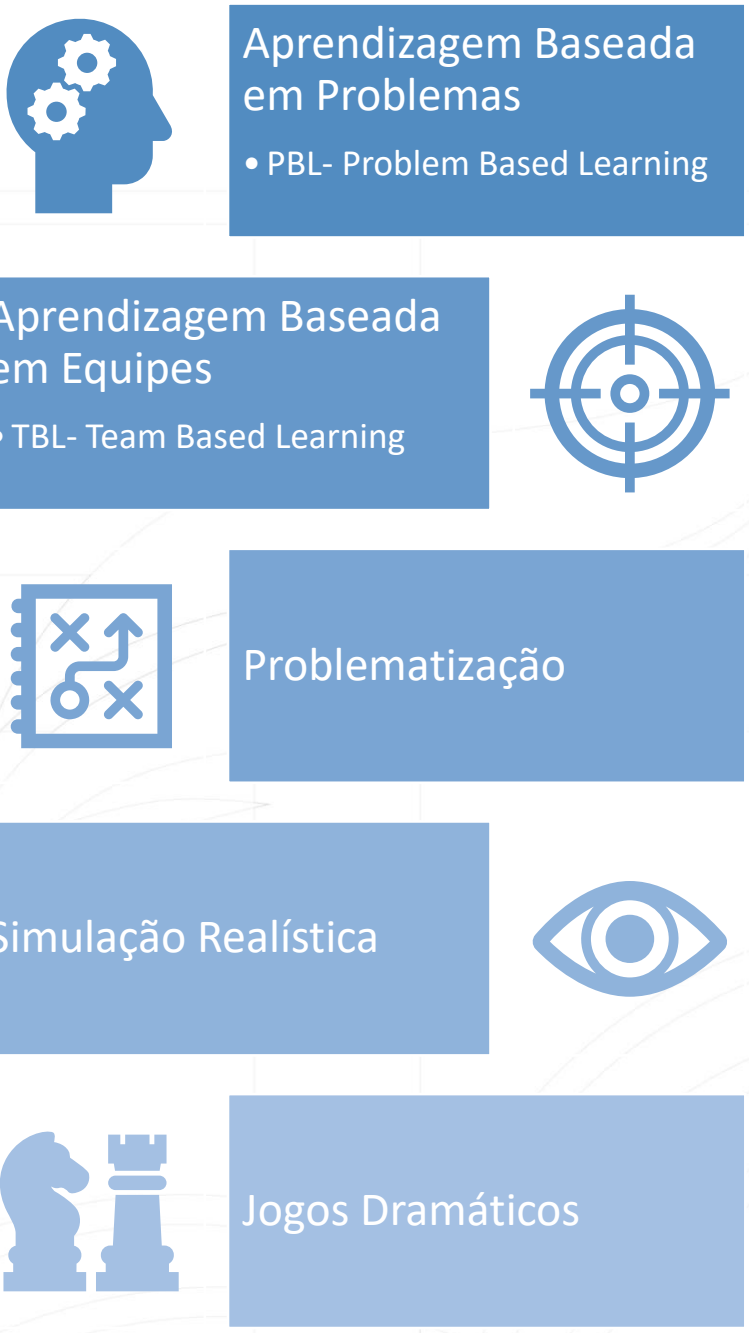


Figura 15 - Metodologias ativas. Fonte: FST (2022)

2.2.2.2 Metodologia de ensino-aprendizagem de grupos e equipes interprofissionais

2.2.2.2.1 Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL)

As raízes da utilização de problemas e da vivência como recursos para o processo ensino-aprendizagem podem ser encontradas em Dewey (1929); o estímulo à autoaprendizagem em Jerome

Bruner (1959); e a primeira organização curricular baseada em problemas no final da década de 1960, no curso médico da McMaster University, Canadá (BARROWS, 1980; SCHMIDT, 1993). Ainda na década de 1960, vale ressaltar que Paulo Freire discutiu a aprendizagem de adultos a partir da educação como prática de liberdade e de autonomia.

A combinação entre os elementos experiência, ambiente e capacidades individuais permite a constituição das diferentes maneiras de aprender. Ao realizar aprendizagens significativas, os participantes reconstroem a realidade, atribuindo-lhe novos sentidos e significados. Para o adulto, esse significado é construído em função de sua motivação para aprender e do valor potencial que os novos saberes têm em relação a sua utilização na vida pessoal e profissional. O processo que favorece a aprendizagem significativa requer uma postura ativa e crítica por parte daqueles envolvidos na aprendizagem (COLL, 2000). Dessa forma, o conhecimento prévio trazido pelos participantes é essencial na construção dos novos saberes. A necessidade de buscar novas informações atende ao desenvolvimento de capacidades para a aprendizagem ao longo da vida e para a imprescindível análise crítica de fontes e informações (VENTURELLI, 1997).

A representação do processo ensino-aprendizagem na forma de uma espiral traduz a relevância das diferentes etapas educacionais desse processo como movimentos articulados e que se retroalimentam. Os movimentos são desencadeados conforme as necessidades de aprendizagem, diante de um disparador ou estímulo para o desenvolvimento de capacidades. A articulação entre a abordagem construtivista, a metodologia científica e a aprendizagem baseada em problemas é apresentada de modo esquemático na Figura 16.



Figura 16 - O Processo da Aprendizagem Baseada em Problemas.

Movimento 1: identificando o problema e formulando explicações

A identificação do problema, a partir de um estímulo educacional, permite que cada estudante explicite suas ideias, percepções, sentimentos e valores prévios, evidenciando os fenômenos e as evidências que já conhece e que podem ser utilizados para melhor explicar uma determinada situação. As explicações iniciais e a formulação de hipóteses permitem explorar as fronteiras de aprendizagem em relação a um dado problema, permitindo identificar as capacidades presentes e as necessidades de aprendizagem. O exercício de suposições, conjecturas e proposições favorece a expansão das fronteiras de aprendizagem e auxilia a elaboração das questões de aprendizagem que irão enfrentar as fronteiras identificadas.

Movimento 2: elaborando questões de aprendizagem

As questões de aprendizagem representam as necessidades e orientará a busca de novas informações. A seleção e a pactuação das questões consideradas mais potentes e significativas, para o enfrentamento das necessidades e ampliação das capacidades de enfrentamento do problema identificado, trazem objetividade e foco para o estudo individual dos participantes.

Movimento 3: buscando novas informações

A busca de novas informações será realizada pelos participantes da forma que eles considerem mais adequada. Os cursos disponibilizam um conjunto de referências bibliográficas na forma de acervo e favorece o acesso a banco de dados de base remota. A ampliação das pesquisas é estimulada e, embora haja total liberdade para a seleção das fontes de informação, e estas serão analisadas em relação ao grau de confiabilidade.

Movimento 4: construindo novos significados

A construção de novos significados é um produto do confronto entre os saberes prévios e os novos conteúdos e, por isso, é um movimento sempre presente no processo ensino-aprendizagem. Não somente ao serem compartilhadas as novas informações, como em todo momento, no qual uma interação produza uma descoberta ou um novo sentido. Todos os conteúdos compartilhados deverão receber um tratamento de análise e crítica, tanto em relação às fontes como à própria informação em questão, devendo-se considerar as evidências apresentadas.

Movimento 5: avaliando o processo

Outro movimento permanente desse processo é a avaliação. A avaliação formativa é realizada, verbalmente, ao final de cada atividade e assume um papel fundamental na melhoria do processo.

Todos devem fazer a autoavaliação focalizando seu processo individual de aprendizagem e também avaliar a construção coletiva do conhecimento e a atuação dos professores nesse processo.

2.2.2.2.2 Aprendizagem baseada em equipes (*Team Based Learning* - TBL)

A Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL) consistirá em uma estratégia dirigida para o desenvolvimento do domínio cognitivo, focalizada na resolução de problemas e na aprendizagem colaborativa entre participantes com distintos saberes e experiências.

A estratégia de ensino-aprendizagem em equipe – *Team Based Learning* – TBL foi desenvolvida na Universidade de Oklahoma, por Larry Michaelsen (1970) e tem como base os seguintes componentes fundamentais:

1. formação e gerenciamento do grupo;
2. Responsabilidade dos estudantes pelo seu trabalho individual e em grupo;
3. Promoção da aprendizagem e desenvolvimento da equipe pelo seu trabalho em grupo; e
4. Apresentação de devolutivas e informações a respeito do desempenho do aluno efetivando a oportuna correção das distorções observadas, bem como suas conquistas realizadas.

A organização de uma atividade de ensino-aprendizagem, no formato de TBL, prevê a constituição de equipes de cinco a sete participantes. O melhor formato da sala deve distribuir as mesas de tal modo que todos consigam ver a projeção de seus respectivos lugares. Se o espaço não permitir essa disposição, outros arranjos podem ser feitos, desde que no momento da projeção os participantes direcionem suas cadeiras para o painel de multimídia. Além dessas mesas e cadeiras, há uma mesa central para o facilitador com o material didático de apoio, preferencialmente ao lado o painel de multimídia.

O TBL é dividido, didaticamente, em três momentos:

1. Momento I ou de preparação de material (contexto/cenário) e estudo/análise desse material pelos participantes;
2. Momento II de verificação do conhecimento prévio (teste individual e em equipe), levantamento de dúvidas e *feedback*;
3. Momento III de aplicação dos conceitos.

No **Momento I**, serão enviados/entregues aos participantes os materiais preparados pelos autores do curso ou da atividade estimulando assim a busca de informações/conteúdos, de forma autônoma, a partir de uma situação. Esta busca pode acontecer de forma presencial ou a distância.

O **Momento II** chamado de compromisso compartilhado, acontece sempre presencialmente e envolve quatro etapas. A primeira será a execução do teste individual. Os participantes verificarão seu conhecimento prévio por meio de um teste de múltipla escolha com 10 a 15 questões, os quais devem necessariamente requerer mais do que a memorização de fatos/teorias e apresentar um grau de dificuldade para a tomada de decisão e resolução de problemas que sejam motivadores. Após o término do teste individual, a segunda etapa consistirá na consolidação e discussão dos resultados individuais para cada questão, buscando um consenso na equipe que deve responder o mesmo teste. Neste momento os participantes são estimulados a desenvolverem habilidades de comunicação e negociação.

As trocas entre os participantes favorecem o reconhecimento das potencialidades e fragilidades individuais, de modo que cada participante encontre nessa análise um sentido para ampliar sua participação e contribuição com a equipe. Para a realização das duas primeiras etapas, espera-se do participante o compromisso e a responsabilidade em relação à análise do material preparado, que permitirá sua contribuição contextualizada e efetiva na equipe. O confronto entre os resultados do teste individual e os da equipe visa a destacar o valor do conhecimento do outro, a possibilidade de construção coletiva de conhecimento e a adição de resultados pelo compartilhamento dos saberes que cada indivíduo da equipe traz. A terceira etapa consistirá no levantamento, em grupo, das explicações que cada equipe construiu para escolher suas respostas no teste, as dúvidas e os questionamentos em relação ao que foi apresentado como sendo a melhor alternativa de resposta. A quarta etapa representa o feedback e os esclarecimentos de um especialista no assunto, presencial ou a distância.

O **Momento III** terá como objetivo a aplicação dos conteúdos trabalhados nos dois momentos anteriores, por meio da proposição de tarefas desafiadoras às equipes, que reflitam a aplicação desses conteúdos, em uma situação real ou simulada. Frente à tarefa de aplicação, as equipes devem formular questões para buscar informações que permitam aprofundar, ainda mais, a aplicação, análise, síntese e avaliação na tomada de decisão. As buscas realizadas serão analisadas pelas equipes no próximo encontro presencial ou à distância, construindo uma intervenção fundamentada.

Assim, para que esta estratégia de ensino aprendizagem funcione plenamente alguns fatores críticos de sucesso devem ser levados em consideração, entre eles:

a. o planejamento coerente e eficaz dos momentos I, II e III;
b. a construção consistente do material preparatório que estará orientado à contextualização da temática e das questões a serem exploradas, individualmente e pelas equipes focando na apresentação de um cenário ou uma situação a ser investigada e explicada, segundo os conhecimentos prévios dos participantes;

c. a construção dos testes de múltipla escolha que devem focalizar as taxonomias de compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, conforme classificação formulada por Bloom, uma vez que os testes direcionados à memorização/conhecimento praticamente anulam as discussões pelas equipes, além de limitarem a verificação da construção de saberes desse processo;
d. orientações quanto ao funcionamento do TBL, buscando uma distribuição dos participantes nas equipes, com a maior diversidade possível, no sentido de ampliar a integração e produção da equipe;
e. consenso na construção do contato didático das equipes (pontualidade, respeito para falar e ouvir, responsabilidade em relação às tarefas e prazos, não utilização de celular nas sessões, entre outros);
f. feedback imediato dos resultados dos testes, com possibilidade de contra argumentação fundamentada;
g. avaliação interpares do trabalho presencial e a distância, bem como da participação do facilitador, e
h. variação da organização e da oferta de atividades desafiadoras para a aplicação do saber construído ou em construção.

Os desafios que a estratégia de TBL impõe são: a promoção do engajamento das equipes e a manutenção de sua motivação, uma vez que, sua maior fortaleza reside na construção coletiva de conhecimento (inteligência coletiva), na força do trabalho em equipe e na sua potencialidade de construção de projetos, resolução de problemas e formulação de questões. A força da aprendizagem em equipe é resultado da qualidade da participação de todos.

2.2.2.2.3 Metodologia das Aulas Práticas PROBLEMATIZAÇÃO

A metodologia será utilizada para o desenvolvimento do IESC (unidade transversal, que ocorre durante todo o curso, de Interação em Saúde na Comunidade) é a denominada Pedagogia da Problematização. Essa metodologia foi expressa graficamente por Charles Maguerez como “Método do Arco” (1970) e supõe uma concepção do ato do conhecimento através da investigação direta da realidade, num esforço de construção de uma efetiva compreensão dessa mesma realidade.

Os passos são os seguintes:

1º passo: Interação grupal e trabalho em grupo - Após a formação dos grupos de alunos, a designação de instrutores, a escolha do local de atuação, os instrutores trabalhará com os alunos no sentido de iniciar atividades que permitam o desenvolvimento de habilidades para trabalhar em grupo.

2º passo: Ao mesmo tempo em que o instrutor desenvolverá a Interação do grupo e as habilidades para trabalhar em grupo são feitas discussões sobre o que é ser um profissional de saúde e a importância da interdisciplinaridade para melhor compreensão da dinâmica das ESF.

3º passo: Conhecimento da realidade - O grupo de alunos terá o primeiro contato com a realidade fazendo um "passeio ambiental" na área de abrangência definida, acompanhando por professores. As suas percepções da realidade, mais os dados resultantes do processo de territorialização, propiciam o conhecimento dos problemas e como estão organizadas para resolvê-los.

4º Passo: Escolha do problema a ser estudado - Após o conhecimento da realidade, o grupo de alunos realizam uma discussão sobre os problemas levantados, seus determinantes, suas consequências e possibilidades de solução e as correções de programas já em desenvolvimento.

Após essa discussão, a comunidade e o grupo de alunos escolhem um problema, o mais relevante, para ser estudado e trabalhado. Planejamento de atividades é feito em conjunto. Para isso, o grupo deve refletir sobre:

- Razão da escolha do problema (objetivo);
- Facilidades e dificuldades para trabalhar com o problema;
- Recursos necessários para a solução do problema;
- Identificação de quem pode ajudar na solução do problema;
- Explicitação dos resultados esperados.

5º Passo: Teorização - Caracteriza-se pela busca de informações sobre o assunto ou problema escolhido. Tais informações serão obtidas por meio de levantamento bibliográfico e a consulta a profissionais especializados.

Nessa etapa, o grupo segue os seguintes passos:

- analisa e discute o seu nível de conhecimento sobre o assunto;
- elabora uma lista do que é importante investigar sobre o problema, visando à transformação da realidade;
- checa, individualmente, o que já sabe e o que precisa saber para alcançar o objetivo do item anterior;
- busca as informações, onde quer que elas estejam, individualmente;
- volta ao grupo para trocar informações e organizar o conhecimento adquirido.

6º Passo: Hipóteses de solução e aplicação à realidade - De posse do conhecimento adquirido, o grupo levanta hipóteses para solucionar o problema dentro do nível de complexidade atual e toma

decisões quanto ao plano de ação para intervir na realidade. Aqui o grupo novamente retoma as reflexões do passo 5 e trabalha em conjunto com a ESF para planejar as ações, o cronograma de atividades e distribuir tarefas de acordo com o papel de cada elemento do grupo.

Ao completar o Arco de Maguerez, o estudante pode exercitar a dialética de ação reflexão-ação, tendo sempre como ponto de partida a realidade social (BERBEL, 1998). Após o estudo de um problema, podem surgir novos desdobramentos, exigindo a interdisciplinaridade para sua solução, o desenvolvimento do pensamento crítico e a responsabilidade do estudante pela própria aprendizagem (CYRINO e TORALLESPEREIRA, 2004).

2.2.2.2.4 Simulação realística

O avanço da tecnologia promoverá de forma contínua uma série de inovações em espaços e equipamentos, entretanto é na metodologia e na sistematização do uso da simulação que reside o diferencial para se garantir uma efetiva aprendizagem dos estudantes. Neste contexto, cabe aqui citar os tipos e descrever as principais particularidades metodológicas destas estratégias educacionais que serão utilizadas no âmbito da Simulação para o desenvolvimento de competência na área de saúde na IES.

As habilidades profissionais na área de saúde constituirão de um programa estruturado longitudinalmente que compreende capacitar os estudantes para a realização diversas habilidades manuais e com a inserção da simulação fornecemos a oportunidades de testar essas habilidades em contextos realísticos da profissão.

Desta forma, haverá integração com os demais conteúdos, do programa, promovendo continuamente o feedback entre professor-estudante. Dentre as suas particularidades estão: a criação de “estações” focadas em específicas tarefas; a necessidade de repetição, uma vez que o estudante para alcançar a competência esperada precisa praticar várias vezes o mesmo procedimento/habilidade; e a possibilidade muito bem descrita na literatura de avaliar os estudantes em provas do tipo OSCE (neste caso com a criação de um instrumento específico - checklist).

A simulação realística trata-se de uma estratégia educacional onde há a criação de uma contextualização denominada “cenário”, onde os estudantes vivenciam uma situação que exija todas as habilidades aprendidas nas habilidades simultaneamente. Esta situação deverá ser realizada sem o auxílio e feedback imediato do professor.

Os tipos de simulação realística são: simulação clínica, simulação cirúrgica, simulação in situ e simulação hiper-realista; onde todos podem variar na questão tecnológica (determinada pelo termo

fidelidade) e em sua complexidade técnica. Suas particularidades metodológicas estão na criação dos "cenários" onde não há foco em procedimentos específicos, mas sim no raciocínio clínico que englobará condutas técnicas e comportamentais; a criação de checklist específico; utilização de recursos áudio visuais; além da realização obrigatória do "*debriefing*" para reflexão do atendimento simulado.

Essa estratégia pode ser inclusa durante ao longo dos cursos, desde que respeitada à complexidade abordada de forma crescente e compatível com o nível de desempenho esperado para o estudante e cenário contextualizado.

2.2.2.2.5 Jogos dramáticos

Jogos dramáticos serão definidos como sendo toda atividade que propicie ao indivíduo expressar livremente as criações de seu mundo interno, realizando-se na forma de representação de um papel, pela produção mental de uma fantasia ou por uma determinada atividade corporal. Nessa perspectiva, o elemento lúdico é essencial a todo processo de aprendizado e o jogo dramático propicia o aquecimento para o aparecimento do processo de espontaneidade, criatividade e aprendizagem. O jogo dramático é muito útil e de grande importância no campo das técnicas dramáticas aplicadas ao ensino, pois utiliza a dramatização como recurso didático, que a inclui como recurso no trabalho docente e a valoriza como instrumento de ensino em relação à aprendizagem de um modo geral. Na IES, os jogos dramáticos serão utilizados para a aprendizagem das Habilidades de Comunicação.

Justifica-se a utilização dos jogos dramáticos, enquanto recurso didático- pedagógico, sempre que uma explicação ao aluno, no plano puramente teórico, seja considerada insatisfatória. A vivência prática, através da dramatização, porém, torna o resultado mais eficaz, pois não se restringe à transmissão pura e simples do conhecimento ou de um conceito ao aluno. Uma das preocupações constantes do educador deve ser o crescimento da pessoa em meio à integração social. Nessa perspectiva, o ensino que se atém a transmissão de conhecimentos unicamente por meio da linguagem falada não tem o mesmo alcance em seus objetivos, se aliado às técnicas de ação, as quais estimulam o educando ao desenvolvimento do comportamento social, seu juízo crítico e sua criatividade. Esse é o foco do educador que se utiliza de métodos de ação (dramáticos) em seu trabalho cotidiano com estudantes.

Para Moreno (1994), toda escola deve contar com um laboratório de psicodrama, permitindo o desenvolvimento da atuação livre e espontânea da personalidade do estudante.

O psicodrama tem em seu ideário uma associação estreita com o campo da terapia, e o educador que se utiliza das técnicas do psicodrama pedagógico têm em Moreno (1994) o seu

referencial teórico. O referido autor compartilha a visão de que a partir da espontaneidade inerente das pessoas, há um processo de criação inesgotável.

No contexto da educação, vários autores contribuíram para uma fundamentação teórica do método de Jogos Dramáticos (e também descrito por alguns autores de "jogos teatrais") tendo demonstrado a importância de sua aplicação com crianças e adolescentes. Significativa neste debate é a importância atribuída ao teatro no processo educacional, como um meio para a educação estética. Os Jogos Dramáticos ou Teatrais serão, muitas vezes, relacionados com uma forma de aprendizagem cognitiva, afetiva e psicomotora embasada no modelo piagetiano para o desenvolvimento intelectual.

Charles Combs (1981), autor que defendeu uma tese sobre a epistemologia piagetiana, aplicada a uma análise da criatividade dramática, conclui que "... a criatividade dramática proporciona um meio de atividade adaptativa para a criança que influencia sua descentralização cognitiva, social e moral. Mais ainda, é uma atividade realizada no contexto das artes, mais especificamente do teatro. Como tal, ela proporciona prazer estético tanto quanto um desafio intelectual através do qual a pessoa humana, como criadora, autora, plateia e crítica, utiliza seus esquemas cognitivos e afetivos para estruturar a realidade objetiva".

Koudela (1984) defende a tese de que o processo dos Jogos Dramáticos ou Teatrais na educação visa a efetivar a passagem do teatro concebido como ilusão para o teatro pensado como realidade cênica, representando assim a passagem ou transformação do egocentrismo para jogo socializado. O desenvolvimento progressivo do sentido de cooperação leva à autonomia da consciência, realizando a "revolução copernicana" que se processa no indivíduo, ao passar da relação de dependência para a de independência. A mesma revolução que ocorre com a criança em desenvolvimento pode ser acompanhada de crescimento do indivíduo no palco. Traduz-se a transformação da subjetividade em objetividade no trabalho do ator quando ele compreende a diferença entre história e ação dramática. Ao revelar o objeto (emoção ou personagem), ele abandona quadros de referência estáticos e se relaciona com os acontecimentos, em função da percepção objetiva do ambiente e das relações no jogo. O ajustamento da realidade a suposições pessoais é superado a partir do momento em que o jogador abandona a história de vida (psicodrama) e interioriza a função do foco, deixando de fazer imposições artificiais a si mesmo e permitindo que as ações surjam, da relação com o parceiro.

Romaña (1968), pioneira no trabalho de aplicação de técnicas dramáticas em educação, defende que os jogos dramáticos podem auxiliar o educador, tanto diretamente na sala de aula, para a aprendizagem de um conceito, como para a criação de um clima emocional e afetivo que abra o

caminho para se chegar à melhor compreensão dele. Tal como o psicodrama terapêutico, o psicodrama pedagógico utiliza cinco instrumentos e três etapas de dramatização. Seus instrumentos são:

- **O protagonista:** que é o próprio estudante;
- **O auditório:** que é formado por todos os alunos que no momento não estão envolvidos diretamente na dramatização; têm o papel de assistir ao jogo, observar e anotar sobre a atuação dos jogadores em seus papéis, e no final enriquecer as discussões com os comentários embasados a partir dos seus registros;
- **O diretor:** que é o professor, como tal, sua função é a mesma que a do diretor do psicodrama; é o responsável pelo grupo, deve ter formação em psicoterapia; tem as funções de motivar o grupo à participação, adaptar o jogo às características do grupo, através do conhecimento da sua história e deslocamentos no desenvolver dos cursos, manter o desenvolvimento do jogo em suas fases evitando a dispersão e o desvirtuamento;
- **O ego-auxiliar:** que poderá ser um professor auxiliar e que terá também a mesma função que o ego-auxiliar no psicodrama; pode desempenhar um papel específico requerido pelo jogo ou atuar como parte integrante do auditório, observando e registrando dados sobre a atuação dos participantes, que posteriormente serão resgatados e utilizados pelo grupo para a reflexão.
- **O cenário:** que é o espaço na sala de aula ou no laboratório de habilidades onde se dará a dramatização.

As etapas são:

O aquecimento inespecífico: que começará desde o primeiro contato do professor com os alunos. As primeiras conversas que mantém sobre o que irão fazer naquela aula, respondendo perguntas ou formulando-as aos alunos. O professor, aqui, sempre assume o papel de facilitador da aprendizagem, orientando as discussões por meio de boas perguntas que remetam a metacognição e o autoconhecimento. Nesse momento o professor propõe a escolha do jogo e o estabelecimento das regras, isto é, a delimitação do campo no qual o jogo irá se desenvolver, a duração e o papel que cada participante do grupo irá jogar.

O aquecimento específico: deverá ocorrer no contexto dramático. Seria, mais especificamente, a construção do papel, para que ocorra maior facilidade no seu desempenho.

A dramatização: é o jogo propriamente dito. É o espaço onde se pode observar a atuação e evolução dos participantes, o grau de espontaneidade e criatividade dado ao papel, bem como o grau de participação e envolvimento de cada um. Romaña (1968) classifica três níveis de dramatização:

a. o nível real;
b. o nível simbólico; e
c. o nível da fantasia.

O nível real é aquele onde os estudantes dramatizam colocando o que sabem sobre o tema ou o assunto em tela. O nível simbólico se dá quando um ou mais participantes assumem de forma estática e simbólica aquilo que se quer representar. O nível da fantasia ocorre quando todo o grupo de jogadores assume, de forma articulada, uma situação totalmente irreal, originária da imaginação, mas que possa traduzir de alguma forma o tema proposto pelo diretor de cena.

Comentários: é a etapa final. Aí os participantes, fora do contexto dramático e, portanto, já não mais no papel de jogadores, comentam, no contexto grupal, junto com o diretor e o ego-auxiliar, tudo o que observaram e sentiram. É a "leitura afetiva", por parte de todos, do que foi expresso dramaticamente, podendo-se complementar com considerações mais amplas no campo terapêutico como: significado do papel escolhido e como o desempenhou; grau de participação e criatividade, de espontaneidade, bem como características de sua tipologia que também tenham aparecido no jogo. Os professores "diretores de cena e terapeutas" poderão comentar também os aspectos catárticos de integração, se estes ocorrem durante o jogo. Essa leitura ou compreensão será muito importante, pois, dá o sentido terapêutico à aplicação do jogo, uma vez que as cenas dramáticas representadas no seu decorrer poderão ou deverão ser um modelo de outras situações, ou de uma situação originária e, portanto, portadoras dos mesmos conflitos que esta possa possuir, permitindo enfrentamentos posteriores das tarefas comuns da vida, do mundo do trabalho nas equipes de saúde, possibilitando resolvê-las de forma eficaz, mais segura, sadia e construtiva.

O objetivo das atividades desenvolvidas nas Habilidades em Comunicação envolverá a sensibilização dos estudantes acerca de situações e afetividades comuns do dia-a-dia do profissional de saúde, tais como: as de empatia, honestidade e autonomia de seus pacientes, assim como: aspectos da comunicação verbal e não verbal, linguagem adequada, contato visual, gerenciamento de conflitos e resiliência; assim, como as relações de confiança necessárias para a elaboração da entrevista (anamnese), ou para a realização o exame físico, a formulação de hipóteses diagnósticas e a elaboração do plano terapêutico, considerados momentos essenciais da consulta, haja vista que as dimensões afetivas estão presentes e devem também ser analisadas e refletidas de modo a identificar as demandas latentes e a percepção do processo saúde/doença como socialmente determinado.

Os tópicos disparadores dos jogos dramáticos serão diversos e envolvem situações como: evento adverso grave, maus tratos, comunicação de más notícias, pacientes depressivos, pacientes de alto risco, adesão ao tratamento, relacionamento Inter profissional nas equipes de saúde, ética e

terminalidade. As habilidades em comunicação contribuirão para capacitar os estudantes para uma atuação eficaz sob uma visão holística, humana e ética. A avaliação das atividades em geral será realizada através de portfólios e OSCE com foco no fornecimento sistemático de "feedback".

Complementam a formação no que compete a consecução do perfil do egresso também as atividades complementares e aulas práticas, e o estágio supervisionado, assim a aprendizagem ativa implica ainda o desenvolvimento de atividades práticas realizadas nos laboratórios, oficinas, cozinhas e outros ambientes de experimentação, totalmente equipados com o que há de mais atual para cada curso. Neles os estudantes, com supervisão dos docentes especialistas, poderão desenvolver atividades práticas que garantam que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados.

Essas perspectivas teóricas sobre aprendizagem se concretizam a partir do desenho do currículo de cada curso, que começam sempre a partir de um conjunto de competências que os profissionais egressos devem apresentar. Uma vez definidos os objetivos de aprendizagem do curso, passa-se a desenvolver os objetivos de cada disciplina, alinhando-os sempre com as competências finais e exprimindo-os em comportamentos, habilidades e atitudes observáveis e mensuráveis.

Tendo-se clareza de onde se quer chegar, o momento seguinte é desenvolver as avaliações necessárias para verificar o domínio de conhecimentos e habilidades. As metodologias ativas combinadas a diferentes esforços de diferentes áreas e setores da Instituição, permitem que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais, comunicações e digitais.

Dentre as principais metodologias de ensino adotadas pela instituição destacamos: Estudo dirigido e exercícios de fixação; Mapas mentais e conceituais; Estudos de casos; Treino de Habilidades; Simulação; Práticas laboratoriais ativas com uso de estações de aprendizagem; Problematização; Aprendizagem baseada em problemas (ABP), dentre outras.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os estudantes participarão de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

As aulas práticas de laboratório, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, serão realizadas no pólo EAD sob tutoria e o estágio supervisionado, monitorado em campo por docentes e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos estudantes na realização das atividades e as orientações de Estágio e TCC. Sendo, portanto, assim definidas:

Aulas Práticas de Laboratório: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso;

Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o estudante ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações;

Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por docentes capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Estágio Supervisionado: é considerado o momento em que as teorias aprendidas pelos acadêmicos são aliadas à prática bem como o momento em que o futuro profissional experimenta e atua efetivamente em seu campo de formação. Em todos os Cursos existe a previsão das atividades complementares, que terão carga horária definida a partir da natureza da Formação. Os Projetos Pedagógicos e suas matrizes curriculares, devem observar o Regulamento Institucional das atividades complementares e demais normativas vigentes. O TCC, pode assumir um caráter obrigatório e opcional, também definido no Projeto Pedagógico, assumindo a forma e as normativas institucionais e internas de cada curso. Os regulamentos das Atividades complementares; das atividades práticas em saúde e do estágio supervisionado estão disponíveis na plataforma dos documentos institucionais de maneira detalhada.

2.2.2.4 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorrerá como tema transversal cujos subtemas tratarão dos princípios de: dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são, modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este terá uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a

formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema, direitos humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente, através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos, que contribuem para o desenvolvimento de um "Estado Democrático Social de Direito".

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Dessa maneira, trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001, p. 151)

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e

zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino superior, pois este, em face de sua posição privilegia da na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade.

Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Ademais, a instituição irá propor um trabalho com a Temática das Relações étnico- raciais no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

2.2.2.5 Metodologia de Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem

O que se pretende avaliar não é só o conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-lo e de buscar outros para realizar o que é proposto. Avaliar as competências e habilidades é verificar não apenas se o aluno adquiriu os conhecimentos necessários, mas também se, quando e como fazem uso deles para resolver situações-problema (reais ou simuladas) relacionadas, de alguma forma, com o exercício da profissão.

Para tanto, a avaliação será realizada mediante critérios explícitos, compartilhados com os alunos, uma vez que o que é objeto de avaliação representa uma referência importante para quem é avaliado, tanto para a orientação dos estudos como para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação, em cada momento do curso.

A avaliação do aproveitamento acadêmico será entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Tradicionalmente, a responsabilidade de avaliar tem ficado a cargo do professor/preceptor/orientador. No entanto, atualmente, cresce a compreensão de que "quem aprende" precisa desenvolver a capacidade de fazer julgamento sobre o seu próprio trabalho e o

trabalho dos membros da sua equipe. Essa capacidade de autoavaliação e a avaliação dos pares são fundamentais para que o aprendiz se torne um profissional capaz de aprender continuamente em seu próprio ambiente de trabalho.

Assim, os procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem propostos pela IES estão embasados em um modelo tridimensional que contempla as competências esperadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Na primeira dimensão estarão as competências que precisam ser desenvolvidas e avaliadas. Na segunda, o nível de avaliação que é requerido para aquela competência, contendo os quatro níveis do aprendizado: “saber”; “saber como”; “demonstrar” e “fazer" e na terceira, o estágio de desenvolvimento em que se encontra o indivíduo que será avaliado.

2.2.3 Metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado

A questão do atendimento educacional especializado apresentará sob dois aspectos: um, envolvendo a programação metodológica das disciplinas ofertadas, e outro, o atendimento especializado conforme a necessidade, sempre alinhado as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho.

Neste contexto, conceberá educação sob o panorama de cada nível. Assim sendo, a metodologia pode ser concebida como conjunto de aprendizagens colocadas à disposição dos educandos que, a partir de sua autonomia de decisão, sejam capazes de redimensionar o seu modo de pensar e de agir, bem como de interpretar a realidade social, apontando-lhe alternativas de solução.

2.2.4 Atividades de avaliação

A IES trabalhará com o Conceito de Avaliação Orientada para o desenvolvimento de competências, neste escopo, o conceito de rendimento acadêmico compreende o resultado do processo avaliativo, relativo à média das notas obtidas nas Avaliações de Desempenho Parcial (ADPs), que são realizadas no total de três (ADP1; ADP2; ADG), ao longo do semestre e da Avaliação de Desempenho Global (ADG), esta última realizada ao final do semestre letivo. Chamamos de SIADE (Sistema de Avaliação por Desempenho), a sistemática de avaliação da aprendizagem na IES. Um sistema de avaliação considera que as avaliações não são momentos estanque do processo ensino-aprendizagem, mas sim um processo dinâmico, em articulação com as metodologias de ensino, típicos da construção do conhecimento.

Como já afirmamos anteriormente, nossa proposta reside na intenção de tornar a aprendizagem visível aos alunos e professores, transformando a avaliação em momento de autoavaliação também, destacando assim a dimensão pedagógica do ato de avaliar, tornando o erro o ponto de partida para novas aprendizagens, como nos indica a tradição teórica acerca da avaliação.

Assim, considerando as orientações do SIADE (Sistema de Avaliação de Desempenho), tendo no horizonte as recomendações dos documentos oficiais e as discussões mais atuais acerca da avaliação da aprendizagem, ressaltando fundamentalmente o aspecto formativo da avaliação, a Faculdade Santa Teresa de Santarém orientará que a avaliação da aprendizagem deve acontecer ao longo do processo de ensino-aprendizagem ofertando ao professor mecanismos de identificação das dificuldades e dos avanços de suas turmas.

Vale ressaltar que as **Avaliações de Desempenho Global (ADG)**, serão avaliações de caráter interdisciplinar, onde devem ser avaliadas as competências previstas no **Plano de Aprendizagem**, para tanto os professores formulam as questões por meio de um formulário próprio, estes formulários preenchidos por sua vez são avaliados pelo NDE, e depois as Avaliações são geradas com a ajuda de um software livre para este fim.

Todas as avaliações de desempenho serão previstas em calendário e está assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, o que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial.

Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula no semestre subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial. Para orientação dos procedimentos de avaliação da aprendizagem a IES disponibiliza seu Manual de Avaliação da Aprendizagem aos docentes e pessoal técnico-pedagógico. Para a orientação dos alunos existe um Regulamento da Avaliação da Aprendizagem e o já mencionado **Manual de Avaliação da aprendizagem** a disposição da comunidade acadêmica interna.

QRCODE 3 - MANUAL DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

https://qr.page/g/2CHh8G8ufbv	

De maneira didática o desenvolvimento do SIADE dar-se-á assim:

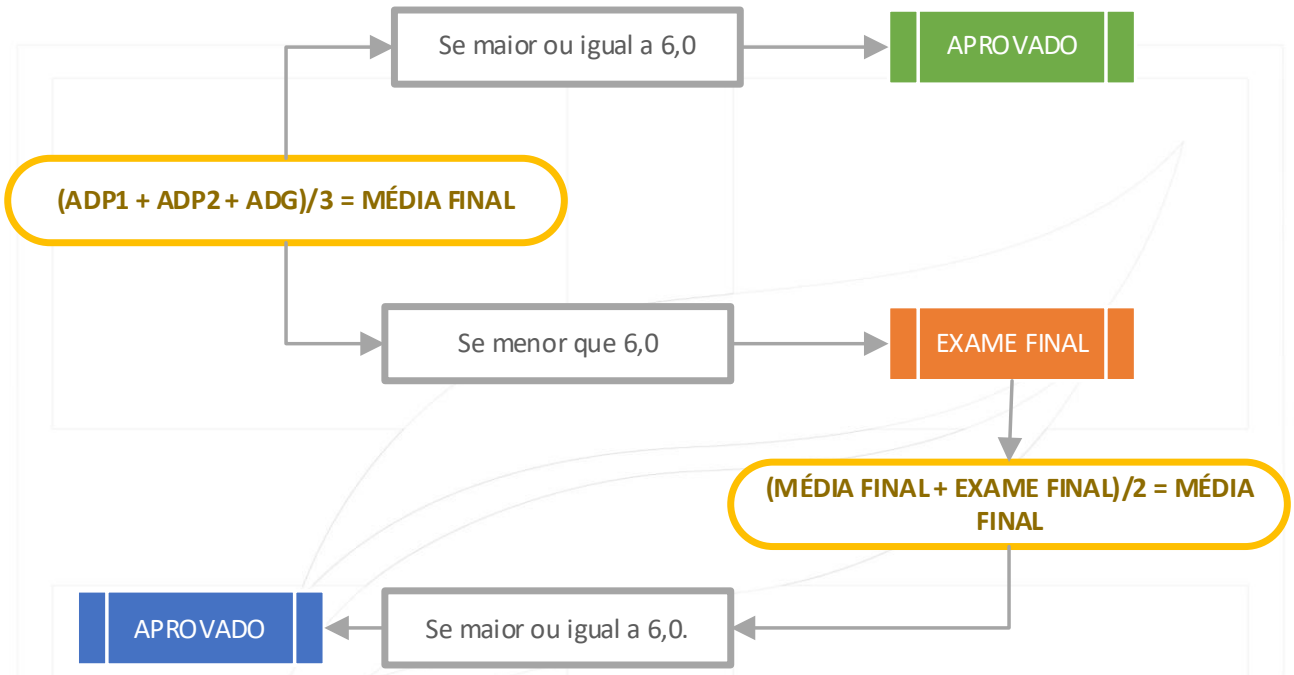


Figura 17 - SIADE. Fonte: FST (2021).

As Avalições Parciais de Desempenho estão assim desenhadas:

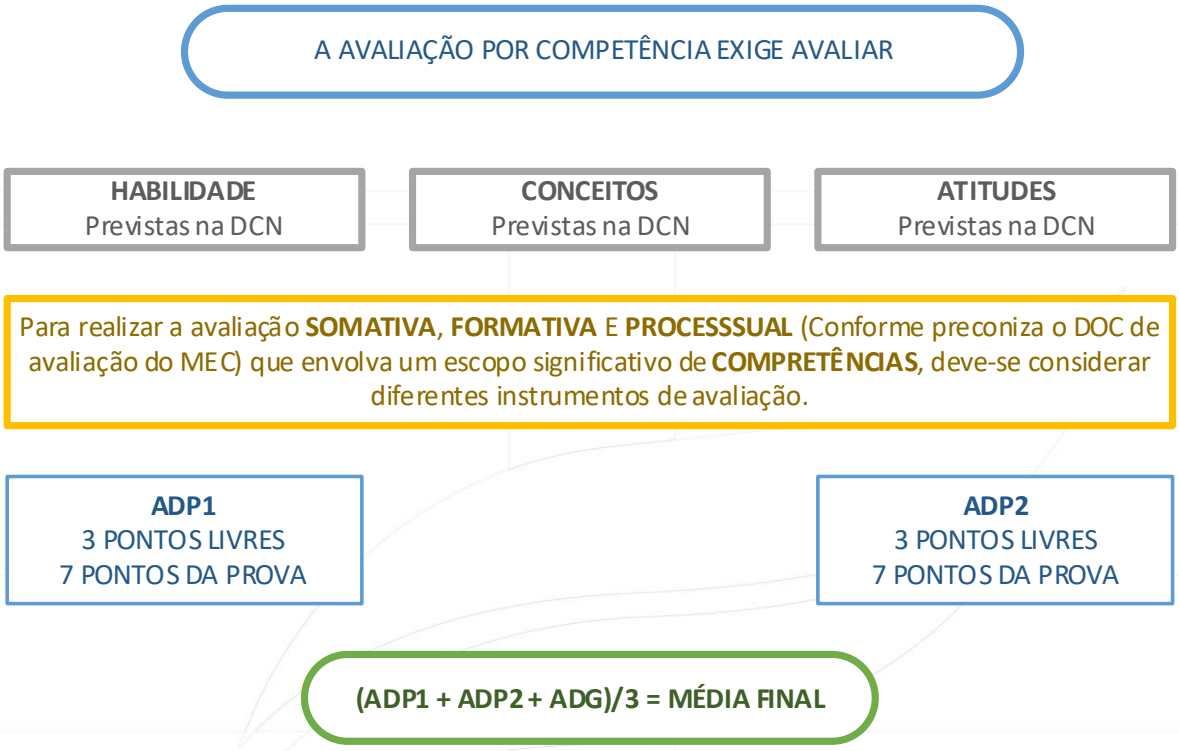


Figura 18 - Avaliações parcial de desempenho. Fonte: FST (2022).

Ao final de cada ciclo avaliativo a assessoria de ensino produzirá o relatório de rendimento acadêmico. Este relatório tem por finalidade observará de maneira quantitativa a curva de aprendizagem dos acadêmicos, evidenciada, pelos resultados (notas) alcançados em cada componente curricular, este relatório será encaminhado ao Núcleo Docente Estruturante o qual, realizará a análise qualitativa dos resultados alcançados, pois além das notas, seguirá também o Relatório de Percepção do Alunos acerca da Avaliação.

Este segundo relatório, de percepção acerca da avaliação, será produzido a partir de um questionário preenchido online de maneira voluntária pelo aluno, onde o mesmo expressa a sua percepção acerca da avaliação realizada, no tocante aos conteúdos avaliados, a qualidade das questões e a própria autoavaliação do aluno em relação ao seu desempenho.

Assim os Indicadores extraídos da Avaliação da Aprendizagem, deverão servir de substrato para a melhoria contínua da aprendizagem dos alunos e aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação utilizados pela instituição, por meio do debate dos mesmos nas instâncias colegiadas do Curso - NDE e Colegiado de Curso.

Estes mesmos indicadores, serão utilizados para conferir aos alunos com as melhores posições em termos de Coeficiente Acadêmico o Certificado de Mérito Acadêmico em Cerimônia de Abertura do

semestre letivo subsequente. Para a atribuição do mérito acadêmico, serão considerados outros atributos que compõe o perfil acadêmico desejado pela instituição.

Ainda sobre o processo de avaliação da aprendizagem, o Curso de Graduação em Medicina tem, por sua natureza a e exigências próprias do seu longo e complexo de formação, cabe uma ressalta para destacar suas especificidades, que estão descritas e detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso de Medicina, Todos os outros Cursos seguirão a norma geral desenhada no SIADE.

Assim compreende-se que a avaliação não se restringe ao estudante ou ao produto; ela faz parte da avaliação do programa como um todo, ou melhor, de todo o processo de formação profissional. Deve se considerar como eixo central a integração entre avaliação formativa e somativa dos estudantes, permitindo que cada estudante tenha a possibilidade de resgatar conhecimentos, habilidades ou atitudes não adquiridas ao final de cada Módulo ou Unidade Curricular, dando-lhe a chance de se recuperar em casos de insucesso. A avaliação deve ter como meta a integração do aluno e não a sua marginalização.

Em concordância com o Regulamento Acadêmico do Curso de Medicina da Faculdade Santa Teresa, aprovado pelo Conselho do Curso, a preocupação fundamental será com a formação de cada estudante, e não somente com a avaliação somativa, de seus pontos e médias, por vezes meramente comparativa e/ou punitiva.

2.2.4.1 Disponibilização dos resultados das avaliações de Ensino e Aprendizagem

Fica assegurado aos alunos a revisão do resultado da avaliação, será regulamentado em norma específica. Terá possibilidade a matricular-se na etapa (semestre ou série) seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

2.2.4.2 Planejamento das ações de melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico será monitorado pelo **Coordenador de Curso** por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em **Colegiado de Curso** e o **Núcleo Docente Estruturante (NDE)**, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs), a análise do rendimento acadêmico d contatará também com apoio da CPA.

Por outro lado, a cultura da instituição reconhecerá do **Mérito Acadêmico**, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento do SIADE, o aluno deverá responder por meio digital um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em caso mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPSI para atendimento individual ou da turma.

2.2.5 Incorporação de avanços tecnológicos

Segundo o INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO proposto e usado pelo INEP para reconhecimento de cursos de graduação Presencial, as políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), constantes no PDI, deverá estar implantada no âmbito dos cursos de graduação e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras para a sua revisão.

As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), constantes no PDI, serão implantadas no âmbito dos cursos autorizados e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras para a sua revisão.

Para cursos essencialmente desenvolvidos na modalidade presencial, o conceito de práticas inovadoras e, em sua grande maioria, exitosas, estarão correlacionadas com o uso de tecnologias e estilos de ensino-aprendizagem colaborativos e cooperativos. Neste cenário, algumas práticas serão usadas pelas diversas esperas do professorado e alunado da IES.

Quando se fala de no alinhamento de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, se salienta a existência de práticas que tenham ou terão resultados construtivos na modelagem do conhecimento e suas aplicações para o estudante.

Para que se possa atender as demandas de inovação no âmbito dos cursos ofertados na IES, a Coordenação de Tecnologia Educacional tem por estratégia as seguintes etapas:

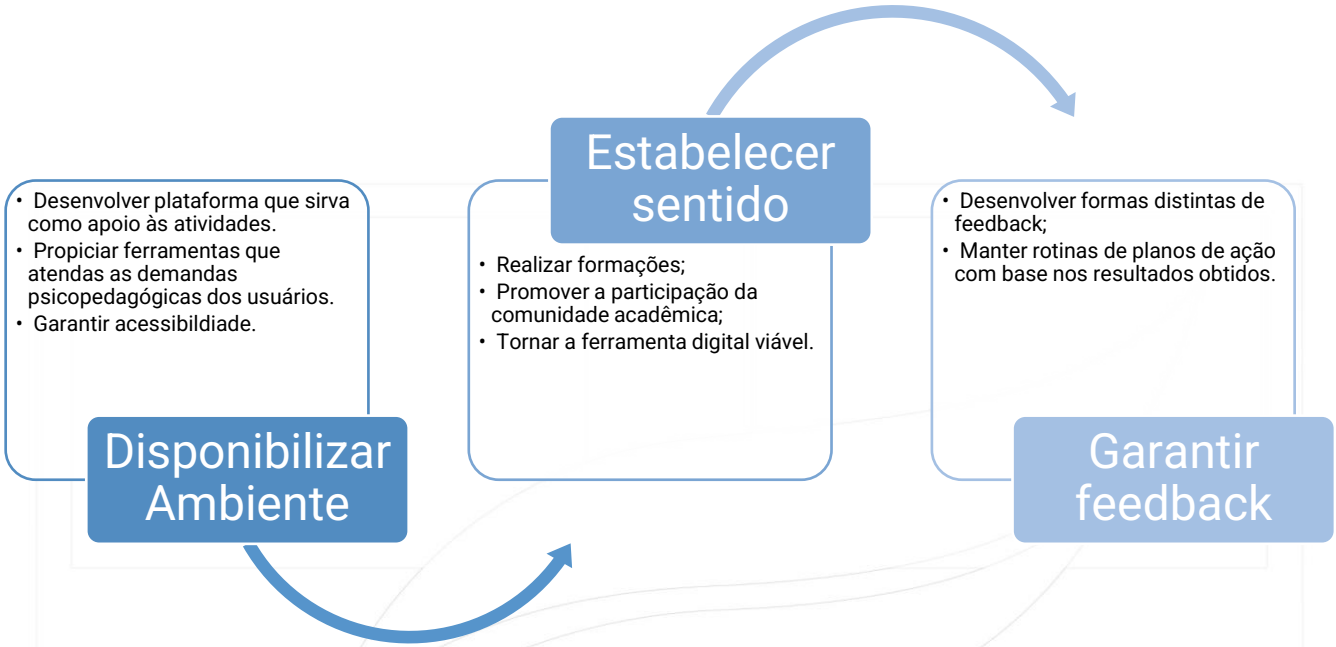


Figura 2819 - Estratégia da Tecnologia Educacional para a criação do EDA. Fonte: FST (2022).

2.2.5.1 Espaço Digital de Atividades - EDA

Este espaço criado na Plataforma Digital de Ensino, Aprendizagem e Avaliação (PDEAA) será uma ferramenta com disponibilidade WEB, ou seja, está disponível a toda a comunidade acadêmica via Internet. Tem por finalidade promover o desenvolvimento de atividades acadêmicas de ensino contadas para a construção do legado da construção do conhecimento do alunado e mediação por parte do professorado da instituição.

Ferramenta esta que poderá ser usada nas diversas etapas do desenvolvimento de:

- Atividades de extensão;
- Atividades interdisciplinares;
- Atividades de transversalidade; e
- Atividades complementares.

Por ser uma ferramenta multidisciplinar poderá atender as diversas demandas de vários cursos criando um *ecossistema* completo para o desenvolvimento e mediação das mais diversas necessidades de construção de conhecimento, desenvolvimento de novas habilidades e a prática de eventos atitudinais não valorosos ao desenvolvimento acadêmico.

Parte-se da premissa que os cursos possuam atividades exitosas e planejadas em calendário. Ao desenvolver sua atividade, caso necessário, o aluno poderá necessitar de uma plataforma ou ferramenta para:

- Coleta de dados;
- Diário de atividades;
- Transmissão de eventos;
- Vídeo conferência;
- Salas de discussão;
- Divulgação de resultados;
- Repositório de documentos;
- Disponibilização de enciclopédias digitais acerca de um conteúdo.

E neste cenário a EDA será o espaço inovador para estas ações e propicia a construção de um espaço de compartilhamento de experiências diversificadas favorecendo a discussão e construção de novos aspectos do mesmo conteúdo.

QRCODE 4 – ESPAÇO DIGITAL DE ATIVIDADES

https://qr.page/g/4IPewSVFYfZ	

2.2.5.2 Diretivas da Política para uso de tecnologias de aprendizagem e conhecimento

Quando se observa a educação como elemento modificador do cenário das diferenças sociais e mola propulsora no desenvolvimento econômico sustentável serão defendidos por diversos organismos nacionais e internacionais, por exemplo Unesco e OCDE. Se o cenário for um país, como é o caso do Brasil, onde as dimensões são continentais e onde existe diferenças sociais e socioeconômicas acentuadas, essa afirmativa se torna inquestionável. Acrescentará a este cenário a demanda reprimida de oferta educacional nas mais diversas dimensões, onde se desenvolvem obstáculos quase intransponíveis no que diz respeito à universalização da educação.

Neste cenário de incertezas e insucessos a o Ensino apoiado por tecnologias se posiciona como uma estratégia de cunho nacional para transpor tais obstáculos. No entanto, precisa-se destacar a presença inconfundível das inovações tecnológicas observadas na atualidade. Mesmo na modalidade presencial se deve mitigar o cenário negativo dos resultados recentes do ensino brasileiro no contexto da sua demanda e abrangência. Com base nesta visão e oportunidades, a Faculdade Santa Teresa de Santarém propõe, de forma planejada e consciente das limitações tecnológicas nas regiões de sua atuação, plataformas de apoio digital aos cursos presenciais e, em casos específicos, em EAD.

A Faculdade Santa Teresa de Santarém, em seus projetos e designs instrucionais, entende que espaços tecnológicos de ação síncrona e assíncronas, sempre suportadas por TACs – Tecnologias de Aprendizagem e Conhecimento com base em Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs, compreendem o formato de interação e colaboratividade esperada pelos processos de ensino e aprendizagem mais eficientes. Neste sentido se faz necessário a construção de diretrizes que possam articular as políticas desta modalidade com a missão e políticas já consolidadas a IES.

Diretivas da Política de São estas diretivas:

I. Priorizar o ensino mediado por tecnologias com possibilidade de diagnosticar, num cenário regional, as necessidades e demandas sociais e econômicas. Neste sentido propor soluções por meio de projetos e programas cuja finalidade é garantir a participação dos discente na solução ou proposta de soluções de problemas da comunidade;
II. Garantir estrutura de gestão de forma que as propostas e projetos possam alcançar as metas e objetivos estabelecidos frente às demandas exigidas;
III. Propiciar à comunidade acadêmica espaços digitais com características dialógicas nas resoluções de políticas de ensino, pesquisa e extensão, sempre garantindo a inclusão e boas práticas de ensino;
IV. Promover e viabilizar programas de formação contínua a docentes, discentes e colaboradores ligados direta ou indiretamente aos cursos e projetos propostos;
V. Disponibilizar soluções tecnológicas capazes que contribuir com o processo de ensino aprendizagem mediado por tecnologias de forma mais inclusiva e acessível;
VI. Ofertar repositórios para os cursos com estrutura simplificada, mas sem perder o contexto de qualidade necessária e prevista para a formação de profissionais capazes e empreendedores;
VII. Garantir a contingência de serviços e soluções de forma plena e contínua no atendimento das demandas pedagógicas nos cursos ou qualquer artefato pedagógico relacionado;

VIII. Aperfeiçoa processos e a comunicação entre setores e órgão com atividades correlatas ou afins, promovendo a assertividade nas decisões tomadas;

IX. Promover atividades culturais e sociais que envolvam toda a comunidade acadêmica coma possibilidade de suporte tecnológico mediado por plataformas ou sistemas customizados;

X. Intensificar a busca de inovação nas soluções acadêmicas e de processos;

XI. Promover a interação com parceiros e fornecedores para propiciar aos acadêmicos oportunidades no mundo do trabalho e na pesquisa;

XII. Ampliar formas e formatos de atendimento e suporte a toda comunidade ligada direta ou indiretamente aos cursos em qualquer modalidade;

XIII. Articular e promover dentro dos sistemas de plataformas usados a interdisciplinaridade e transversalidade utilizando metodologias ativas com o objetivo de desenvolver competências e habilidades necessárias para a absorção do discente no mondo do trabalho ou pesquisa;

XIV. Desenvolver ambientes de ensino e aprendizagem inovadores e alinhados com as tendências tecnológicas de mercado;

XV. Propiciar aos discentes meios de acesso às tecnologias nas diversas etapas de sua formação teórica e prática;

XVI. Disponibilizar tutores com formação adequada e objetivos de mediação delimitados e eficientes;

XVII. Promover o uso de tecnologias assistivas e acessíveis em todos os processos de planejamento e acompanhamento pedagógicos dos autores do processo de ensino-aprendizagem;

XVIII. Enfatizar e sistematizar a educação ambiental, étnico-racial e cultural com o estímulo na produção de conhecimento e projetos de suporte e solução de problemas.

Reafirmando suas intenções e compromissos com a efetivação de um projeto educacional pautado na conquista de uma formação científica de qualidade e na formação humana, a Faculdade Santa Teresa de Santarém apresenta suas políticas de ensino que, em uma ambiência de participação e responsabilidade, buscam a excelência do trabalho desenvolvido. Focada nessas premissas norteadoras, a IES define diversos princípios como base de sua política de ensino.

2.2.6 Metodologias de interdisciplinaridade

A Pedagogia de Projetos serão tipo de organização curricular que confere ao trabalho pedagógico, um caráter mais integrador e menos fragmentado, Hernández e Ventura, justificam assim a presença de projetos de trabalho nos diferentes níveis de ensino:

Dentro desta proposta, temos que considerar ainda o caráter interdisciplinar na abordagem do conhecimento, pois a complexidade do mundo do trabalho, o avanço das novas tecnologias, requerem de todos os futuros profissionais a habilidade de pensar em termos de complexidade no sentido descrito por Edgar Morin, que não significa a dificuldade de um determinado conteúdo, mas sim a existência de uma teia de relações, que qualquer conhecimento ou qualquer ato humano enseja. Ou seja, operar os meios de vida e de produção na construção de um saber fazer na contemporaneidade, representa aprender a pensar fora de uma lógica linear e cronológica apenas. A transversalidade também segue este mesmo princípio, ou seja, estão ambas as abordagens, em busca da religação de saberes, os quais foram separados pela ciência moderna em busca de sua especialização cada vez mais expressiva.

Epistemologicamente, a disciplinaridade não deixou de existir, tampouco a especialidade do saber, o que propomos é uma abordagem do conhecimento onde os meios de ensino possam tornar evidentes as múltiplas relações e conexões entre saberes que apenas aparentemente não se relacionam, e onde se possa diminuir as fronteiras que separam não só a teoria da prática, mas também separam conteúdo, disciplinas e áreas de saber.

Por esta visão, a IES, utilizará uma estratégia de integração onde cultura, ciência, tecnologia, gestão, relações étnicas, ambientais, econômicas, jurídicas, emocionais, dentre outras circulam em torno de um tema que será estudado em uma abordagem conceitual Inter e transversal, de onde os alunos são convidados a dialogar, trocar experiências, se integrar em outras áreas, tendo como pano de fundo a discussão de uma temática de interesse e relevância social, que potencialize a formação dos alunos e ajude a fomentar um olhar interessado, dialógico, aberto entre os acadêmicos e realidade

Hernández e Ventura (2017, p. 61)

> (...) a organização dos Projetos de Trabalho se baseia fundamentalmente numa concepção da globalização entendida como um processo mais interno do que externo, no qual as relações entre os conteúdos e áreas de conhecimento têm lugar em função das necessidades que traz consigo o fato de resolver uma série de problemas que subjazem na aprendizagem. Esta seria a ideia fundamental dos projetos. A aprendizagem, nos Projetos de Trabalho, se baseia em sua significatividade.

contemporânea. Estas atividades que também se apresentam abertas a comunidade externa acontecem em sábados letivos, previstos em calendário acadêmico e são denominadas de Sábado Integrador. O Programa Sábado Integrador, está nos apêndices do PDI, este programa ele está inserido nos projetos do PAPEEXI, neste acontece a interligação entre ensino, pesquisa e extensão.

2.2.7 Promoção de ações inovadoras

Para esta IES a aprendizagem estará relacionada com a atividade problematizadora, tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender e resolver problemas, problemas estes que provavelmente ainda nem existem no momento da formação, mas que se farão reais quando os acadêmicos estiverem no mercado de trabalho.

Nosso modelo metodológico crer que a problematização é um importante gatilho na construção das competências previstas nos perfis de egressos que orientam o percurso de formação na graduação.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior adotará outra lógica epistemológica que favoreça a superação com modelos estritamente disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois polos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando que os métodos de ensino constituirão um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que eles conterão uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, a linha horizontal possibilitará a consolidação da relação entre teoria e prática. Nessa linha, os alunos são motivados a problematizar e contextualizar os saberes adquiridos com a linha vertical.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada busca:

- Supera as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece, privilegiando a adoção de metodologias ativas;

- Assumi o princípio educativo da pesquisa e conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- Recorre à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de construção e multiplicação do saber;
- Na oferta dos cursos deve ser visada a prática inovadora, inclusão de tecnologias através dos sistemas específicos que consistem em dinâmicas através de ferramentas digitais.

2.2.7.1 Ambiente Virtual da Aprendizagem no processo de ensino-aprendizagem

A IES entende que a plataforma digital ou PDEAA é uma ferramenta fundamental para que ocorra o processo de ensino Aprendizagem na modalidade presencial com apoio tecnológico e na modalidade EAD, quando necessário e autorizado. Não apenas por ser o canal ou meio principal para a comunicação entre o docente e o discente, mas por ser o elemento integrador do processo. E aliado ao uso de Tecnologias de Informação e comunicação, as plataformas digitais assumem um papel de destaque em todo o itinerário formativo do discente.

No entanto, não demos defender que o uso exclusivo e único de uma plataforma digital será o suficiente para a formação completa do discente independente da área do curso. Deve existir um ecossistema tecnológico e pedagógico de apoio e suporte às plataformas digitais com o intuito de garantir que a trilha de aprendizado do discente seja adequada e cumpra com o pré-requisitos necessário para uma formação de qualidade e que atenda a toda legislação de permeia seu curso e profissão.

A plataforma digital pode ser compreendida como a pavimentação da estrada de estudo e dedicação que o discente deverá seguir. Sabemos que com um bom pavimento o translado de conhecimento será bem mais tranquilo e sereno, trazendo uma experiência única de aprendizagem e construção de conhecimentos. Mas devemos entender que esta estrada sempre deve ser bem-sinalizada e possuir a fiscalização, e guias de trajeto, os professores.

E finalmente para que uma plataforma seja completa deve estar articulada com as políticas e programas institucionais para que tudo se encaixe resultando em cumprimento de metas e objetivos acadêmicos e de ótima formação para o mundo do trabalho.

2.2.7.1.1 Itens inovadores existentes na plataforma

A plataforma digital prevê diversos elementos inovadores entre eles pode-se destacar:

- **Adaptabilidade:** A plataforma é responsiva e adaptável a quaisquer meios digitais de reprodução de sites, ou seja, é adaptada para rodar em celulares, tablets, desktops e até videogames com acesso à internet. Além de ser customizada para operar em SmartTVs.
- **Integração com repositórios:** A plataforma digital da Faculdade Santa Teresa de Santarém é totalmente integrada com todas as ferramentas do Google para aumentar a abrangência de recursos e aplicações aos docentes e discentes.
- **Gravação automática de aulas síncronas:** Com sistema integrado de gravação de aulas síncronas, a plataforma disponibiliza aos discentes a gravação das aulas de forma simples e sem a necessidade de ações de compartilhamento de links externos pelos tutores ou professores.
- **Integração com laboratórios virtuais:** Diversos laboratórios virtuais são integrados à plataforma sem a necessidade de o discente ter que se deslocar a outros ambientes.
- **Ambiente sala de aula digital:** Modelagem de tela para que o discente possa, na mesma tela, assistir sua aula digital e acompanhar com o material didático melhorando a experiência de aprendizagem.
- **Mais de 450 plugins:** A plataforma digital da Faculdade Santa Teresa de Santarém deve contar com mais de 450 plugins customizados e criados pela instituição para ampliar a qualidade e experiência acadêmica dos discentes.
- **Acompanhamento de progressão:** Células de inteligência artificial foram desenvolvidas para acompanhar a progressão de usuários da plataforma com o intuído de auxiliar na gestão de permanência e evasão.
- **Plataformas de BI:** Uso de Business Inteligence para gerar indicadores de uso e rendimentos de discentes durante as disciplinas. Ferramenta que permite aos decentes e coordenadores de curso um aprofundamento muito maior na gestão das atividades e rendimento dos alunos.

2.2.8 Núcleos de apoio ao ensino

Núcleo de Inovação e Tecnologia Educacional (NITE): responsável por assessorar os projetos de inovação e coordenar ações relacionadas as Tecnologias de Aprendizagem e Conhecimento (TAC) cursos de graduação e pós-graduação, com atribuições de:

- Analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- Deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- Estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- Estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;
- Estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;
- Estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.
- Priorizar o ensino mediado por tecnologias com possibilidade de diagnosticar, num cenário regional, as necessidades e demandas sociais e econômicas. Neste sentido propor soluções por meio de projetos e programas cuja finalidade é garantir a participação dos discente na solução ou proposta de soluções de problemas da comunidade.
- Garantir estrutura de gestão de forma que as propostas e projetos possam alcançar as metas e objetivos estabelecidos frente às demandas exigidas;
- Propiciar à comunidade acadêmica espaços digitais com características dialógicas nas resoluções de políticas de ensino, pesquisa e extensão, sempre garantindo a inclusão e boas práticas de ensino;
- Promover e viabilizar programas de formação contínua a docentes, discentes e colaboradores ligados direta ou indiretamente aos cursos e projetos propostos;
- Disponibilizar soluções tecnológicas capazes que contribuir com o processo de ensino aprendizagem mediado por tecnologias de forma mais inclusiva e acessível;

- Ofertar repositórios para os cursos com estrutura simplificada, mas sem perder o contexto de qualidade necessária e prevista para a formação de profissionais capazes e empreendedores;
- Garantir a contingência de serviços e soluções de forma plena e contínua no atendimento das demandas pedagógicas nos cursos ou qualquer artefato pedagógico relacionado;
- Aperfeiçoa processos e a comunicação entre setores e órgão com atividades correlatas ou afins, promovendo a assertividade nas decisões tomadas;
- Promover atividades culturais e sociais que envolvam toda a comunidade acadêmica coma possibilidade de suporte tecnológico mediado por plataformas ou sistemas customizados;
- Intensificar a busca de inovação nas soluções acadêmicas e de processos;
- Promover a interação com parceiros e fornecedores para propiciar aos acadêmicos oportunidades no mundo do trabalho e na pesquisa;
- Ampliar formas e formatos de atendimento e suporte a toda comunidade ligada direta ou indiretamente aos cursos em qualquer modalidade;
- Articular e promover dentro dos sistemas de plataformas usados a interdisciplinaridade e transversalidade utilizando metodologias ativas com o objetivo de desenvolver competências e habilidades necessárias para a absorção do discente no mondo do trabalho ou pesquisa;
- Desenvolver ambientes de ensino e aprendizagem inovadores e alinhados com as tendências tecnológicas de mercado;
- Propiciar aos discentes meios de acesso às tecnologias nas diversas etapas de sua formação teórica e prática;
- Disponibilizar tutores com formação adequada e objetivos de mediação delimitados e eficientes;
- Promover o uso de tecnologias assistivas e acessíveis em todos os processos de planejamento e acompanhamento pedagógicos dos autores do processo de ensino-aprendizagem;
- Enfatizar e sistematizar a educação ambiental, étnico-racial e cultural com o estímulo na produção de conhecimento e projetos de suporte e solução de problemas.

QRCODE 5 – REGULAMENTO DO NITE

https://qr.page/g/1WdrvNi5TGZ	

Núcleo de Apoio Psicopedagógico e acessibilidade (NAPSI): O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realizará ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente. O **NAPSI** tem como objetivo geral promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento.

QRCODE 6 – REGULAMENTO DO NAPSI

https://qr.page/g/3j8MorjrVBJ	

Núcleo de Apoio ao discente (NADI): O apoio ao discente do NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

QRCODE 7 – REGULAMENTO DO NADI

https://qr.page/g/3A5muB0bCDj	

Núcleo de Empreendedorismo e Inovação (NEI): O Núcleo tem como objetivos principais desenvolver a capacidade empreendedora, promovendo o empreendedorismo e inovação como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social através das seguintes ações:

- Estimular a cooperação entre corpo docente, coordenadores, pesquisadores, discentes, técnico administrativo, comunidade externa, profissionais de mercado e entes públicos;
- Disseminar e desenvolver a cultura do empreendedorismo e da inovação na instituição, propagando os seus valores institucionais “Inovação pedagógica; Qualidade de ensino; Formação de Líderes e Empreendedores”
- Propagar diferencial competitivo no mercado de ensino superior como uma instituição com foco em empreendedorismo e liderança.
- Incentivar a constituição de ambientes favoráveis à inovação e ao empreendedorismo e intraempreendedorismo corporativo;
- Aprimorar soft skills e hard skills demandas pelo mercado de trabalho com vistas à formação de pequenos negócios;
- Modernizar os procedimentos de gestão e adoção de controle para melhoria de resultados;
- Fortalecer a empregabilidade e competitividade do discente;
- Promover talks, lives, palestras, workshops, oficinas e minicursos ligados às temáticas de empreendedorismo, inovação e liderança;
- Desenvolver capacidade de intervenção nos discentes sobre problemas sociais e
- empresariais;
- Estimular a participação em todos os atores institucionais nos eventos institucionais;
- Incentivar o estudo, a pesquisa e a extensão em toda a comunidade acadêmica.

QRCODE 8 – REGULAMENTO DO NEI

https://qr.page/g/3KTuE184rMM

2.2.9 Programas institucionais

Quadro 5 - Programas institucionais.

PROGRAMA	SIGLA	POLÍTICA	RESPONSÁVEL
Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional	PAPEEXI	PESQUISA EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	Coordenação de pesquisa e extensão
Programa de Educação para os Direitos Humanos	PEDH	EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS	Coordenação de Ensino
Programa de Educação Ambiental	PEA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Coordenação de Ensino
Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica	PQEIP	ENSINO	Coordenação de Ensino
Programa de Apoio ao Discente	PAD		NADI
Programa de Estímulo a Realização e Participação de Eventos	PROEDIP	ESTÍMULO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	Coordenação de Pesquisa e Extensão
Programa de Iniciação Científica e Tecnológica	PICT	PESQUISA	Coordenação de Pesquisa e Extensão
Programa de acolhimento	PA	APOIO AO DISCENTE	NADI
Programa de permanência	PP	APOIO AO DISCENTE	NADI
Programa de monitoria	PM	APOIO AO DISCENTE	Coordenação de Ensino
Programa de nivelamento	PN	APOIO AO DISCENTE	Coordenação de Ensino
Programa de Intermediação de estágio não obrigatório	PIEO	APOIO AO DISCENTE	NADI
Programa de acompanhamento ao egresso	PAE	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	NADI
Programa de formação de líderes	PFL	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	Núcleo de Empreendedorismo e Inovação

Programa de Inovação Tecnológica	PIT	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	Núcleo de Empreendedorismo Inovação
Programa de ouvidoria		APOIO AO DISCENTE	CPA
Programa de Uso de Tecnologia de Aprendizagem E Conhecimento (TAC)	PTAC	USO DE TECNOLOGIAS DE APRENDIZAGEM E CONHECIMENTO	Núcleo de Inovação e Tecnologia Educacional
Programa de Monitoramento da Evasão	PME	ACOMPANHAMENTO AO DISCENTE	NADI
Programa de Representatividade Discente	PRD	ENSINO	Coordenação de Ensino
Programa de Gestão de Logística Sustentável	PGLS	ENSINO	Coordenação de Ensino

2.2.10 Projetos institucionais

Quadro 12 - Projetos institucionais.

PROGRAMA	SIGLA	PROJETOS
Programa de ensino de graduação	PEG	• Projeto de Atividade Interdisciplinar • Projeto de Atividade Transversal • Projeto de Atividades complementares
Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional	PAPEEXI	• Projeto de Extensão • Projeto de Responsabilidade Social
Programa de Educação para os Direitos Humanos	PEDH	• Projeto de Educação para os Direitos Humanos
Programa de Educação Ambiental	PEA	• Projeto de Educação Ambiental
Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica	PQEIP	• Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico • Projeto de Formação Continuada para Docentes e Gestores de Curso
Programa de Apoio ao Discente	PAD	• Projeto de Apoio ao Discente
Programa de Estímulo a Realização e Participação de Eventos	PERPE	• Projeto Artístico Cultural

Programa de Iniciação Científica e Tecnológica	PICT	• Projeto de Iniciação Científica
Programa de acolhimento	PA	• Projeto de Acolhida aos Ingressantes
Programa de permanência	PP	• Projeto de Monitoramento da Evasão
Programa de monitoria	PM	• Projeto de Monitoria
Programa de nivelamento	PN	• Projeto de Nivelamento
Programa de Intermediação de estágio não obrigatório	PIEO	• Projeto de Intermediação de estágio não obrigatório
Programa de acompanhamento ao egresso	PAE	• Projeto de Acompanhamento de Egressos
Programa de formação de líderes	PFL	• Projeto de formação de líderes
Programa de Inovação Tecnológica	PIT	• Projeto de Inovação Tecnológica
Programa de ouvidoria		• Projeto da ouvidoria
Programa de Uso de Tecnologia de Aprendizagem E Conhecimento (TAC)	PTAC	• Projeto para Uso de Tecnologia de Aprendizagem E Conhecimento
Programa de Monitoramento da Evasão	PME	• Projeto para Monitoramento da Evasão
Programa de Representatividade Discente	PRD	• Projeto de Representatividade Discente

2.3 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL.

A ARTICULAÇÃO ENTRE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO E INOVAÇÃO buscar e articular de acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, que representa o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior

em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades 141de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque assegura como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frente como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, pode-se refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino, ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa.

A segunda ideia, decorrente de nossa experiência, deverá ser o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente oportunidade de praticar a indissociabilidade defendida. A apresentação de nossa experiência pretende demonstrar esse argumento.

Tratar de indissociabilidade na universidade serão consideras necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e, de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral. Cumpre, portanto, considerar brevemente esse debate para melhor entender por quê, apesar de ideal, a pretendida indissociabilidade muitas vezes não se verifica na prática.

Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Magnani (2017) indica que, nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais (Silva, 2000). Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

A perspectiva de um conhecimento "pluriversitário" não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta e prestação de serviços pelos discentes, mas beneficia também os próprios discentes. De acordo com Silva (2014), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino, permitindo ao fim um diálogo que, nas palavras de Santos (2004), substitui a unilateralidade pela interatividade. O que a longo prazo trará benefícios aos acadêmicos, aos docentes, e as comunidades envolvidas.

As políticas de desenvolvimento da pesquisa ou Iniciação Cientifica, no nível da graduação e da pós-graduação da Faculdade, com vista a inovação tecnológica, cientifica, artístico e cultural, será concretizada a partir das seguintes diretrizes

2.3.1 Diretrizes da política de pesquisa e iniciação científica

São diretrizes da política de pesquisa e iniciação cientifica

I. desenvolvimento crítico-reflexivo dos graduandos através do acesso à iniciação à metodologia científica;

II. Proporcionar condições para desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional através das iniciações cientificas;

III. Incentivar a interação entre discentes e docentes nas atividades de pesquisa para a qualificação de resultados, e criação de grupos de pesquisa e de grupos de estudos interdisciplinares;

IV. Elaborar os projetos de pesquisa do curso prevendo a articulação das atividades acadêmicas com a iniciação cientifica, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno e incentivar a publicação;

V. Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando surgimento de profissionais cientistas, capazes de implantar novas técnicas, métodos e processos pesquisa;

VI. Orientar ações institucionais de capacitação de recursos humanos em pesquisa cientifica e inovação científica, transferência de tecnologia e propriedade intelectual em cursos de graduação e pós-graduação, de formação transversal complementar, incentivando parceria com outras instituições;

VII. Estimular o envolvimento e participação da comunidade acadêmica na implementação e execução da política de pesquisa cientifica;

VIII. Incentivar pesquisas de revisão sistemática, que gerem impacto científico em sua área específica.

Para as práticas de pesquisa ou iniciação cientifica: as linhas de Pesquisa dos trabalhos acadêmicos estão em conformidade com as necessidades da sociedade, ao propor soluções que apresentam influência teórica/prática, por meio da pesquisa.

As práticas de Inovação para tecnologias apresentam contempladas, quando a IES atuará na formação de empreendedores e líderes, a partir do foco no desenvolvimento de soluções inovadoras em atenção as transformações sociais emergentes, sem perder de vista a realidade local e as potencialidades locais, que fazem da região, articulando a sustentabilidade interculturalidade e diversidade loco regionais.

Cabe destacar que como parte da construção de projetos de inovação, a instituição atuará na perspectiva do incentivo a pesquisa por meio de programas específicos para este fim, de tal forma que a inovação, seja ela incremental e que contribua com a melhoria da qualidade de produtos e serviços gerados para dar soluções aos problemas da sociedade.

Nesta perspectiva a instituição desempenhará esforços para o processo de desenvolvimento e da investigação científica, como um princípio educativo, na promoção do engajamento do aluno na curiosidade científica que indaga o estudante e lhe coloca na posição de protagonista do seu processo de desenvolvimento como um membro da comunidade cientifica.

2.3.2 Diretrizes da política de Inovação Tecnológica

São diretrizes da política de Inovação Tecnológica:

I. Estruturar a atuação institucional de forma a criar alianças estratégicas com o ambiente acadêmico local, regional, nacional ou internacional, que orientem a geração de inovação;
II. Fomentar o empreendedorismo acadêmico, estabelecendo modelos de gestão que apoiem tais iniciativas, em parcerias com órgãos públicos e privados;
III. Fomentar mecanismos promotores de empreendimentos inovadores e apoiar a geração de técnicas eficazes derivadas de processos, métodos e teorias consolidados;
IV. Fomentar a realização de extensão tecnológica e prestação de serviços técnicos intersetoriais;
V. Fomentar e promover o desenvolvimento, a difusão e a divulgação de tecnologias sociais;
VI. Incentivar pesquisas teóricas puras que gerem impacto científico em sua área específica inaugurando novas formas de pensar;
VII. Promover o fortalecimento da extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social da comunidade acadêmica;
VIII. Buscar, permanentemente, a constituição de mecanismos que intensifiquem os resultados de transferência de tecnologia e conhecimento, que aprimorem a gestão de sua propriedade intelectual, em parceria com entes públicos e privados, incluindo produtos acadêmicos derivados;
IX. Orientar ações institucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual em cursos de graduação e pós-graduação, de formação transversal complementar, incentivando parceria com outras instituições;
X. Estimular o envolvimento e participação da comunidade acadêmica na implementação e execução da política de inovação;
XI. Fomentar a simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação;

XII. Fomentar a adoção de mecanismos de controle de resultados e um processo de avaliação da política de inovação;

XIII. Garantir que o processo de inovação tecnológica se dê em consonância com a manutenção do patrimônio artístico, cultural, ético e social da IES.

QRCODE 9 - POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

https://qr.page/g/1k6cjskB9Hs	

2.3.3 Diretrizes da política de Desenvolvimento Artístico e Cultural

Os mecanismos de transmissão dos resultados da iniciação científica no ambiente interno da IES e de sua comunidade externa são sustentados pelas seguintes diretrizes:

I. A promoção de eventos científicos abertos à comunidade;
II. O desenvolvimento de estratégias para a difusão, distribuição e da produção acadêmica;
III. O estímulo aos docentes e aos discentes para participação de eventos científicos internos e externos, com a comunicação do saber por meio do ensino e/ou de publicações científicas.

QRCODE 10 - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

https://qr.page/g/3pn6ybtduy	

2.3.4 Práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento

A Faculdade Santa Teresa de Santarém desenvolverá práticas acadêmicas que visará a correlação entre a produção e a interpretação, fortalecendo e articulando as produções integradas entre docentes e discentes e proporcionando um ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e interpretações nas habilidades, direcionando a qualidade da formação no ensino.

As produções e interpretações serão ferramentas acadêmicas relevantes para a gestão do ensino superior, possibilitando diagnósticos que auxiliam nas tomadas de decisões, uma vez que revelam tanto as potencialidades quanto as fragilidades acadêmicas assegurando, ao mesmo tempo, a elevação dos níveis de qualidade das produções acadêmicas.

2.3.5 Linhas de pesquisa e de trabalho transversais

A Faculdade Santa Teresa de Santarém promoverá a implantação de cada linha de pesquisa representativa na perspectiva de atender as necessidades acadêmicas/comunidade, objetivando novos conhecimentos com base num conjunto de questões em relação ao vivenciamento e quais os possíveis resultados e/ou conclusões para contribuição de valores educacionais.

A transversalidade é uma maneira somativa - com base na aprendizagem/acadêmico como item educacional, visando o desenvolvimento de competência nas áreas de conhecimentos, proporcionado a produção de conhecimento sobre os olhares de várias temáticas, incentivando a interação dos demais cursos. Desta forma, os discentes são convidados a debater, trocadas de vivências e interagidos em outras áreas, tendo discussão de relevância cientifica. Estas ações são abertas a comunidade externa acontecendo aos sábados letivos, previstos em calendário acadêmico e são denominadas de Sábado Integrador. O Programa Sábado Integrador, estarão nos apêndices desde PDI, este programa ele está inserido nos projetos do PAPEEXI, neste acontece a interligação entre ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 6 - Linhas de pesquisa.

ÁREA DE CONHECIMENTO	GRUPO	LINHA DE PESQUISA	CURSOS
CIÊNCIAS HUMANAS	Educação e Desafios amazônicos	▪ Educação, Interdisciplinaridade e Ações Inovadoras ▪ Educação, Cidadania e Direitos Humanos ▪ Cultura e Meio Ambiente na Amazônia	▪ Pedagogia
CIÊNCIAS DA SAÚDE	Saúde, Qualidade de Vida e Desafios amazônicos.	▪ Saúde Mental e Expressão Cultural ▪ Serviço de Saúde Humanizado, Políticas Públicas e Inclusão. ▪ Saúde, Prevenção, Qualidade de Vida e Abordagem Multidisciplinar	▪ Farmácia; ▪ Medicina; ▪ Psicologia.
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Gestão, Comunicação e Direito na Amazônia	▪ Empreendedorismo e Cidadania para o Desenvolvimento Regional na Amazônia; ▪ Logística no Contexto amazônico; ▪ Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito.	▪ Administração;

2.3.6 Mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade

Propõe-se, ações de articulação representativa com instituição parceira, nesse caso, fundando um ambiente que possibilite a construção de diferentes saberes, de pensar e fazer a prática, organizando suas competências e produzindo novos conhecimentos para a comunidade. A atividade será executada por meios de metodologias ativas e práticas pedagógicas na tentativa de se aproximar da realidade social.

Diante desses cenários encontrados na comunidade a transmissão dos resultados será uma forma de contribuição para melhoria dos problemas visualizados. Estas iniciativas fomenta o progresso de uma sociedade globalizada e informativa. Os mecanismos de transmissão dos resultados da iniciação científica no ambiente interno da IES e de sua comunidade externa são sustentados pelas seguintes diretrizes:

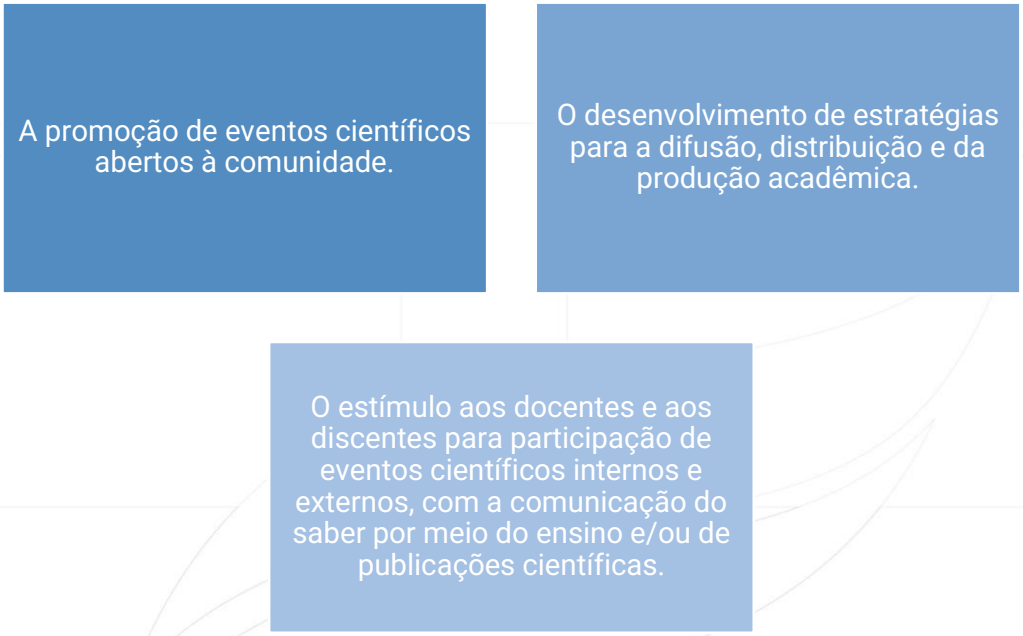


Figura 20 - mecanismos de transmissão dos resultados da iniciação científica no ambiente interno da IES. Fonte: FST (2022)

De forma complementar às diretrizes descritas na Figura 20, deve existir na PDEAA espaço exclusivo para as tratativas relacionadas à iniciação científica.

As linhas de pesquisas serão: -Ciências Humanas: Educação, Interdisciplinaridade e Ações Inovadoras; Educação, Cidadania e Direitos Humanos; Cultura e Meio Ambiente. -Ciências da Saúde: Saúde Mental e Expressão Cultural; Serviço de Saúde Humanizado, Políticas Públicas e Inclusão: Saúde, Prevenção, Qualidade de Vida e Abordagem Multidisciplinar. -Ciências Sociais Aplicadas: Empreendedorismo e Cidadania para o Desenvolvimento Regional; Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito.

QRCODE 11 - SALA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

https://qr.page/g/DoZCWrLKsg	

2.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL.

2.4.1 Políticas institucionais de valorização do meio ambiente

A Política de valorização da diversidade da IES, consistirá em promover valores democráticos de respeito às diferenças e a diversidade a ser desenvolvida por meio do seu Programa de Inclusão e apoio a Diversidade. Suas ações estarão pautadas no planejamento, implantação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social etc.), além de emancipação, de respeito à identidade e inclusão desses grupos. Também será incluso a promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros.

Também integra os princípios a nossa política apoiar por meio da ação extensionista as Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais e Populares, tendo em vista ações voltadas para:

- O apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns populares;
- Produção e divulgação de informações, conhecimentos e materiais didáticos relacionados ao tema;
- Realizar de forma permanente seminários e audiências públicas que contemplem a temática dos Direitos Humanos;
- Manter nos Currículos de todos os Cursos de Graduação a disciplina Educação para os Direitos humanos.

A Faculdade Santa Teresa de Santarém corresponsável pelo compromisso de valorização do meio ambiente e em cumprimento da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e ao Decreto nº 4.281 de junho de 2002, a qual institui políticas nacionais de Educação Ambiental, oferece especialmente em seus aspectos extensionistas e permeada em suas matrizes curriculares, a constante discussão e ações sobre a temática.

ESCANEAR

QRCODE 13 - DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002.

A Política Ambiental da Faculdade Santa Teresa de Santarém , em consonância também com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm pedagogia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

ESCANEAR

QRCODE 12 - Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.

Desta forma, em seu enfoque interdisciplinar, eventos voltados para o tema, buscando a garantia de interdisciplinaridade e a transversalidade, a educação ambiental se apresenta como objetivo transversal nos cursos da Faculdade Santa Teresa de Santarém e é encontrado no conteúdo das disciplinas que devem ser definidas nos respectivos Projetos Pedagógicos de cada curso ofertado de acordo com as suas especificidades

Destaca-se, ainda, no escopo das atividades de Extensão, o Programa de Responsabilidade Socioambiental, que objetivará e incentivará o desenvolvimento de ações que favoreçam a aproximação com a comunidade, por meio de projetos de responsabilidade social, focalizando a sustentabilidade e a gestão ambiental consciente, buscando parcerias e integração com outras instituições do setor público e ou privado.

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da Faculdade Santa Teresa de Santarém e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas.

2.4.1 Diretrizes da política da Educação Étnico Racial

São diretrizes da Política da Educação Étnico Racial:

I. Oferece ações educativas no que se refere a educação étnico racial a memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural com articulação do ensino, da pesquisa e da extensão;

II. Oportuniza o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo nas ações de educação dos direitos humanos visando a transversais e interdisciplinares;
III. Estimular o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade com aspectos da educação étnico racial;
IV. Propiciar a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais voltadas a defesa e promoção da educação étnico racial;
V. Viabiliza a continuidade e permanência do processo educativo relacionados igualdades raciais e suas relações;
VI. Manter permanente a avaliação crítica do processo educativo relacionado ao étnico racial;
VII. Proporciona uma abordagem articulada das questões étnico racial nacionais e globais;
VIII. O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural;
IX. Ampara a democratização das informações étnico racial;
X. Estímulo e o fortalecimento de desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática social e religiosa;
XI. Incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do social como um valor inseparável do exercício da cidadania;
XII. O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade equilibrada, fundada nos princípios dos direitos humanos, respeitando a liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
XIII. O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e étnico racial.

2.4.2 Diretrizes da política de valorização da diversidade

A Política de valorização da diversidade da IES consistirá e promoverá valores democráticos de respeito às diferenças e a diversidade a ser desenvolvida por meio do seu **Programa de Inclusão e apoio a Diversidade** com ações como: Planejamento, implantação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão desses grupos; Promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros.

QRCODE 14 - PROGRAMA DE INCLUSÃO E APOIO A DIVERSIDADE

https://qr.page/g/5quyKwCg8TF

Também integra os princípios a nossa política apoiar por meio da ação extensionista as Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais e Populares, tendo em vista ações voltadas para:

- o apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns populares;
- Produção e divulgação de informações, conhecimentos e materiais didáticos relacionados ao tema;
- Realizar de forma permanente seminários e audiências públicas que contemplem a temática dos Direitos Humanos;
- Manter nos Currículos de todos os Cursos de Graduação a disciplina Educação para os Direitos humanos.

A **Política de valorização a diversidade** da instituição baseará na inclusão dos deficientes físicos por meio do **Programa de Acessibilidade e Inclusão** que terá o objetivo de promover ações para a acessibilidade e inclusão dos acadêmicos e colaboradores com deficiência física, intelectual ou sensorial. A fim de que o acadêmico ou colaborador com deficiência possa desfrutar, com autonomia, facilidade e dignidade, dos espaços e atividades acadêmicas em geral ou laborais apoiado pelo Núcleo de Psicopedagógico e de Acessibilidade (NAPSI).

QRCODE 15 - PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

https://qr.page/g/mmIGB982CL

As ações do Programa de Acessibilidade e Acessibilidade incluem as ações:

- A eliminação de barreiras físicas nas edificações;
- A garantia do pleno uso dos recursos de mobilidade, com o acesso e prioridade aos elevadores e rampas;
- A adequação dos sanitários aos cadeirantes e alunos com baixa visão;
- A acessibilidade aos materiais e recursos de aprendizagem como: textos digitalizados; lupa eletrônica, "Ledor" e de intérprete para a língua de sinais – Libras;
- Mobiliário adequado nas áreas de atendimento e sala de aula;
- Impressora *Braille*;
- Piso tátil;
- A promoção de Projetos de Sensibilização;
- Formação e Capacitação de Professores e Funcionários da IES em Atendimento Inclusivo e que assegure a Acessibilidade.

2.4.2.1 Diretrizes

I. Possibilita uma perspectiva humanista, holístico, democrático e participativo nas ações diversidade social transversais e interdisciplinares;
II. Viabilizar a continuidade e permanência do processo educativo relacionados inclusões social e apoio a diversidade e suas relações;
III. Articula ações educativas no que se refere a inclusão social e apoio a diversidade, a memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural com articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.
IV. Fomenta o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade nos aspectos de inclusão e apoio a diversidade;

V. Proporciona a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais voltadas ao de inclusão e apoio a diversidade;
VI. Manter permanente a avaliação crítica do processo educativo relacionado a acessibilidade e diversidade;
VII. Garantira a abordagem articulada das questões de acessibilidades locais, regionais, nacionais e globais;
VIII. O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural;
IX. Garantia de espaços para o desenvolvimento de uma compreensão integrada da acessibilidade e diversidade em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
X. Garantia da democratização das informações da acessibilidade;
XI. Estímulo e o fortalecimento de desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática da diversidade social;
XII. O estímulo para compreender a acessibilidade entre as diversas regiões do País, em vários níveis sociais, com vistas à construção de uma sociedade humanista e equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
XIII. O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a acessibilidade.

2.4.3 Diretrizes da política de valorização do meio ambiente

A Educação Ambiental será uma temática constantemente presente no mundo, e tem um foco diferenciado na região, o Estado do Pará tem uma das maiores diversidades ambiental, fauna e flora, as transformações geológicas e climáticas permitem a evolução das espécies vegetais e animais, por essas transformações há uma riquíssima biodiversidade na floresta.

A IES como corresponsável pelo compromisso de valorização do meio ambiente e em cumprimento da Lei no 9.795 de 27 de abril de 1999 e ao Decreto no 4.281 de junho de 2002, a qual institui políticas nacionais de Educação Ambiental, deve oferecer, especialmente em seus aspectos extensionistas em suas matrizes curriculares, a constante discussão e ações sobre a temática.

A Política de Educação Ambiental da IES, em consonância também com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm pedagogia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado,

bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Artigo 225 da Constituição Federal de 1988

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Desta forma, em seu enfoque interdisciplinar, eventos voltados para o tema, buscará a garantia de interdisciplinaridade e a transversalidade, a educação ambiental se apresenta como objetivo transversal nos cursos da IES e será encontrado no conteúdo das disciplinas que devem ser definidas nos respectivos Projetos Pedagógicos de cada curso ofertado de acordo com as suas especificidades.

Destaca-se, ainda, no escopo das atividades de Extensão, o Programa de Responsabilidade Socioambiental, que objetiva incentivar o desenvolvimento de ações que favoreçam a aproximação com a comunidade, por meio de projetos de responsabilidade social, focalizando a sustentabilidade e a gestão ambiental consciente, buscando parcerias e integração com outras instituições do setor público e ou privado.

Nessa perspectiva, a Política de Educação Ambiental da IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas.

Neste processo se inclui o **Programa de Gestão de Logística Sustentável (PGLS)** que consiste de um documento contendo principalmente indicadores e sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais, e contempla pelo menos sete áreas de atuação:

I. Materiais de Consumo;
II. Energia Elétrica;
III. Água e Esgoto;

IV. Coleta Seletiva;
V. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho;
VI. Compras e Contratação; e
VII. Deslocamento de Pessoal.

As ações dessas áreas têm como base a política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reciclar, Reusar e Recuperar, e com isso dando preferência ao consumo de produtos que gerem impactos socioambientais significativos e atendam o uso racional dos recursos naturais e bens, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos colaboradores, e aquisições sustentáveis.

2.4.2.1 Diretrizes

I. Promove continuamente ações educativas no que se refere ao meio ambiente, a memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural com articulação do ensino, da pesquisa e da extensão;
II. Garantir o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo nas ações de educação ambiental transversais e interdisciplinares;
III. Promover a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
IV. Incentivar o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade com aspectos da educação ambiental;
V. Propiciar a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais voltadas ao meio ambiente;
VI. Garantia de continuidade e permanência do processo educativo relacionados ao meio ambientes e suas relações;
VII. Manter permanente a avaliação crítica do processo educativo relacionado ao Meio ambiente;
VIII. Garantira a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
IX. O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural;
X. Garantia de espaços para o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
XI. Garantia da democratização das informações ambientais;

XII. Estímulo e o fortalecimento de desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

XIII. Incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

XIV. O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

XV. O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia.

QRCODE 16 - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

https://qr.page/g/50VRtEOUwDE

2.4.4 Diretrizes da política de valorização da memória cultural

Em relação em valorização da memória cultural a IES privilegiará ações de ensino, pesquisa, e extensão fomentadas pelo Programa de Estímulo a Realização e Participação de Eventos (PAPREV) de natureza didática, científica, tecnológica, cultural e de extensão e por meio do Programa de apoio a iniciação artística, da memória e do patrimônio cultural da IES composto por ações inclusas nas três dimensões do ensino superior: ensino; pesquisa e extensão. Desta feita serão privilegiados projetos e ações que promovam a cultura, arte.

QRCODE 17 - PROGRAMA DE ESTÍMULO A REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS (PAPREV)

https://qr.page/g/30OCaUOeYRx

Os projetos de Iniciação Artística e Cultural contemplarão atividades relacionadas à produção e difusão artística que contribuem para a consciência cultural no que diz respeito à memória, à criação e à prática da Arte como um patrimônio cultural de toda a sociedade.

O desenvolvimento do Programa tem como palco as bibliotecas, corredores, escolas, ruas, jardins, teatros, auditórios, abrangendo tanto a comunidade universitária, quanto a comunidade em geral e motivando a formação de novas plateias e agentes multiplicadores.

2.4.3.1 Diretrizes

I. Promove continuamente ações educativas no que se refere ao meio ambiente, a memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural com articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.

II. Promover o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo nas ações de educação artístico cultural transversais;

III. Viabilizar a concepção do artístico cultural em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio artístico, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque a memória e a sustentabilidade;

IV. Proporciona o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade com aspectos da consciência cultural;

V. Oportuniza a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais voltadas ao patrimônio cultural da sociedade;

VI. Garantia de continuidade e permanência do processo educativo relacionados ao meio cultural e suas relações;

VII. Manter permanente a avaliação crítica do processo educativo relacionado ao artístico cultural;

VIII. Garantira a abordagem articulada das questões culturais locais, regionais, nacionais e globais;

IX. O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade cultural individual e coletivo;

X. Garantia de espaços para o desenvolvimento para compreensão integrada da diversidade artístico cultural em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

XI. Viabiliza a democratização das informações artístico cultural;

XII. Incentiva o fortalecimento de desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática sociais e artístico culturais;

XIII. Promover à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação da história cultural, entendendo-se a defesa da qualidade do patrimônio como um valor inseparável do exercício da cidadania;

XIV. O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade culturalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.

QRCODE 18 - POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL

https://qr.page/g/4bAOzUKFbl3	

2.4.5 Diretrizes da política de valorização da produção artística

I. Incentiva o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo nas ações da produção artística;

II. Viabilizar a concepção da produção artístico em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio artístico, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque a memória e a sustentabilidade;

III. Proporciona o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade com aspectos da consciência artística;
IV. Garantia de continuidade e permanência do processo educativo relacionados a produção artística e suas relações;
V. Manter permanente a avaliação crítica do processo educativo relacionado ao artístico cultural
VI. Garantira a abordagem articulada das questões culturais locais, regionais, nacionais e globais;
VII. O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à produção artística no individual e coletivo;
VIII. Viabiliza a democratização das informações artístico;
IX. Oferece o fortalecimento de desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática nas produções artísticas;
X. Oportuniza o envolvimento individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação da história cultural, entendendo-se a defesa da qualidade do patrimônio como um valor inseparável do exercício da cidadania;
XI. Garantia ao estímulo das produções artísticas em diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade culturalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.

QRCODE 19 - POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA

https://qr.page/g/2N2o7xI28w

2.4.6 Diretrizes da política de valorização da memória cultural, produção artística e patrimônio cultural

A valorização da memória cultural, das produções culturais, imateriais e materiais, intangíveis e tangíveis, permearão os aspectos da identidade cultural de uma sociedade. O estado comporta uma

diversidade cultural com elementos peculiares de seu povo resultante da sua formação étnica, onde elementos indígenas foram sendo entrelaçados com aspectos da cultura africana e europeia.

A IES permeará em sua configuração este referencial simbólico uma vez que não pode ser separado ou afastado do ambiente acadêmico. A cultura e a educação são fenômenos intrinsecamente ligados, esses dois fenômenos promovem juntos elementos socializadores, desenvolvendo no discente a capacidade de ressignificar sua forma de pensar.

Assim, a instituição buscará em suas a internalização em suas políticas a valorização do patrimônio cultural, por meio da memória cultural de um povo enraizados em seus processos de produção culturais. Desta forma, em seus conteúdos curriculares de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, os aspectos culturais são incluídos, bem como em suas atividades de extensão e responsabilidades sociais.

2.4.5.1 Diretrizes

I. Viabilizar a concepção da produção cultural em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio da valorização do patrimônio cultural, o socioeconômico sob o enfoque na responsabilidade social;
II. Proporciona o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade com aspectos da produção artístico e cultural;
III. Garantia de continuidade e permanência do processo educativo relacionados ao patrimônio cultural e suas relações;
IV. Valoriza o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo nas ações da produção artística cultural;
V. Manter permanente a avaliação crítica do processo educativo relacionado a valorização da memória cultural;
VI. Garantira a abordagem articulada das questões culturais locais, regionais, nacionais e globais;
VII. O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à memorial cultural no individual e coletivo;
VIII. Oferece o fortalecimento de desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática nas produções de memórias culturais;
IX. Oportuniza o envolvimento individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação da história cultural, entendendo-se a defesa da qualidade do patrimônio como um valor inseparável do exercício da cidadania;

X. Garantia ao estímulo dos patrimônios culturais e nas produções artísticas em diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade culturalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.

QRCODE 20 - POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL

https://qr.page/g/4TEo2yXVHKF

2.4.7 Ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial

A IES terá a preocupação em garantir a acessibilidade atitudinal, física e pedagógica. Entender os aspectos dessa acessibilidade é compreender também que envolvem a diversidade, a diversidade na educação é muito importante a ser considerada, para que o ambiente escolar seja inclusivo e respeite as individualidades, abrindo espaços aos diversos aspectos cultuais existentes em nossa sociedade. Desconstruindo diversos paradigmas multiculturais rasos ou assimilacionistas pluriculturais, transformando esta seara numa construção intercultural crítica e reflexiva aos problemas loco regionais.

Assim a Faculdade Santa Teresa de Santarém valorizará aspectos como a diversidade, a igualdade étnico-racial e a inclusão todos esses fatores em busca de promover os direitos humanos através de projetos institucionais na perspectiva informar que os direitos significam não apenas defender os direitos próprios, mas os defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo. Nesse contexto, marcado por inúmeras violações de direitos, torna-se necessário construir toda uma normatividade nacional e internacional, a fim de resguardar e proteger esses direitos, até então inexistentes.

Desta forma em cumprimento da lei nº 11.645 de 10/03/2008, à Resolução nº 1, de 17de junho de 2004 e à Lei 10. 639 de 09/01/2003, referente à Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no âmbito do ensino de graduação, em

disciplinas como Metodologiado Trabalho Científico, Sociologia e Antropologia, Ética e Cidadania, Educação das populações indígenas, ribeirinhos e étnico racial e em disciplinas mais específicas dos cursos, essa temática é abordada a partir do exame de textos que possibilitam reflexão e debate sobre o assunto. Ainda, no âmbito da extensão, são realizados eventos voltados para a cidadania e debates específicos.

QRCODE 21 - LEI Nº 11.645 DE 10/03/2008.

https://qr.page/g/3kfHDrduqtE

A preocupação com a questão dos Direitos Humanos é inerente à filosofia da Instituição, sendo parte integrante da sua Visão e Missão. Deste modo, as Diretrizes Nacionais para a educação em Direitos Humanos, conforme dispostono Parecer CNE/CP nº 8 de 2012, é traduzido e incorporado aos ProjetosPedagógicos dos cursos, sendo garantidas nos objetivos dos cursos de modo transversal e em disciplinas que possibilitarem esse aprofundamento, igualmente, atividades extensionistas voltadas tanto para os alunos como para os processos de formação continuada dos docentes, que promovem reflexões a respeito dos Direitos Humanos e do respeito à diversidade.

QRCODE 22 - RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004

https://qr.page/g/3e4aiwlygh5

Neste item há coerência entre os objetivos do PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas e implantadas pelo Faculdade Santa Teresa de Santarém. Nesta direção compreendendo os Direitos Humanos como uma categoria de direitos fundamentais onde o homem pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente, não pode deixar de exercê-lo.

QRCODE 23 - LEI 10.639 DE 09/01/2003

https://qr.page/g/34qbczyhgwz

Sendo assim, esses direitos não resultarão de uma concessão da sociedade política, pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. Para tanto no que compete aos sistemas de ensino, estes passam a ter uma responsabilidade de formar para o pleno gozo destes, assumindo a formação para a cidadania como uma tarefa educativa de suma importância.

Admitindo a relação inexorável entre educação e cidadania, desde o ensino primário até o superior, o Faculdade Santa Teresa de Santarém, procurará em desenvolver ações educativas para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. Assim a educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, e com o intuito de formar os egressos desenvolvendo competências e habilidades que promovam em sua atuação profissional atitudes de valorização dos direitos humanos como um todo.

QRCODE 24 - PARECER CNE/CP Nº 8 DE 2012

https://qr.page/g/4Ppcq88YDwF

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001, p. 151).

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Ministério da Educação

Dotar as IES de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas as condições plenas de participação e de aprendizagem". (MEC/INEP, 2013)

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegia da na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos deve estar ofertada, como prevê os termos da lei, em formato de umas disciplinas específicas nas matrizes curriculares dos cursos ofertados com a tratativa de Educação **e Direitos Humanos** com carga horária adequada às suas especificidades.

Focados no proposito institucional dos direitos humanos a uma preocupação em promover a acessibilidade aos discentes e/ou professores que tenham a necessidade de um acompanhamento especializado e específico, de acordo como orientado pelo Ministério da Educação.

No âmbito da extensão, são realizados eventos voltados para a cidadania e debates específicos voltados a promoção e reflexão de conceitos e ações interculturais na mediação de conflitos e observações socioeconômicas das comunidades parceiras ou sob ação de programas de extensão.

A preocupação com a questão dos Direitos Humanos é inerente à filosofia da Instituição, sendo parte integrante da sua Visão e Missão. Deste modo, as Diretrizes Nacionais para a educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP no 8 de 2012, é traduzido e incorporado a este curso, sendo garantidas nos objetivos do curso de modo transversal e em disciplinas que possibilitarem esse aprofundamento, igualmente, atividades extensionistas voltadas tanto para os alunos como para os processos de formação continuada dos docentes, que promovem reflexões a respeito dos Direitos Humanos e do respeito à diversidade.

As ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial devem ser previstas e implantadas em uma das seguintes formas segundo o PARECER CNE/CP Nº: 8/2012:

I. Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
II. Como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
III. De maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

Nesta direção compreendendo os Direitos Humanos como uma categoria de direitos fundamentais onde o homem pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente, não pode deixar de exercê-lo.

Sendo assim, esses direitos não resultam de uma concessão da sociedade política, pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. Para tanto no que compete aos sistemas de ensino, estes passam a ter uma responsabilidade de formar para o pleno gozo destes, assumindo a formação para a cidadania como uma tarefa educativa de suma importância.

Admitindo a relação inexorável entre educação e cidadania, desde o ensino primário até o superior, procura desenvolver ações educativas para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. Assim a educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, e com o intuito de formar os egressos desenvolvendo competências e habilidades que promovam em sua atuação profissional atitudes de valorização dos direitos humanos como um todo.

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens

possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001, p. 151).

Focados no proposito institucional dos direitos humanos a uma preocupação em promover a acessibilidade aos discentes e/ou professores que tenham a necessidade de um acompanhamento especializado e específico, de acordo como orientado pelo Ministério da Educação, "dotar as IES de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas as condições plenas de participação e de aprendizagem" (MEC/INEP, 2013).

A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

I. dignidade humana;
II. igualdade de direitos;
III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
IV. laicidade do Estado;
V. democracia na educação;
VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
VII. sustentabilidade socioambiental.

2.4.8 Ações transversais aos cursos ofertados

Com o intuito de desenvolver ações de promoção aos direitos humanos, assegurará ações afirmativas relativas aos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, as seguintes ações devem ser pensadas na construção dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pela IES:

- Propiciar a aderência ao NAPSI nas ações dos cursos ofertados;
- Oportunizar acesso ao ensino superior;
- Desenvolver espaços de troca de saberes a respeito da temática nas trilhas curriculares interdisciplinares e transversais;
- Sensibilizar discentes e professores para promoção da inclusão;
- Desenvolver inclusão educacional por meio de adaptação curricular micro e macro.

A IES, oferta o Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional - PAPEEXI para fomentar projetos para de Responsabilidade Social e Meio Ambiente com os acadêmicos, promovendo ações transversais utilizando ferramentas metodológicas

para atender a comunidade e trabalhando as políticas acadêmicas descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional.

2.4.9 Mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade

As ferramentas de divulgação dos resultados a comunidade das ações exitosas das políticas voltadas a valorização da diversidade, do meio ambiente, memoriam cultural, da produção artística cultural e do patrimônio cultural, bem como as ações de defesas e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial aconteceram por meio dos eventos científicos, mídias sociais da instituição, eventos internos e externos, e nos veículos de informação locais. E fundamentalmente nas salas ou espaços digitais na PDEAA dedicados a estes temas.

META 01- Implantar a Política Institucional e ações acadêmico-administrativas de apoio a diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, a produção cientifica e ao patrimônio cultural na IES.				
2022	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**
• Desenvolver a Política Institucional e ações a diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, a produção cientifica ao patrimônio cultural na IES	• Revisar e expandir Política Institucional e ações a diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, a produção cientifica ao patrimônio cultural na IES.	• Privilegiar no âmbito da extensão, ensino epesquisa que promovam a diversidade étnica e cultural da região. • Organizar eventos no espaço institucional com atividades que promovam cultura, diversidade e meio ambiente; • Criar Fóruns Permanentes de discussão acerca da temática Diversidade, meio ambiente Cultural e Social;Direitos Humanos e Acessibilidade.	• Privilegiar no âmbito da extensão, ensino e pesquisa que promovam a diversidade étnica e cultural da região. • Organizar eventos no espaço institucional com atividades que promovam cultura, diversidade; • Manter em permanente funcionamento os Fóruns de discussão acerca da temática Diversidade Culturale Social. Direitos Humanos e Acessibilidade.	• Privilegiar no âmbito da extensão, ensino e pesquisa que promovam a diversidade étnica e cultural da região. • Organizar eventos noespaço institucional com atividades que promovam cultura, diversidade. • Fortalecer os Fóruns de discussão acerca da temática Diversidade Cultural e Social; Direitos Humanos e Acessibilidade

INDICADORES		**AMOSTRA**
E2-2.3-001	Número de projetos relacioandos à diversidade	Semestral
E2-2.3-002	Número de projetos relacionados ao meio ambiente	Semestral
E2-2.3-003	Número de projetos relacionados à memória cultural	Semestral
E2-2.3-	Número de projetos relacionados à produção científica	Semestral

004		
E2-2.3-005	Número de projetos relacionados valorização do patrimônio cultural	Semestral
E2-2.3-006	Número de alunos inseridos em projetos relacionados à diversidade	Semestral
E2-2.3-007	Número de alunos inseridos em projetos relacionados ao meio ambiente	Semestral
E2-2.3-008	Número de alunos inseridos em projetos relacionados à memória cultural	Semestral
E2-2.3-009	Número de alunos inseridos em projetos relacionados à produção científica	Semestral
E2-2.3-010	Número de alunos inseridos em projetos relacionados valorização do patrimônio cultural	Semestral
E2-2.3-011	Número de ações para a promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	Semestral
E2-2.3-011	Número de alunos inseridos em ações para a promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	Semestral

Instrumentos da política ambiental	Dia Mundial do Meio Ambiente;
	Semana da Responsabilidade Social;
	Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
	Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
	Publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
	Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
	Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
	Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
	Uso racional da impressão em papel;
	Reutilização de papel para rascunho de documentos extra-oficias;
	Coleta seletiva dos resíduos;
	Utilização de lixeiras para coleta seletiva;
	Criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
	A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
	O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental.

Figura 21 - Instrumentos da política ambiental. FST, 2022.

2.5 PDI E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL.

2.5.1 Políticas para o desenvolvimento econômico e social

A Educação e os processos pelos quais as pessoas podem obter conhecimento, assumem hoje formas cada vez mais distintas. Coexistem diferentes modalidades de ensino, em modelos que combinam cada vez mais o uso da tecnologia em suas práticas pedagógicas cotidianas. Assim é que ao longo dos anos o ato de ensinar e aprender tem avançado e possibilitado o acesso de pessoas que doravante, não teriam as condições para obter um determinado tipo de formação.

Considerando a missão e os valores institucionais, a IES, tendo em vista a realidade local e as peculiaridades geográficas da região, busca se diferenciar dos demais projetos de formação, com um modelo que além dos conteúdos, pretende por meio da proposta inserir os alunos nas mais diferentes áreas no mundo dos empreendedorismos considerando em seus princípios formativos as mudanças do mundo do trabalho, as tecnologias e a inovação.

Desta forma, a instituição buscará aliar em suas políticas de desenvolvimento econômico e social visando o bem-estar e a melhoria das condições de vida da população local. Para isso é necessário entender que existem especificidades regionais que precisam ser avaliadas e contextualizadas para norteamento do desenvolvimento e construção das políticas institucionais e sua sustentabilidade.

Neste sentido, no espírito de nossos princípios e valores institucionais a Faculdade Santa Teresa de Santarém, por meio de seus cursos, de suas atividades complementares e atividades extracurriculares, busca difundir, algumas novas formas de produção, tais como:

Novas formas de produção	Economia criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico. A indústria criativa estimula a geração de renda, cria empregos e produz receitas de exportação, enquanto promove a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.
	Empreendedorismo social é uma forma de empreender, em que o empreendedor monta um negócio, onde o seu maior objetivo não é gerar lucro financeiro, mas buscar promover a qualidade de vida das pessoas que estão envolvidas, através da resolução de algum problema social existente, privilegiando as seguintes áreas: Revitalização de comunidades; Saneamento e distribuição de energia; Atendimento popular de advogados; Consultas médicas, psicológicas e odontológicas acessíveis; Inclusão digital; Espaço cultural; Artesanato e centros de distribuição; Agricultura; Reciclagem.
	Empreendedorismo de Inovação: a utilização da tecnologia, como forma de inovar nos negócios e aumentar as vendas da empresa, pelo acesso a diferentes tipos de inovação, que se articula ao ato de empreender, capaz de identificar oportunidades e desenvolver boas ideias.

Figura 22 - Algumas novas formas de produção. FST, 2021.

2.5.1.1 Diretrizes

I. Prioriza a educação para o desenvolvimento econômico com a possibilidade de diagnosticar um cenário regional conforme suas necessidades e demandas sociais e econômicas. Neste sentido propor soluções por meio de projetos e programas cuja finalidade é garantir a participação dos discente na solução ou proposta de soluções de problemas da comunidade;

II. Possibilitar uma estrutura de gestão de forma que as propostas sociais sejam cumpridas nos projetos e que possam alcançar suas metas e objetivos estabelecidos frente às demandas exigidas;

III. Oferecer à comunidade acadêmica dialógicos para desenvolvimento socioeconômico e as resoluções de políticas de ensino, pesquisa e extensão, sempre garantindo a inclusão e boas práticas de ensino;

IV. Oportunizar e viabilizar programas de desenvolvimento econômico e sociais aos docentes, discentes e colaboradores ligados direta ou indiretamente para o engajamento empreendedor nos projetos propostos;

V. Fomentar a comunidade soluções capazes de contribuir com o processo socioeconômico, através do ensino aprendizagem mediado por informações inclusiva e acessível.

QRCODE 25 - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL

https://qr.page/g/3uqdpzufveg

2.5.2 Política do Núcleo Empreendedorismo e Inovação

A IES é uma instituição que tem entre seus valores norteadores a inovação pedagógica e a formação de líderes empreendedores. Valores caracterizam-se ideais de atitude, comportamento e resultados que devem estar presentes nos colaboradores e nas relações da empresa com seus clientes, fornecedores e parceiros (SCOTT; JAFFE; TOBE; 1998). Sendo assim, a Política de Empreendedorismo e Inovação Institucional se apresenta para materializar estes princípios nos eixos ensino, pesquisa e extensão.

Essa política traz um novo olhar à cultura organizacional da IES tornando possível cumprir e fortalecer a visão sua visão "***Ser referência na formação de Líderes e Empreendedores no Estado de Roraima"*** em diferentes áreas de atuação dos docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade externa em parceria com os mais variados *stakeholders*, incluindo a criação de empresas juniores representadas por discentes.

Empreendedorismo nesta Política Institucional segue o mesmo entendimento apresentado por diversos autores. Segundo *Schumpeter* (1988) por exemplo, é um processo de "destruição criativa", através da qual produtos ou métodos de produção existentes são destruídos e substituídos por novos. Já para Dornelas (2018) "Empreender é o ato de realizar sonhos, transformar ideias em oportunidades e agir para concretizar objetivos, gerando valor para a sociedade". No conceito GEM (Monitoramento Global de Empreendedorismo), o empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente.

Além do mais, o relatório executivo de empreendedorismo do GEM revela que em 2019 a taxa de empreendedorismo total no Brasil foi de 38,7%, ligeiramente superior à do ano anterior, sendo a segunda maior em números absolutos, estima-se que haja 53,5 milhões de brasileiros (18-64 anos) à frente de alguma atividade empreendedora, envolvidos na criação de novo empreendimento, consolidando um novo negócio ou realizando esforços para taxas de empreendedorismo no Brasil em 2019. Quer seja motivado por necessidade ou oportunidades, estes números mostram mais uma vez o quanto o empreendedorismo é presente e sentido no cotidiano de grande parte dos brasileiros.

Em se tratando da perspectiva de inovação, o grau de novidade do produto e da tecnologia utilizados são alguns dos aspectos investigados pela pesquisa GEM a fim de avaliar o conteúdo de inovação dos empreendimentos. Observa-se que pouco mais de 10% dos empreendedores iniciais indicam que seu produto e tecnologia são novos no local onde atuam, e cerca de 90% afirmam que o seu produto ou a tecnologia que utilizam não são novos, ou seja, os produtos ou serviços que oferecem ao mercado já são do conhecimento e uso por parte do seu público consumidor.

Apesar de existirem registros de empreendimentos que propõem algo novo no contexto brasileiro, apenas 0,6% dos empreendedores iniciais dizem trabalhar com produtos novos no nível nacional. A carência de inovação é uma realidade nacional e é para atender a esta demanda que a Faculdade Santa Teresa de Santarém se propõe a estas atitudes de iniciativa, criatividade e assunção de riscos sempre presentes nos conceitos de empreendedorismo e também características do ato de inovar.

Dados do GEM também demonstram que para os brasileiros em geral, independentemente de já serem ou não empreendedores, o sonho de possuir um negócio próprio é maior do que o sonho de desenvolver uma carreira profissional em uma empresa privada ou pública, indicando que a sociedade brasileira enxerga na alternativa do empreendedorismo a melhor e mais compensadora forma de atuação profissional. Para aqueles categorizados como empreendedores nascentes, por exemplo, o sonho de ter o próprio negócio alcança a proporção mais elevada, com valor (66,7%).

Considerados todos estes números e contexto promissor ao empreendedorismo e inovação, a Política de Empreendedorismo e Inovação da IES é organizada em diferentes ações em relação ao que se quer estimular em termos de empreendedorismo e inovação, seguindo parâmetros definidos no chamado Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei n. 13.243/2016), além da Lei (nº 10.973/2004) que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e Lei Complementar da Micro e Pequena Empresa (nº 123/2006) para conceber a educação empreendedora como um instrumento de ascensão social e desenvolvimento pessoal, evitando ser um recurso destinado apenas às classes sociais mais abastadas.

QRCODE 26 - POLÍTICA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

https://qr.page/g/3zzyvlno61v

2.5.2.1 Diretrizes

I. Proporcionar inovações para o desenvolvimento econômico com a possibilidade de incentivar o empreendedorismo no cenário regional e nacional conforme suas necessidades e demandas sociais e econômicas;
II. Possibilitar uma estrutura de gestão de negócios de forma que as propostas econômicas sejam cumpridas nos projetos e que possam alcançar suas metas e objetivos estabelecidos frente às demandas exigidas;
III. Transmitir à comunidade informações de empresas os para desenvolvimento socioeconômico e as resoluções de políticas, sempre garantindo a inclusão no empreendedorismo;
IV. Propiciar estratégias para o desenvolvimento econômico da comunidade docentes, discentes e colaboradores ligados direta ou indiretamente para o engajamento de empreendedorismo proposto nos projetos;
V. Incentivar a coletividade para desenvolver inovações que sejam capazes de contribuir com o empreendedorismo e o desenvolvimento socioeconômico, através de informações inclusiva e acessível.

2.5.3 Melhoria das condições de vida da população

2.5.1.2 Ações de inclusão

No contexto das ações de inclusão a IES deve propor:

- Criar ambientes de promoção do desenvolvimento de competências e habilidades dos discentes que tenham necessidades especiais especificas fundamentada na inclusão social.

2.5.1.3 Ações de empreendedorismo

No contexto das ações de empreendedorismo a IES deve propor:

- Criação e manutenção de incubadoras tecnológicas até o final da vigência desde PDI;
- O desenvolvimento de grupos de pesquisas em áreas que comprovem um real desenvolvimento regional;
- Proporcionar eventos que façam trocas de saberes sobre empreendedorismo;
- Celebrar as parcerias com empresas públicas e privadas gerando ambientes profissionais de atual dos discentes;
- Estruturar e promover Empresa Júnior destro do ambiente institucional;
- Promover a criação os escritórios modelos em cursos voltados para a Gestão.

Práticas exitosas de desenvolvimento econômico e social	Processos de implementação da Empresa Júnior
	Eventos: Talk empreendedorismo: Plano de negócios e análise financeira
	Oficinas de Ferramenta da Qualidade
	Mulher: Trajetória na carreira Jurídica
	Exposições sobre empreendedorismo

Figura 23- Práticas exitosas: Política de desenvolvimento econômico e social. Fonte: FST (2022).

Entre seus valores norteadores, pode-se citar a inovação pedagógica e a formação de líderes empreendedores. Valores caracterizam-se ideais de atitude, comportamento e resultados que devem estar presentes nos colaboradores e nas relações da empresa com seus clientes, fornecedores e parceiros. Sendo assim, a Política de Empreendedorismo e Inovação Institucional se apresenta para materializar estes princípios nos eixos ensino, pesquisa e extensão.

Essa política traz um novo olhar à cultura organizacional da instituição tornando possível cumprir e fortalecer a visão sua visão “Ser referência na formação de Líderes e Empreendedores no Estado em diferentes áreas de atuação dos docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade externa em parceria com os mais variados stakeholders, incluindo a criação de empresas juniores representadas por discentes. A carência de inovação é uma realidade nacional e para atender a esta demanda que a Faculdade Santa Teresa de Santarém se propõe a atitudes de iniciativa, criatividade e assunção de riscos sempre presentes nos conceitos de empreendedorismo e características do ato de inovar.

2.5.4 Promoção de ações inovadoras

Para a IES, as ações inovadoras estarão relacionadas com o enriquecimento de novas estratégias para os graduados, visando novas iniciativas de pesquisa em busca de proporcionar novos modelos de ações e incentivando ao aluno no ato de observar, planejar e executar. Acreditamos que o incentivo de novas ações inovadoras ajuda o discente no seu desenvolvimento habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

2.6 PDI E POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A MODALIDADE EAD

Não se aplica.

2.7 ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLOS EAD

Não se aplica.

FACULDADE
SANTA TERESA
Santarém

POLÍTICAS ACADÊMICAS

EIXO 3

3 EIXO 3– POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO

A Faculdade Santa Teresa de Santarém apresentará como meio norteador institucional seus programas, projetos e ações, baseados em seus princípios e diretrizes que orientarão e irão garantirá a direção das ações. Com a finalidade, sempre presente, de alcançar os objetivos e princípios educacionais instituídos. Desta maneira as políticas acadêmicas, no contexto da instituição, são articuladas a missão, valores e os objetivos pretendidos. Neste contexto as Política Acadêmicas responderão ao moderno conceito de gestão por ecossistema, ou seja, um sistema articulador da gestão, a fim de estabelecer um ambiente organizacional, que assegura a progressiva melhoria nas oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento acadêmico, a partir de processos contínuos e constantes de aperfeiçoamento das políticas acadêmicas.

A política de ensino da instituição incentivará a produção do conhecimento em relação com contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica, integrando o conhecimento a partir das inovações metodológicas, que promovam sempre as relações entre teoria-prática e ensino-serviço. Deve ser considerando também os princípios da interdisciplinaridade e transversalidade do conhecimento com abordagens mais abertas dos conteúdos curriculares e percursos mais flexíveis de formação, entendendo, pois, que todo espaço pode ser educativo desde que receba a adequada mediação pedagógica, não se restringindo a sala de aula.

As políticas acadêmicas são sólidas e estruturadas, para sustentar o conjunto de atividades que advém do princípio de que sustentam a prática universitária, a saber:

a. **Princípio da Interdisciplinaridade e Transversalidade do conhecimento:** Pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber;
b. **Princípio da direção e da adequação:** Realizar o ensino como uma ação pedagógica estruturada e endereçada a uma determinada sala de aula, com a adequação de métodos e técnicas de ensino, clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo;
c. **Princípio da articulação teórico-prática na construção do conhecimento:** Recomenda-se que as práticas de ensino se organizem sempre a partir da articulação entre o saber

fazer, o conhecer e o saber ser, tendo em vista a construção do conhecimento a partir de situações problemas pertinentes aos diferentes campos do saber e de atuação profissional, em uma postura crítica e ativa do aluno frente ao conhecimento;

d. Princípio da Responsabilidade Social com valores humanos, éticos;
e. **Ambientais e de inclusão:** Recomenda-se que o ensino se dê de maneira a contribuir a partir da vivência comunitária, projetos de responsabilidade social, gerados por meio de situações-problema enfrentadas pela comunidade e que recebem atenção especial por parte da instituição.

Nesta direção alguns termos serão essenciais para a compreensão daquilo que denominamos "Ensino", vamos sucintamente sinalizar a definição de cada um desses termos deste ecossistema:

Currículo: trata-se do percurso de formação de um estudante no seu processo formativo, dentro e fora da sala de aula. Assim, como a literatura pedagógica aponta - um currículo é mais do que uma sucessão de disciplinas dispostas em uma ordem fixada, o currículo, na articulação ensino, pesquisa e extensão, extravasa, e deve extravasar a sala de aula, eliminando as fronteiras que separam a realidade do mundo e a ciência.

a) **Competência:** trata-se do conjunto de atitudes, habilidades e conceitos que organizadas de maneira sistêmica, permitem aos alunos uma atuação funcional no mundo do trabalho, ou seja, os egressos devem não só saber o que se faz, mas, saber por que fazem, e como podem fazer de novas formas (inovação) melhorando processos, técnicas e procedimentos já existentes;
b) **Conteúdos:** Os conteúdos assumem também uma nova perspectiva neste PDI, quando falamos de conteúdos, estamos nos referindo, não apenas a contribuição restrita das disciplinas, mas também todas as práticas pedagógicas e científicas que estão a serviço do desenvolvimento, de conceitos, habilidades, e altitudes, que no fim devem gerar um conjunto de competências;
c) **Aluno:** Sujeito da aprendizagem, participa ativamente do processo, sendo corresponsável pela autogestão da sua aprendizagem e Vida acadêmica;
d) **Atividade:** a atividade, ao contrário, não é aquilo que se faz em sala de aula, trata-se dentro da teoria da atividade, de sucessivos obstáculos cognitivos para os quais é necessária uma atividade cognitiva para realizá-la e superá-la. Ou seja, uma atividade não é, portanto, sobre o que um aluno faz, mas sobre o que se propõe como obstáculo com certo grau de dificuldade, não sendo impossível, realizar. Uma boa atividade produz um bom conjunto de reflexões, para os quais, se faz necessário um parceiro mais experiente na cultura, que na maioria das vezes é o professor;

e) **Professor:** O professor se apresenta como mediador do processo de Ensino e aprendizagem, a escolha deste termo, para identificar sua tarefa pedagógica, nos parece mais em acordo com a visão de educação e as referências teóricos adotadas, atender o professor na perspectiva de um mediador, implica uma visão mais abrangente do processo educacional, onde o professor se torna não só o parceiro mais experiente na cultura, mas também o mentor profissional do estudante, superando a dimensão de transmissor do conhecimento já produzido e se apresentando como aquele que irá colocar bons problemas, organizados em atividades significativas e funcionais aproximando os conteúdos das necessidades formativas dos nossos acadêmicos;

f) **Mediação pedagógica:** o conceito de mediação pedagógica é extremamente importante para que possamos superar o modelo acadêmico tradicional centrado na aula expositiva, neste novo cenário, de mudanças aceleradas em todos os campos da vida, é essencial que nossos acadêmicos estejam preparados para enfrentar desafios compreendendo que as respostas a estes, reside na nossa capacidade de investigar, debater, trocar conhecimento e até de inventar novas soluções, permitindo corrigir rotas de pensamento, fazendo com que os estudantes possam avançar de maneira ativa na construção do conhecimento.

Assim, pautada nos princípios pedagógicos da:

- interdisciplinaridade e transversalidade do conhecimento;
- da direção e adequação;
- da articulação teórico-prática na construção do conhecimento; e
- da responsabilidade social que enseja a participação com valores éticos e humanísticos.

Nesta medida se entende, que a formação não será um processo homogêneo, onde os períodos cursados se sucedem, sem que seja necessário, propor em graus crescentes de dificuldades, desafios cognitivos apropriados, por meio das metodologias propostas, sejam elas ativas, cooperativas ou hibridas em sua concepção.

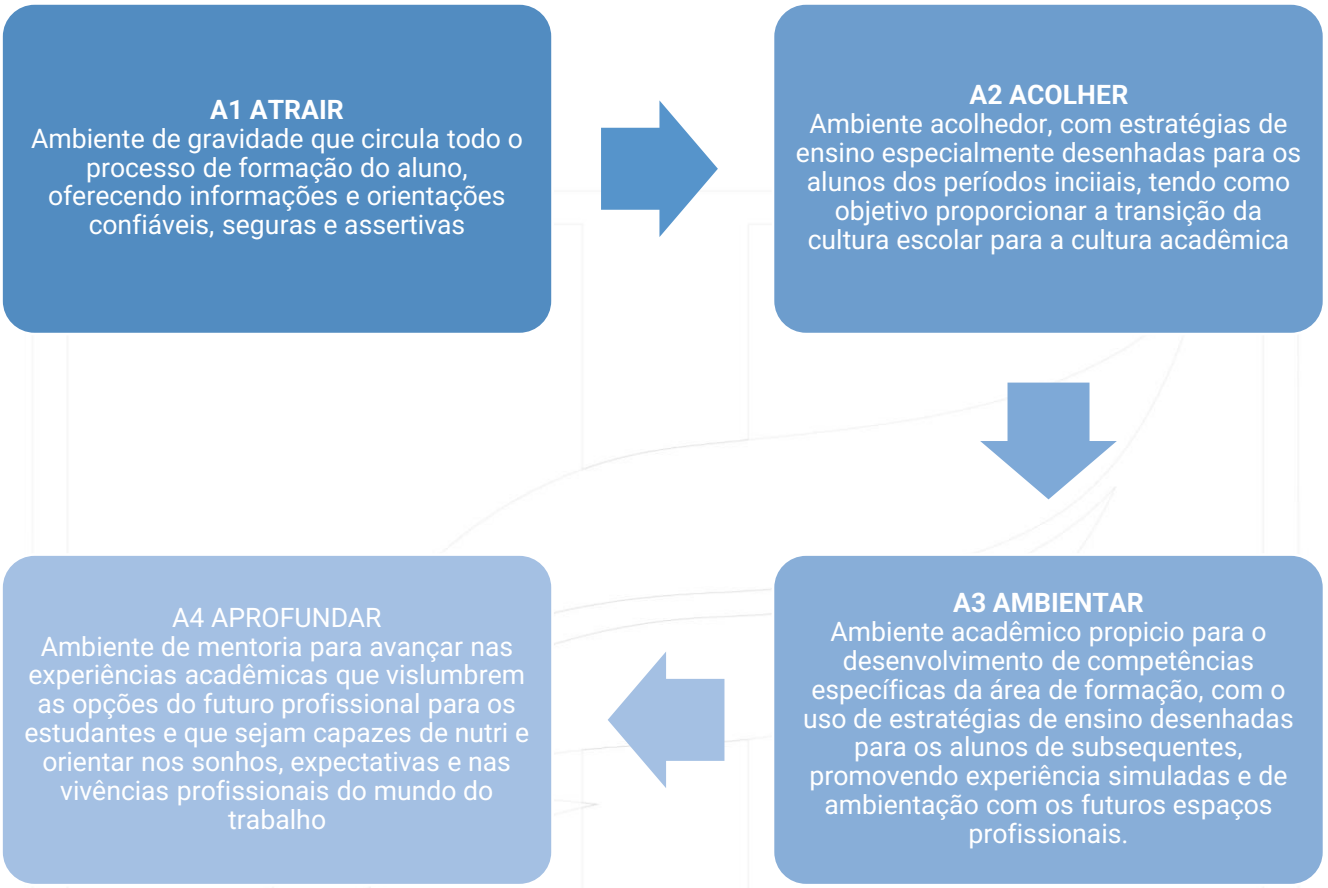


Figura 36 - Processos do ensino na gradação e ações pedagógicas. Fonte: FST (2022)

3.1.1 Relacionamento entre as ações acadêmico-administrativas e a política de ensino

3.1.2 Processo de atualização curricular sistemática

2.2.1.1.2 Parâmetros para a Seleção de Conteúdos e elaboração dos Currículos

Para além dessa dimensão, se entende que o desenvolvimento metodológico dos conteúdos, é necessário estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc. Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais, pois se toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como proporá o trabalho sobre estes aos seus estudantes, para fazer a seleção de

conteúdo de maneira coerente ao que preconiza estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;
- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;
- Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES considera que a seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos, priorizando assim a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, ou seja, como já apontamos, tomando como perspectiva a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;

II. As dimensões:

- Socioantropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, consequentemente, a democracia plena;
- Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;

- Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

Nesta perspectiva os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo de Avaliações externas, ou sempre que a legislação concernente tiver alteração. São propostas de ações acadêmicas administrativas para a sistemática de atualização curricular são:

- Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, onde:
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

No processo de atualização curricular é fundamental a participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos. Assim, os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido.

Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e consequentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas.

Destaca-se no processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, a participação fundamental do Núcleo Docente Estruturante, com a orientação de realização das seguintes ações:

- A revisão contínua dos currículos;
- A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente, com a elaboração de Relatório de Estudo;
- A Adequação do Perfil docente ao componente curricular, considerando o critério de sinergia entre a formação, a produção acadêmica, a experiência profissional fora do magistério e a experiência profissional como docente, com elaboração de Relatório de Estudo;
- A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
- A autoavaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido;
- Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a IES, uma vez que proporcionará a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos;
- Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo;
- Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações;
- Realizar ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

A Faculdade Santa Teresa de Santarém, manterá como um dos elementos essenciais de sua política de ensino a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso pautados em critérios de qualidade, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos e demais documentos legais pertinentes, como normativas dos Conselhos e Entidades de Classe.

Na construção dos projetos pedagógicos a instituição adotará uma concepção de ensino que assume a tridimensionalidade dos conteúdos, ou seja, a escolha de conteúdo é compreendida na sua dimensão atitudinal, conceitual e procedimental (habilidade), na medida de sua funcionalidade para o exercício da profissão e atuação no mundo do trabalho.

Assim os projetos pedagógicos dos cursos estarão sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, com isso garante-se uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade.

A Política de atualização curricular é realizado trienalmente, considerando os:

I. Resultados da avaliação interna e externa dos cursos Relatórios de Visita (*In loco*);

Tais resultados do rendimento de desempenho acadêmico, serão obtidos a partir de metodologia desenvolvida pelo **Programa de Qualidade de Ensino (PQE)** que considera dentre outros indicadores o coeficiente acadêmico dos alunos e a classificação desses resultados em níveis de proficiência.

QRCODE 27 - PROGRAMA DE QUALIDADE DE ENSINO (PQE)

https://qr.page/g/3fAEDF0iIW	

Para o processo de atualização curricular, são ações prioritárias dos NDE´s e Colegiados:

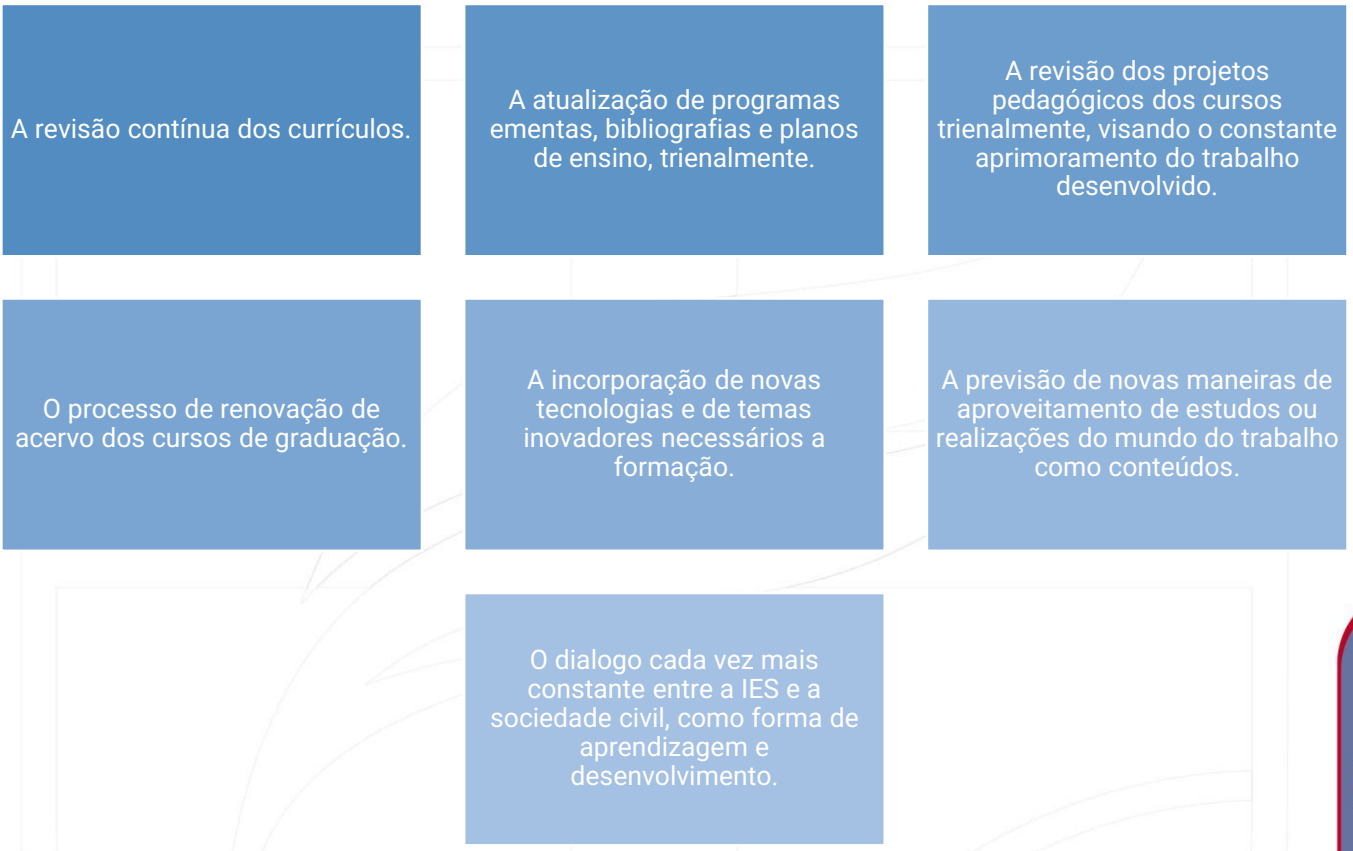


Figura 24 - ações prioritárias dos NDE´s e colegiados. Fonte: FST (2022)

Compreendendo o Currículo como toda a organização didático-pedagógica prevista não só nos espaços da sala de aula, mas realizada em todos os espaços e tempos acadêmicos, onde é possível desenvolver um certo conhecimento, aprimorar uma certa habilidade e desenvolver uma determinada atitude – ou um conjunto destas- tendo em vista a construção de níveis de conhecimento cada vez mais complexos, os quais devem permitir ao fim de um determinado tempo, à realização e a intervenção eficaz do egresso em um dado contexto de profissional, para o qual se habilitou.

Nesta compreensão, o currículo ultrapassa a dimensão de matriz ou "grade" curricular e a repartição dos conteúdos em disciplinas, a serem ministradas em tempos e formas pré-estabelecidas, e desta maneira é esperado que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

- A coerência do currículo com os objetivos do curso e o perfil do egresso;
- A construção de currículos que se orientem para o desenvolvimento de competências, tendo como sustentação às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de

Cursos Tecnológicos, assim como as demais orientações legais das normativas educacionais;

- A interdisciplinaridade, transversalidade e a necessária relação entre teoria e prática;
- O dimensionamento correto da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares em acordo com a natureza dos conteúdos previstos;
- A atualização das ementas e programas das disciplinas, frente as necessidades do mundo do trabalho; a realidade loco regional, nacional e global;
- A adequação dos conteúdos, com o conjunto bibliográfico previsto para os diferentes componentes disciplinares do currículo dos cursos.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdo para atualização e/ou criação do currículo presente nos Projetos Pedagógicos de Curso, será realizado, considerando essencialmente duas ideias centrais, a primeira diz respeito ao fato de que a seleção de conteúdo, não é uma escolha individual que atende ao projeto individual de formação de um determinado grupo de pessoas, assim o que deve determinar a presença de um determinado conteúdo em um currículo e porventura à sua substituição será sempre à relevância desde para o conjunto de objetivos previstos para a formação em relação estreita com o perfil do egresso.

A segunda ideia diz respeito a relação dos conteúdos com a nossa missão institucional e os princípios educacionais estabelecidos como orientadores das práticas pedagógicas produzidas no contexto acadêmico. Assim os conteúdos, na perspectiva já apresentada aqui anteriormente, devem favorecer o desenvolvimento de senso crítico-analítico, e deverá ser identificado mediante a relevância para que nossos acadêmicos, compreendam e atuem no mundo com princípios éticos, humanísticos e ambientais, sendo portanto capazes de se comprometer com as questões sociais e científicas da sua região e do seu tempo.

3.1.2.1 Processos adotados para a realização da sistemática de atualização curricular são:

- Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos;
- Manter ativos os Colegiados de Curso na aprovação e na atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- Revisar e atualizar os projetos pedagógicos dos cursos e seus currículos prevendo a melhoria contínua da experiência acadêmica na Instituição.

3.1.3 Oferta de componentes curriculares na modalidade a distância

A oferta dos componentes curriculares dos Cursos de Graduação a serão autorizados e estruturados utilizando os princípios pedagógicos já mencionados neste documento. Serão também enriquecidos com interconexão com outras plataformas de oferta de conteúdos e serão disponibilizados em ambiente virtual, esta ferramenta recebe tratamento conceitual diferenciado sendo customizada para atender as nossas necessidades pedagógicas a partir da equipe multidisciplinar e do trabalho do Núcleo de Educação a Distância, que produz, edita e vincula os componentes curriculares.

Atividades acadêmico-administrativas para os cursos de graduação - MONITORIA

Na IES, o Programa de Monitoria incentivará metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem perpassa fundamentalmente pela superação dos modelos centrados essencialmente nas aulas expositivas, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do discente dos cursos. Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

Vários serão os compromissos de um Programa de Monitoria Acadêmica, dentre eles o desenvolvimento de autonomia do aluno monitor, o aumento do senso de responsabilidade e a ampliação do vínculo do professor, monitor, alunado.

Como parte da política de Ensino, o Programa de Monitoria na IES, terá os seguintes objetivos:

- Fomentar no aluno o interesse pela carreira docente e pelas rotinas do trabalho de pesquisa.
- Intensificar a cooperação do corpo discente e a interação entre estudantes de diferentes períodos letivos.
- Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor(a), por meio do treinamento para transmissão do conhecimento acumulado.
- Servir de campo de estágio, apenas aos alunos que estiverem sobre a tutela dos professores da sua área de ensino, tendo acompanhamento dos supervisores de estágio.

A IES, manterá ativo seu Programa de Monitoria desde a sua fundação, e incorpora dentro dos seus processos seletivos para captação de talentos, uma pontuação específica e adicional, para quem já foi monitor dentro da instituição. Os Editais de monitoria são publicados semestralmente, a partir da indicação das necessidades apontadas pelos Colegiados de Curso, apesar de ser uma atividade

institucional, ou seja, parte das nossas políticas acadêmicas, os Editais serão publicados pelos Cursos de Graduação, as provas serão realizados ao encargos destes e os resultados homologados pelo Coordenador de Curso e seus respectivos Colegiados.

3.1.4 Ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

3.1.4.1 Nivelamento

A indicação da existência de programas de Nivelamento, está expressamente colocada como um atributo de avaliação do instrumento de Avaliação Externa do INEP, em sua versão de 2017, contudo, não é de hoje que as dificuldades enfrentadas pelos alunos ao ingressarem no ensino superior estão presentes na fala de professores em seus colegiados que expressam a preocupação com o acompanhamento dos alunos ao nível e a profundidade de conhecimentos aos quais são apresentados no ensino superior.

Não nos passa despercebido que está assimetria, entre aquilo que se espera em termos de conhecimento dos alunos, e aquilo que efetivamente eles apresentam em sala de aula, especialmente nos primeiros semestres de um curso, seja agravada por variáveis como por exemplo, os baixíssimos índices educacionais da Educação Básica no país, contudo, ainda que reconhecendo que estas dificuldades acumuladas poderiam ter sido remediadas ao longo do processo escolar, é importante que a Instituição, tenha uma estratégia de acolhimento a estes alunos, que por uma razão ou outras, apresentam dificuldades para acompanhar o fluxo das atividades do ensino superior.

Preocupados com esta realidade e conectada ao quadrante de atrair e acolher, a Instituição estrutura suas atividades de nivelamento de maneira transversal a todos os cursos a partir das seguintes etapas:

I. **Diagnóstico:** nesta fase recomendamos que as três semanas de aula sejam dedicadas a identificação de alunos elegíveis ao nivelamento. A instituição optou por não mais realizar um teste diagnóstico, evitando submeter o aluno a uma condição de constrangimento, no início do seu processo de socialização e relacionamento com a turma, assim os professores do 1o. ao 3o. período são orientados a propor atividades de escrita, leitura, interpretação, cálculo e utilização do laboratório de informática para que possamos a partir desse momento iniciar a etapa de sensibilização.
II. **Sensibilização:** antes do lançamento do **Edital de vagas do nivelamento**, os coordenadores de curso e professores que integram o quadrante acolhimento, terão aproximadamente duas semanas para colocar em curso estratégias de sensibilização

dos alunos para adesão ao Programa de Nivelamento, neste processo devemos orientar os alunos sobre possíveis dificuldades, indicar os danos no desenvolvimento de sua vida acadêmica se estas dificuldades não forem sanadas ou diminuídas e sobretudo retirar qualquer peso de preconceito acerca daqueles que buscam o nivelamento. Neste momento são realizadas palestras, divulgação interna nos nossos canais de comunicação; encontros e até atendimentos individuais se forem necessários. São público-alvo desta ação os alunos ingressantes que em nossa proposta pedagógica serão os 1período (ciclo acolher).

III. Inscrições: após o período de sensibilização a Instituição torna público o Edital de Vagas e

IV. divulga a modalidade de oferta do nivelamento, o período, as formas de acesso e o conteúdo

V. programático para Português; matemática e a partir de 2022 informática básica e física.

VI. Atividades: as atividades de nivelamento combinam diferentes formas de participação, existem aulas presenciais, aulas online ao vivo, para alunos que não podem frequentar as atividades presenciais, também existe um ambiente virtual para acesso aos materiais didáticos, links e aulas gravadas, as atividades de nivelamento alcançam alunos na modalidade presencial e a distância com a mesma metodologia e acesso aos mesmos ambientes de aprendizagem. Este ano a Instituição montou um ambiente de aprendizagem virtual especial para o nivelamento de onde podemos transmitira aulas ao vivo por videoconferência e disponibilizar canais de comunicação; realizar atividades e ofertar materiais.

VII. Avaliação: ao final os participantes do nivelamento realizam uma avaliação de progresso, para que assim possam fazer a autogestão da aprendizagem, esta avaliação não tem caráter somativo e sim formativo, no sentido de que o aluno conheça seus avanços e reconheça necessidades de continuar seu processo de aperfeiçoamento.

VIII. Certificação: Todos os alunos do nivelamento com frequência superior a 75% da carga horária recebem seu certificado de participação, o que é legitimado pela instituição como horas de atividade complementar.

3.1.5 Mobilidade acadêmica e Internacionalização

A Faculdade Santa Teresa de Santarém, fomentará o Programa de Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais com o objetivo oferecer oportunidade de conhecer novas culturas, sistemas políticos e organizações sociais, aprender, aprimorar e/ou conhecer as variantes linguísticas de um novo idioma. Entre as inúmeras metas destes programas destaca-se a necessidade de investir na

formação profissional altamente qualificada nas competências e habilidades necessárias para o avanço do aluno em novo conhecimento científicos;

A seleção dos bolsistas para o Programa de Mobilidade Acadêmica segue o trâmite institucional dos demais processos seletivos, os alunos participam de reuniões para sensibilização e esclarecimento de dúvidas, e recebem pelos canais de comunicação interna da IES, os Editais para participação, os resultados se tornam públicos por meio da divulgação no site institucional -o referido programa está inserido no Núcleo de Orientação a Pesquisa e Extensão.

A instituição, está vinculado ao Grupo Fametro que disponibiliza convênios com as seguintes Universidades Internacionais como a Universidade de Évora; Oviedo; e mais recentemente a Universidade de Lisboa, com o compromisso de acesso as universidades mais renomeadas mundo, a IES também receberá alunos de instituições internacionais acolhendo e aprendendo a conviver com a diversidade no sentido de incentivar a mobilidade, com a finalidade de proporcionar aos estudantes experiências significativas.

3.1.5 Ações acadêmico-administrativas exitosas e inovadoras

Adotando a concepção de ação inovadora assumida pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), é aquela considerada como uma adoção de práticas ou de procedimentos que oportunizem a criação ou o desenvolvimento de novos produtos e ideias que promovam a melhoria de processos, com ganho de eficiência e adaptação inédita a situações apresentadas. Nessa perspectiva a IES, visará sua ação no **Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional** de para trabalhar o ensino/aprendizado do discente.

Neste sentido a inovação, serão práticas que ainda que não sejam necessariamente inéditas, trouxeram ganhos significativos, e, em certo sentido mudaram qualitativamente processos no âmbito administrativo e ou pedagógico. Tratamos neste espaço, especificamente de algumas estratégias inovadoras e exitosas pensadas a partir de nossas necessidades e considerando nossos recursos humanos, financeiros e tecnológicos que possibilitam a realização dos mesmos.

3.1.6 Promoção de atividades inovadoras

Para a Instituição as atividades inovadoras estarão relacionadas com novos parâmetros para o desenvolvimento da estratégia aos discentes, buscando com que sejam oportunizados novos critérios de busca pesquisa que possam contribuir para o desenvolvimento da atividade proposta. A Instituição,

acredita que através desses novos métodos será trabalhado as habilidades e competências dos discentes visando uma qualidade no ensino.

As promoções de atividade inovadoras contribuirão para o processo de ensino/aprendizagem podendo ser sintetizadas como: fonte de compreensão de caráter mais geral necessários para as atividades de pesquisa básica; fonte de entendimento especializado relacionado à área tecnológica, formação e treinamento de acadêmicos cientistas capazes de lidar com problemas associados ao processo inovador; criação de novos instrumentos e de técnicas científicas.

3.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

3.2.1 Políticas Institucionais para pesquisa ou iniciação científica

A Faculdade Santa Teresa de Santarém proporcionará a Política de desenvolvimento da PESQUISA CIENTÍFICA, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, a partir das seguintes diretrizes:

3.2.1.1 Diretrizes

I. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão- visando a responsabilidade social;
II. Interação dialógica - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
III. Transformação social - estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
IV. Pesquisa como processo educativo - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;
V. Pesquisa como fator indutor de ascensão na carreira docente - previsto no plano de cargos e salários.

As diretrizes para o Ensino Superior delineiam Ensino, Pesquisa e Extensão como processos fundamentais e interligados na formação do graduando. A Faculdade Santa Teresa de Santarém, percebe como primordial o papel que a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico

desenvolvem na busca de explicações, resultados e soluções para problemas enfrentados pela sociedade.

Nesta perspectiva a instituição empenhará esforços para colaborar com o processo de desenvolvimento e universalização da investigação científica, cujo programa de iniciação científica e inovação tecnológica é uma das iniciativas que leva o graduando a se engajar na pesquisa, tendo oportunidade de estudar e desenvolver trabalho científico sobre determinado assunto/tema. Tal estudo é orientado, usando metodologias adequadas, sempre sob a orientação e supervisão de um professor orientador.

QRCODE 28 – POLÍTICA PARA PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA

https://qr.page/g/3DrtkYL2STM

3.2.2 Políticas Institucionais para inovação tecnológica

As Políticas Institucionais para a inovação tecnológica da Faculdade Santa Teresa de Santarém perpassarão pelo entendimento de que inovação consiste na exploração com sucesso de novas ideias. Dentre as várias possibilidades de inovar, aquelas que se referem a inovações de produto ou de processo são conhecidas como inovações tecnológicas e o desenvolvimento Tecnológico é um produto da ciência e da engenharia que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que visam a resolução de problemas, com uma aplicação prática do conhecimento científico em diversas áreas de pesquisa.

O Núcleo de Inovação Tecnologia tem como objetivo:

Objetivos	
	I-Contribuir com a formação de recursos humanos para o desenvolvimento regional por meio da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e a inovação tecnológica.
	II-Despertar no aluno a capacidade de ler a realidade da vida criticamente e ser capaz de intervir nessa realidade construindo e reconstruindo conhecimentos e trocando saberes, a partir da relação teórico-prática da interação dialógica academia-comunidade.
	III-Promover por meio da inovação tecnológica mudança na qualidade de vida da comunidade por meio da solução para a redução de desigualdades e exclusão, promovendo transformação social.
	IV-Flexibilizar a formação discente permitindo ao aluno adquirir competências e habilidades por meio de ações de inovação tecnológica dentro de um perfil ético, humanístico, social e ambientalmente responsável.

Figura 25 - Objetivos do Núcleo de Inovação Tecnologia. Fonte: FST (2022).

QRCODE 29 - POLÍTICAS PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

https://qr.page/g/4BEBSPt66Cn	

3.2.3 Competências

A competência da Coordenação de Pesquisa e Extensão (CPE) está baseada nas seguintes premissas:

I. Elaborar o planejamento estratégico com calendário de atividades científicas em cada período letivo.

II. Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos projetos de pesquisa oriundos do PROGRAMA INCIT e NIT.

III. Deliberar sobre os critérios de seleção e alocação de cargas horárias de cada projeto.

IV. Regularizar, acompanhar e documentar todos os relatórios técnicos científicos.

V. Resguardar as pesquisas de violações éticas e, ainda, buscando consolidá-las em relação aos seus conteúdos e formatação metodológica.

VI. Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos INCIT e NIT submetidos, podendo solicitar a participação de especialistas *ad hoc* na emissão de pareceres.

VII. Propor, operacionalizar e regularizar os Editais dos Projetos de Pesquisa e Extensão e Projetos de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica.

VIII. Propor, aos órgãos competentes, a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e Bolsas de Apoio à Pesquisa, para os pesquisadores cujos projetos do INCIT forem aprovados e selecionados para o recebimento desses incentivos, sempre levando em consideração as normas estabelecidas pelos referidos editais.

IX. Incentivar a publicação dos Relatórios de Pesquisa e os Artigos Científicos produzidos pelos pesquisadores e orientadores em veículos de divulgação científica e participação em eventos nacionais e internacionais tais como: Simpósios, Seminários e Congressos, dando preferência aos veículos científicos que possuam qualificação QUALIS (A, B e C) do CNPq, visando aumentar a publicação de caráter científico da IES.

X. Apoiar a realização de eventos Técnico-Científicos, sob a coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação, para divulgação da produção científica de pesquisadores e/ou orientadores e que conte com a participação dos alunos envolvidos nos INCIT e NIT, no âmbito da graduação e da pós-graduação.

XI. Encaminhar, com a periodicidade que lhe for determinada pelos órgãos competentes, relatório de suas atividades. Para tal, os pesquisadores, orientadores do INCIT e NIT e/ou Líderes de Grupos de Pesquisa deverão fornecer dados e informações pertinentes às suas atividades para comporem os ditos relatórios.

Competências do Pesquisador Docente:

I. Desenvolver, no tempo programado, suas atividades de pesquisa;

II. Ter assiduidade e frequência às reuniões da Coordenação de Pesquisa e Extensão, salvo justificativa aceitável;

III. Participar das atividades propostas;

IV. Respeitar as normas do Regulamento do presente regulamento;

V. Orientar e avaliar os pesquisadores discentes sob sua orientação;

VI. Encaminhar a Coordenação de Pesquisa e extensão o relatório de pesquisa do Pesquisador Discente, bem como os relatórios parciais e final de acordo com o cronograma de atividades;

VII. Comunicar à Coordenação de Pesquisa e Extensão, qualquer alteração no projeto de pesquisa ou plano de trabalho do Pesquisador Discente;

VIII. Publicar na forma de artigo ou outros meios os resultados da pesquisa e incluir o nome dos Pesquisadores Discentes envolvidos;

IX. Comunicar à Coordenação de Pesquisa e Extensão quando o Pesquisador Discente for desligado, por desistência ou solicitação.

Competências do Pesquisador Docente:

I. Dedicar-se e desenvolver as atividades de acordo com o programado no plano de trabalho no respectivo projeto de pesquisa;
II. II-Participar dos eventos promovidos pela Coordenação de Pesquisa;
III. III-Apresentar os resultados parciais e finais da pesquisa ou estudo, sob a forma de relatórios, painéis e exposições orais;
IV. IV-Fazer constar sua participação como professor-pesquisador da IES nas publicações em jornais, revistas, congressos e outros meios de divulgação.

3.2.4 Políticas Institucionais para o desenvolvimento artístico e cultural

Os processos de desenvolvimento das questões artísticas e culturais é de fundamental importância no mundo contemporâneo e tem sido enfatizada por autores de diferentes tendências. Edgar Morin (2000,) Descreve a cultura sendo constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Assim, em sua relação com a educação, percebe-se a mesma como norteadora, ficando a educação a serviço da cultura. Assim ambas se influenciam, tornando-se indissociáveis. De acordo com a Isaura Botelho, a educação é o principal mecanismo de transmissão formal da cultura, sendo necessária uma maior integração entre as duas políticas públicas. (MINC, 2006, p. 50).

As políticas institucionais desenvolvimento artístico e cultural fomentam as diretrizes com princípios éticos para concretizar e aprimorar as ações do programa, que deve propiciar o

amadurecimento de diálogo entre cultura e educação; e promover a integração entre educação e cultura com vistas a fazer da escola o grande espaço para a circulação da cultura brasileira, para o acesso aos bens culturais e para o respeito à diversidade e pluralidade da cultura nacional (Portaria Interministerial MinC/MEC nº 18, 2013).

QRCODE 30 - POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

https://qr.page/g/3XmLAHYwRqz

3.2.5 Relacionamento entre as ações acadêmico-administrativas e a políticas de pesquisa ou iniciação científica, inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural

A instituição proporcionará a construção da relação acadêmico/administrativo em várias temáticas, visando espaços educativos com qualidade socialmente referenciada em índices de subtemas, focados nos desenvolvimentos de competências do discente. A instituição, fomenta a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações de pesquisa, visando as relações teoria-prática e ensino-serviço.

3.2.5.1 Pesquisa ou iniciação científica ou iniciação científica

A instituição despertará o interesse do discente para desenvolver pesquisas ou iniciação cientifica através de Programas voltados para o desenvolvimento desses projetos, ofertando recursos necessários para a pesquisa, incentivando para publicações e apresentações em congresso. A instituição realizará eventos semestrais para auxiliar o discente nessa trajetória.

3.2.5.2 Inovação tecnológica

A instituição incentivará e apoia os discentes à criação de inovação tecnologia baseado no saber local relevante para formação de inovações tecnológicas que possam contribuir para uma sociedade sustentável seguindo os princípios éticos e humanista. A instituição oportuniza e aprimoramento as inovações para os processos de ensino, aprendizagem e inovação.

3.2.5.3 Desenvolvimento artístico e cultural

A faculdade estimulará a cultural através da educação possibilitando o exercício da capacidade de perceber, conviver e valorizar diferentes categorias culturais. Procurando distinguir os conceitos de artístico cultural, multiculturalidade. interculturalidade e Ecologia Cultural. A instituição promove o desenvolvimento artístico e cultural com focos nos campos visuais respeitando suas trajetórias e histórias que possam desafiar e instigam, confrontando os discentes nos interesses educacionais, políticos, afetivos e econômicos que demarcam as diferenças sociais e culturais, auxiliando no desenvolvimento do indivíduo.

3.2.6 Divulgação no meio acadêmico

O discente será orientado sobre a importância de divulgação e participação em eventos científicos, fazendo cm que o aluno desenvolva suas habilidades e competências para seu desenvolvimento profissional. A Instituição, divulga essas ações do meios digitais utilizando sua principal ferramenta o site da instituição.

3.2.7 Programas de bolsas

A faculdade também ofertará Programas de Bolsas e outras formas de financiamento estudantil, corroborando com sua política de inclusão sócio educacional, a instituição fomenta em obter condições de acesso e de permanência dos estudantes dos cursos superiores, bem como a qualidade dos ofertados, tendo em vista compreender se o acesso e a realização de tais cursos contribuem efetivamente para a democratização da educação superior, de forma a propiciar maior inserção dos estudantes trabalhadores e, consequentemente, a melhoria da sua qualidade da aprendizagem.

3.2.7.1 Recursos próprios

A instituição disponibilizará Bolsa Universitária para os discentes, trabalhando perspectivas e possibilidades que os estudantes trabalhadores tenham acesso e realize um curso superior de qualidade. Essas modalidades de recursos próprios institucionais fomenta a inclusão social.

3.2.7.2 Através de agências de fomento

A instituição por meio de parcerias como os Programa do Governo: Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que consiste em um financiamento do valor parcial ou total do curso superior e o Programa Universidade para Todos (Prouni), um programa que beneficia aqueles que não têm condições de arcar com os custos universitários, ampara aos discentes para sua formação acadêmica.

3.2.8 Práticas inovadoras

A Faculdade Santa Teresa de Santarém fomentará o **Programa de Apoio ao Discente** com o objetivo de informar os acadêmicos sobre as políticas do Programa de Bolsa vinculadas a instituição. Desse modo, informará integralmente quais as vantagens e desvantagens em relação ao programa e acompanhar o discente ao toda a graduação.

Cabe ressaltar que a Faculdade Santa Teresa de Santarém, implementará uma análise de pós previa dos beneficiários do Programa de bolsa, para verificar o gerenciando e fomentar bolsa mais eficientes para os discentes. Visando na qualidade e acesso ao benefício, através dessa ação oportunizará um mapeamento e criação de novas estratégias para garantir educação com qualidade para todos.

3.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EXTENSÃO

A extensão da IES será definida, como **"prática acadêmica que interliga Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população**" Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de extensão da IES visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa e

responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas DIRETRIZES:

3.3.1 Diretrizes

I. A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;
II. A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
III. A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
IV. Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de diretos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;
V. Extensão como processo interdisciplinar;
VI. Extensão como processo solidário.

QRCODE 31 - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

https://qr.page/g/2ajlbtajkhx

3.3.2 Participantes das Atividades de Extensão

Os projetos de extensão envolverão um coordenador de projeto e demais participantes. A coordenação do projeto de extensão deverá ser executada exclusivamente por docentes e técnicos de nível superior, pertencentes ao quadro efetivo da IES. Docentes do quadro temporário, discentes e pessoas da comunidade sem vínculo com a instituição, somente poderão figurar como participantes.

Os encargos atribuídos aos docentes, nos projetos de extensão, serão computados na carga horária de trabalho deles com o valor semanal de duas horas de atividade. Os encargos atribuídos aos técnico-administrativos nas atividades de extensão serão computados na carga horária de trabalho deles. É vedada a participação de técnico-administrativo quando este vier a comprometer a sua atividade principal e/ou caracterizar-se como desvio de função.

Os Docentes que pretendam ser incluídos ou excluídos em atividades de extensão deverão encaminhas requerimento ao coordenador do projeto, indicando a carga horária de dedicação ao mesmo, o qual será remetido à coordenação de curso para análise. A inclusão/exclusão de pessoal técnico administrativo em projetos de extensão já aprovados, deverá ser feita com o coordenador do projeto. O envolvimento de discentes nos projetos de extensão é obrigatório. Far-se-á mediante atribuição de carga horária, bolsa oriunda de convênios ou como participação voluntária.

A **Política de Extensão da instituição** está direcionada para a promoção da articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão culminando na responsabilidade Social, com a utilização de práticas de ensino, amparadas pela pesquisa e levando à extensão. O referido tripé se articula para a interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão-Responsabilidade Social).

QRCODE 32 - POLÍTICA DE EXTENSÃO

https://qr.page/g/2gewffnxytv	

Os projetos de Extensão da FST devem atender às diretrizes para a Educação Ambiental, Educação Étnico-raciais, Direitos Humanos e Educação Indígena, desenvolvidos privilegiando a interdisciplinaridade e transversalidade em todos os cursos e em todos os períodos.

3.3.3 Princípios

Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

a) A relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido. O ENSINO se utilizará de metodologia de projetos, com base na leitura e reflexão, a teoria levada à prática envolvendo os conteúdos das disciplinas.

b) A relação ensino/extensão, representa dualidade para a democratização do saber acadêmico, propiciando o retorno à IES, reelaborado e enriquecido. Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico. Em se tratando da Extensão, os discentes acompanhados e orientados pelos docentes, realizarão o mapeamento das necessidades da Comunidade, no que diz respeito aos Direitos Humanos, à Educação Ambiental e às questões Étnico Raciais. Tais atividades se caracterizarão por palestras na própria comunidade, oficinas e demais minicursos de Extensão, como por exemplo “O aproveitamento de óleo de cozinha para a produção de sabão”.

3.3.3.1 Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas.

A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações Inter profissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade.

a) Em se tratando da Pesquisa articulada com o Ensino e com a Extensão, os projetos desenvolvidos a partir deste programa, acontecerão por meio de pesquisas bibliográficas, desde o espaço de sala de aula, assim como ocorrerá também pesquisa de campo com coleta e tratamento de dados, dando origem a um trabalho acadêmico em forma de Resumo Expandido, no qual se apresentará a realidade da comunidade antes e depois da intervenção dos docentes e discentes, indicando se e de que forma e intensidade foi promovida melhoria de qualidade de vida.

b) Estas produções acadêmicas serão submetidas/publicadas e revistas indexadas ou em e-books com DOI e ISBN

- Compromisso Social da IES na Busca do Desenvolvimento Econômico e Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população;
- A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;
- Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico. As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;

Através do incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais. O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade socioambiental, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

3.3.4 Relacionamento entre as ações acadêmico-administrativas e a políticas de extensão

A IES, fomentará estratégias para ações acadêmico/administrativos visando as necessidades encontradas na sociedade, através de projetos proposto no âmbito acadêmico proporcionando à discente vivência teórica e prática na comunidade, através dessa perspectiva o graduando terá uma formação mais humanista e critica, podendo atuar com segurança e ética no seu profissionalismo.

As ações acadêmicas- administrativos enriquece-se e amadurece o discente e o docente interagindo no ensino à pesquisa e à extensão, mantendo-os atualizados e conectados com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social.

3.3.5 Práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa

A instituição viabilizará no âmbito organizacional, uma organização para a melhoria de condições da sociedade externa, isto é, o desenvolvimento projetos na qual resultara, simultaneamente, benefícios econômicos e sociais, ofertando ferramentas que aprimorei na construção de uma sociedade de consciência crítica que incentive na formação do espírito científico, transformando a comunidade em possíveis pesquisadores, por meio da reflexão crítica e individual sobre a realidade social.

3.3.6 Divulgação no meio acadêmico

O discente é orientado sobre a importância de divulgação e participação em eventos científicos, fazendo cm que o aluno desenvolva suas habilidades e competências para seu desenvolvimento profissional. A IES, divulga essas ações do meios digitais utilizando sua principal ferramenta o site da instituição.

3.3.7 Programas de bolsas

A Faculdade Santa Teresa de Santarém permitirá à discente participação nos projetos de extensão incentivando a inclusão e possibilitado o aumento dos discentes nestas atividades. Os programas da assistência educacional que terão como aprimore, garantir o acesso no ensino superior. A instituição operacionalizará por meio dos seguintes programas:

- Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social (**PAPEEXI).**
- **PROGRAMA DE ESTÍMULO E DIFUSÃO À PRODUÇÃO ACADÊMICA (PROEDIP)** Publicação das revistas científicas da Faculdade Santa Teresa de Santarém.

3.3.7.1 Recursos próprios

A instituição, oferecerá aos alunos a bolsa de estudo através do Programa de Apoio ao Discente- PAD, esta bolsa será destinada a complementar os custos com a educação nos cursos de graduação da instituição, a mesma prevê a cobertura parcial ou total durante toda a graduação do aluno. Para concorrer ao Programa de bolsa, os discentes precisam cumprir alguns requisitos como: estarem regularmente matriculados; integrarem um grupo com renda familiar abaixo de dois salários mínimos nos casos de concessão de bolsa no valor integral; máximo três salários de renda para bolsas parciais; não tenham vinculados no PROUNI ou FIES e nem sejam beneficiários de outras modalidades de bolsas de acordo com Edital do Programa de Apoio ao Discentes , que é publicado semestralmente, podendo este, sofrer ou não alterações, além de outros critérios avaliativos previsto no edital, através de análise da comissão do programa, bem como, análise da assistente social. O discente deverá esta regularmente matriculado no 1º semestre do ano letivo conforme estabelecido no Regimento da Faculdade Santa Teresa de Santarém.

3.2.7.2 Através de agências de fomento

A Faculdade Santa Teresa de Santarém fomentará o Programas de Financiamento Estudantil: (FIES E PROUNI) os programas governamentais que proporciona as modalidades de bolsas estudantis (integrais e parciais) para os discentes, para a concessão da bolsa é realizando o detalhamento dos cursos “disponíveis” e/ou “escolhidos” e os perfis os discentes referente aos dados econômicos e sociais.

Vale ressaltar que os programas e leis visam ampliação à Educação do Nível Superior, principalmente das camadas populares, esse financiamento promove uma política pública promovendo acesso aos estudantes do nível superior não gratuito.

3.3.8 Práticas inovadoras

Através das verificações e limitações de vagas para recebimento bolsas, a IES deve criar políticas de acesso ofertado um número significativo vagas destinadas ao ensino superior, proporcionado a inclusão social mais compensatórias aos discentes, oferecendo mais acesso à educação e levando-se em consideração o princípio da igualdade na escolaridade,

Através dessa prática inovadora garantirá a inserção profissional mais qualificada e implantará estratégias para melhorias, tais como: controle e acompanhamento do discente para o recebimento da

bolsa, incentivar o discente ao processo aprendizagem/acadêmico. Ademais, os resultados obtidos por meio da análise proposta podem fundamentar e incentivar futuras pesquisas sobre esta temática.

3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE

A política institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas científicas na vigência do PDI, prevê a implantação do **PROGRAMA DE ESTÍMULO E DIFUSÃO À PRODUÇÃO ACADÊMICA (PROEDIP)**, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa instituição. O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno com vagas de propostas de docentes e de discentes, as ações de estímulo são previstas e destinadas a pesquisadores e professores dos Cursos da Instituição, para participação em eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional ou internacional.

O edital contempla o corpo discente com estímulo à participação de eventos de abrangência local, regional, nacional ou internacional. O apoio prevê uma ajuda de custo para despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, e/ou hospedagem, inscrição do evento, e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

A apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, docentes e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, e discentes não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem:

I. A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada.
II. A abrangência do evento e duração.

A relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

O Programa de Estímulo a Difusão do Conhecimento da Faculdade Santa Teresa de Santarém, apresentará os seguintes objetivos e metas:

Quadro 18 - Programa de Estímulo a Difusão do Conhecimento. Fonte: FST (2022).

OBJETIVOS:	**Contribuir para a ampliação do conhecimento produzido no âmbito da ciência, da tecnologia, das artes pela comunidade acadêmica em geral**
META 01	Implantar o Programa de Estímulo a Difusão do Conhecimento.
META 02	Criar o Conselho Editorial da Faculdade Santa Teresa.
META 03	Estimular, sobretudo na comunicação universitária, a produção e a circulação de obras de interesse científico, cultural e didático.
META 04	Editar materiais gráficos e não gráficos aprovados pelo Conselho Editorial.
META 05	Publicar material de interesse institucional, além de dar suporte a outras produções originárias de pesquisa, ou obras de relevância artística e cultural.
META 05	Promover concursos, eventos, reuniões científicas e culturais no âmbito da Faculdade Santa Teresa de Santarém
META 06	Construir espaço virtual e repositório para difusão de trabalhos de cunho técnico- científico produzidos no âmbito da Faculdade Santa Teresa de Santarém e fora dela.

QRCODE 33 - POLÍTICAS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE

https://qr.page/g/2G1AVU4TLxy

3.4.1 Ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica

A instituição promoverá a divulgação das atividades de iniciação científica (Produção de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, relatório de iniciação científica, propriedade intelectual depositada ou registrada, bem como de produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes, realizadas no âmbito acadêmico), para estimular a produção acadêmica e complementar dos cursos e potencializar o espírito criativo e investigativo dos docentes e discentes na busca de soluções para problemas sociais relacionados à sua área de formação.

3.4.1.1 Viabilidade para publicações

A Instituição fomentará semanas acadêmicas; Semanas acadêmicas interdisciplinares; Jornadas acadêmicas; Fórum de Interdisciplinaridade; Seminários Internos voltados para a iniciação cientifica. Promovendo viabilidade para as publicações, oportunizando melhoria da eficiência, eficácia e qualidade das edições.

3.4.1.1.1 Científicas

A faculdade fomentará a pesquisa científica, tanto pelo seu corpo docente, como pelo corpo discente, sendo uma forma importante da instituição de ensino ter uma ferramenta de estímulo à pesquisa.

3.4.1.1.2 Didático-pedagógicas

A IES, ofertará didáticas pedagógicas para o estímulo e elaboração de trabalhos com rigor científico e que problematizem dados da realidade, com o intuito de desenvolver material didático para a organização de trabalho intelectual, analisa projetos, estudos de casos, exposições, excursões de caráter científico, baseado em leituras e atualizações bibliográficas ligando os conceitos: aprendizagem/metodologia empregada para cada temática.

3.4.1.1.3 Tecnológicas

Assim, em todos os níveis da acadêmicos, incentivará a pesquisa científica e inovação tecnológica, para propiciar o contato com os ambientes virtuais mantendo vínculos diretos com a prática.; além de fomentar o interesse de pesquisadores nas plataformas digitais e a participação em pesquisas conjuntas. As novas tecnologias devem reforçar a contribuição dos trabalhos pedagógicos e didáticos contemporâneos visando a qualidade de aprendizagem tecnológica.

3.4.1.1.4 Artísticas

A instituição propiciará ferramentas necessária ao discente para que eles compreendam as estratégias para diversidade formas artísticas, a fim de abranger memorias de conhecimento artísticos e estilos de cultural, nessa organização irá favorecendo a todos (discente e docentes),

3.4.1.1.5 Culturais

A faculdade estimulará a reflexão a cultural (reflexão/ação), para que o discente possa repensar sua prática e utilizar novas estratégias que oportunizem o aprendizado trabalhando metodologias inclusivas, que atendam às necessidades específicas da sociedade, contribuindo assim com o processo de ensino/ aprendizagem e responsabilidade cultural.

3.4.2 Incentivo à participação docente em eventos de âmbito local, nacional e internacional

A instituição estimulará a participação de professores, com trabalhos comprovadamente aceitos em eventos técnico-científicos de abrangência nacional ou internacional e que possibilitem a publicação dos resultados de pesquisa. A IES, prevê um auxílio de custo para despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, e/ou hospedagem, inscrição do evento.

3.4.3 Organização e publicação de revista acadêmico-científica.

A instituição viabilizará que a produção acadêmica contribuída para obter novos conhecimentos sobre determinada área e possibilita a formação profissional mais habilidosa e direcionada para a eficiência e eficácia no exercício de atividades específicas de uma área. A instituição incentivará a divulgação de todos os tipos de pesquisas na intenção de catalogar as formações de pesquisas pelo país.

3.5 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A instituição terá o compromisso com a constante valorização do ser humano por meio da educação superior no Brasil, qualificando mão de obra para organizações públicas, privadas, ONGs e empreendimento próprios. Entretanto, entendemos que nosso compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos para este processo.

Neste contexto, a Instituição optou por adotar uma pesquisa de acompanhamento de egressos dos cursos presenciais quando forem autorizados e ofertados, dividido em duas etapas: a primeira levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação

da Faculdade Santa Teresa de Santarém, estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Este programa tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância para a sociedade na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Os objetivos específicos do programa estão pautados em:

Objetivos	Quantificar os egressos dos cursos da Faculdade Santa Teresa que estão atuando no mercado de trabalho na área em que se graduaram.
	Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de carreira
	Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de remuneração
	Avaliar a contribuição do curso para a empregabilidade do egresso

Figura 26 - Objetivos da Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos. Fonte: FST (2022).

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da instituição será relevante uma vez que atenderá as recomendações do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as Faculdade Santa Teresa de Santarém, privadas, em termos de percepção do nível de empregabilidade de seus alunos.

Para a instituição, o acompanhamento de egressos, poderá demonstrar o nível de adequação da formação de nossos alunos com as exigências do mundo do trabalho. Além disso, esses dados retornam como fator de análise e de possíveis alterações curriculares de maneira a tornar sempre melhor e mais apto o nosso egresso.

Já para os próprios acadêmicos, serão beneficiados pois por meio de informações coletadas a nossa instituição poderá oferecer outras modalidades de formação subsequente, mantendo um fluxo continuo e progressivo de formação acadêmica, desta maneira a Faculdade Santa Teresa de Santarém, entende que sua responsabilidade social é formar inteligências e quadros de liderança que possam em seus diferentes campos de atuação contribuir com o desenvolvimento da região por meio da qualificação expressiva da egressos com altas taxas de empregabilidade.

A metodologia do **Programa de Acompanhamento do Egresso**, é baseada em uma pesquisa a ser realizada junto aos egressos dos cursos de graduação da Faculdade Santa Teresa de Santarém. Consistirá na aplicação de formulário de pesquisa sobre os dados dos egressos em duas etapas, a saber:

1ª. Etapa – levantar a condição profissional de ingresso do aluno na Faculdade Santa Teresa.	Far-se-á o levantamento das condições de empregabilidade atual com alunos que estejam até com 50% da carga horária do curso e por amostragem. Nesta etapa estão incluídos:
	Chamada por edital de alunos com interesse em participação voluntária no Programa de Acompanhamento de egressos dos respectivos cursos;
	Formação do banco de dados dos egressos;
	Envio dos questionários;
	Tabulação dos dados dos questionários devolvidos.
2ª. Etapa – levantar a ascensão profissional dos alunos egressos quanto a carreira e à remuneração a fim de identificar possíveis melhorias na sua empregabilidade. Para esta etapa estão previstas as seguintes ações:	Preenchimento voluntario do formulário do egresso;
	Solicitação de atualização periódicas dos dados do cadastro;

Figura 27 - Etapas da metodologia do Programa de Acompanhamento do Egresso. Fonte: FST (2022).

Após levantamento os dados da primeira e segunda etapa será realizada a análise qualitativa dos dados de maneira a mensurar de que forma os cursos de graduação da Faculdade Santa Teresa de Santarém estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Para a sensibilização da importância da pesquisa será realizado um evento ao final de cada semestre com os pré-egressos abordando temas relacionados com o mercado de trabalho. Também na oportunidade chamaremos empresas de recursos humanos para cadastro dos nossos alunos em seus bancos de talentos. É intenção da Faculdade Santa Teresa de Santarém, de manter seu próprio banco de talentos no site institucional.

Espera-se com este programa de acompanhamento dos egressos obter subsídios para a melhoria contínua dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da Faculdade Santa Teresa de Santarém, de forma a manter a relação entre a qualificação de profissionais com empregabilidade para o mercado de trabalho local.

Quadro 7 - Metas e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.

Metas e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação						
METAS	AÇÕES	2022	2023	2024	2025	2026
Implantar o projeto de acompanhamento do egresso	Planejar as etapas de pesquisa.	X	X	X	X	X
	Levantar os dados estatístico de empregabilidade dos discentes quando completarem 50% do curso.	X	X	X	X	X
Criar projetos em que o egresso possa ser inserido no mercado de trabalho com o acompanhamento da Faculdade Santa Teresa	Elaborar projetos que vincule o discente a oportunidades profissionais após a sua formação	X	X	X	X	X
Promover a constante participação do egresso nas atividades do próprio curso	Planejar o encontro de Egressos.	X	X	X	X	X

QRCODE 34 - POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

https://qr.page/g/5hq2AIQV9xu

3.5.1 Política de acompanhamento de Egressos

A instituição visa o compromisso com a constante valorização do ser humano promovendo continuamente sua formação profissional voltada para o reconhecimento afim de definir problemas, equacionar soluções e modificações no processo produtivo, com atuação preventiva e proativa nos diferentes graus de complexidade no processo da tomada de decisão.

As diretrizes do egresso são:

I. Incluir os egressos à comunidade acadêmica da Faculdade Santa Teresa de Santarém, consolidando este vínculo por meio da criação e implementação de ações;
II. Articular ações que contribuam para a inserção e a manutenção no mundo de trabalho e na educação continuada, bem como identificar demandas de formação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;
III. Estimular e possibilitar aos egressos a realização e, ou, participação em eventos e cursos promovidos pela Faculdade Santa Teresa de Santarém, de modo a contribuir para a melhoria do vínculo do egresso com a Instituição;
IV. Fomentar a interação dos egressos com os estudantes da IES, de modo a colaborar com oportunidades de inserção no mundo de trabalho, além da troca de vivência com vistas ao aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos dos cursos;
V. Incentivar as Unidades Acadêmicas e o corpo docente e conduzir o discente sobre a importância de manter o vínculo institucional após a conclusão do curso.

3.5.2 Atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional

O **Programa de Acompanhamento do Egresso** acompanhará as condições de inserção do egresso dos cursos de graduação da instituição, no mercado de trabalho e sua contribuição para a instituição, desse modo deve ser realizado o acompanhamento do egresso, esperando que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mercado de trabalho de maneira crítica e

consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão.

O acompanhamento de egressos, representa mais uma ação, visando à melhoria da qualidade do ensino superior. A instituição articulará pesquisa a ser realizada junto aos egressos dos cursos de graduação da Faculdade Santa Teresa de Santarém.

3.5.3 Estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida

Esta preocupação com a inserção socioprofissional do egresso diz respeito à própria responsabilidade social da Faculdade Santa Teresa de Santarém. A responsabilidade social da Instituição está relacionada ao seu papel no que diz respeito à inclusão social, ao desenvolvimento econômico, à melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura urbana/local e a inovação social (INEP, 2014). O Programa de Acompanhamento do Egresso verificará a atuação profissional e social daqueles que passaram pela Instituição oferece importantes subsídios para a avaliação e melhoria da Faculdade.

Na pesquisa a instituição aplicará formulários em duas etapas: 1ª. Etapa – levantar a condição profissional de ingresso do aluno na Faculdade Santa Teresa de Santarém. 2ª. Etapa – levantar a ascensão profissional dos alunos egressos quanto a carreira e à remuneração a fim de identificar possíveis melhorias na sua empregabilidade. Para esta etapa estão previstas as seguintes ações

Através dos resultados encontrados entre aos egressos e empregadores serão cruzados com as avaliações de cursos, contribuindo para o aprimoramento de programas existentes, para o planejamento de novos cursos e avaliação institucional.

3.5.4 Ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho

A instituição proporcionará o Programa **de Acompanhamento do Egresso** visará o compromisso constante da valorização do ser humano no desenvolvendo de pensamento estratégico para gestão, tendo presente no contexto valores socioculturais para a sociedade, interligados por tecnologias altamente dinâmicas, suscetíveis para mudanças culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Entretanto, entendemos que nosso compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos neste processo.

3.5.5 Ações inovadoras

A partir do acompanhamento do egresso, a instituição preconizará ações inovadoras de acompanhamento através da criação de estratégias para banco de dados disponíveis no site para acompanhar e o vínculo do egresso na inserção no mercado de trabalho. A instituição desenvolverá e implantará projeto que fomenta o setor de empregabilidade.

3.6 POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA INTERNACIONALIZAÇÃO

A Política de Internacionalização consiste na inserção da instituição no contexto internacional por meio da realização de convênios vinculados ao Grupo Fametro com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentesculturas. O Grupo Fametro proporcionar ao discentes vivencias nas seguintes Universidades: de Évora-Portugal, Bologna-Itália, Oviedo-Espanha e demais os países Ibero-americano.

A internacionalização pode ser alcançada como variedade de políticas e programas que as universidades implementam para responder ao processo globalização acadêmica. Neste sentido, as IES têm um papel crucial como instituições que não apenas produzem e disseminam conhecimento, mas também assimilam e adaptam conhecimentos globais para as necessidades locais. A política de internacionalização da instituição será coordenada por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

3.6.1 Diretrizes:

I. O programa de intercâmbio busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da inovação técnico-científica. É uma oportunidade de conhecer novas culturas, sistemas políticos e organizações sociais, aprender, aprimorar e/ou conhecer as variantes linguísticas de um novo idioma;
II. Articula o acesso à aprendizagem de idiomas, com a promoção do acesso igualitário à aprendizagem de idiomas a todos os alunos, servidores docentes e técnico-administrativos;
III. Reconhecimento da diversidade linguística e cultural por meio da oferta de cursos, oficinas, formação e atendimento em diferentes línguas;
IV. Possibilita um ambiente plurilinguístico e multicultural entre a comunidade universitária e internacional.

QRCODE 35 - POLÍTICA PARA INTERNACIONALIZAÇÃO

https://qr.page/g/XSTsXUpbjm	

3.6.2 Programas de cooperação e intercâmbio

A Política de Internacionalização da instituição ocorrerá por meio do **PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS** e tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na instituição.

QRCODE 36 - PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS

https://qr.page/g/3GJ5dJwy0KQ	

A mobilidade acadêmica envolverá a existência de condições apropriadas, que irá contribuir para a formação e o aperfeiçoamento dos discentes, objetivando a aquisição de novas experiências e a interação com outras culturas. Na medida em que a ensino/ aprendizagem moderna evoluiu nas universidades internacionais e nacionais, desse modo o Grupo Fametro fomenta convênios para tenta atender os discentes todos os aspectos da vida universitária: ensino, pesquisa, extensão.

3.6.3 Atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio e coordenação por grupos regulamentados

O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A instituição viabilizará o Regulamentar a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito orientar os discentes dos cursos participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na instituição

3.6.4 Acordos e convênios internacionais de ensino

O processo de internacionalização estará vinculado a questões de organização entre os convênios vinculados ao Grupo Fametro. Tais acordos institucionais têm caráter de cooperação educacional visando a mobilidade de estudantes e professores, programas Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, desenvolvendo conhecimento, cooperação em pesquisa, interação do discentes com a universidade vinculada.

As modalidades de parcerias entre instituições estrangeiras são bastante variadas em seus propósitos para atender as necessidades acadêmicas. Os convênios internacionais estão de acordo com a fundamentação contida nos princípios gerais de condições de bolsas. “Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas e condições.

3.6.5 Mobilidade docente e discente

A instituição fomenta o **REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS** possuirá dinâmica e proposta muito significativas, não apenas com vistas ao efetivo aprendizado da Língua Estrangeira, mas também com relação à formação específica do aluno e sua vivência cultural, proporcionando o aperfeiçoamento de habilidades. O ambiente de aprendizagem não se restringe somente à sala de aula é sabido que aprender um outro idioma engloba igualmente aprender acerca da cultura local, além de apurar seu senso crítico, oportunizando reflexões sobre a realidade mundial.

3.6.5.1 Docente

A instituição promoverá nas suas diretrizes de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacionais para docentes com esforço de redimensionar a formação dos educadores, e ainda, o esforço de preservação das organizações voltadas para oferecer espaços educativos internacionais. Aprimorando um corpo docente altamente qualificado, para zelar a aprendizagem dos acadêmicos pela qualidade do ensino ministrado, pela atualização contínua e pelo resultado dos acadêmicos no conhecimento adquirindo no intercambio.

3.6.5.2 Discente

A participação do aluno em atividades de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacionais terá a duração de dias letivos. O discente adquirirá uma diferenciação ao currículo, o qual é enriquecido com informações acerca do país visitado, em termos de aspectos culturais, religiosos, linguísticos, profissionais, gastronômicos e econômicos, entre outros, ajudando o intercambista a ingressar com maior facilidade no mercado de trabalho.

O aluno da instituição interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma: executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos; arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais; preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários; inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

3.7 COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE EXTERNA

A discussão sobre a importância da comunicação nas instituições públicas de educação superior vem, sistematicamente, ganhando força no ambiente acadêmico, considerando-se a responsabilidade institucional frente aos desafios expressos na sociedade contemporânea e a exigência da prestação de contas à sociedade acerca do trabalho que as instituições universitárias realizam.

Por ser a atuação de uma IES uma tarefa de responsabilidade coletiva, pois beneficia o conjunto da sociedade, a comunicação institucional objetiva fomentar, interna e externamente, o conhecimento público sobre a Instituição, seus projetos, políticas e realizações, bem como, contribuir para o desenvolvimento de uma imagem institucional consistente e garantir o acesso do público às informações sobre as atribuições que exerce, de forma a possibilitar a crítica e o controle social sobre as ações realizadas.

Para o alcance de tais finalidades, cabe à IES desenvolver ações comunicativas que visem à produção de visibilidade a respeito do trabalho por ela realizado. Assim, torna-se imprescindível que ela lance mão, com maior frequência, diversidade e competência, de instrumentos de comunicação de massa, que, em larga escala, possam oferecer à sociedade, informações relevantes e adequadas a respeito das atividades acadêmicas, pois é por meio da ação comunicativa de amplo espectro que a relevância social se implanta na consciência da sociedade.

Será meios de Comunicação Externo aqueles que produzem visibilidade pública de suas realizações e acesso ao conhecimento sobre os serviços produzidos. Esta parte será realizada por meio de veículos de massa de amplo espectro, exemplificados por: publicações da Faculdade Santa Teres de Santarém, a, uso das mídias de comunicação, utilização de assessoria publicitária; atualização constante do Sítio na *Internet* – através do qual concentra informações institucionais sobre: A Faculdade Santa Teresa de Santarém, no sítio institucional poderá ser encontrado dentre outros itens:



Figura 28 - Itens no site da IES. Fonte: FST (2022).

3.7.1 Ferramentas de informações dos cursos, programas, extensão e pesquisa.

Seguindo os princípios que nortearão a **Política de Comunicação Externa**, a IES possuirá uma comunicação com a comunidade interna de forma clara, transparente e democrática com objetivo de a comunidade ter acesso às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisae todas as atividades, ações, programas e projetos que fazem parte do cotidiano da comunidade acadêmica.

QRCODE 37 - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO EXTERNA

https://qr.page/g/yN1aflXlUP	

A **Política Institucional de Comunicação da IES com a comunidade Externa** serão vetores de acesso à comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes da IES e dos cursos, da divulgação de atividades e eventos dos cursos de graduação, pesquisa e extensão, bem como dos mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros, por meio diversos canais de comunicação (site institucional, redes sociais, jornais, TV rádio, outdoors e eventos externos):

São Diretrizes da Política de Comunicação Externa:

I. A disseminação da missão, visão, objetivos e metas da instituição;
II. A transparência como ferramenta de propagação da credibilidadeda IES;
III. A ética e legitimidade das informações;
IV. O respeito à diversidade como fator relevante;
V. Proporcionar a comunidade externa informações relevantes para o crescimento educacional.

QRCODE 38 - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE INTERNA

https://qr.page/g/4qDK6AKAi8L

3.7.2 Publicação de documentos institucionais relevantes e transparência institucional

A Política Institucional de Comunicação da Faculdade Santa Tersa de Santarém deve realizar suas publicações por meio de plataforma digitais utilizando a Comissão Própria de Avaliação – CPA órgão responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), de acordo com o artigo 14 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

A comunidade acadêmica receberá resultados das avaliações recentes da instituição e dos cursos, todas as atividades e eventos dos cursos de graduação, pesquisa e extensão, como mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros, por meio diversos canais de comunicação (site institucional, redes sociais,jornais, TV, rádio, outdoors e eventos externos)

3.7.3 Ouvidoria institucional

A **Política de atendimento aos estudantes** deve consistir no suporte acadêmico que a instituição oferecerá por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro. E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos:

I. **NAPSI - Núcleo de apoio psicopedagógico e deacessibilidade e inclusão**: é responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros; e

II. **NADI - Núcleo de Atendimento ao Discente**: responsável por captação de vagas de empregoe estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

III. **Ouvidoria:** Sistema aberto de acolhimento de dúvidas, reclamações e elogios, disponível no site institucional, com atendimento presencial de alunos e funcionários da IES, em horáriocomercial.

QRCODE 39 - POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

https://qr.page/g/1s2GmuJDPjZ

3.7.4 Acesso as informações dos resultados de avaliação interna e externa

Os resultados das autoavaliações e das avaliações externas serão divulgados nos fóruns semestrais com a comunidade acadêmica, além de banners, cartazes e via representantes discentes, coordenadores e responsáveis administrativos para repasse aos demais alunos e colaboradores. Os resultados e os planos de ações propostos pela CPA também são disponibilizados nos relatórios analíticos da autoavaliação de curso e institucional, no portal acadêmico, site institucional e PDEAA, possibilitando a apropriação dos resultados por todos os segmentos da comunidade acadêmica, bem como comunidade externa.

A discussão dos resultados das avaliações internas e externas também será realizada em reuniões pedagógicas, que têm nas instâncias colegiadas o local privilegiado. Esses resultados serão cruzados e servem de base para o processo de tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico.

3.7.5 Instância específica que atue transversalmente às áreas da IES

A instituição preconizará um planejamento estratégico tem como foco suprir/atender as necessidades apontadas pela comunidade acadêmica, por meio de pesquisa de satisfação no âmbito do processo de autoavaliação. A instituição garanti o alinhamento transversalmente com os objetivos de alcançar e prevenir possíveis contratempos, pois, a instituição tem a possibilidade oferecer recursos necessários para estratégia de gestão das organizações.

3.7.6 Ações inovadoras

Como aspecto inovador para a comunicação com a comunidade externa, se destaca a proposta do provimento de diversos meios de acesso à informação e canais de interatividade. Desta forma se garante que a transparência na comunicação, que pode ser em muitos casos o fator limitante ao sucesso de procedimentos, possa ser o diferencial e exitosa prática para esta ação.

A instituição disponibilizará portais de acesso online, assim como, na falta destes espaços, em sua PDEAA, com espaços de divulgação e interação com os sujeitos institucionais para a tratativa necessária.

Pode-se questionar que a criação de portais ou espaços em plataformas digitais não sejam inovações, mas neste contexto em que a comunidade normalmente está distanciada fisicamente da IES e a tecnologia pode encurtar estas distâncias ou até mesmo criar novas pontes de comunicação, se deriva o sentimento de novidade e êxito na prática.

O setor responsável pelo desenvolvimento e criação destes espaços digitais é o NITE, sob a gestão e guarda de legado de cada setor envolvido na produção e divulgação de conteúdo.

Em resumo as aptidões inovadoras a este indicador, a IES deve propiciar a possibilidade, em caso de interesse, da criação de espaços vinculados a entes das comunidades externa para fins de divulgação, promoção e articulação de eventos e ações de interessa à comunidade acadêmica.

3.8 COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE INTERNA

Em toda organização a comunicação será um processo importantíssimo, pelo qual os seus membros podem agir de maneira segura e assertiva em busca de seus objetivos institucionais. Em uma Instituição de Ensino Superior, a comunicação correta dos fluxos, processos e atividades é essencial para que todos consigam trabalhar em torno da missão, visão e valores institucionais, por ser um local

de constante fluxo de pessoas, todos devem estar aptos a informar e/ou orientar àqueles que buscam informações.

Na dimensão da Comunicação Interno, deve-se considerar também que é tarefa da Faculdade Santa Teresa de Santarém, de oferecer aos docentes e servidores técnico-administrativos da Instituição e demais colaboradores, as informações adequadas para que possam atuar, a contento, em suas atividades pertinentes, bem como, oportunidades de aperfeiçoamento e atualização profissional em diferentes áreas.

O sítio eletrônico disponibilizará ainda os seguintes serviços *online*:

- Link para acesso a área restrita de uso do aluno;
- Link para acesso a área restrita de uso do docente;
- Biblioteca.

A instituição também possuirá mecanismos de comunicação eficiente de seus membros, a fim de que a informação das rotinas necessárias ao seu bom funcionamento, possam alcançar a todos. Neste sentido a IES dispõe de um sistema de gestão de informações acadêmicas e financeiras por meio do RM, sistema contratado da TOTVS[3], e ainda busca por meio tecnológicos como listas de transmissão, *WhatsApp* e e-mail institucionais e murais a fim de que a comunicação interna possa garantir a transparência dos atos da IES. E, de forma institucionalizada, pelo portal pertencente ao Sistema de Comunicação Institucional (SCI).

QRCODE 40 - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE INTERNA

https://qr.page/g/4qDK6AKAi8L	

[3] Software ERP de gestão acadêmica, financeira e contábil.

3.8.1 Canais de comunicação interna

3.8.1.1 Sistema de Comunicação Interna – SCI

O Sistema de Comunicação Interna, doravante chamado de SCI, é uma plataforma online desenvolvida pela IES com base em sistemas e expertises relacionadas no atendimento e suporte de projetos e sistemas de informação.

A plataforma opera como uma central de gestão de chamados e soluções através de abertura de chamados e *workflow* de solução. O SCI é baseado na solução GLPI (*Gestionnaire Libre de Parc Informatique*), que é um sistema de código aberto para Gerenciamento de Ativos de TI (Tecnologia da Informação), rastreamento de problemas e central de serviços. Este software é escrito em PHP e distribuído sob a GNU (*General Public License)*. E para esta solução foram realizadas as devidas adaptações para que operasse como um sistema de comunicação institucional.

O SCI permite que os usuários selecionem entre Incidente ou Requisição ao criar o ticket. Cada categoria pode ser atribuída a um grupo específico de usuários / perfis ou responsáveis.



Figura 29 Principais ações do SCI. Fonte: FST (2022)

3.8.1.2 Acesso pelos segmentos da comunidade acadêmica

O acesso a essa ferramenta deve preconizar a inovação leva à aplicação, à ampliação a nova abordagem do conhecimento e instrumento existente e, finalmente, a transformação de um processo que difere dos outros, pois trata efetivamente de promover e provocar mudanças na comunidade acadêmica.

O acesso se dará por modalidade pública e transparente a todos os entes internos e externos à IES, preservando sempre espaços de acesso restrito por conta da possível existência de informações sensíveis a determinados grupos, mas garantindo sempre a transparência e coerência nas informações divulgadas.

3.8.2 Publicação de documentos institucionais relevantes

Seguindo os princípios que norteiam a Política de Comunicação Externa, a instituição possuirá uma comunicação com a comunidade interna de forma clara, transparente e democrática com objetivo de a comunidade ter acesso às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisae todas as atividades, ações, programas e projetos que fazem parte do cotidiano da comunidade acadêmica.

A **Política Institucional de Comunicação com a comunidade interna** é sero vetor de acesso à comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes da IES e dos cursos, da divulgação de atividades e eventos dos cursos de graduação, pesquisa e extensão, bem como dos mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros, por meio diversos canais de:

São Diretrizes da Política de Comunicação Interna:

I. A disseminação da missão, visão, objetivos e metas da instituição;
II. A transparência como ferramenta de propagação da credibilidadeda IES;
III. A ética e legitimidade das informações;
IV. O respeito à diversidade como fator relevante;
V. Proporcionar a comunidade interna informações relevantes para o crescimento educacional.

3.8.3 Acesso as informações dos resultados de avaliação interna e externa que fomente a manifestação da comunidade interna

Os resultados das autoavaliações e das avaliações externas serão divulgados nos fóruns semestrais com a comunidade acadêmica, além de banners, cartazes e via representantes discentes, coordenadores e responsáveis administrativos para repasse aos demais alunos e colaboradores. Os resultados e os planos de ações propostos pela CPA também são disponibilizados nos relatórios analíticos da autoavaliação de curso e institucional, no portal acadêmico, site institucional e PDEAA,

possibilitando a apropriação dos resultados por todos os segmentos da comunidade acadêmica, bem como comunidade externa.

A discussão dos resultados das avaliações internas e externas também serão realizada em reuniões pedagógicas, que têm nas instâncias colegiadas o local privilegiado. Esses resultados serão cruzados e servirão de base para o processo de tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico.

3.8.4 Transparência institucional

A Faculdade Santa Teresa de Santarém fomentará ferramentas de comunicação Interna em todos os meios hierárquicos, como um instrumento de transparência institucional, promovendo estratégia e exigência para atingir a eficácia organizacional. A instituição compreende a importância desse processo de comunicação para que flua de forma eficiente, no momento oportuno todas as informações necessárias.

A instituição, internamente, irá garantir a comunicação institucional da instituição promovendo o fluxo de comunicação horizontal e vertical, contribuindo para a difusão de informações e de ideias, de forma plural e diversa. Servidores e alunos tornam-se sujeitos dos processos comunicacionais, deixando de ser meros receptores de informações.

Essa transparência institucional ocorrerá através Comissão Própria de Avaliação da instituição que é responsável em níveis: No nível de curso, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativos, com ênfase nos aspectos pedagógicos internos aos cursos de graduação, dando-se sempre no primeiro semestre do ano letivo. E a nível institucional, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativa, com ênfase nos aspectos institucionais da faculdade.

3.8.5 Processo de divulgação dos resultados das avaliações interna e externa

As informações coletadas, serão interpretadas e analisadas, conclusivamente, servindo de base para o planejamento das ações da em diversos campos. Ainda que não estejam esgotadas todas as possibilidades de utilização dos dados, por meio da abordagem direta a docentes, discentes e colaboradores técnico/administrativos, com vistas a aprimorar continuamente a qualidade, utilizando-se de novas e sucessivas técnicas de obtenção de informações que, ao serem cruzadas, permitem maior proximidade com a realidade, e ampliam as possibilidades de novas interpretações

A Faculdade Santa Teresa de Santarém preconizará uma ampla campanha de divulgação interna realizada com o apoio da assessoria de comunicação da Instituição, utilizando diversas mídias disponíveis na instituição, tais como jornais, terminais de computador para consulta de dados acadêmicos, telas de login dos computadores dos laboratórios de informática, filipetas, cartazes e banners instalados em pontos estratégicos da instituição.

A constituição de avaliações internas e externas semestrais, contribuirá para que se possa analisar as ações administrativas, técnicas e pedagógicas de maneira contextualizada, crítica e participativa, o que auxilia no reconhecimento das limitações e possibilidades dos cursos e ações, bem como, aponta caminhos para a tomada de decisões em relação ao pensar, agir e transformar.

3.8.6 Ouvidoria

A Ouvidoria é uma ferramenta de assessoramento, responsável em acolher e encaminhar todas as manifestações e reivindicações da comunidade interna, para que essas informações sejam analisadas por um corpo jurídico competentes da Faculdade Santa Teresa de Santarém. Por meio desse instrumento a instituição, objetiva à melhoria dos processos institucionais e ao aperfeiçoamento dos processos democráticos com transparência. É um canal para recebimento de denúncia, elogio, reclamação, solicitação e sugestão.

3.8.6 Insumos para a melhoria da qualidade institucional

As informações coletadas, na IES deverão ser interpretadas e analisadas, conclusivamente, servindo de base para o planejamento das ações da em diversos campos. Ainda que não estejam esgotadas todas as possibilidades de utilização dos dados, por meio da abordagem direta a docentes e colaboradores técnico/administrativos, com vistas a aprimorar continuamente a qualidade, utilizando-se de novas e sucessivas técnicas de obtenção de informações para a melhoria da qualidade institucional.

3.8.6.1 Tratativa da manifestação da comunidade

A Faculdade Santa Teresa promoverá responsabilidade social para integrar a comunidade e o acadêmico, incentivando o trabalho na adjacência para desenvolver ações que auxiliem a construir e a ampliação das competências em informação para os sujeitos em geral, a fim de aproximar esses dois públicos, que tenham ou não vínculo com a instituição, e proporcionando um compartilhamento de vivências e de conhecimentos entre eles.

3.9 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

A política de atendimento ao discente consistirá no suporte acadêmico que a instituição oferecerá meios de melhorias nas condições de aprendizagem, também oferecerá serviços de apoio pedagógico, psicossocial, e de caráter financeiro. Além disso, ofertará programas e projetos de implementação de políticas de ações afirmativas, no que se compete ao suporte acadêmico, além de ofertar uma gama de serviços os quais destinam-se promover melhores condições acadêmicas aos discente de nossa instituição, tais como, acolhimento ao ingressante, atendimento extraclasse, nivelamento, monitoria, incentivo a representatividade discente, ouvidoria, portal acadêmico, formação de líderes, formação de empreendedores, apoio psicopedagógico, acessibilidade e inclusão, acompanhamento do egresso, e apoio financeiro.

As políticas de atendimento aos discente se configura por meio de programas:

I. PROAD (Programa de Apoio aos Discente);
II. PROAI (Programa de Acessibilidade e Inclusão Social).

Esses programas promoverão melhores condições de permanência dos discentes em suas vidas acadêmicas, a saber:

Manual do Aluno que será disponibilizado em formato físico e digital o Manual do Aluno para que o mesmo possa ser utilizado como guia orientador da rotina acadêmica da instituição

QRCODE 41 – MANUAL DO ALUNO

https://qr.page/g/49hf4eml0ts	

3.9.1 Diretrizes

I. Promover as condições de permanência dos estudantes da IES na sua trajetória acadêmica
II. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
III. Colaborar para o enfrentamento das desigualdades sociais;

IV. Bolsas na forma de desconto nas mensalidades; Bolsa de Iniciação Científica: A Faculdade Santa Teresa de Santarém, por meio do Programa Institucional de Bolsas; Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição;
V. Política de desconto para instituições convênios;
VI. Programas de Financiamento Estudantil;
VII. PROUNI e Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal;
VIII. Oportunizar a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais.

3.9.2 Programas

A Faculdade Santa Teresa de Santarém aplicará seus princípios norteadores, na responsabilidade de proporcionar programas para formação profissional comprometida e alinhada com a realidade de social, a fim de preservar e valorizar a cultura da região; identificar os seus problemas socioeconômicos e apresentar as possíveis soluções. A IES, promoverá programas essenciais para que os acadêmicos tenham uma postura diferenciada no âmbito da sua formação, fomentando e compreendendo a realidade de outras áreas quanto ao processo de produção e comunicação para conhecimento científico.

3.9.2.1 Programas de Acolhimento

A vida acadêmica, compreende muito mais que somente ser aprovado no vestibular é preciso passar pelos rituais iniciais, aprender a se misturar, aprender a encurtar os caminhos burocráticos, ultrapassar as barreiras do anonimato ou se acostumar com a rotina acadêmica. Através dessas desafios que os calouros apresentam a Faculdade Santa Teresa de Santarém, semestralmente deve planejar e desenvolver acolhimentos com os calouros, visando essa estrategeia a IES buscará, acolher, criar boas impressões e expectativas referentes ao mundo acadêmico, esclarecer dúvidas pertinentes à graduação, bem como integrá-los aos ambientes da instituição, demonstrando as inúmeras oportunidades disponíveis, por meio desse programa a integração do discente ao ambiente universitário é esclarecendo.

Deste modo, se torna importante a atenção institucional a este momento de entrada na universidade, e também no decorrer das trajetórias destes estudantes em seu complexo processo de afiliação, a instituição investi contribuiu no estabelecimento deum laço inicial entre os novos alunos.

3.9.2.1.1 Projetos

A instituição, acompanhará essa transição da passagem do ensino médio para o ensino superior como delicada, através dessa perspectiva a instituição fomenta orientações essenciais para o âmbito acadêmico, a partir dessa nova realidade, existe uma preocupação por parte das IES em que o discente se adapta-se às normais institucionais que possam surgir durante a vida acadêmica do estudante. A Faculdade Santa Teresa de Santarém também orientará os discentes sob temas importantes no acolhimento que é práticas do *ciberbullying* que se espalha informações incoerente e rapidamente e muitas vezes serem praticadas por meio do anonimato, é uma das novidades que, com o advento da tecnologia, transforma momentos de tortura e humilhação na vida universitária, que antes acometia as vítimas somente entre os muros das IES. Frente a essa perspectiva, a IES deve trabalhar estratégias que são capazes de auxiliar no acolhimento, na qualidade de vida e na construção do futuro profissional.

TEMA: A Inserção do acadêmico no âmbito institucional.

3.9.2.2 Programas de acessibilidade

Respeitando as peculiaridades e necessidades educacionais específicas apara acessibilidade a instituição promove estratégias mediadoras do processo ensino-aprendizagem para os discentes. Promovendo acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que deve ser disponibilizado em de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão possibilitando além do acesso a permanência e conclusão do curso.

3.9.2.2.1 Projetos

O processo implantação dos projetos integradores nas ações institucionais deve promover a acessibilidade no espaço acadêmico. O tema acessibilidade, em especial, será evidenciado nas práticas de diversos cursos da IES, oferecendo subsídios para articular os esforços necessários para o exercício da cidadania por meio do aprimoramento contínuo da aprendizagem/metodologia organizacional para que a atenda as sociedade atual.

3.9.2.3 Programas de monitoria

A instituição trabalhará com o desenvolvimento de autonomia do aluno monitor, o aumento do senso de responsabilidade e a ampliação do vínculo do professor, monitor, alunado, cuja política é fomentar no aluno o interesse pela carreira docente e pelas rotinas do trabalho de pesquisa.

3.9.2.3.1 Projetos

Oportuniza uma perspectiva do desenvolvimento acadêmico em determinada área do conhecimento na docência do Ensino Superior, proporcionando instrumento para a melhoria do ensino do graduando, através da temática será estabelecido novas práticas e experiências pedagógicas que vivencie , fortaleça a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, e tem a finalidade de propicia a cooperação mútua entre discente e docente e a vivência com o professor e como as suas atividades técnico-didáticas.

3.9.2.4 Programas de nivelamento

O Programa de nivelamento objetivará na recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da instituição oferecerá aos seus alunos cursos de nivelamento. Os cursos que serão oferecidos aos discente de língua portuguesa e matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas serão realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

3.9.2.4.1 Projetos

O Projeto Institucional de Nivelamento da instituição, terá como principal objetivo oferecer o devido apoio para que o aluno recupere os conhecimentos básicos necessários para dar continuidade ao curso de forma qualitativa e, assim, construir as competências e habilidades necessárias à sua atuação profissional. Contudo, entendemos que o Projeto de Nivelamento não irá solucionar todos os problemas, entretanto, não podemos nos furtar a proporcionar instrumentos que permitam amenizar os resultados que criam perversamente um universo tão grande de analfabetos funcionais, em que a relação entre leitor e texto é de estranhamento, visto que não há por parte do leitor imersão naquilo que se lê. Sendo assim, visando possibilitar ao acadêmico recém-chegado à Instituição, um contato com novas estratégias de atendimento e formato das atividades pedagógicas desenvolvidas para a superação de dificuldades de aprendizagem

3.9.2.5 Programas de intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados

Será um elo entre o estudante e o mercado de trabalho, facilitando uma espécie de iniciação profissional. O contato com no âmbito profissional permitirá que o acadêmico vivência como será a

sua futura realidade, identificando os desafios esperado e como poderá contribuir para o desenvolvimento das organizações empresariais na sua categoria de trabalho.

3.9.2.5.1 Projetos

Estágio não remunerado deve oportunizará um ganho na experiência profissional e se inserir no mercado de trabalho, estudantes adquiri conhecimento e novas ideias e contribuir para a inovação do empreendimento. Um contrato de estágio pode trazer benefício para as duas partes, inclusive para micro e pequenas empresas. O discente terá vantagens do estágio não obrigatório, que é além de desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos práticos no campo de sua formação, ele pode obter renda futura com essa atividade.

3.9.2.6 Programas de apoio psicopedagógico

O apoio psicopedagógico ofertado pela Faculdade Santa Teresa de Santarém, ocorrerá o pelo Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Inclusão (NAPSI), cujo objetivo é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, a acessibilidade em todas as suas dimensões, principalmente a dimensão atitudinal, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.

A instituição mantém como um dos elementos essenciais de sua política de ensino a elaboração, implantação e desenvolvimento de Programas Psicopedagógico de Cursos pautados nos critérios e padrões de qualidade, nas diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como Diretrizes Curriculares Nacionais, Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Também busca o direcionamento de sua política institucional para o ensino e nas aspirações, convicções e necessidades da comunidade interna e externa. A IES mantém como princípio de que os projetos pedagógicos facilitam os processos de articulação e orientação para as ações institucionais, possibilitam definições quanto às prioridades para a gestão acadêmica e contribuem para o alcance de maior nível de coesão interinstitucional.

Na construção dos projetos pedagógicos, adotará uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos estão sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade. Com isso, garante-se uma formação global e crítica aos envolvidos no processo como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade.

3.9.2.6.1 NAPSI

A Faculdade Santa Teresa de Santarém, promoverá o **Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade e inclusão**: visa ao discente é recursos necessários à equidade nas relações e potencializando aprendizagens significativas, favorecendo o desenvolvimento de competências variadas que levem todas os acadêmicos a terem sucesso em seu projeto de vida universitária.

3.9.2.6.2 Projetos

A instituição fomentará em contribuir para inclusão social e educacional, proporcionando acolhimento e desenvolvimento pleno do âmbito acadêmico trabalhando estratégias para suprimir as necessidades educacionais dos discentes, respeitando sua acessibilidade. A instituição visa o desenvolvendo sala de aula inclusiva, contribuindo para a aprendizagem aos alunos e construir alianças entre docente e discente em função de mediar esse processo. De forma geral realizar as ações previstas.

3.9.2.7 Acompanhamento dos Egressos

A instituição promoverá o Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente. Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho. O Contato com os egressos dar-se-ão por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis. Para tanto, serão adotadas algumas ações, tais como:

- Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;
- Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com eles, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;
- Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Faculdade Santa Teresa de Santarém, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos.

QRCODE 42 - PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

https://qr.page/g/2equfg1vuSP

3.9.2.7.1 Projetos

O projeto setor de empregabilidade terá com o objetivo de proporcionar ao egresso um o desenvolvimento do pensamento estratégico para mercado de trabalho, tendo presente no contexto valores socioculturais para a sociedade, interligados por tecnologias altamente dinâmicas, suscetíveis para mudanças culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Entretanto a IES, investirá no compromisso que vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado.

3.9.3 Instância de atendimento discente nos setores pedagógico-administrativos da IES

A Faculdade Santa Teresa de Santarém promoverá condições para a inclusão de seu nos setores pedagógico-administrativo em todas as atividades institucionais e orientando os profissionais nas atividades didático-pedagógicas que proporcionem aos acadêmicos pensar e construir percepções acerca da realidade, bem como formularem possíveis soluções evidenciando meios eficazes e ações interventoras atuando enquanto sujeitos ativos do processo educativo.

3.9.4 Ações inovadoras

A instituição oportunizará ações inovadoras para Apoio ao administrativo visando três pontos fundamentais: acolhimento, permanência e acompanhamento do profissional, em observação às necessidades e peculiaridades dos mesmos no decorrer do processo administrativo/pedagógico.

3.10 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)

A instituição proverá a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa Faculdade Santa Teresa de Santarém. O Programa será coordenado pela Direção Geral em conjunto com a Diretoria de Ensino e COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas.

QRCODE 43 - PROGRAMA DE APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS

https://qr.page/g/3Z9YHYjI2df	

O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio preverá a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da instituição, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem.

- A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada.
- A abrangência do evento, duração e público estimado.
- A relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

Será priorizado para o apoio, eventos promovidos por sociedades científicas e consolidados quanto à periodicidade e regularidade.

3.10.1 Políticas para Estímulo à Produção Discente

A Faculdade Santa Teresa de Santarém buscará recursos e mecanismos para estimular à produção dos discente, adaptando-se às mudanças tecnológicas e sociais onde estão inseridas. Para garantir o bom exercício da sua função social, as instituições devem adotar frequentes processos de estímulo, que possibilitem legitimar, e se necessário, redimensionar suas práticas, para então, responder satisfatoriamente as diversas demandas externas e internas.

3.10.1.1 Diretrizes

I. Propícias metodologias de ensino diferentes e diferenciadas para os discentes que apresentam diferentes necessidades nos processos de aprendizagem;
II. Promover e apoiar campanhas educativas incentivando a produção do acadêmico;
III. Viabilização na formação de grupos de estudos e pesquisa no âmbito institucional ou em instituição parceira;
IV. Estabelecer e assegurar e a produção cientifica da manter a qualidade dos cursos.

3.10.1.2 Programas

A instituição fomentará o **Programa de Estímulo a Realização e Participação de Eventos** com o objetivo de trabalhar as perspectivas dos discentes em seus variados enfoques, viabilizando eventos entendidos como formas práticas de lidar com a teoria e de se fazer visível para o mundo do trabalho, corroborando os apontamentos sobre a necessidade constante de aprendizagem e de aprimoramento.

3.10.2 Políticas para Participação em Eventos

A Faculdade Santa Teresa de Santarém tem como objetivo, promover a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, por meio de incentivo a aprendizado aprofundado e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos em eventos científicos. A instituição comunica todos os eventos com cunho científico que acadêmicos possam participar visando a integração desses no mundo profissional, a difusão de conhecimento científico, o trabalho de incentivo nos futuros profissionais, a busca por melhores formas de tratamento usando o embasamento científico e todo e qualquer estímulo ao ensino e à pesquisa.

3.10.2.1 Diretrizes

I. Estimular a participação em treinamentos, seminários, congressos na Instituição ou em outras instituições;
II. Fomentar atividades que possibilitem o aperfeiçoamento dos discentes para estarei habilitado para todos os eventos.

3.10.2.2 Programas

A Faculdade Santa Teresa de Santarém fomenta o **Programa de Estímulo a Realização e Participação de Eventos** com objetivo de contribuir como fonte essencial na busca e apreensão de novos conhecimentos, sua finalidade é reunir profissionais ou estudantes de uma determinada especialidade para trocas e transmissão de informações de interesse comum aos participantes. O programa visa a identificação dos participação dos discente da instituição nos eventos científicos; verificar o tipo e a frequência de participação; verificar qual a contribuição proporcionada pelo evento na sua formação acadêmica, o significado que estes atribuem a essa participação e se há estímulo para que participem destes eventos no decorrer da sua formação acadêmica.

3.10.3 Apoio à produção acadêmica discente

A instituição proporcionará um apoio a produção acadêmica científica como contribuição relevante para o desenvolvimento acadêmico do discente na sociedade. Nesse prisma, o aprendizado adquirido não se restringe apenas ao ambiente acadêmico, mas envolve todo o fazer dos discentes na sociedade da informação.

A Faculdade Santa Teresa de Santarém viabilizará diferentes cenários de ensino-aprendizagem, entre eles a interação ativa de produção acadêmica contribuído para o fortalecimento do vínculo na

formação do discente com as necessidades sociais para a implementação de atividades didáticas que estimulem a criatividade, a autoaprendizagem e o espírito crítico.

3.10.4 Apoio à publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais

A instituição incentivará a divulgação da pesquisa para a comunidade nacional e internacional de forma que permita a utilização dos seus resultados disponíveis, para desenvolver novas estratégias que visa a melhoria da sociedade. Através dessas novas perspectivas acadêmicas a fim de transformar a formação do discente em pesquisador algo mais completo e efetivo, baseando-se no tripé do ensino e no princípio de transformar seres mais capacitados, profissional, moral, ética e humanamente para beneficiar todos os sujeitos envolvidos direta e indiretamente.

FACULDADE
SANTA TERESA
Santarém

POLÍTICAS DE GESTÃO

EIXO 4

4 EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

4.1 Política de Capacitação Docente e Formação Continuada

A Política de Gestão da instituição tem como objetivo fortalecer práticas democráticas, ampliação de parcerias, que possam desenvolver a cooperação e o diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade, garantindo o exercício da corresponsabilidade dos sujeitos no processo de decisão.

QRCODE 44 - POLÍTICA DE GESTÂO

https://qr.page/g/1M5X3gAduJc

4.1.1 São diretrizes da política de gestão:

I. Apresentar as avaliações institucionais como processo sistemático, formativo e democrático, com objetivo de avaliar a administração acadêmica e o planejamento global da instituição, corrigindo rumos e melhorando a qualidade da gestão;
II. Proporcionar aos funcionários formação continuada por meio de cursos, graduação, pós-graduação, encontros que propiciem crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional, aumentando sua segurança e autoconfiança;
III. Incentivos financeiros aos docentes para se qualificarem nos programas de pós-graduação e em participação de eventos;
IV. Promover a participação dos docentes e discentes nos órgãos e decisões da instituição, com objetivo de ter uma gestão democrática e autônoma;
V. Possibilitar um planejamento estratégico, capaz de assegurara a viabilidade e sustentabilidade da instituição;
VI. Implantar e garantir aos docentes e técnicos administrativos o plano de cargos e salários.

4.1.2 Programas

A Faculdade Santa Teresa de Santarém promoverá o Programa de Plano de Carreira, Cargos, Salários e Capacitação do Corpo Docente (PCSCCD) incentivado a capacitação dos docentes e formação continuada, possibilitando a construção e reconstrução de conhecimentos relacionados à prática pedagógica. O programa emerge da política de qualificação da ação pedagógica de apoio aos docentes.

Objetivando a qualificação do corpo docente, a instituição incentivará de várias formas o progresso intelectual dos empregados. Uma delas é contribuindo para o aperfeiçoamento dos seus empregados assegurando todos os direitos e vantagens àquele que se afastar de suas funções participar de cursos, congressos, seminários e outros eventos de natureza científica, cultural ou técnica, relacionados com as suas atividades na Instituição

4.1.2 Qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado

A instituição incentiva a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas regulamentada de acordo com o que determina a CAPES, os Programas de Mestrado e Doutorado têm a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”:

I. Proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;
II. Desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa na IES;
III. Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Esses Programas devem, ainda, se apresentar articulados à graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a instituição atua. Os cursos de mestrado e doutorado da faculdade buscarão ser uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém-graduado e dos próprios profissionais da instituição.

4.1.3 Regulamentação de práticas de capacitação

O Processo de Educação Continuada Docente em torno de planejamento semestrais acompanhando pela Coordenação Acadêmica, constitui-se de atividades internas, consistindo em eventos caracterizados, em linhas gerais.

A IES regulamentará os eventos de atualização pedagógica nas formas de: Semana Pedagógica a cada início de semestre; Programas de Integração de novos docentes; Fórum permanente de Reflexão Docente; Oficinas Didático-Pedagógicas de acordo com necessidades previamente identificadas, demandas emergentes e/ou situacionais. Seminários e outras atividades desenvolvidas internamente, orientadas por processo de identificação de necessidades; Programa de incentivo ao docente para bolsas em programas de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento.

4.1.4. Cronograma de expansão do corpo docente

É de clara e comum concordância que se espera a evolução positiva na oferta de turmas para os cursos futuramente autorizados e essa potencialidade se reflete no seu planejamento para a aderência e expansão desta evolução.

Segue, de forma clara e resoluta: a descrição da titulação; experiência; requisitos de habilitação para admissão seleção para o corpo docente. Esta preocupação na contextualização, mesmo que exaustiva, se conforta na necessidade da ambientação do cenário que se concentra a evolução e cronograma de expansão docente.

Não menos óbvio de se esclarecer, mas todo o processo de expansão deve e pode ser revisto em casos de mudanças no cenário intencional ou legal do país, mas sempre em busca da perfeita articulação com as políticas da IES.

TITULAÇÃO

Quadro 8 - Titulação do Corpo Docente atual da Faculdade Santa Teresa de Santarém

Titulação	Quantidade	Percentual (%)
Especialização	5	25,00
Mestrado	12	60,00
Doutorado	3	15,00
Total	20	100,00

4.1.5 Cronograma do plano de expansão do corpo docente

Meta: Manter, ao final do período (2026), 85% do corpo docente da Faculdade Santa Teresa de Santarém com titulação de mestre ou doutor.

Ações específicas: Estabelecer, como prioridade, no processo de recrutamento e seleção docente, para cursos atuais e os a serem implantados, o título de mestre ou doutor, reconhecido pelo MEC e dar prioridade, na inclusão de professores do quadro da Instituição, no Plano de Capacitação Docente, aos que pretendam cursar programas de mestrado.

Quadro 9 - Cronograma de Expansão do Corpo Docente.

Titulação	Regime de Trabalho	2022	2023	2024	2025	2026
Doutor	Integral	0	1	5	6	7
	Parcial	3	2	11	12	13
	Horista	0	0	0	0	0
Mestre	Integral	2	4	15	17	18
	Parcial	7	8	18	23	28
	Horista	2	0	0	0	0
Especialista	Integral	0	0	2	3	4
	Parcial	2	5	7	9	11
	Horista	1	0	0	0	0

4.2 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.2.1 Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo

Diretamente relacionado ao Plano de Carreira, está o Plano de Capacitação do pessoal técnico-administrativo, que integra um conjunto de condições motivacionais que objetivam favorecer a qualificação evolutiva dos recursos humanos da Faculdade Santa Teresa de Santarém deve consequentemente, o aprimorar a qualidade dos serviços prestados. Tal plano abrange cursos de pós-graduação, em nível de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento, graduação, extensão, treinamento e atualização profissional.

Para viabilizar o ingresso de seu pessoal administrativo no plano de capacitação, a Faculdade Santa Teresa de Santarém deve instituir o Programa Bolsa-Auxílio objetivando favorecer financeiramente o interessado em ingressar em programas de capacitação oferecidos pela própria instituição de ensino ou por instituições congêneres.

4.2.1.1 Diretrizes

I. Garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal;
II. Desenvolvimento vinculado aos objetivos institucionais;
III. Fomentar a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação ou em programas de pós-graduação;
IV. O funcionário deverá apresentar relatório semestral ou ao final do processo de capacitação (Institucional);
V. Proporcionar estudo sobre a Formação Contínua em Ambiente Virtual de Aprendizagem, Tutoria, Ferramentas de Interatividade além do desenvolvimento de novas competências;
VI. Viabilizar formação continuada a professores, coordenadores e gestores em consonância com as competências e habilidades previstas;
VII. Promover a empatia, o diálogo, a resolução, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade administrativa individual e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

4.2.1.2 Programas

A instituição fomentará o Programa de Capacitação em formação continuada Técnico-Administrativo com qualificação para os colaboradores técnicos administrativos da instituição, promovendo o crescimento profissional e consequentemente institucional, proporcionado novos conhecimento na área e aprimorando suas competências necessárias para um bom desempenho da tarefa.

4.2.3 Qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado

A qualificação acadêmica é um dos caminhos mais assertivos para o corpo técnico administrativo, incentivando e ampliando o quadro de funcionários matriculados nos programas de mestrado e doutorado, propiciando uma rápida expansão de vagas no ensino superior.

A instituição fomenta ampliação do acesso e maior equidade nas condições do acesso; formação com qualidade; diversificação da oferta de cursos e níveis de formação; qualificação dos profissionais docentes; garantia de financiamento, especialmente para o setor público;

empregabilidade dos formandos e egressos; relevância social dos programas oferecidos; e estímulo à pesquisa científica e tecnológica.

4.2.3 Regulamentação de práticas de capacitação

A Faculdade Santa Teresa de Santarém regulamenta os treinamentos de cursos com curta e longa duração, que são as reuniões, congressos e outras atividades de natureza técnico-científico-cultural. Na perspectiva de promover estratégia de incentivo para as capacitações do corpo- técnico administrativo.

Desse modo, capacitação contínua, constante e ininterrupta são ações de são fundamentais para o desenvolvimento profissional que ocupam um dos papéis centrais na gestão de profissional. Importante ressaltar que a regularização é uma mudança significativa na forma de gerir pessoas e a percepção da importância em se ter pessoas mais capacitadas dentro da instituição.

4.2.4 Plano de carreiras

Diretamente relacionado ao Plano de Carreira, está o Plano de Capacitação do pessoal técnico-administrativo, que integra um conjunto de condições motivacionais que objetivam favorecer a qualificação evolutiva dos recursos humanos da instituição e, consequentemente, o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados. Tal plano abrange cursos de pós-graduação, em nível de doutorado e mestrado (quando houver), especialização ou aperfeiçoamento, graduação, extensão, treinamento e atualização profissional.

QRCODE 45 – PLANO DE CARREIRA

https://qr.page/g/3ymA6w9tiT2	

Para viabilizar o ingresso de seu pessoal administrativo no plano de capacitação, será instituiu o Programa Bolsa-Auxílio objetivando favorecer financeiramente o interessado em ingressar em programas de capacitação oferecidos pela própria instituição de ensino ou por instituições congêneres.

QRCODE 46 - PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

https://qr.page/g/3Pn6YBTDUy

O Plano de Capacitação prevê, em síntese, as seguintes estratégias para aperfeiçoamento de seu pessoal técnico-administrativo:

I. reserva de recursos orçamentários próprios para o financiamento dos programas de capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos;
II. oferta de cursos de graduação, especialização e aperfeiçoamento para graduados;
III. cursos de atualização cultural, científica e profissional para todo o pessoal;
IV. apoio à participação em congressos, seminários e outros eventos destinados à atualização cultural, científica e profissional;
V. incentivo/auxílio para formação continuada;
VI. Implantação do Programa Permanente de Avaliação de Desempenho e Resultados;
VII. Desenvolvimento de treinamento interno do pessoal técnico-administrativo;
VIII. Manutenção do incentivo financeiro e de progressão funcional no Plano de Cargos e Salários;
IX. Promoção de incentivos para a realização de cursos para a aquisição de competências especifica de acordo com as funções atribuídas;
X. Contratar empresas especializada em processos administrativos para consultoria e formação administrativa;
XI. Priorizar e selecionar profissionais já titulados e disponíveis no mercado para contratação;
XII. Incentivar a formação continuada do corpo técnico-administrativo por meio de desconto de 50% na graduação e pós-graduação;

XIII. Ofertar cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional;

XIV. Conceder apoio financeiro aos técnicos administrativos que tem interesse em fazer curso de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, em outras instituições universitárias, no País ou no exterior;

XV. Manter os critérios de progressão funcional no **Plano de Cargos e Salários**, fundamentando-os no estímulo à qualificação e ao desempenho;

XVI. Estimular a participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela instituição e outras entidades;

XVII. Assegurar para fins de ascensão uma política de valorização do quadro administrativo para as vagas disponibilizadas na IES;

XVIII. Divulgar o plano de cargos e salários pelo site, e-mail e na formação semestral.

Quadro 10 - Nível de Escolaridade do Corpo Técnico-Administrativo.

Descritivo	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Técnico Administrativo	1	1	2	3	8	7	2

Quadro 11 - Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo.

Titulação	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Ensino Fundamental Incompleto	1	1	1	2	3
Ensino Fundamental	1	1	2	2	3
Ensino Médio	2	2	3	3	4
Graduação	3	5	4	4	5
Especialização	8	10	11	12	14
Mestrado	7	4	10	11	12
Doutorado	2	2	3	4	5

QRCODE 47 - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

https://qr.page/g/3Pn6YBTDUy

4.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA

Não se aplica

4.4 PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL

A gestão institucional da IES prevê para o seu funcionamento, uma gestão participativa para garantir acesso e corresponsabilidade de todos os envolvidos nas ações da instituição. Neste sentido, devem estar previstos a implantação de órgãos colegiados com a participação de discentes, técnicos-administrativos e docentes para o processo de tomada e decisões.

A instituição fomenta a importância do processo institucional ampliando suas ações e implementar uma gestão com vistas à aplicação efetiva de estratégias, políticas e práticas de gestão de pessoas na consecução dos objetivos organizacionais.

4.4.1 Autonomia e a representatividade dos órgãos gestores

Com intuito de assegurar autonomia e representatividade aos gestores a IES disponibiliza a que a comunidade interna tenha acesso as decisões gestora e documentos correlacionado ao cargo. De modo, que estão, estão previstos a implantação da representatividade dos gestores e de representação a saber:

Administração Superior

- Conselho Universitário – CONSUP
- Direção Administrativo Acadêmica

Avaliação e acompanhamento Institucional

- Comissão Própria de Avaliação
- Ouvidoria
- Assessoria Jurídica
- Assessoria de Imprensa

Administração Geral

- Coordenação Administrativa
- Coordenação Financeira

Órgãos suplementares

- Clínicas; Núcleo de Apoio Psicopedagógico; Núcleo de Práticas Jurídicas; Núcleo de Estágio e Empregabilidade; NADI e o Núcleo de Empreendedorismo e Inovação; Bibliotecas; Laboratórios; Recurso Pedagógico, Departamento de TI; Departamento de RH; Almoxarifado, Patrimônio, Serviços Gerais, Vigilância, Compras, Contas a Pagar e a Receber; Controladoria; Tesouraria; Setor de Bolsas e FIES

4.4.2 Autonomia e a representatividade do colegiado

A gestão institucional do Faculdade Santa Teresa de Santarém preverá para o funcionamento e desenvolvimento da IES, uma gestão participativa para garantir acesso e corresponsabilidade de todos os envolvidos nas ações institucionais. Desta forma, estão previstos a implantação da representatividade do colegiados.

4.4.4 Participação comunidade acadêmica

A instituição articulará a participação das comunidades, através de suas representações em fóruns previstos no Estatuto e Regimento da Instituição, tais como conselhos, colegiados, comitês, comissões e sociedade civil organizada com a participação de discentes, técnicos–administrativos e docentes para o processo na tomada de decisões, dentro do que está estabelecido como indicadores do instrumento de avaliação.

4.4.5 Sistematização e divulgação das decisões colegiadas

O pronunciamento público de divulgação das decisões dos colegiados da Faculdade Santa Teresa de Santarém deverão ser feitos pela direção ou por alguém autorizado. Por atos oficiais, como portarias, resoluções e comunicações internas.

As atividades de divulgação são pautadas entre colegiado/ensino, pesquisa e extensão abrangendo para as demais áreas. Promovendo comunicação institucional, através de ações estratégicas de comunicação integrada, visando o bom relacionamento entre a Universidade e seus diversos públicos de interesse, fortalecer a imagem institucional perante a comunidade interna e a sociedade, planejar, elaborar e implantar a as decisões do colegiado, fortalecendo as política de comunicação social da instituição, coordenar, gerenciar e editar os canais institucionais de comunicação interna e externa, consolidando e ampliando o as decisões nas áreas da comunicação.

4.4.5.1 Divulgação em plataforma digital

Com o intuito de assegurar que a comunidade interna tenha acesso as decisões colegiadas e documentos correlatos, a instituição disponibilizará na PDEAA espaço exclusivo para repositório de todos os regulamentos e manuais. Desta forma se garante acesso fácil e transparente. Neste espaço ainda existe ferramenta de aviso e discussão com a comunidade.

4.4.5 Processos de apropriação pela comunidade interna

O processo de aprimoramento que com objetivo produzir conhecimentos funcionais para a sociedade, sobretudo no que se refere a suas múltiplas diferenciações e organizações internas, às diferentes estratégias de relação com a natureza e sua inserção com a sociedade regional no contexto global. Desse modo, o processo deve-se gerar modelo emergente de gestão para atender a comunidade interna, buscando promover as competências organizacionais, que por meio da profissionalização dos servidores, conexão com sua comunidade interna, monitoramento e permanecendo com sua e transparência institucionais de suas informações, possibilitem um arranjo institucional direcionado ao cidadão-cliente.

4.4.6 Formas de participação dos docentes

Conforme previsto em seu Regimento, os professores participam de todas as fases deliberativas do funcionamento da IES. A participação do corpo docente nas atividades da gestão acadêmica ocorre, inicialmente, no âmbito do curso, como membro dos respectivos colegiados de

curso. Esses colegiados compreendem professores em exercício em um mesmo curso, é presidido pelo coordenador do curso, e exercem a competência prevista no Regimento.

QRCODE 48 – REGIMENTO DO CORPO DOCENTE

https://qr.page/g/41g8eoPBlb0

Os professores participam do Conselho Superior da Instituição como membros eleitos pelos pares. Todos os Coordenadores de curso têm assento no conselho superior, com direito a voz e voto.

Na ausência do coordenador de curso, os professores, em regime de trabalho integral:

- Participam de comissões nomeadas pela diretora acadêmica, para a realização de atividades relacionadas à Avaliação Institucional;
- Participam da reconstrução dos projetos pedagógicos dos cursos;
- Participam da elaboração e aperfeiçoamento pedagógico; e
- Participam da organização de simpósios de produção científica e outras ações acadêmicas.

Ministram aulas, além de participarem de atividades de orientação didática aos alunos, orientação de estágio supervisionado, da monografia ou trabalho de conclusão de curso, orientação de alunos em iniciação científica, monitoria e outras atribuições, contribuindo para o desenvolvimento institucional.

QRCODE 49 – REGIMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

https://qr.page/g/51FN2VLIb2Y	

4.4.7 Formas de participação discente

A IES compreenderá que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido pretendemos estimular a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do colegiado discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre e democrática por seus pares.

Este colegiado terá um calendário de reuniões semestrais, sobre a presidência de um membro escolhido também por seus pares, além disso, os representantes discentes possuem assento no colegiado de curso com direito a voz e voto, conforme o regulamento do colegiado.

QRCODE 50 - REGIMENTO DO COLEGIADO DISCENTE

https://qr.page/g/3Oy2XE8q096	

4.4.8 Formas de participação do corpo técnico-administrativo

Em acordo com o Regimento da instituição está previsto a participação de representantes de membros tanto do corpo técnico-administrativo quanto das instâncias colegiadas de curso, e da Instituição. É incluindo o Conselho Maior da instituição e a própria CPA.

4.4.9 Formas de participação da sociedade civil organizada

O Regimento da IES, assegurar a participação de membros da sociedade civil organizada nas instâncias colegiadas participando efetivamente da discussão em torno dos objetivos institucionais e dos processos de avaliação institucional organizados pela CPA, da avaliação do impacto de nossas práticas extensionistas e de responsabilidade social, e por fim da discussão e construção dos Projetos Políticos Pedagógicos.

Esta participação poderá se dá de três maneiras:

I. A partir de convites a entidades civis representativas de segmentos sociais e profissionais para fóruns; reuniões e comitês de trabalho, a fim de manter uma relação próxima da instituição com os interesses da sociedade local.
II. A partir da previsão de representatividade nos órgãos colegiados da IES.
III. A partir de convites a participação como parceiros sociais na resposta a questionários específicos que tem como objetivo alcançar a percepção externa da qualidade de ensino de nossos alunos, essas informações retornam como insumos para a revisão; ampliação e reestruturarão de nossas ações de formação.

4.4.9.1 Órgãos

Conselho Superior: órgão máximo de natureza deliberativa e normativa em assuntos de administração universitária.

Componentes:

a) Direção Geral;
b) 1 Representante da mantenedora;
c) Coordenadores de Curso;
d) Coordenador Administrativo;
e) Coordenadora de Ensino;
f) Coordenador de Extensão;
g) Coordenador de Pesquisa;
h) 1 Docente;
i) 1 Discente.

Colegiado: consultivo e deliberativo responsáveis pela orientação didático-pedagógica, na esfera de sua competência.

Componentes:

a) Coordenador do curso;
b) Docentes do curso;
c) 1 Discente.

NDE: Órgão consultivo.

Composição: conforme Resolução do NDE.

Objetivo: Fortalecer a gestão institucional por meio da democratização dos processos do ensino, produção e disseminação do conhecimento, garantindo o exercício da corresponsabilidade dos sujeitos no processo de decisão.

Meta: Melhorar e assegurar um modelo de gestão que fortaleça práticas democráticas, com intuito de desenvolver a cooperação e o diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade.

Ações:

- Realizar no mínimo 2 reuniões periódicas por semestre, previstas no calendário acadêmico;
- Apresentar a avaliação institucional (autoavaliação e avaliação externa), que são instrumentos importantes para uma gestão de qualidade e participativa;
- Participação da sociedade civil organizada nos eventos dos cursos, com objetivo de discutir a profissão e transparência do curso;
- Realizar eleições de dois em dois anos dos representantes docentes e discentes;
- Realizar reuniões semestrais com os represente de sala, com intuito de melhorar as práticas institucionais, abordando os aspectos administrativo, pedagógico e infraestrutura;
- Registrar em livros atas todas as reuniões.

4.5 SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Não se aplica.

4.6 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A sustentabilidade financeira é imprescindível para a instituição, principalmente porque é fator primordial para a longevidade de suas atividades. Nesse sentido, as metas propostas para o quinquênio deste PDI, foram elaboradas procurando garantir condições a implantação, ao desenvolvimento e a expansão da IES.

As metas propostas procuraram consolidar um conjunto de ações, para garantir o correto enfrentamento ao desafio do equilíbrio financeiro, em uma instituição educacional que necessita por definição de sua atividade de constantes investimentos, são elas:

- Consolidação da sustentabilidade econômico-financeira, assegurando a excelência acadêmica e o compromisso social avaliação das metas/propósitos do PDI voltadas para a sustentabilidade financeira.
- Racionalizar a utilização de recursos institucionais.
- Trabalhar com as previsões orçamentárias, a partir da receita e da despesa das atividades meio e fim da IES, tendo em vista a manutenção e a expansão do negócio, assegurando a qualidade e a excelência nos produtos e serviço oferecidos.
- Apoiar a busca permanente de recursos por intermédio da participação em projetos, editais de financiamento, emendas parlamentares e outras fontes.

4.6.1 Ações concernentes a sustentabilidade financeira da IES para este ciclo de PDI

Quadro 12 - Metas e Ações Concernentes a Sustentabilidade Financeira.

METAS E AÇÕES CONCERNENTES A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA						
META	AÇÕES	2022	2023	2024	2025	2026
Garantir a sustentabilidade financeira por meio de um planejamento para garantir os investimentos no ensino, extensão, pesquisa.	Criar mecanismos para garantir a participação regular dos docentes, discentes e pessoal administrativo em eventos científicos e técnico-profissionais relevantes, criando um fundo de apoio por meio da extensão, com intuito de haver a sustentabilidade do setor.	X	X	X	X	X
	Firmar parceria com Instituições que fomentam a pesquisa, como forma de captação de novos recursos.	X	X	X	X	X

	Diminuir a inadimplência por meio de uma política de desconto do vencimento, uma vez que todos os compromissos da Instituição são honrados pelos valores auferidos das mensalidades e serviços prestados.	X	X	X	X	X
	Criar e manter o setor de cobrança, com intuito de diminuir a inadimplência.	X	X	X	X	X
	Desenvolver a mentalidade de comprometimento com os resultados, sensibilizando os funcionários.	X	X	X	X	X
	Manter um quadro de funcionário enxuto e eficiente, por meio de pessoas qualificadas e investimento na informatização (aquisição, inclusive do BackOffice).	X	X	X	X	X
	Realizar inventários e regulamentar a depreciação de equipamentos.	X	X	X	X	X
	Participar de programas educacionais: PROUNI, FIES e bolsas universidades, que trazem benefícios fiscais.	X	X	X	X	X

Os Indicadores de desempenho institucionalizados serão baseados naqueles usados na organização institucional, como:

- Faturamento bruto;
- Lucratividade;
- Rentabilidade;
- Margem bruta;
- Margem de contribuição;
- Margem de liquidez; e
- Índice de endividamento.

4.6.1.1 Criação de mecanismos para garantir a participação regular dos docentes, discentes e pessoal administrativo em eventos científicos e técnico-profissionais relevantes

A IES deve contar com diversos departamentos que constroem e viabilizam mecanismos de garantia de participação regular no âmbito do centro de ensino dos docentes, discentes e pessoal administrativo em eventos científicos e técnico-profissionais.

O **Núcleo de Empreendedorismo e Inovação**, cujo objetivo é desenvolver a capacidade empreendedora, promovendo o empreendedorismo e inovação como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social, atua com as seguintes ações:

I. Estímulo à cooperação entre corpo docente, coordenadores, pesquisadores, discentes, técnico administrativo, comunidade externa, profissionais de mercado e entes públicos;
II. Disseminação e desenvolvimento da cultura do empreendedorismo e da inovação na instituição, propagando os seus valores institucionais "Inovação pedagógica; Qualidade de ensino; Formação de Líderes e Empreendedores" ;
III. Propagação do diferencial competitivo no mercado de ensino superior como uma instituição com foco em empreendedorismo e liderança.
IV. Incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e ao empreendedorismo e intraempreendedorismo corporativo;
V. Aprimoramento de soft skills e hard skills demandas pelo mercado de trabalho com vistas à formação de pequenos negócios.
VI. Modernização dos procedimentos de gestão e adoção de controle para melhoria de resultados;
VII. Fortalecimento a empregabilidade e competitividade do discente;
VIII. Promoção de talks, lives, palestras, workshops, oficinas e minicursos ligados às temáticas de empreendedorismo, inovação e liderança;
IX. Desenvolvimento da capacidade de intervenção nos discentes sobre problemas sociais e empresariais;
X. Estímulo da participação em todos os atores institucionais nos eventos institucionais;
XI. Incentivo do estudo, a pesquisa e a extensão em toda a comunidade acadêmica.

Os mecanismos de comunicação primordiais são:

- Divulgação massiva de todos os eventos envolvendo o Núcleo (rede social, grupos de WhatsApp, site);
- Reforço pessoal e individual junto às coordenações de curso para estímulo aos docentes e discentes;
- Contato direto com alunos e professores para produção de matérias para veiculação na mídia.

A **Coordenação de Pesquisa e Extensão** tem como objetivo cumprir com o tripé que sustenta o ensino superior, prática a indissociabilidade entre a pesquisa; ensino e extensão, tem por mecanismo de envolvimento a comunicação interna por meio de postagens nas redes sociais, convite enviado

direto para cada setor, e visita às salas de aulas para falar sobre o(s) eventos, convidando pessoalmente os discentes. O assunto também pode ser tratado em reuniões internas com a direção, ocasião em que o convite pode ser reforçado, dada a sua importância.

4.6.1.2 Parcerias com Instituições que fomentam a pesquisa, como forma de captação de novos recursos.

A faculdade como instituição de ensino superior, procura articular a teoria à prática, considerando a necessidade de inserir seus discentes na pesquisa e iniciação científica-IC e procura adequar os procedimentos pedagógicos e administrativos às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos.

Considerando a necessidade de desenvolver projetos de iniciação científica, a instituição por meio do Programa de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica – INCIT, deve promover a efetivação de convênios para captação de recursos para incentivo à iniciação científica.

A instituição deve promover a negociação com o Banco Santander com o objetivo de participar do Programa de Bolsas para incentivar discentes a realizarem projetos de IC.

4.6.1.3 Ações para a diminuição da inadimplência por meio de uma política de desconto

A instituição através de seu departamento financeiro e em respeito às políticas deste documento, deve praticar diversas ações com o objetivo de atuar na tratativa de redução da inadimplência e evasão quando o principal motivador é o aspecto financeiro do alunado.

No Quadro 13 algumas ações que devem ser realizadas no quinquênio do ciclo deste PDI.

Quadro 13 - Plano de descontos e tratativas de inadimplência.

#	Ação	Tipo	Desconto	
1	Pagamento até o vencimento	Desconto	10%	
2	Convênio com empresas	Desconto	10%	
3	Antecipação de pagamento semestral	Desconto	Negociado	
4	Programas de financiamento estudantil	Financiamento	Até 100%[4]	
5	Desconto progressivo com base no ano de débito[5] com retirada de juros e multas.	Tratativa de Inadimplência	1 ano	5%
			2 anos	10%
			> 2 anos	Negociado

[4] Dependente da tabela de financiamento do programa.
[5] Realizado por uma empresa terceirizada.

6	Quitação de ativos abertos no mesmo ano	Tratativa de Inadimplência	Retirada de juros e multa.

4.6.1.4 Manutenção do setor de cobrança

A instituição deve criar e manter um processo de recuperação de ativos ou tratativa de inadimplentes através de empresa terceirizada. O fluxo de informações das bases de inadimplentes deve ser realizado de forma segura e respeitando a legislação vigente, principalmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

4.6.1.5 Desenvolvimento da mentalidade de comprometimento com os resultados

Atualmente, as empresas que prestam serviços educacionais entendem que o mercado está bastante saturado de ofertas em um leque bastante diversificado. Neste sentido, a sobrevivência de um projeto de ensino de qualidade, principalmente na região norte do país, estar pautado em planejamento inovador com foco voltado sempre às práticas exitosas e eficientes.

Na seara exposta anteriormente e com o aspecto da missão da IES, os bons resultados são primordiais para a manutenção das práticas de ensino-aprendizagem preconizados. No entanto, é de bom tom entendermos que os resultados não estão elencados apenas na espera financeira, mas na articulação do projeto de sustentabilidade financeira frente à qualidade do ensino, pesquisa e extensão que norteia os objetivos da IES.

Em formato menos verticalizado possível, a cultura de busca de resultados é permeada na instituição através das reuniões intersetoriais, onde os coordenadores são empoderados de suas ações para a garantia de bons resultados frente a seus projetos e aos projetos institucionais.

O desenvolvimento de uma *skill* de coordenação voltada à resultados é um consenso institucional, mas para que a maturidade e visão pessoal dos colaboradores reflitam essas habilidades, a contrapartida da instituição é a disponibilização de ferramentas digitais ou não para o desenvolvimento desta construção. Fato este que já é cultura e cotidiano nos processos da instituição.

4.6.1.6 Manutenção do quadro de funcionário enxuto e eficiente, por meio de pessoas qualificadas e investimento na informatização (aquisição, inclusive do BackOffice).

Com relação a aquisição de um BackOffice, a IES deve realizar investimentos consideráveis na aquisição e formação e colaboradores para o uso da ferramenta TOTVS RM. Ferramenta esta que

garante a perfeita gestão dos processos acadêmicos, financeiros e contábeis. E com a base de informações geradas nestes processos, o Departamento de Informática do Grupo garante a criação de ferramentas de indicadores otimizando a percepção dos gestores no planejamento das ações e demandas.

Entre algumas funções do TOTVS RM, pode- se citar:

- Captação e Seleção;
- Gestão de permanência;
- Gestão pedagógica;
- Gestão de recebíveis;
- Organização acadêmica e da secretaria;
- Gestão do Egresso.

Permitindo a IES usufruir de ferramentas de gestão como:

- ERP – Enterprise Resource Planning;
- BI – Business Inteligence;
- CRM - Customer Relationship Management;
- RH.

4.6.1.7 Participação de programas educacionais: PROUNI, FIES e bolsas universidades, que trazem benefícios fiscais.

O financiamento estudantil é uma prática comum no Âmbito do ensino superior e já representa uma boa fatia do modelo de acesso às instituições de ensino superior privadas do país. A instituição participa dos seguintes programas:

- **Financiamento Estudantil do Ministério da Educação (Fies):** é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação;
- **O Programa Universidade para Todos (PROUNI):** é uma iniciativa do governo federal para facilitar o acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior. Criado em 2004, o programa oferece bolsas de estudos parciais (50%) e integrais em faculdades privadas;
- **Bolsa Institucional:** Bolsa fornecida pela própria IES.

4.6.2 Ações concernentes a sustentabilidade financeira da IES no ciclo deste PDI

Quadro 14 - Metas e Ações Concernentes a Sustentabilidade Financeira no ciclo deste PDI.

METAS E AÇÕES CONCERNENTES A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA						
META	AÇÕES	2022	2023	2024	2025	2026
Garantir a sustentabilidade financeira por meio de um planejamento para garantir os investimentos no ensino, extensão, pesquisa.	Criar e manter mecanismos para garantir a participação regular dos docentes, discentes e pessoal administrativo em eventos científicos e técnico-profissionais relevantes, criando um fundo de apoio por meio da extensão, com intuito de haver a sustentabilidade do setor.	X	X	X	X	X
	Buscar parcerias com Instituições que fomentam a pesquisa, como forma de captação de novos recursos.	X	X	X	X	X
	Buscar práticas inovadoras para a política de desconto do vencimento, uma vez que todos os compromissos da Instituição são honrados pelos valores auferidos das mensalidades e serviços prestados.	X	X	X	X	X
	Criar e manter o setor de cobrança, com intuito de diminuir a inadimplência.	X	X	X	X	X
	Buscar inovações e novos aspectos para a garantia da mentalidade e comprometimento com os resultados.	X	X	X	X	X
	Manter um quadro de funcionário enxuto e eficiente, por meio de pessoas qualificadas e investimento na informatização	X	X	X	X	X
	Digitalizar o inventário e regulamentação da depreciação de equipamentos.	X	X	X	X	X
	Promover a participação de programas educacionais: PROUNI, FIES e bolsas universidades, que trazem benefícios fiscais.	X	X	X	X	X
	Promover a digitalização dos processos de recuperação de ativos e tratativas de inadimplência.	X	x	x	x	x
	Criar e ampliar os meios de comunicação com os objetos de inadimplência, principalmente em formato digital.	X	X	X	X	X
	Realizar acompanhamento e prevenção na aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD nos processos de	X	X	X	X	X

	recuperação de ativos e tratativas de inadimplência.					

4.6.3 Estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos

A instituição, fomenta os elementos de estudo para monitoramento e acompanhamento, interligados ao processo de planejamento, suas características, suas etapas, as instâncias e suas atribuições juntamente com o encaminhamento de planos de ações para o acompanhamento de bolsas aos discentes.

A atividade de acompanhamento de créditos é necessária para as funções de planejamento, organização, liderança, coordenação, controle e avaliação. Este documento apresenta, além dos elementos teóricos do planejamento, o processo de planejamento com seus atores e instâncias, as atribuições de cada um dos componentes, os passos da execução e os prazos associados e o modelo do produto a ser alcançado, com seus principais itens, o plano de ação

4.6.4 Metas

I. A instituição de ensino que aderir ao Programa deverá conceder uma bolsa de estudo para cada nove estudantes regularmente matriculados, respeitando-se tal proporção com relação aos cursos oferecidos, aos turnos e à unidade acadêmica.
II. O segmento de crédito aos discentes do ensino superior estão vinculando a constituição de políticas públicas capazes de minimizar os impactos de suas vagas ociosas e evitar o acesso ao nível superior.

4.7 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA

O planejamento orçamentário deve seguir de acordo com os relatórios de avaliação interna da instituição. A avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta, realizada

semestralmente e tem como função a complementação da avaliação de desempenho realizada pela IES.

Considerando os resultados da avaliação as instâncias gestoras e acadêmicas devem elaborar um relatório final de desempenho, informando todos os pontos positivos e negativos de atividades avaliadas, bem como as atividades que tiveram êxito e as que precisam de melhorias. O relatório deve ser apresentado à direção acadêmica e direção financeira para que estas tenham uma melhor tomada de decisão.

4.7.1 Proposta orçamentária

O orçamento da Faculdade Santa Teresa de Santarém serão realizados por dirigente anualmente até completar os 5(cinco) anos, ao mesmo tempo em que os resultados anuais serão disponibilizado aos gestores serem desenvolvidas estratégias com visão do anos seguintes, nessa perspectiva os diversos setores devem fazer valer o orçamento previsto e todo mês, será feita a comparação entre o previsto e o realizado, de forma que ajustes possam ser feitos ao longo do ano, tendo em vista cumprir com o objetivo traçado no orçamento original.

Os planos de investimentos serão baseados em metas estabelecidas pela instituição por 5 anos. É válido lembrar que, anualmente, as metas são revisadas e, caso haja mudança no cenário, a revisão pode se dar em períodos mais curtos dessa forma durante a elaboração do orçamento, gestores e coordenadores participam da atividade de planejamento. Isso visa propiciar a confecção de um documento que terá confiabilidade internamente e que, como participantes do processo, todas as equipes se sentem mobilizadas em fazer valer os números propostos no orçamento.

4.7.2 Procedimento para análise de relatório de avaliação interna

Considerando os resultados da avaliação as instâncias gestoras e acadêmicas serão elaborados um relatório final de desempenho, informando todos os pontos positivos e negativos de atividades avaliadas, bem como as atividades que tiveram êxito e as que precisam de melhorias. O relatório é apresentado à direção acadêmica e direção financeira para que estas tenham uma melhor tomada de decisão.

4.7.2.2 Ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas

A instituição visa a participação dos gestores e acadêmicos promovendo a confecção de documento que terá confiabilidade internamente almejando a participação do processo, para que todas as equipes se sentem mobilizadas em fazer valer os números propostos no orçamento. A instituição estimulará a participação da comunidade acadêmica para serem atingidas as metas financeiras, gerando recompensas para os gestores que alcançarem harmonicamente e satisfatoriamente os indicadores financeiros e operacionais, de maneira que, embora possam em determinado momento do ano, estabelecendo um ponto ótimo de forças e interesses.

4.7.3 Procedimento para tomada de decisões internas

O planejamento de tomadas da instituição será realizado através de reuniões com a Mantenedora e CONSUP (Diretor financeiro, Diretoria Geral, Núcleo de Inovação Tecnologia e Educação-NITE, Coordenação de Ensino, Secretária Acadêmica e Bibliotecária) visando à medição e o gerenciamento de ferramentas aos gestores, alocar melhor os recursos disponíveis no sentido de aprimorar a produtividade do setor institucional.

4.7.3.1 Participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas capacitadas para a gestão de recurso, orientando a tomada de decisões

A sustentabilidade financeira considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, orientando a tomada de decisões internas.

4.7.4 Ações e metas para o planejamento financeiro e gestão institucional

Quadro 15 - Ações e metas para o planejamento financeiro e gestão institucional.

META	AÇÕES	2022	2023	2024	2025	2026
Assegurar a plena execução do Planejamento Financeiro	Realizar o planejamento anual, viabilizando o ensino, a pesquisa e a extensão	X	X	X	X	X

em relação coerente e eficaz com a gestão institucional.	Apresentar um custo orçamentário anual à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.	X	X	X	X	X
	Acompanhar os centros de custos para cada setor da IES.	X	X	X	X	X
	Controlar a aquisição de bens patrimoniais otimizando e racionalizando a utilização dos bens existentes, evitando duplicações.	X	X	X	X	X
	Sistematizar o acompanhamento do desempenho de cada unidade por meio dos registros contábeis disponíveis para os gestores da Instituição.	X	X	X	X	X

FACULDADE
SANTA TERESA
Santarém

INFRAESTRUTURA

EIXO 5

5 EIXO 5 - INFRAESTRUTURA

POLÍTICA DE INFRAESTUTURA

A Faculdade Santa Teresa de Santarém descreve as informações referentes à infraestrutura da IES, como instalações administrativas, salas de aula e de professores, espaços para atendimento aos alunos, auditórios, espaços de convivência e de alimentação e instalações sanitárias.

5.1 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As instalações administrativas previstas para o perfeito funcionamento da IES atendem de maneira excelente as demandas institucionais considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e acomodação. Sua estrutura atual vem sendo desenvolvidas atividades de ensino pesquisa e extensão.

A Instituição preza pelo asseio e limpeza, mantendo as áreas livres, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira. As lixeiras são colocadas em lugares estratégicos próximos às salas de aula, biblioteca, nas salas de estudo, entre outros. As instalações sanitárias da IES gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Para isso, a Instituição mantém pessoal adequado e material de limpeza disponível.

5.1.1 Adequação às atividades

A IES, conta com as seguintes dependências administrativas:

Biblioteca	Departamentos administrativos	Direção Geral	Coordenação de Ensino	Procuradoria Institucional
Secretaria Acadêmica	Coordenação de Pesquisa e Extensão	Coordenação de Pós-Graduação	Coordenações de Cursos	Sala dos Professores
Gabinete de Trabalho Individual	Diretoria de Planejamento e Administração	Coordenação Financeira	Coordenação de Infraestrutura	Coordenação de Recursos Humanos
		NITE		

Quadro 26 - Dependências administrativas da IES. Fonte: FST (2022).

Os recursos e serviços estão disponíveis aos usuários 80 (Oitenta Horas) por semana, nos horários de: 2ª a 6ª feira – 07h às 22h, e aos sábados de - 08h às 12h.

5.1.2 Acessibilidade

Com o intuito de atender as demandas arquitetônicas e as necessidades para melhor adequação das atividades realizadas, a IES se preocupa em organizar todos os seus ambientes promovendo os seguintes aspectos:

Acessibilidade: Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 "sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas", a IES mantém as dependências físicas adequadas com eliminação de barreiras arquitetônicas que possam inibir a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas**.** Para atender esse aspecto a IES conta com garantia do acesso aos espaços de uso coletivo, elevadores e rampas de acesso, vagas de estacionamento exclusivo, piso tátil, portas adaptadas a cadeirantes, bebedouros adaptados, placas informativas em braile, mesas adaptadas para cadeirantes e cadeiras adaptadas a pessoas com sobrepeso, atendendo as necessidades institucionais, a legislação de acessibilidade e exigências do Ministério da Educação.

Todas as instalações administrativas atendem de forma excelente às necessidades institucionais, com tamanho adequado ao número de usuários, climatização, iluminação adequada, boa

acústica, mobiliário e segurança amoldada aos padrões da qualidade e ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

5.1.3 Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE)

A Infraestrutura da IES e todos os seus espaços devem passar por avaliações semestrais e mensais (quando se fizer necessário) com o objetivo de manter e reestabelecer as condições de operação e desempenho corrigindo eventuais deteriorações através de manutenções preventivas e corretivas para que não haja interrupções indesejadas e falhas dos serviços.

QRCODE 51 - PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS ESPAÇOS (PAPE)

https://qr.page/g/1xcE5OF1lDs	

QRCODE 52 - ERP - MAPAS DE RISCO

https://qr.page/g/g4VugR6gaK	

QRCODE 53 - ERP - MAPAS DE FUGAS

https://qr.page/g/1tlL551xYet	

5.1.4 Plano de Gerenciamento de Manutenção Patrimonial (PGMP)

A cada semestre, de ser observado e analisado pelo corpo técnico de apoio a qualidade e vida útil de cada equipamento pertencente aos espaços físicos da IES e suas funcionalidades. Para que de acordo com sua depreciação e qualidade de sua função, seja feito a troca e/ou substituição do bem. Sempre prezando pelo bom funcionamento e boa qualidade para a utilização adequada do espaço.

QRCODE 54 - PLANO DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PATRIMONIAL (PGMP)

https://qr.page/g/3YtIwEevibh

5.1.5 Recursos tecnológicos diferenciados

O que diferencia as instalações administrativas da IES são as ferramentas digitais usadas para auxiliar o funcionamento e gestão setores e a organização e forma transparente as informações necessárias para os usuários destes espaços.

Exemplo destes recursos é o sistema de controle de limpeza dos espaços.

QRCODE 55 – SISTEMA DE CONTROLE DE LIMPEZA

https://qr.page/g/3Pn6YBTDUy

5.2 SALAS DE AULA

As salas de aula da IES, possuem capacidade para atender grupos de até 50 alunos, elas atendem de maneira excelente as demandas institucionais considerando os aspectos de quantidade, conforto, dimensão, limpeza, iluminação artificial e natural adequadas, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e acomodação. Dispõe ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem, disponibilizando recursos audiovisuais e multimídias, retirada de pincéis e apagadores e outros serviços. As salas são de uso comum a todos os setores, e ocupadas segundo planejamento semestral, feito a partir de um estudo minucioso das disciplinas oferecidas, dos recursos didáticos necessários a cada uma delas, bem como do número de alunos matriculados em cada turma.

No prédio da IES podem ser encontradas salas de aula com aproximadamente 50m². Equipadas com aparelhos condicionadores de ar, quadro branco, projetor multimídia fixados, sistema de sonorização e vídeo embutida e rede WI-FI em todas as salas.

5.2.1 Adequação às atividades

Os espaços de salas de aulas são montados todos em padrão educacional com atenção voltada ao professor. Porém, nos momentos de atividades e práticas acadêmicas, todo o mobiliário pode ser configurado para que seja executado a prática das atividades sem nenhuma interrupção. Sejam elas em grupos, rodas de conversas ou uso de metodologias ativas e tecnológicas.

5.2.2 Acessibilidade

As salas de aula da IES estão organizadas com o intuito de promover a acessibilidade e inclusão, possibilitando o livre acesso a aspectos arquitetônicos, técnicos e pedagógicos. Dispostas com carteira para pessoas com obesidade, espaço para cadeirantes, sinalização tátil nos pisos, material didático e de apoio específicos como recursos multifuncionais.

5.2.3 Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE)

A Infraestrutura da IES e todos os seus espaços devem passar por avaliações semestrais e mensais (quando se fizer necessário) com o objetivo de manter e reestabelecer as condições de operação e desempenho corrigindo eventuais deteriorações através de manutenções preventivas e corretivas para que não haja interrupções indesejadas e falhas dos serviços.

5.2.4 Gerenciamento de Manutenção Patrimonial (GMP)

Deve ser executado periodicamente pela equipe de manutenção, no qual observa-se a qualidade e vida útil de cada equipamento pertencente ao local a cada mês, realizando o ajuste ou troca do bem, prezando pela qualidade e conservação de cada item em suas funcionalidades.

5.2.5 Recursos tecnológicos diferenciados

Cada sala deve dispor de infraestrutura tecnológica na execução de suas funcionalidades, como sistema de internet sem fio (WI-FI) em cada sala, sistema de sonorização e imagem de vídeo embutida para apresentações e vídeo aulas, computadores a disposição para uso do corpo docente e discente, e sistema de transmissão com imagem e áudio.

Devem dispor de informativos com códigos QRCode fixados na parede para quando em uma necessidade o discente ou docente, possa solicitar apoio técnico de forma mais eficiente.

A limpeza de cada ambiente é feita sempre no início e fim de cada expediente, sempre atendendo os três turnos de funcionamento: manhã, tarde e noite.

5.3 AUDITÓRIO(S)

A instituição possui um auditório que atende cerca de 350 pessoas. A avaliação e manutenção dos auditórios são realizadas de forma periódica pela equipe administrativa, por meio de apontadores de demandas e pelas indicações da equipe de apoio pedagógico. As eventuais adequações devem ser realizadas pela equipe de manutenção de modo preventivo e corretivo, com a possibilidade de contratação de equipe terceirizada nas áreas de reparos de instalações. Todos os auditórios devem possuir acessibilidade por meio de elevadores.

O uso do espaço do auditório deve ser feito sempre juntamente com a equipe de apoio técnico e operacional em formato de agendamento via sistema, e levantamento das necessidades de cada atividade a ser desenvolvida. O espaço deve ter em sua prioridade atender a toda e qualquer atividades acadêmicas da instituição, e quando estes disponíveis, também poderá atender a comunidade externa para atividades acadêmicas ou que tragam algum benefício educativo para a IES.

5.3.1 Descrição da infraestrutura

O auditório deve ser climatizado, com carpete, deve possuir púlpito, mesa diretiva, cadeiras almofadadas e reclináveis, quadro branco, ótima acústica, paredes revestidas que evitam dissipação do som para outros ambientes; deve obedecer às normas de acessibilidade, bem como saídas de emergência, além de proporcionar toda comodidade necessária aos usuários. A avaliação e manutenção do auditório deve ser realizada de forma periódica pela equipe administrativa, por meio de indicadores de demandas e pelas observações da equipe de apoio pedagógico. As eventuais adequações devem ser realizadas pela equipe de manutenção interna de modo preventivo e corretivo, com a possibilidade de contratação de terceiros especializados nas áreas de reparos de instalações.

5.3.2 Recursos tecnológicos multimídia e conexão com a internet

O auditório da IES possui recursos tecnológicos fixos, como projetor de última geração com telas de projeção, caixas de som, projetor multimídia de grande formato (200 polegadas), equipamentos de áudio profissional: caixas de som (PA), subwoofer, microfones, retorno de áudio, monitor de retorno para vídeo, internet wi-fi, amplificadores, microfones e computador com internet para utilização em videoconferências e eventos para a realização de seminários, reuniões e eventos de médio ou grande-porte.

5.4 SALAS DE PROFESSORES

A sala dos professores da instituição deve atender a todas as necessidades institucionais, dispondo de recursos de tecnologia de informação, tais como: computadores, internet, acesso ao sistema acadêmico (RM TOTVS), portal, Ambiente Digital de Aprendizagem da FST e a biblioteca on-line, o que favorece o trabalho acadêmico.

5.4.1 Adequação às atividades

Os docentes devem contar com salas devidamente mobiliadas com mesa para reunião que comportam até 15 pessoas, mesas de computadores, sofás e *pufes* apropriados ao número de pessoas, poltronas, quadro de avisos, revistas e jornais, permitindo assim o acolhimento, descanso e atividades de lazer e integração.

Os espaços devem ser climatizados, possuem ótima acústica, conservação e comodidade necessárias às atividades desenvolvidas. Além disso, devem ser ofertados armários individuais e

atendimento técnico administrativo de um colaborador de apoio pedagógico além de um espaço de convivência com café e bebedouros refrigerados.

5.4.2 Acessibilidade

Para garantir acesso às pessoas com deficiência a sala dos professores deve ser projetada com base nos padrões vigentes de acessibilidade, de forma a possibilitar a circulação e trânsito de qualquer pessoa em todos os espaços. Todas as posições devem possuir altura e design adequado para o trabalho às pessoas com diversos tipos de deficiência. Em todos os ambientes da instituição deve haver espaços reservados para cadeirantes.

5.4.3 Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE)

A Infraestrutura da instituição e todos os seus espaços devem passar por avaliações semestrais e mensais (quando se fizer necessário) com o objetivo de manter e reestabelecer as condições de operação e desempenho corrigindo eventuais deteriorações através de manutenções preventivas e corretivas para que não haja interrupções indesejadas e falhas dos serviços.

5.4.4 Gerenciamento de Manutenção Patrimonial (GMP)

Deve ser executado periodicamente pela equipe de manutenção, no qual observa-se a qualidade e vida útil de cada equipamento pertencente ao local a cada mês, realizando o ajuste ou troca do bem, prezando pela qualidade e conservação de cada item em suas funcionalidades.

5.4.5 Recursos tecnológicos diferenciados

Cada sala deve dispor de infraestrutura tecnológica na execução de suas funcionalidades, como sistema de internet sem fio (WI-FI) em cada sala, sistema de sonorização e imagem de vídeo embutida para apresentações e vídeo aulas, computadores a disposição para uso do corpo docente, e sistema de transmissão com imagem e áudio.

Devem dispor de informativos com códigos QRCode fixados na parede para quando em uma necessidade o discente ou docente, possa solicitar apoio técnico de forma mais eficiente.

A limpeza de cada ambiente é feita sempre no início e fim de cada expediente, sempre atendendo os três turnos de funcionamento: manhã, tarde e noite.

5.5 ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Para o atendimento aos alunos a instituição deve oferecer secretaria acadêmica, a qual atende de maneira excelente as demandas institucionais considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Toda a estrutura da instituição deve estar sinalizada com piso tátil, sistema de alarme de incêndio e saídas de emergência.

No caso de cursos na modalidade EAD, quando autorizados e ofertados, os discentes serão atendidos nos polos de apoio presencial, quando houver, ou parceiros em espaços devidamente dimensionados para esta atividade, não substituindo atendimento virtual existente.

As coordenações de cursos devem possuir espaços individuais para as atividades dos coordenadores de curso que, por característica da função, prestam atendimento também aos discentes. Cada coordenação deve possuir espaço próprio para atendimento.

O NADI (Núcleo de Apoio ao Discente) deve auxiliar o aluno no andamento do curso em quaisquer tipos de dúvidas que possam vir a influenciar no bom andamento de sua vida acadêmica, de modo a proporcionar uma melhor adaptação e integração ao ambiente e à rotina do Ensino Superior, promovendo sua permanência acadêmica.

5.5.1 Adequação às atividades

Todos os espaços de atendimento ao aluno da Faculdade Santa Teresa de Santarém dispõem de tamanho adequado ao número de usuários, são climatizados, com iluminação adequada, boa acústica, mobiliário, equipamentos tecnológicos: computadores, telefone, internet, acesso ao sistema acadêmico (RM), intranet, portal, Ambiente Virtual de Aprendizagem e à biblioteca on-line.

5.5.2 Acessibilidade

A instituição deve possuir acessibilidade por meio de elevadores e/ou rampas, piso tátil, placas em braile na entrada dos setores e salas de aula, espaços próprios para cadeirantes e obesos, atendendo às necessidades institucionais, às leis de acessibilidade e às exigências do MEC.

5.5.3 Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE)

A Infraestrutura da IES e todos os seus espaços devem passar por avaliações semestrais e mensais (quando se fizer necessário) com o objetivo de manter e reestabelecer as condições de operação e desempenho corrigindo eventuais deteriorações através de manutenções preventivas e corretivas para que não haja interrupções indesejadas e falhas dos serviços.

5.5.4 Gerenciamento de Manutenção Patrimonial (GMP)

Deve ser executado periodicamente pela equipe de manutenção, no qual observa-se a qualidade e vida útil de cada equipamento pertencente ao local a cada mês, realizando o ajuste ou troca do bem, prezando pela qualidade e conservação de cada item em suas funcionalidades.

5.5.5 Formas de atendimento

Os serviços aos usuários podem ser feitos de forma presencial e de forma virtual por meios de comunicação inteligentes, bem como: sites, telefones, portais, app de mensagens instantâneas, *chatbox* e redes sociais.

5.5.6 Diretriz da Política de Acesso e Uso

O acesso deve se dar de forma livre e espontânea através de usuários vinculados e não vinculados que buscam pela prestação dos serviços educacionais e/ou busca de informações.

5.6 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO

Para área de convivência e lazer, a instituição deve dispor de espaço de convivência, *bomboniere,* reprografia, mesas e cadeiras, mesas adaptadas para cadeirantes e cadeiras para gestantes e pessoas com sobrepeso para conforto e descanso, e ambiente totalmente climatizado. Deve dispor ainda de área externa a edificação principal com sofás para conforto e áreas para descanso em sua sede. O espaço deve ser destinado aos discentes e quando solicitados ao apoio técnico, realiza-se atividades de interação, bem como lanches em grupos, aniversários e datas comemorativas.

5.6.1 Adequação às atividades

O espaço deve ser disponibilizado para discentes, docentes e colaboradores da IES, atendendo o horário de: 2ª à 6ª feira – 08h às 22h. E aos sábados de – 08h às 12h.

5.6.2 Acessibilidade

Para garantir acesso às pessoas com deficiência todos os espaços devem ser projetados com base nos padrões vigentes de acessibilidade, de forma a possibilitar a circulação e trânsito de qualquer pessoa em todos os espaços. Todas as posições devem possuir altura e design adequado para o trabalho às pessoas com diversos tipos de deficiência. Em todos os ambientes da IES deve haver espaços reservados para cadeirantes.

5.6.3 Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE)

A Infraestrutura da instituição e todos os seus espaços devem passar por avaliações semestrais e mensais (quando se fizer necessário) com o objetivo de manter e reestabelecer as condições de operação e desempenho corrigindo eventuais deteriorações através de manutenções preventivas e corretivas para que não haja interrupções indesejadas e falhas dos serviços.

5.6.4 Gerenciamento de Manutenção Patrimonial (GMP)

Deve ser executado periodicamente pela equipe de manutenção, no qual observa-se a qualidade e vida útil de cada equipamento pertencente ao local a cada mês, realizando o ajuste ou troca do bem, prezando pela qualidade e conservação de cada item em suas funcionalidades.

5.6.5 Serviços do espaço

O espaço é destinado apenas a usuários com vínculos a instituição. E de acordo com as atividades a serem desenvolvidas fora do contexto educacional, deve-se realizar agendamento a equipe de apoio pedagógico.

5.7 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS: INFRAESTRUTURA FÍSICA

A instituição ainda possui o laboratório de informática com softwares instalados que devem ser utilizados para consultas e aulas práticas quando houver exigência do curso. Bem como laboratório de informática móvel. Estes laboratórios devem estar disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade deles, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regulam, normatizam e conferem as normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão à disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

QRCODE 56 – LABORATÓRIOS: NORMAS DE SEGURANÇA

https://qr.page/g/3Pn6YBTDUy

5.7.1 Adequação às atividades

As instalações e equipamentos pertencentes a instituição devem estar em constante processo de atualização tecnológica e possuem direta relação com as propostas pedagógicas.

A infraestrutura deve estar adequada quanto aos espaços, suficiente ao número de alunos, equipamentos e recursos tecnológicos, o que permite aos professores, técnicos e alunos boas condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos cursos da Faculdade Santa Teresa de Santarém. Os espaços são organizados de acordo com as necessidades dos cursos de forma a propiciar a integração de atividades multidisciplinares, o que assegura condições adequadas em relação à iluminação, limpeza, mobiliário e equipamentos, ventilação apropriada às necessidades locais ou com equipamentos de ar-condicionado, vestiários, almoxarifado e depósito de materiais.

Os laboratórios assegurarão acessos diários, de 2ª a 6ª feira das 07h às 22h, para que docentes e discentes tenham plenas condições de desenvolvimento de seus estudos, práticas investigativas, trabalhos, consultas e serviços e cursos de extensão.

5.7.2 Acessibilidade

Os laboratórios da instituição devem estar organizados com o intuito de promover a acessibilidade e inclusão, possibilitando o livre acesso a aspectos arquitetônicos, técnicos e pedagógicos. Estão dispostos com carteira para pessoas com obesidade, espaço para cadeirantes, sinalização tátil nos pisos, material didático e de apoio específicos como recursos multifuncionais.

5.7.3 Normas de segurança

Os laboratórios da instituição devem atender às necessidades de cada curso com infraestrutura específicas de acordo com as Diretrizes Nacionais. Todos possuem normas de funcionamento, utilização e segurança, manual de biossegurança, equipamentos de emergência e extintores de incêndio.

5.7.4 Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE)

A Infraestrutura da instituição e todos os seus espaços devem passar por avaliações semestrais e mensais (quando se fizer necessário) com o objetivo de manter e reestabelecer as condições de operação e desempenho corrigindo eventuais deteriorações através de manutenções preventivas e corretivas para que não haja interrupções indesejadas e falhas dos serviços.

5.7.5 Plano de Atualização e Manutenção Tecnológica

A conservação e atualização dos equipamentos devem ser feitas a partir de análise constante a cargo do pessoal técnico de apoio, com o auxílio do pessoal da manutenção, os quais devem ser verificadas a necessidade de aquisição de novos equipamentos e/ou atualização dos existentes.

A atualização de software deve ser feita também mediante análise periódica do pessoal técnico de apoio, consideradas as sugestões de professores do curso que utilizam os laboratórios como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.7.6 Diretriz da Política de Acesso e Uso

A utilização dos laboratórios é atividade essencial para os cursos, tanto dentro da carga horária como em outros horários, de acordo com a organização de cada disciplina e da administração dos laboratórios.

As atividades em laboratório poderão ser em grupo ou individualizadas, com acompanhamento direto do professor responsável pela disciplina, auxiliado por monitores e pessoal técnico de apoio.

5.7.7 Pessoal Técnico e de Apoio

O pessoal técnico de apoio deve ser formado por equipe de profissionais, tendo como responsabilidades a atualização tecnológica, a manutenção da gerência de redes, a manutenção e instalação dos equipamentos nos laboratórios, a biblioteca e os demais setores, para que o ensino seja sempre ministrado com apoio das novas tecnologias e para assegurar a manutenção da qualidade dos cursos e programas oferecidos à comunidade.

5.8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA

A instituição deve disponibilizar um espaço de trabalho de uso privativo da CPA para que suas ações sejam realizadas de forma segura e alheia a tráfego de pessoas não autorizadas.

5.8.1 Adequação às atividades

A estrutura de aplicação dos questionários deve será virtual, disponível no portal do aluno/professor/funcionário e na PDEAA de forma intuitiva e de fácil acesso. Os questionários serão disponibilizados para preenchimento em duas etapas que será no primeiro e segundo semestre de acordo com planejamento da CPA.

Apesar da disposição base de infraestrutura da CPA ser necessariamente digital, se faz importante espaço físico para as ações e processamento das informações e possíveis reuniões em espaços compartilhado. Além da acomodação do ambiente de trabalho do coordenador da CPA e seu equipe, quando for necessário.

5.8.2 Espaço de trabalho

A instituição deve disponibilizar uma ampla sala climatizada, com equipamentos computacionais com conexão à internet, sistemas de impressão, mobiliário adequado para reuniões e atividades internas. Quando necessário, a CPA também pode reservar a utilização de salas de aula, laboratórios de informática e auditórios para desenvolvimento das atividades conforme demanda.

5.8.3 Tecnologia da informação para coleta e análise de dados

A equipe da CPA deve possuir infraestrutura tecnológica, computacional adequada para aquisição e tratamento dos dados provenientes das avaliações virtuais, cuja finalidade é disponibilizar os resultados e planos de ação de forma plena e adequada.

5.8.4 Recursos tecnológicos para implantação da metodologia

Todas as avaliações e divulgações da instituição são realizadas via internet exclusivamente e seguindo o calendário acadêmico.

5.8.5 Gerenciamento de dados e GLPD

A instituição, preconiza os preceitos normativos no que se refere ao tratamento de dados pessoais, sejam eles digitais ou não. Dessa forma, a fim de tornar transparente à comunidade em geral acerca da execução das ações, torna-se relevante publicizá-las por meio deste plano. Por fim, ressalta-se que no decorrer da adequação, poderão ocorrer modificações, aperfeiçoamentos e atualizações deste documento. Nessa perspectiva o LGPD proporcionará o equilíbrio, interesses econômicos e sociais, garantindo a continuidade de decisões automatizadas e também limitando abusos nesse processo.

5.8.6 Recursos ou processos inovadores

A Faculdade Santa Teresa de Santarém, em seus projetos e designs instrucionais, entende que espaços tecnológicos de ação síncrona e assíncronas, sempre suportadas por TACs – Tecnologias de Aprendizagem e Conhecimento com base em Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs, compreendem o formato de interação e colaboratividade esperada pelos processos de ensino e aprendizagem mais eficientes.

Outros processos têm sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular dentre elas podemos citar novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contextos externos à academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de, possibilitar a ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras maneiras de ampliação das formas de construção do conhecimento.

5.9 BIBLIOTECAS: INFRAESTRUTURA

5.9.1 Política da Biblioteca

A Biblioteca da instituição tem como missão atender a comunidade acadêmica:

I. identificando-se com as suas necessidades;
II. sendo responsável pelo provimento de informações;
III. procurando manter-se atualizada;
IV. visando o aprimoramento dos serviços;
V. disponibilizando novas técnicas;
VI. capacitando intelectualmente os usuários de forma a torná-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas;
VII. atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino-aprendizagem e, por fim;
VIII. estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura.

Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende também a comunidade externa.

É de fundamental importância o bom atendimento aos usuários, por isso a cada ano procura-se inovar nos serviços buscando sempre os mais variados recursos para garantir a satisfação total no processo de busca pela informação.

QRCODE 57 - POLÍTICA DA BIBLIOTECA

https://qr.page/g/10KnBDuupyc

5.9.1.1 Diretrizes

I. Disponibilidade acervo dos livros, voltados para as áreas de interesses específicos dos cursos oferecidos pela faculdade, composto a partir de listas de indicações de títulos fornecidas pelos professores e coordenadores dos cursos;
II. Promover, sistematicamente, a compra de material bibliográfico de interesse do discente e docente conforme instruções de serviços e procedimentos;
III. Oferecer um espaço educativo onde os alunos aprendem as capacidades e atitudes para lidar com a informação e para a criação de conhecimento;
IV. Oferta sistemas de informatização para consulta aos discentes;
V. Viabilizar os empréstimos aos discentes até 2 (dois) livros de cada vez, por um período de 7(sete) dias.

5.9.2 Adequação às atividades

As instalações para o acervo devem ser adequadas e a biblioteca oferece boas condições de iluminação, acústica, mobiliário, climatizada e limpeza, disponibilizando condições apropriadas de armazenagem das obras, salas de estudo em grupo, cabines para estudo individual e computadores para consultas, estudo e pesquisa a serviços dos alunos, professores e funcionários.

A biblioteca deve possuir iluminação com lâmpadas fluorescentes, spot led, câmeras de segurança e sinalizações para facilitar a identificação dos serviços que a biblioteca oferece.

A Biblioteca deve dispor de área destinada a atendimento e serviço de referência, minimamente deve possuir:

- Salão de leitura;
- Salas de estudo em grupo com capacidade de 5 alunos em cada sala. Para o grupo de alunos utilizar o espaço, se faz necessário o agendamento no balcão de atendimento.

Caso não haja demanda no agendamento das salas, o grupo poderá utilizar o espaço sem o prévio agendamento;

- Cabines de estudo individual;
- Terminais de acesso à internet.

5.9.3 Espaço de trabalho

5.9.3.1 Estações de trabalho individuais

Como espaço físico a biblioteca disponibiliza:

a) Salão de leitura: Cabines individuais (com Internet); mesas de leitura individuais.
b) Terminais de acesso: computadores individuais com acesso à Internet disponibilizados para os usuários fazerem pesquisas e trabalhos acadêmicos.

5.9.3.2 Estações de trabalho coletivas

A biblioteca disponibiliza para trabalhos coletivos:

a) Salão de leitura: mesas de estudos em grupo (com Internet);
b) Salas de estudos: salas para estudo em grupo, comportando de 2 a 4 pessoas.

5.9.4 Tecnologia da informação

A Biblioteca deve utilizar o Sistema RM Gestão Bibliotecária para automação de todos os processos independentes do tamanho do acervo ou da quantidade de usuários. O sistema foi criado e desenvolvido conforme critérios previamente definidos por bibliotecários. Sistema que executa: empréstimo, devolução, consulta, cadastro/registro de material.

Todo o acervo bibliográfico (livros) deve estar informatizado, catalogado e com código de barras visando a otimização do Serviço de Referência por meio do uso dos leitores ópticos. As novas aquisições devem ser imediatamente processadas e incluídas no sistema, objetivando a contínua atualização de todo o acervo.

O empréstimo e devolução do acervo devem ser informatizados, como também o acesso aos catálogos através de consulta em terminal interno e acesso pela página Institucional na Internet de qualquer suporte eletrônico.

5.9.4.1 Consulta

O acesso ao acervo deve ser restrito ao corpo de funcionários da biblioteca, portanto as medidas para consultas seguem de acordo com os parágrafos a seguir:

I. A consulta deve ser realizada nos terminais disponibilizados aos usuários na biblioteca, ou através do portal do aluno;
II. A retirada do material deve ser efetuada no balcão de atendimento.

Além da restrição de consulta ao acervo, algumas obras devem ser exclusivamente de consulta local, como:

I. Periódicos;
II. Obras de referência (dicionários, enciclopédias, tesauros, manuais);
III. Teses, dissertações, Trabalhos de Conclusão de curso (somente leitura local);
IV. Demais materiais que por valor, quantidade ou outros critérios forem considerados de consulta local pela biblioteca.

5.9.4.2 Guarda

Os materiais emprestados que forem devolvidos, passaram por uma avaliação quanto as suas condições para que possam ser devolvidos ao acervo. Deve ser indispensável a boa condição do material. Os exemplares devem ficar organizados à disposição da comunidade acadêmica quando solicitado.

5.9.4.3 Empréstimo

Para realizar o empréstimo o usuário deve ser apresentado documento de identificação institucional (Carteira da faculdade) ou documento com foto.

Somente usuários devidamente cadastrados no sistema devem poder realizar empréstimos (local e/ou domiciliar).

I. Os usuários devem ser cadastrados no sistema a cada 06 meses, as renovações dos cadastros devem ser realizadas no início de cada período letivo.
II. O empréstimo deve ser pessoal e intransferível, não deve ser permitida a utilização de documentação de terceiros para retirada de material na biblioteca.
III. O empréstimo deve ser efetivado através do sistema de automação RM Gestão bibliotecária, na ausência do funcionamento do sistema não deverá haver empréstimos

para fins de segurança do patrimônio da instituição, deve ser admita a devolução normalmente e caso gere multa mesmo a obra já entregue, a administração da biblioteca deve tomar as medidas cabíveis para baixa da multa.

Os prazos para empréstimo domiciliar variam segundo o tipo de usuários, conforme a quadro abaixo:

Quadro 16 - prazos para empréstimo domiciliar variam segundo o tipo de usuários.

Tipo de Usuário	Quantidade de Títulos por Usuários	Período de empréstimo (dias corridos)
Aluno graduação	03	07
Professor	05	15
Funcionários	03	05

5.9.4.4 Organização do Acervo

Todo material bibliográfico deve ser catalogado em conformidade as Normas do Código Anglo-Americano (AACR2), Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU) e Tabela de CUTTER para classificação e organização do acervo. Todas as estantes devem possuir indicadores para auxiliar a equipe da biblioteca na identificação das obras. A organização do acervo deve estar de acordo com alguns critérios universais e específicos que contemplam a Biblioteca Universitária. Dessa forma, cada livro deve possuir etiquetas únicas para a identificação do exemplar, como citado acima, contendo a classificação, o cutter e o número de exemplar.

Deve ser utilizada a Classificação Decimal Universal (CDU), pois oferece maior possibilidade de especificação dos assuntos trabalhados na IES. Já o Cutter, é uma tabela de codificação de identificação do autor, que a partir de seu sobrenome e nome, é gerado um código único, e utilizado para ordenar as obras de um mesmo autor dentro de um assunto. Portanto, os livros devem ser guardados nas estantes começando de cima para baixo e da esquerda para a direita, conforme os critérios descritos da ordem da classe (assunto), seguido do Cutter (autor), e do exemplar de cada título, assim, cada obra deve possuir um lugar determinado, tornando a recuperação mais eficiente.

5.9.5 Condições para atendimento educacional especializado

A Biblioteca da instituição deve ofertar atendimento educacional especializado e de qualidade aos seus usuários com deficiência. Sendo eles:

I. todos os computadores disponíveis com software de acessibilidade DOSVOX para pessoas com baixa visão ou totalmente cega;
II. amplo espaço físico adequado para portadores de Tecnologia Assistiva, mobiliários adequados, materiais didáticos (Biblioteca Digital com recursos de leitura), recursos pedagógicos e acessibilidade com equipamentos específicos.

De acordo com o site Centro Tecnológico de Acessibilidade - IFRS (2018), o termo Tecnologia Assistiva caracteriza-se como:

> Centro Tecnológico de Acessibilidade - IFRS (2018)
>
> Chamada de ajuda técnica corresponde a produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Dessa forma a Tecnologia Assistiva permite quebrar barreiras de competências infocomunicacionais impostas pela sociedade. Portanto, a Biblioteca da IES possui tais meios, como citados anteriormente, para democratizar esses acessos.

5.9.6 Acervo

5.9.6.1 Acervo físico

O acervo da Biblioteca deve ser formado por diversos tipos de materiais informacionais como: livros, periódicos, obras de referências, independente do suporte, contemplando todas as áreas do conhecimento, assim, constituindo-se de acordo com os recursos orçamentários da instituição.

O acervo da biblioteca deve ser fechado, logo, o usuário realiza a pesquisa no catálogo online disponível no portal do aluno e/ou solicita o tema desejado a equipe da biblioteca no balcão de atendimento. Este identifica a localização das obras e realiza o empréstimo.

5.9.6.2 Acervo digital

A Biblioteca deve contribuir com a democratização do conhecimento ao disponibilizar Bibliotecas Virtuais para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão no contexto do ensino à distância no intuito de oferecer acesso à informação ao alcance de todos. O PDEAA direciona seus usuários às fontes de dados disponíveis no meio digital e todos os recursos necessários para o acesso.

Os alunos da devem ter à disposição, além do acervo físico, as Bibliotecas Virtuais, tais como:

I. a Pearson como mais de 12.000 (doze mil) títulos; e,
II. Minha Biblioteca, com aproximadamente 10.000 (dez mil) títulos.

O acervo digital compreende toda a bibliografia básica e complementar dos cursos, nas quais devem ser definidas em planejamento através de reuniões com Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenação acadêmica da IES e a equipe da biblioteca.

5.9.6.3 Periódicos

5.9.6.3.1 Periódicos físicos

Os periódicos físicos devem ser disponibilizados separadamente no acervo físico da Biblioteca.

Tenopir (2001, p. 15)

> Periódicos científicos são a fonte de informação mais importante para cientistas, e seu uso na comunicação científica é um dos temas mais estudados, embora nem sempre bem entendidos, em pesquisas sobre comunicação científica. O valor dos periódicos para os cientistas é discutido com base em três décadas de estudos realizados basicamente nos Estados Unidos.

A compra do material ocorre a partir de uma cotação selecionada para o curso que irá atender.

5.9.6.3.2 Periódicos digitais

Os periódicos digitais são publicações eletrônicas que possuem edições que variam entre anual, semestral, quadrimestral ou trimestral. São publicados artigos, resumos, resenhas ou assuntos escritos por pesquisadores, professores, alunos e cientistas. Servem para agregar o conhecimento de acadêmicos e fortificar as bases de pesquisas para a elaboração de monografias. A seleção deve ser feita mediante ao conhecimento das coordenações para dispor aos usuários.

5.9.6.3.2.1 Abertos

Os periódicos e as revistas de acesso aberto devem estar disponíveis no ambiente digital do aluno para agregar valor nos estudos e incentivar a pesquisa, assim disponibilizando ao aluno uma variedade de conhecimentos produzidos com assuntos relacionados e cruzados com o curso que será ofertado. O recurso inovado no ambiente digital a respeito desse item é o acesso as revistas e periódicos por meio de QRCode, assim dinamizando o acesso.

QRCODE 58 – PERIÓDICOS DIGITAIS

https://qr.page/g/4RPxlx8gIgo	

5.9.6.3.2.2 Restritos

A coleção de periódico de acesso restrito parte de uma seleção feita diretamente com as coordenações dos cursos com o intuito de poder contribuir e agregar na formação de seus alunos.

Após a seleção de títulos dos periódicos, o pedido para a cotação ocorre diretamente com as parcerias ligadas à instituição. Após feita a cotação, os valores são destinados ao Financeiro para realização de pagamentos. Em diante, para acessar os periódicos restritos, é preciso dar procedência com o link, incluindo login e senha disponibilizados aos usuários.

5.9.7 Recursos ou processos inovadores

5.9.7.1 Sala na PDEAA

Na PDAEE deve existir uma sala exclusiva para as ações e legado proveniente dos processos e eventos da biblioteca. Este espaço é composto pelos seguintes blocos:

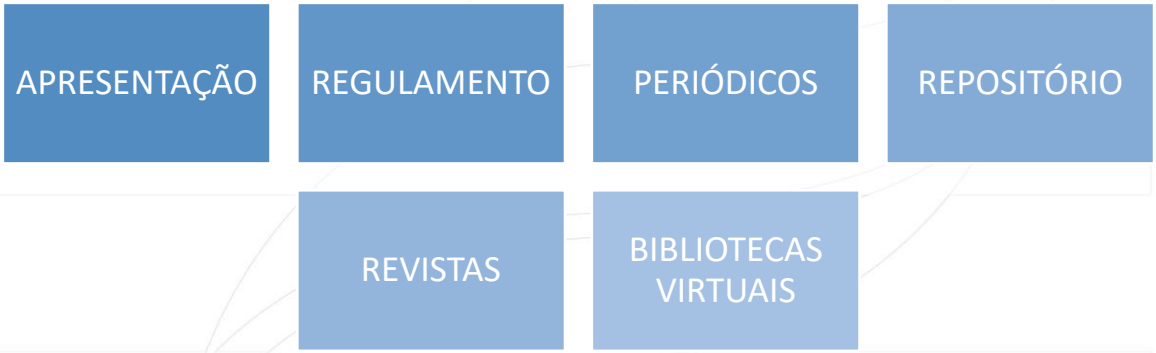


Figura 30 - Composição da sala da biblioteca na PDEAA. Fonte: FST (2022)

QRCODE 59 – SALA DA BIBLIOTECA NA PDEAA

https://qr.page/g/4RPxlx8gIgo

5.9.7.1 Repositório digital

A biblioteca tornou-se responsável de alimentar o Repositório Institucional do Ambiente Digital constantemente com o propósito reunir, armazenar, organizar, recuperar, preservar e disseminar a produção científica e intelectual da comunidade da instituição (Docentes, Pesquisadores, Técnicos e Alunos de Pós-Graduação Stricto Sensu, Lato Sensu e Graduação), bem como os documentos que são produzidos no âmbito da Faculdade Santa Teresa de Santarém.

QRCODE 60 – REPOSITÓRIO DIGITAL

https://qr.page/g/2gHpc9WjgGr	

O objetivo e missão do repositório institucional é poder ofertar acessibilidade, visibilidade, acesso à informação e difusão de conteúdos digitais, bem como as produções científicas, acadêmicas, técnicos e culturais produzidas por pesquisadores e estudantes, garantindo também o acesso confiável e permanente.

5.9.7.2 Outras inovações

Sempre que ocorre uma atualização mediante ao repositório e/ou outros recursos informatizados, a biblioteca da Instituição é responsável por alimentar essas bases que contemplam a vida acadêmica. Qualquer das inovações sugeridas e aprovadas, é importante sinalizar aos usuários sobre o novo. Se possível fornecer treinamentos para identificar as mudanças.

5.9.8 Serviços Oferecidos

A Biblioteca da instituição prestará os seguintes serviços para a comunidade acadêmica:



Figura 31 - Serviços oferecidos pela biblioteca. Fonte: FST (2022).

A biblioteca deve disponibilizar ambiente climatizado, acesso a usuários com necessidades especiais, guarda-volumes, sistema informatizado de consulta, internet wireless; sala de leitura, salas de estudos em grupo e individual, setor de atendimento e área de acervo.

5.10 BIBLIOTECAS: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

5.10.1 Plano de Atualização do Acervo da Biblioteca (PAAB)

A avaliação e atualização do acervo é o diagnóstico que aponta se o desenvolvimento da coleção está acontecendo da forma como foi planejada, possibilitando estabelecer novos critérios quanto à seleção e aquisição das coleções. O processo permite definir o valor e a adequação do acervo diante os objetivos da biblioteca e da instituição. Os resultados da avaliação serão analisados e comparados para que as coleções sempre atendam aos interesses bibliográficos da comunidade acadêmica. A Biblioteca da Faculdade Santa Teresa de Santarém utilizará as seguintes metodologias para avaliação do acervo:

- realizar o levantamento estatístico anual do uso dos materiais bibliográficos, bem como dados de números de usuários e circulação das coleções para analisar quais títulos demandam mais exemplares, e quais não são mais necessários à biblioteca;
- examinar a coleção, verificando se ela satisfaz aos usuários;
- identificar itens pouco utilizados a serem transferidos para áreas de armazenamento menos acessíveis;
- determinar o valor do conteúdo do acervo através da avaliação de especialistas, que possua amplo conhecimento da literatura a ser avaliada, juntamente com a equipe da biblioteca;
- determinar os tipos e níveis de necessidade em relação às coleções.

QRCODE 61 - PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA

https://qr.page/g/2g4TSKE8f5F

5.10.2 Viabilidade de execução

5.10.3 Processo de alocação de recursos

Para que seja possível cumprir o objetivo de uma Biblioteca Universitária, deve ser de suma importância que haja um planejamento viabilizando a parte fundamental que consiste entre os usuários e a mantenedora.

Ao iniciar o procedimento para o processo de desenvolvimento das coleções, deve-se ter ciência de que é fundamental haver um comprometimento com as metodologias aplicadas, levando em consideração o que será aplicado. Além disso, releva-se que são estabelecidos seis elementos, sendo: política de seleção, seleção, avaliação, desbastamento, aquisição, estudo de comunidade.

Quando se trata-se sobre esses seis tópicos citados acima, entende-se que não é possível que sejam encaradas de forma isolada. De acordo com Silva, (2004, p. 2):

Silva, (2004, p. 2)

> [..] é representado por um processo cíclico e dinâmico, que envolve a análise da comunidade e dos programas acadêmicos, concretizando-se nas atividades de alocação de recursos financeiros, seleção, aquisição (compra/doação/permuta), desbastamento (descarte/remanejamento) e avaliação de coleções. Os bibliotecários, para determinar a inclusão de uma obra na coleção, deparam-se com grandes desafios.

É importante salientar que quando a Biblioteca não dispões do processo de alocação de recursos, a insatisfação ocorre trazendo consequências entre os docentes e a biblioteca; desgaste profissional; divergências.

A biblioteca da instituição deve fazer a previsão de suas necessidades de compra anualmente obedecendo as bibliografias básicas e complementares dos cursos diante as condições orçamentárias da instituição. O processo de compra deve ser feito após o orçamento prévio realizado pelo livreiro que envia a cotação das obras para o bibliotecário (a) da instituição que será a ponte entre a gestão da IES e o setor de compras. Depois da análise das condições orçamentárias da instituição e a necessidade da aquisição dos livros com a aprovação da cotação, a compra deve ser realizada pelo setor de compras, assim finalizando o processo.

O orçamento destinado a outras atividades ligadas à compra de insumos para biblioteca, como itens de processamento técnico e serviços de manutenção de equipamentos devem ser previstos individualmente pela administração da instituição em seu orçamento e/ou via chamado, no caso deste último. A Biblioteca da instituição estabelece as seguintes prioridades para aquisição de material:

I. Obras que façam parte do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) aprovado em todas as instâncias institucionais;
II. Assinatura de periódicos conforme indicação dos docentes;
III. Obras para cursos em fase de reconhecimento, credenciamento ou implantação.

5.10.3 Ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo

A avaliação do acervo é o diagnóstico que aponta se o desenvolvimento da coleção está acontecendo da forma como foi planejada, possibilitando estabelecer novos critérios quanto à seleção e aquisição das coleções. O processo permite definir o valor e a adequação do acervo diante os objetivos da biblioteca e da instituição. Os resultados da avaliação serão analisados e comparados para que as coleções sempre atendam aos interesses bibliográficos da comunidade acadêmica.

A Biblioteca da Faculdade Santa Teresa de Santarém utilizará as seguintes metodologias para avaliação do acervo:

- Realizar o levantamento estatístico anual do uso dos materiais bibliográficos, bem como dados de números de usuários e circulação das coleções para analisar quais títulos demandam mais exemplares, e quais não são mais necessários à biblioteca;
- Examinar a coleção, verificando se ela satisfaz aos usuários;
- Identificar itens pouco utilizados a serem transferidos para áreas de armazenamento menos acessíveis;
- Determinar os tipos e níveis de necessidade em relação às coleções.
- Determinar o valor do conteúdo do acervo através da avaliação de especialistas, que possua amplo conhecimento da literatura a ser avaliada, juntamente com a equipe da biblioteca;

5.10.4 Recursos ou processos inovadores

Além do Repositório Institucional, deve existir o Guia de Ferramentas Úteis com mais de 40 (quarenta) links para que os estudantes e professores da IES possam ter acesso com mais facilidade às formas de aperfeiçoar e elaborar seus trabalhos/projetos acadêmicos.

Esse Guia deve estar disponível na PDEAA com o link e seu descritivo informando a sua funcionalidade. Além de disponibilizados os links que redirecionam o usuário para a página de acesso, deve estar disponível um vídeo autoexplicativo pontificando a utilização das ferramentas. O Guia de Ferramentas é adequado para auxiliar na criação de conteúdos, projetos e trabalhos de modo geral, tornando-os interativos com um design mais compreensível e atrativo para a sala de aula de modo que a utilização das ferramentas facilite as atividades acadêmicas.

Todos os sites devem ser gratuitos, porém alguns tem a opção de assinatura para a utilização de ferramentas mais completas para a criação de projetos. Entre os sites selecionados estão: *Canva,*

Genially, Slidego, Slidescarnival, BioRender, Rawgraphs, Venngage, Flourish, MapChart, Miro, Lucidchart, Jamboard, Turnitin, Copyspider, Grammarly, Connected Paper, SciRev, SJR, Scite, IlovePdf, Academic Phrasebank, Writewords, Dictionary.com, JANE, Eigenfactor, Beall's List, PredaQualis, Cambridge dictionary, DeepL, Google Keep, Loom, StayFocusd, Forest, Mendeley, Zotero, Google Alerta, Google Scholar Alerts, Wodart, Flourish, Unsplash, Cleanup.pictures, Google Lens, ConvertCase e Workona Tab Manager.

5.11 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE

A Estrutura de apoio de informática, a disponibilidade de servidores está disponível mediante convênio interinstitucional com o Instituto Metropolitano de Ensino pertencente ao GRUPO FAMETRO.

QRCODE 62 – CONVÊNIO COM O GRUPO FAMETRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TI

https://qr.page/g/a6rdRJN1hc	

Fisicamente na IES deve existir estrutura de apoio interligada ao Núcleo de Informática do GRUPO FAMETRO.

QRCODE 63 – NORMAS DE SEGURANÇA DTI

https://qr.page/g/4FfyLd4dyIe	

5.11.1 Tecnologia da informação

5.11.1 1 Internet

A instituição disponibiliza o serviço de internet gratuito para os discentes, de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil. O acesso eletrônico será para fins pedagógicos, disponibilizando no site da faculdade como catálogo online para localizar livros, fazer reservas ou para pesquisas cientificas. O graduando será impedido de acessar site inadequados sem fins acadêmicos.

5.11.1.2 Plano de Atualização de Softwares

A instituição é dotada de meios tecnológicos que atendem e suprem as necessidades institucionais, considerando a adequação às atividades acadêmicas e administrativas.

Possui infraestrutura de rede lógica cabeada e via Wi-fi, máquinas e equipamentos compatíveis para o melhor desempenho das suas ações.

Periodicamente toda a infraestrutura, no que tange ao parque de máquinas, passam por atualização em acordo com as normas exigidas. Abrangendo atualizações das licenças, dos softwares e das políticas de uso e segurança na informação.

QRCODE 64 – PLANO DE ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARES

https://qr.page/g/1tO2gahc2Bx	

5.11.3.1 Sistema de apoio e suporte digital

O sistema de apoio e suporte digital, também conhecido como helpdesk, é uma ferramenta tecnológica que visa fornecer suporte aos usuários de produtos ou serviços, através de canais de comunicação digitais. Por meio dessa plataforma, é possível oferecer suporte técnico, esclarecer dúvidas, resolver problemas e oferecer orientações aos clientes, de forma rápida e eficiente. Além disso, o sistema de apoio e suporte digital permite o registro e acompanhamento das demandas, o que contribui para a otimização do atendimento e a melhoria contínua dos processos.

QRCODE 65 – SISTEMA DE APOIO E SUPORTE DIGITAL

https://qr.page/g/29ctijYlexG	

5.11.2 Acessibilidade

Conforme preconizam os indicadores de avaliação e qualidade a Faculdade Santa Teresa de Santarém investe na aquisição e ampliação do acesso aos recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, com a finalidade de viabilizar acessibilidade e ações acadêmico-administrativas, garantindo a acessibilidade comunicacional, possibilitando a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, com a inserção de soluções tecnológicas inovadoras.

5.11.2.1 Recursos tecnológicos transformadores

O parque de TI de todas as instituições é composto em sua maioria por equipamentos de “grife” tais como DELL, LENOVO, HP e ACCER.

Foram adquiridos no modelo de contrato com manutenção estendida no conceito “on site”, ou seja, qualquer avaria ou incidente com o equipamento um chamado é aberto e as empresas fazem o atendimento local, seja ele na sede ou nas unidades do interior.

Outra modalidade de uso dos equipamentos é o modelo de comodato, temos hoje um percentual na casa do 40% de equipamentos dentro deste regime em contrato de 36 meses com a VIVO TELECOMUNICAÇÕES, o suporte é realizado dentro do mesmo modelo do citado acima, “on site”, bastando abrir um chamado técnico junto a empresa.

Os equipamentos possuem a seguinte configuração:

- **Desktop**: Intel Core i3, 4Gb de memória RAM, 1Tb de disco, monitor 14”/15”, teclado e mouse;
- **Desktop**: Intel Core i5, 8Gb de memória RAM, 1Tb de disco, monitor 14”/15”, teclado e mouse;
- **Notebook**: Intel Core i3, 4Gb de memória RAM, 1Tb de disco, 14”;
- **Notebook**: Intel Core i5, 8Gb de memória RAM, 1Tb de disco, 15”.

5.12 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias devem estar em acordo com o que preconiza o projeto arquitetônico, de engenharia e as normas sanitárias vigentes na legislação e no plano diretor da cidade e aos polos de apoio presencial garantindo as melhores condições de conforto e higiene à comunidade acadêmica.

5.12.1 Descrição dos espaços sanitários

As instalações sanitárias atendem de maneira excelente às necessidades institucionais considerando de uma maneira sistêmica e global, os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

5.12.1.2 Banheiro familiares

As instalações terão dimensão conforme o projeto arquitetônico visando o atendo espaços físicos adequado para o uso, visando o acesso a comunidade acadêmica condizente.

5.12.1.2 Fraldários

As instalações sanitárias atenderão de forma excelente aos aspectos de ergonomia, acessibilidade, iluminação, limpeza e climatização. Conta com um espaço especialmente preparado para o cuidado de bebês e crianças.

5.12.2 Plano de Avaliação Periódica dos Espaços (PAPE)

A Infraestrutura da IES e todos os seus espaços devem passar por avaliações semestrais e mensais (quando se fizer necessário) com o objetivo de manter e reestabelecer as condições de operação e desempenho corrigindo eventuais deteriorações através de manutenções preventivas e corretivas para que não haja interrupções indesejadas e falhas dos serviços.

5.12.3 Gerenciamento da Manutenção Patrimonial (GMP)

Deve ser executado periodicamente pela equipe de manutenção, no qual observa-se a qualidade e vida útil de cada equipamento pertencente ao local a cada mês, realizando o ajuste ou troca do bem, prezando pela qualidade e conservação de cada item em suas funcionalidades.

5.13 ESTRUTURA DOS POLOS EAD

A Faculdade Santa Teresa de Santarém não irá solicitar polos de apoio presencial, logo este item não se aplica.

5.14 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

A infraestrutura tecnológica oferece todas as condições para o uso de recursos de apoio as atividades acadêmicas, contemplando o acesso à internet aos alunos e professores.

Os espaços relacionados ou com presença de tecnologias deverão ser observados sob as 7 dimensões abaixo visando suas perfeitas condições de uso manutenção e suporte.

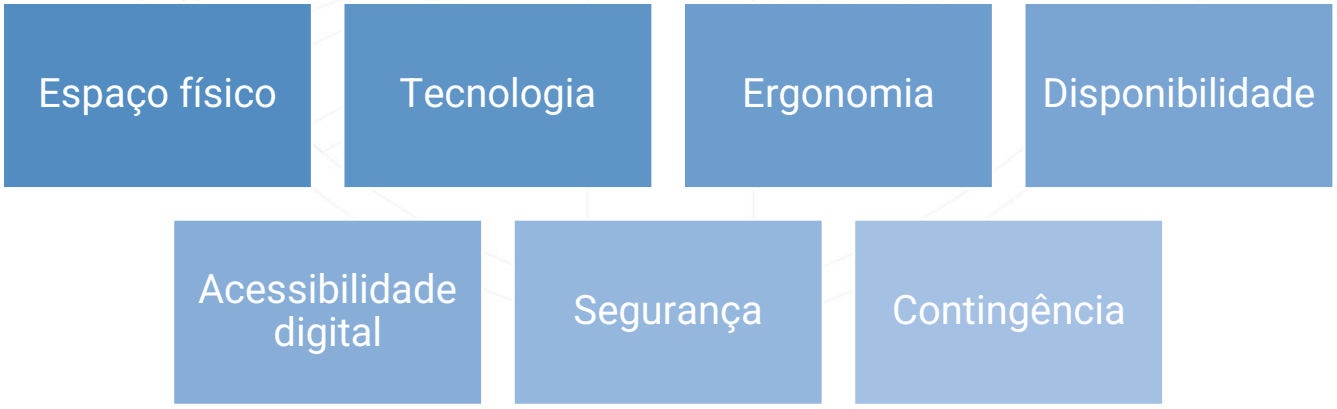


Figura 32 - 7 dimensões observadas na infraestrutura tecnológica perfeitas condições. fonte: FST (2022).

É importante salientar que as condições de conforto higiene e acessibilidade não devem ser subestimadas neste espaço.

5.14.1 Descrição da rede lógica

A instituição possui contrato firmado com os principais fornecedores de link de internet do Estado.

5.14.2 Segurança da informação

A instituição mantém seu Data Center dentro do conceito “on premisse”, ou seja, todos os equipamentos são próprios, não há no momento nenhum serviço em nuvem (cloud) que ancore as operações da IES.

O Data Center é composto por um pool de equipamentos da marca DELL, adquirido em meados de 2018, definido e parametrizado para implantação do novo sistema ERP - TOTVS RM.

Possui servidores, storage, switch e firewall com especificações técnicas que suportaram o crescimento da IES até meados do ano letivo de 2021.

Em 2021 um novo pool de equipamentos foi adquirido da marca HP trazendo o conceito de Hiper Convergência e foi especificado prevendo o crescimento da IES para os próximos 03 anos.

O acesso ao Data Center é controlado por meio sistema de biometria onde somente a equipe de infraestrutura de servidores possui acesso.

Está ligada a rede de energia estabilizada e com redundância dos 03 (três) geradores de última geração que a IES possui.

Possui redundância de sistema de climatização com equipemos de ar-condicionado de última geração.

Todo o ambiente do Data Center é monitorado 24x07 (24 horas por sete dias da semana).

5.15 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE

A infraestrutura de execução e suporte deve ser estruturada de maneira a atender às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados

para sua oferta, apresentando um plano de contingência, redundância e expansão, em acordo com o que preconiza os indicadores de qualidade oficiais.

5.15.1 Plano de Infraestrutura de Execução e Suporte (PIES)

QRCODE 66 - PLANO DE INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE (PIES)

https://qr.page/g/11Zgmm9rsKm

5.15.2 Disponibilidade de serviços previstos

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, possui infraestrutura de execução e suporte técnico capacitado para atender de maneira excelente às necessidades institucionais. Utiliza-se para qualquer solicitação e/ou demanda, o sistema GLPI - para Chamados Técnicos.

5.15.3 Meios para oferta de suporte

Foi determinado um Catálogo de Serviços de sustentação que a DTI ancora.

O catálogo compreende abertura de chamados dos diversos, em destaque:

a) Todos os sistemas da IES;
b) O ambiente de telefonia;
c) A infraestrutura de redes;
d) Os equipamentos de TI;
e) Os equipamentos de Impressão;
f) Os equipamentos de scanners;
g) Demais serviços pertinentes a área de tecnologia.

A definição do catálogo de serviços considera a disponibilidade de mão de obra para atendimento, atendendo de uma SLA (nível de serviço) pré-definido e de conhecimento da área solicitante.

Os públicos envolvidos para atendimento às demandas do catálogo de serviços são os colaboradores das áreas acadêmicas e financeiras de todas as unidades da IES.

A equipe do DTI também recebe as demandas, em caráter excepcional, através de um ramal específico e em alguns casos de maneira presencial.

Os chamados são atendidos de acordo com a prioridade de urgência e criticidade.

QRCODE 67 - PLANO DE CONTINGÊNCIA, REDUNDÂNCIA E SUPORTE (PCRS)

https://qr.page/g/2j0TAoIIyjm

5.16 PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A instituição possui no seu plano de expansão a previsão e o planejamento de ações que assegurem a expansão dos serviços educacionais ofertados na modalidade presencial. Nesse sentido a aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico da instituição, acompanha as metas e os objetivos previstos e devem estar em consonância com os indicadores de desempenho apurados. O plano de expansão e atualização de equipamentos deve fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

O cenário de gestão envolve os elementos de softwares, hardware, infraestrutura de redes no âmbito preventivo, corretivo e evolutivo. Toda a gestão deve ser realizada com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e demais documentos referentes aos cursos que utilizam os ambientes.

Este visa organizar e normatizar a execução da manutenção dos equipamentos através de um cronograma de atividades definido no início de cada período, assim como a expansão e uso.

5.16.1 Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos (PEAE)

A instituição dispõe atualmente de infraestrutura de Tecnologia da Informação com rede de computadores que interliga todos os equipamentos de informativa através de rede cabeada e sem fio. Os acadêmicos possuem rede sem fio em ambientes específicos da IES para acesso de recursos e pesquisas. Para manter esta infraestrutura, a IES conta com **Departamento de Tecnologia da Informação - DTI**, responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e infraestrutura de rede.

A IES concentra em seu parque tecnológico os principais servidores de ferramentas digitais além de possuir infraestrutura própria para o provimento do ambiente virtual de aprendizagem.

A **Política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos** visa garantir a infraestrutura de tecnologia necessária e adequada para seu melhor funcionamento. A criação do programa de atualização oferece as diretivas para o processo de garantia ao acesso de tecnologia de hardwares e softwares disponíveis no mercado afim de tornar a experiência de uso mais eficiente e atrativa aos usuários.

QRCODE 68 - POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

https://qr.page/g/3Pn6YBTDUy

Anualmente são revistas todas as necessidades de atualização tecnológica do parque de equipamentos e softwares disponíveis. Estas revisões são realizadas a fim de construção do orçamento para investimentos. As revisões acontecem nos meses de janeiro e julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

O plano de expansão abrange os seguintes componentes de Tecnologia da Informação:

- Infraestrutura;
- Hardware;
- Softwares de edição e produção digital;

- Equipamentos de rede;
- Sistemas Operacionais;
- Comunicações;
- Pessoas (responsáveis pelos serviços);
- Processos.

Os critérios de prioridade de atualização dos equipamentos são analisados em duas dimensões:

- Critérios estratégicos para os serviços educacionais da Instituição;
- Critérios técnicos.

Os critérios técnicos devem ser avaliados pelo tempo de uso do equipamento, porcentagem de uso de recursos de processamento, capacidade de armazenamento, acesso à rede e demanda de manutenções corretivas.

No caso de equipamentos de edição e produção de vídeo critérios relacionados a adaptabilidade e acessibilidade tecnológica devem ser levados em consideração, visto que se trata de um processo de substituição ou adição de novas tecnologias.

As demandas de expansão tecnológicas devem ser definidas definindo-se as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação deles.

A expansão da infraestrutura de tecnologia computacional deve ser submetida à aprovação pelo Conselho Superior da Faculdade.

QRCODE 69 - PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (PEAE)

https://qr.page/g/37tFJ4qgWwz	

5.16.1.1 Utilização de Equipamentos

Para a gestão de utilização dos equipamentos inseridos inicialmente deve ser estabelecido que existam dois cenários a serem analisados: o uso discente (empréstimo ou ocupação) ou uso por colaboradores.

O uso de ambientes com equipamentos deve ser previamente agendado no setor de apoio pedagógico. No caso de espaços físicos como laboratórios ou salas especializadas, deve ser realizado por um professor ou tutor. O agendamento deverá ser realizado com antecedência definida pelo Apoio Pedagógico para planejamento e controle de acesso. O empréstimo de equipamentos, quando possível, deve ser realizado da mesma forma que a requisição de espaços de infraestrutura e haverá assinatura de termo de responsabilidade disponível. Em situações de equipamentos cujo deslocamento não seja possível o seu uso deverá estar condicionado ao acompanhamento dos técnicos responsáveis da IES.

Com o uso frequente os equipamentos devem passar por processos de manutenção nos diversos âmbitos previstos pelos fabricantes e corpo técnico da Faculdade Santa Teresa de Santarém. Os processos de manutenção podem ser verificados no documento PLANO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS – PATME, disponível na administração do Apoio Pedagógico.

QRCODE 70 - PLANO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS – PATME

https://qr.page/g/NnePZYpSiK	

5.16.1.2 Indicadores de Desempenho

Com intuito de possuir metas objetivas e mensuráveis para a tomada de decisão de manutenção e atualização do parque tecnológico, a IES deve fazer acompanhamento em tempo real do rendimento dos servidores utilizando principalmente ferramentas digitais como Google Analitycs e WEBMIN para reconhecer falhas de operação ou gargalos de acesso. Estes indicadores balizarão a proposta de atualização de equipamentos.

Quanto a equipamentos físicos, os indicadores para verificação de manutenção e atualização são baseados em itens funcionais e estéticos, tais como:

- Aparência física do equipamento (Verificação se há partes faltantes ou danificadas);
- Quanto ao funcionamento dentro do esperado pelo manual do usuário.

A atualização também deve ser feita por indicação do fabricante nos manuais de uso e instalação fornecidos.

5.16.1.3 Ações Associadas à Correção do Plano

O plano de atualização deverá ser revisado a cada 5 (cinco) anos ou quando houver sinalização, por parte de profissional devidamente qualificado, no sentido de demonstrar ineficiência no documento ou processo usado.

A correção é realizada pelo Departamento de Tecnologia e Informação e homologada pelo responsável administrativo da Unidade. O novo plano, se aprovado, deverá ser publicado via documento oficial interno para que tenha validade e entre em vigência.

A proposta de atualização deverá conter os objetos de alteração, justificativa e objetivos para a ação. Nesta ainda deverá conter o histórico de alterações para efeito comparativo durante a homologação e aprovação pelos setores responsáveis.

5.16.2 Metas

A IES deve possuir no seu Plano de Expansão um planejamento para incremento e atualização do seu parque tecnológico.

A previsão de ações está sempre vinculada diretamente ao seu crescimento, seja de novas unidades, seja com o ingresso de novos alunos nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância.

O processo de aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico acompanha as metas e objetivos previstos para a IES, em consonância com os indicadores de desempenho apurados.

QRCODE 71 - PLANO DE EXPANSÃO

https://qr.page/g/4jExNHtBvqb

5.17 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Conforme preconizam os indicadores de avaliação e qualidade, a instituição deverá realizar a aquisição e ampliação do acesso aos recursos de tecnologias de informação e comunicação assegurar a execução do PDI, com a finalidade de viabilizar as ações acadêmico-administrativas, garantindo a acessibilidade comunicacional, possibilitando a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, com a inserção de soluções tecnológicas inovadoras.

5.18 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA

Segundo o documento publicado pelo Ministério da Educação Referenciais de Qualidade para Cursos à Distância, considera-se que a diferença básica entre educação presencial e a distância está no fato de que, nesta, o aluno constrói conhecimento – ou seja, aprende - e desenvolve competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e à sua própria vida, no tempo e local que lhe são adequados, não com a ajuda em tempo integral da aula de um professor, mas com a mediação de professores (orientadores ou tutores), atuando ora a distância, ora em presença física ou virtual, e com o apoio de sistemas de gestão e operacionalização específicos, bem como de materiais didáticos intencionalmente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados através dos diversos meios de comunicação. Neste contexto a principal ferramenta online é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Nesta IES o AVA é denominado Plataforma Digital de Ensino, Aprendizagem e Avaliação (PDEAA).

5.18.1 Plataforma Digital de Ensino, Aprendizagem e Avaliação (PDEAA)

Com o avanço e disseminação das TICs e o progressivo barateamento dos equipamentos, as instituições podem elaborar seus cursos à distância baseadas não só em material impresso, mas, na medida do possível, também em material sonoro, visual, audiovisual, incluindo recursos eletrônicos e telemáticos, segundo o mesmo documento de referência. Disposto como elemento que pode tronar o acesso a estas mídias e outras ferramentas diversas, o AVA desempenha o papel fundamental de interface primária na relação entre o estudante e o tutor ou professor. Seria o cenário onde as atividades têm seu potencial pedagógico maximizado.

A Faculdade Santa Teresa de Santarém deve optar por escolher uma plataforma de código aberto para garantir a possibilidade de personalização e expansão das ferramentas a serem disponibilizadas para os usuários. O PDEAA, como é denominado o AVA da instituição, é construído com base na ferramenta MOODLE desenvolvida por Martin Dougiamas enquanto era webmaster na Curtin University of Technology na Austrália. Diversas alterações estruturais e procedimentais foram integradas e alteradas ao MOODLE, mas foi mantida a filosofia baseada no Construtivismo, Construcionismo, Construtivismo Social e Comportamento Conectado e Separado.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

- Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica etc.);
- Adequado para aulas 100% on-line OU HÍBRIDAS assim como complementando a aprendizagem face-a-face;
- Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;
- Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);
- Independência total da base de dados, suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);
- A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;
- Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;

- Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados etc.;
- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns etc.) podem ser editadas usando um editor HTML WYSIWYG incorporado.

Com relação à Administração do site pode-se relacionar a possibilidade de:

- O site é administrado por um usuário administrador, definido durante a instalação;
- A extensão (plug-in) Temas permite que o administrador ajuste as cores, fontes, aparência etc. do site, para atender as preferências personalização;
- Extensões (plug-in) com módulos de atividade podem ser adicionadas a instalações existentes do Moodle;
- Extensões (plug-in) com pacotes de idioma permitem total compatibilidade com qualquer idioma. Estes podem ser editados usando um editor embutido baseado em web. Atualmente existem pacotes de idioma para mais de 60 idiomas;
- O código é PHP escrito de forma clara sob licença GNU General Public License (Licença Pública Geral GNU) – fácil de modificar para se ajustar às suas necessidades.
- O administrador do ambiente pode, dentro de suas permissões e necessidade realizar os procedimentos de:
- Os objetivos são de reduzir o envolvimento do administrador ao mínimo, ao mesmo tempo em que assegura alta segurança;
- Suporta uma variedade de mecanismos de autenticação através de extensões (plug-in) com módulos de autenticação, permitindo facilmente integração com sistemas existentes;
- Método padrão de e-mail: os alunos podem criar suas próprias contas de acesso;
- Os endereços de e-mail são verificados por confirmação;
- Cada pessoa necessita apenas de uma conta para todo o servidor – cada conta pode ter diferentes acessos;
- Uma conta de administrador controla a criação de cursos e cria professores através da inscrição de usuários aos cursos;
- A uma conta de criador de cursos somente é permitida criar e dar aula nos cursos;
- Os professores podem ter os privilégios de edição removidos de modo que não possam modificar o curso (por exemplo os tutores de tempo parcial);

- Segurança – os professores podem acrescentar uma "chave de inscrição" a seus cursos para manter fora os não inscritos. Eles podem fornecer essa chave diretamente ou através do e-mail particular de cada um etc.;
- Os alunos são encorajados a colocar um perfil on-line incluindo fotos e descrição. Os endereços de e-mail podem ser protegidos contra exposição, se solicitados;
- Cada usuário pode especificar faixas de horário, e cada compromisso no Moodle é ajustado a esses horários (por exemplo, datas de postagem, datas de cumprimento de tarefas etc.)

E durante o processo de administração do curso a equipe responsável pelo AVA pode:

- Um professor pleno tem total controle sobre todos os parâmetros de um curso, incluindo restringir outros professores;
- Composição flexível das atividades do curso – Fóruns, Jornais, Questionários, Recursos, Pesquisas de opinião, Pesquisas, Tarefas, Chats etc.
- Mudanças recentes no curso desde o último acesso podem ser mostrados na página principal do curso – ajuda a dar um sentido de comunidade;
- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens no fórum etc.) pode ser editada usando um editor HTML WYSIWG embutido;
- Todas as notas para os Fóruns, Jornais, Questionários e Tarefas podem ser vistas em uma página (e baixadas como um arquivo de planilha eletrônica);
- Total acompanhamento e rastreamento dos usuários – relatórios de atividade para cada aluno estão disponíveis com gráficos e detalhes sobre cada módulo (último acesso, número de vezes que leu) bem como uma história detalhada do envolvimento de cada aluno incluindo postagens etc. em uma página;
- Integração de correio – copias de postagens no fórum, feedback do professor etc. podem ser postados em HTML ou texto simples;
- Escalas personalizadas – os professores podem definir suas próprias escalas a serem usadas para dar nota aos fóruns e tarefas;
- Os cursos podem ser agrupados como um único arquivo zip usando a função Backup. Este arquivo pode ser restaurado em qualquer servidor Moodle;
- Todas estas funcionalidades são desenhadas e especificadas para garantir a experiência única do estudante de estar num ambiente pensado e projetado pedagogicamente para lhe acompanhar no processo de aprendizagem.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

5.18.2 Integração com o sistema acadêmico

A instituição utiliza o sistema acadêmico TOTUV RM que está integrado em suas dimensões com a PDEAA. Na primeira dimensão o sistema carrega todos os alunos e colaboradores na plataforma sempre que estes estejam matriculados e sinalizados como acessíveis. Nesta dimensão ocorre a inscrição dos alunos de forma automática nas salas de apoio acadêmico assim como em suas respectivas salas de aulas digitais de acordo com o curso e período. A segunda dimensão consiste no retorno dos dados de rendimento e notas para o sistema acadêmico.

5.18.3 Processos de Interação

5.18.3.1 Ferramentas Síncronas

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. Na PDEAA as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

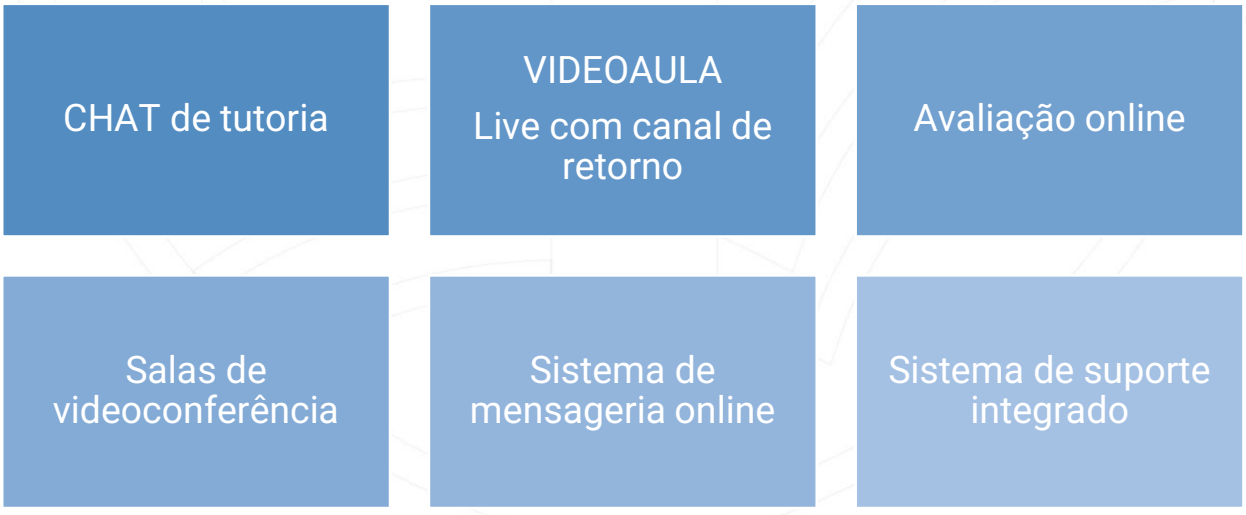


Figura 33 - Ferramentas síncronas. Fonte: FST (2022).

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no PDEAA e postadas no repositório da disciplina da disciplina.

5.18.3.2 Ferramentas Assíncronas

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. Na PDEAA, as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

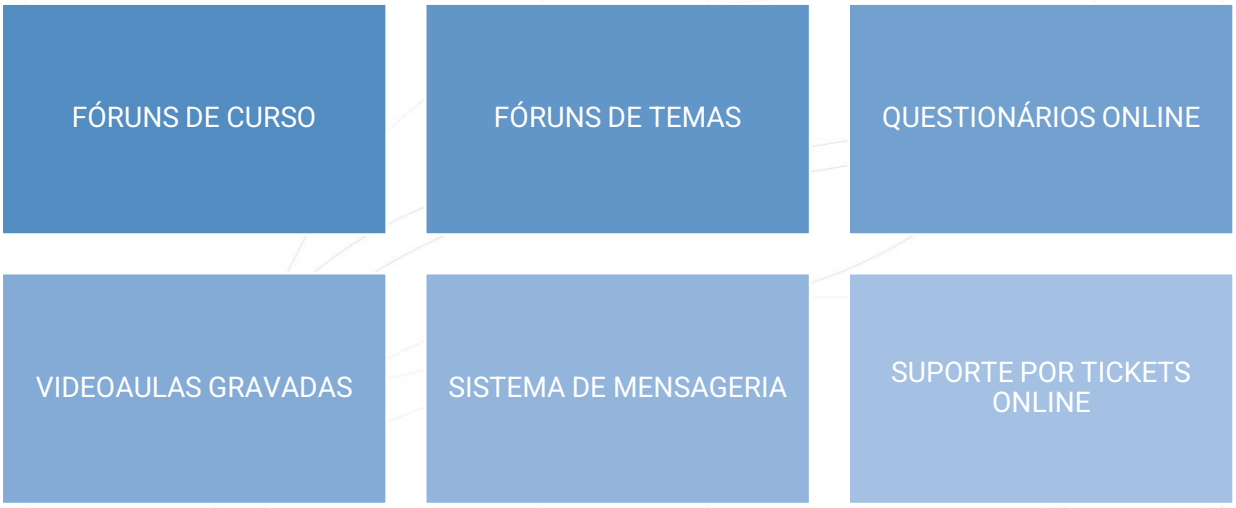


Figura 34 - Ferramentas assíncronas no AVEA. Fonte: FST (2022).

5.18.3.3 Interação entre docentes, discentes e outros participantes na plataforma

A interação dos usuários da PDEAA se dará pelo uso de ferramentas assíncronas e síncronas disponíveis na plataforma digital. Os fluxos de interação previstas são:

Interação entre docentes

- Ocorrerá via plataforma pelos blocos pedagógicos, sistema de mensageria ou suporte online.

Interação entre docentes e discentes

- Ocorrerá por vias síncronas (CHAT e Videoconfência) ou via assíncrona (fóruns, sistema de mensageria interno)

Interação entre tutores e discentes

- Ocorrerá da mesma forma que a interação entre docentes e discentes.

Interação entre discentes e administrativo

- Ocorrerá via sistema de suporte online, com possibilidade de atendimento em tempo real ou por abertura de protocolos.

Interação entre docentes, tutores e equipe pedagógica

- Ocorreá sempre pelos fóruns de avisos dispostos pela plataforma digital e sistema de mensageria interna.

Figura 35 - Fluxos de interação dos participantes na plataforma digital. Fonte: FST (2022).

5.18.4 Recursos ou processos inovadores

A plataforma digital prevê diversos elementos inovadores entre eles pode-se destacar:

I. **Adaptabilidade:** A plataforma é responsiva e adaptável a quaisquer meios digitais de reprodução de sites, ou seja, é adaptada para rodar em celulares, tablets, desktops e até videogames com acesso à internet. Além de ser customizada para operar em SmartTVs.

II. **Integração com repositórios:** A plataforma digital da Faculdade Santa Teresa de Santarém será totalmente integrada com todas as ferramentas do Google para aumentar a abrangência de recursos e aplicações aos docentes e discentes.

III. **Gravação automática de aulas síncronas:** Com sistema integrado de gravação de aulas síncronas, a plataforma disponibiliza aos discentes a gravação das aulas de forma simples e sem a necessidade de ações de compartilhamento de links externos pelos tutores ou professores.

IV. **Integração com laboratórios virtuais:** Diversos laboratórios virtuais são integrados à plataforma sem a necessidade de o discente ter que se deslocar a outros ambientes.

V. **Ambiente sala de aula digital:** Modelagem de tela para que o discente possa, na mesma tela, assistir sua aula digital e acompanhar com o material didático melhorando a experiência de aprendizagem.

VI. **Mais de 450 plugins:** A plataforma digital da Faculdade Santa Teresa de Santarém deve conta com mais de 450 plugins customizados e criados pela instituição para ampliar a qualidade e experiência acadêmica dos discentes.

VII. **Acompanhamento de progressão:** Células de inteligência artificial foram desenvolvidas para acompanhar a progressão de usuários da plataforma com o intuído de auxiliar na gestão de permanência e evasão.

VIII. **Plataformas de BI:** Uso de Business Inteligence para gerar indicadores de uso e rendimentos de discentes durante as disciplinas. Ferramenta que permite aos decentes e coordenadores de curso um aprofundamento muito maior na gestão das atividades e rendimento dos alunos.

ANEXOS

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE SANTA TERESA DE SANTARÉM

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Faculdade Santa Teresa de Santarém.

§1º - As Atividades Complementares devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

I. Atividades de complementação da formação social, humana e cultural;

II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;

III. Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II

DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria Faculdade Santa Teresa de Santarém ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares quando ofertadas pela Faculdade Santa Teresa de Santarém, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades

acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES SEÇÃO I DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seu curso;

II. avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;

III. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;

IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo;

V. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;

VI. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Faculdade Santa Teresa de Santarém que propiciem pontuações para atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

§1º - O coordenador de curso poderá, ouvido o colegiado, designar um professor responsável pelas atividades complementares no âmbito do curso, a fim de que o mesmo, proceda a avaliação, validação e registro das mesmas na carga horária do aluno, observando este regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, a realização de atividades complementares em acordo com as finalidades previstas no capítulo I.

II. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

III. Aprovar calendário de atividades complementares para o curso no ano letivo respectivo.

SEÇÃO IV

DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da Faculdade Santa Teresa de Santarém, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

II. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

III. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

IV. Entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico;

V. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de validação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto a coordenação de curso ou junto ao professor responsável, por esta designado, a entrega da documentação comprobatória para avaliação e validação em atividades complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Não serão admitidas para fins de avaliação e validação, atividades complementares realizadas em âmbito externo a instituição, com data anterior à matrícula do aluno na Faculdade Santa Teresa de Santarém.

§3º - Caso o aluno complete o número mínimo de carga horária exigido em sua matriz curricular poderá solicitar a avaliação para fins de validação das suas atividades, antes do período previsto neste regulamento.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete a carga horária mínima exigida, não poderá colar grau.

Art. 9º - A avaliação, validação e registro das atividades complementares deverão ser entregues para a coordenação de curso ou professor por esta designado, até o penúltimo período do seu respectivo curso de graduação.

Art. 10º - Quando prevista na matriz curricular do curso, não haverá dispensa do cumprimento da carga horária das atividades complementares.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

II. o total de horas dedicadas à atividade.

Art. 13º - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, inclusas:

i. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;

ii. cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;

iii. participação em atividades artísticas e culturais;

iv. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

v. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas:

i. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;

ii. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;

iii. participação em atividades beneficentes;

iv. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;

v. engajamento como monitor em cursos de graduação na instituição;

vi. participação em projetos de extensão, de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

i. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão e liderança;

ii. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

iii. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

iv. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;

v. participação como expositor em exposições técnico-científicas;

vi. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;

vii. publicações em revistas técnicas;

viii. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;

ix. estágio não obrigatório na área do curso;

x. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;

xi. trabalho como empreendedor social na área do curso;

xii. estágio acadêmico;

xiii. participação em visitas técnicas organizadas pela Faculdade Santa Teresa;

xiv. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso;

xv. participação em Empresa Júnior, Incubadora Tecnológica e outras atividades de treinamento de competência profissional, desde que não obrigatórias como estágios curriculares obrigatórios, por exemplo;

xvi. participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares e projetos de integração curricular.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica não obrigatória por parte do discente.

§2º. O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§3º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), os projetos Integradores e as Atividades práticas previstas na matriz curricular, não poderão ser aceitos como atividades complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI

DA PONTUAÇÃO

Art. 14º - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto na tabela de conversão anexo a este regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15º - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16º - O aluno poderá em caso de Carga Horária de no máximo 100h integralizar a carga horária nos seguintes critérios:

I. no grupo 1 o máximo de 30 pontos;

II. no grupo 2 o máximo de 30 pontos;

III. no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17º - O aluno poderá em caso de Carga Horária de no máximo 200h integralizar a carga horária nos seguintes critérios:

I. no grupo 1 o máximo de 50 pontos;

II. no grupo 2 o máximo de 50 pontos;

III. no grupo 3 o máximo de 100 pontos.

Art. 18º - Caberá ao Conselho Superior alterar em resolução a pontuação das atividades complementares previstas no anexo 1 deste regulamento.

Art. 19º - Para fins de registro acadêmico constará no histórico escolar do aluno apenas o conceito carga horária cumprida em atividades complementares, não sendo registrado o número de pontos que o aluno auferiu para obtenção de tal conceito.

Art. 20º - em caso de transferência de instituição caberá ao aluno apresentar para a coordenação de curso ou professor por esta designado, os registros que comprovem a participação em atividades complementares para fins de registro nos documentos de transferência.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Direção Geral da instituição.

ANEXO 1

PONTUAÇÃO SUGERIDA PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os alunos deverão enquadrar-se na pontuação estabelecida para o curso em que estiverem matriculados.

DIREÇÃO GERAL

FACULDADE SANTA TERESA DE SANTARÉM

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas às disciplinas dos cursos de graduação da Instituição que possuem carga horária teórica e prática, exceto o Estágio Supervisionado, o Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Complementares que possuem normatização própria.

Art. 2º São objetivos da carga horária prática das disciplinas que compõem os currículos dos cursos de graduação da Instituição:

I– oportunizar ao acadêmico o desenvolvimento de habilidades práticas, visando um contato mais próximo e próprio com a temática em desenvolvimento na disciplina com carga horária prática;

II– propiciar aos acadêmicos dos cursos de graduação a possibilidade de produzirem trabalhos com critérios técnicos e o acompanhamento do professor da disciplina;

III– estimular a utilização espaços de prática profissional ou espaços alternativos à sala de aula.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS DISCIPLINAS COM CARGA HORÁRIA PRÁTICA

Art. 3º Cada professor, a partir do programa, da ementa e competências a serem desenvolvidas em sua disciplina organizará, no decorrer do semestre com carga horária prática, um rol de atividades a serem cumpridas pelos alunos.

Art. 4º Preferencialmente, tais atividades deverão ser práticas de desenvolvimento de habilidades, visitas técnicas, imersão em cenários de simulação, trabalhos acadêmicos, entre outras, com o acompanhamento pedagógico e metodológico do professor da disciplina.

CAPÍTULO III

DO ACADÊMICO

Art. 5º Compete ao acadêmico fazer-se presente às aulas ou encontros previamente agendados pelo professor, receber suas orientações, proceder à realização das tarefas solicitadas, e entregá-las nas datas previstas.

Art. 6º É direito do acadêmico solicitar informações, orientação e acompanhamento adequado do professor da disciplina com carga horária prática na consecução de suas atividades.

Art. 7º Poderão ser realizadas atividades práticas fora do horário de aula, com prévio planejamento e comunicado do professor.

CAPÍTULO IV

DO PROFESSOR

Art. 8º Compete ao professor programar, acompanhar e avaliar de forma formativa as atividades práticas de sua disciplina, tomando o cuidado de, preferencialmente, fornecer feedback contínuo, para melhor aprendizagem dos acadêmicos.

Art. 9º O professor, ao organizar as atividades, terá o cuidado de não solicitar uma tarefa que exija do aluno uma disponibilidade de tempo maior do que a carga horária prática que sua disciplina oferece.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO

Art 10. Uma das notas semestrais do acadêmico nas disciplinas com carga horária prática dar-se- á pela avaliação das atividades que desenvolveu, segundo os critérios estabelecidos pelo respectivo professor, respeitando o que está definido no Regimento.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 11. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior da Instituição.

DIREÇÃO GERAL

FACULDADE SANTA TERESA DE SANTARÉM

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS E NÃO- OBRIGATÓRIOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE SANTA TERESA DE SANTARÉM

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Regulamento fixa diretrizes e normas básicas para o funcionamento do estágio curricular obrigatório e não-obrigatório dos cursos de Graduação da Faculdade Santa Teresa de Santarém, em conformidade com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CAPÍTULO II

DO CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 2º O estágio curricular, que se constitui num processo educativo de aprendizagem e de formação profissional, compreende o estágio obrigatório e o não-obrigatório e efetiva- se mediante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizado na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público e privado, sob responsabilidade e coordenação da Faculdade Santa Teresa de Santarém.

§ 1º O estágio curricular obrigatório é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisita para aprovação e obtenção de diploma, decorrente da natureza da qualificação profissional, a ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com regulamento específico, aprovado pelas instâncias internas competentes e obedecer às normas emanadas da legislação específica, do Estatuto e Regimento Geral da Faculdade Santa Teresa de Santarém.

§ 2º O estágio curricular não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, de acordo com o projeto pedagógico do curso, acrescida à carga horária regular e obrigatória, a ser realizado em local de interesse do estudante e, de acordo com suas peculiaridades, pode dar direito a comprovante de atividades complementares, desde que devidamente regulamentado pelo Colegiado de Curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º quanto do § 2º do art. 2º deste regulamento, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I– Matrícula e frequência regular do estudante em curso de graduação e atestado pela instituição de ensino;

II– Celebração de termo de compromisso entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III– compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deve ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios dos estagiários.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do estudante com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º É facultado à Faculdade Santa Teresa de Santarém celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus estudantes e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a Faculdade Santa Teresa de Santarém e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO GERAL DOS ESTÁGIOS E ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS.

Art. 5º Os estágios nos cursos de graduação estão vinculados à Coordenação Acadêmica, assessorada pela Diretoria e Coordenações de cursos.

Art. 6º A COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR é o setor de apoio e assessoria ao desenvolvimento dos estágios curriculares obrigatórios e não- obrigatórios da Faculdade Santa Teresa de Santarém, no que se refere, em especial, aos aspectos administrativos.

Art. 7º Compete ao Núcleo de Coordenação de Estágio Curricular:

I– Zelar pelo cumprimento desta resolução, prestando assessoria e serviços administrativos, sempre que necessário, aos coordenadores de curso e professores- orientadores de estágio;

II– Zelar para que os estágios curriculares sejam realizados em locais que tenham efetivas condições de proporcionar aos estagiários experiências profissionais ou de desenvolvimento sociocultural e científico;

III– Elaborar o Termo de Compromisso de Estágio, mediante informações fornecidas, no Plano de Atividades, pelas organizações concedentes de estágio e estagiário;

IV– Elaborar e dar os devidos encaminhamentos aos instrumentos de avaliação dos estágios não-obrigatórios;

V– Representar a Faculdade Santa Teresa de Santarém perante agente de integração e organizações concedentes de estágio;

VI– Manter atualizadas a documentação e legislação educacional pertinentes aos estágios curriculares;

VII– Deliberar, conjuntamente com a Coordenação Acadêmica e Coordenação de Cursos, sobre assuntos inerentes aos estágios;

VIII– Comunicar à parte concedente do estágio, o planejamento do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

CAPÍTULO IV

DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 8º Compete às coordenações de curso e/ou de estágios, em articulação com o colegiado do curso respectivo, a coordenação dos estágios, bem como regulamentar e organizar o estágio curricular obrigatório de forma a assegurar:

- Seleção dos campos de estágio;

I– Formalização do estágio, mediante encaminhamento a COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR para celebração do termo de compromisso com a unidade concedente de estágio;

II- encaminhamento formal do estagiário aos campos de estágio selecionados, mediante carta de apresentação e/ou demais documentos/formulários necessários;

III– Planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades;

IV– Avaliação global do estágio nos campos e no curso.

§ 1º Para melhor organização e planejamento, as atividades de estágio devem ser programadas por meio de plano de atividades de estágio, elaborados por estagiários, devidamente orientados pelos supervisores/orientadores, de acordo com o regulamento de estágios do respectivo curso.

§ 2º O acompanhamento e a avaliação do estágio devem ser periódicos e obedecer ao regulamento próprio do curso, observando-se:

a) a qualidade da formação acadêmico-profissional;

b) a atuação dos estagiários e supervisores/orientadores;

c) as condições do campo para o desenvolvimento do estágio;

d) a efetiva visita in loco.

Art. 9º Para fins de aproveitamento de créditos, é vedada a equivalência entre estágio curricular obrigatório e não-obrigatório.

CAPÍTULO V

DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

Art.10º. Compete às coordenações de curso e/ou de estágios a coordenação dos estágios não-obrigatórios, assessoradas pela COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR.

§ 1ºPara melhor organização e planejamento, as atividades de estágio devem ser programadas por meio de plano de atividades, elaborado pelo estagiário, devidamente orientado pelo orientador, de acordo com roteiro padrão disponível na COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR e na Coordenação do respectivo curso.

§ 2ºA avaliação do estágio deve ser periódica e obedecer à normatização do próprio curso ou da COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR, observando-se:

a) a qualidade da formação acadêmico-profissional;

b) a atuação dos estagiários e supervisores/orientadores;

c) as condições do campo para o desenvolvimento do estágio.

§ 3ºCada curso define o semestre ou disciplinas/área de conhecimento a partir do qual pode ser realizado estágio curricular não-obrigatório.

Art. 11º. São atribuições do coordenador do curso, no âmbito dos estágios curriculares não-obrigatórios:

I– Definir, em conjunto com o colegiado do Curso, a organização dos estágios no Projeto Pedagógico do Curso ou sua reestruturação;

II– Fornecer as informações necessárias ao adequado desenvolvimento do estágio ao COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR;

III– prestar informações a COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR quanto às atividades que podem ser desenvolvidas pelos estagiários e os pré-requisitos específicos para desenvolvimento de estágio relativo ao curso que coordena.

CAPÍTULO VI

DOS AGENTES DE INTEGRAÇÃO

Art. 12º. A Faculdade Santa Teresa de Santarém e as partes concedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração, públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do estágio:

I– Identificar oportunidades de estágio;

II– Ajustar suas condições de realização;

III– Fazer o acompanhamento administrativo;

IV– Encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V– Cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 13º. O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO VII

DA ORGANIZAÇÃO CONCEDENTE DE ESTÁGIO

Art. 14º. São organizações concedentes de estágio instituições públicas, privadas e não-governamentais, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, que devem:

I– Apresentar condições necessárias para o desenvolvimento das atividades de estágio e proporcionar experiências práticas para que o estagiário possa vivenciar o processo de intervenção interdisciplinar e as experiências político-pedagógicas e tecnológicas na área de sua formação;

II– Reconhecer o estagiário como educando, considerando-o sujeito em processo de formação e qualificação;

III- atentar para que se obedeça às normas prescritas na legislação geral e específica de cada curso.

Parágrafo único. Deve ser dada prioridade aos campos de estágio que, pela abrangência, qualidade, complexidade e pluralidade de ação, permitam a vivência da interdisciplinaridade e de atividades multiprofissionais, bem como a proposição e fortalecimento de políticas públicas e projetos de interesse social.

Art. 15º. Antes de iniciar o estágio, deve ser formalizado o Termo de Compromisso para cada estagiário, assinado por este e pelo representante da organização concedente de estágio, com anuência da COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR.

Parágrafo único. Os documentos de estágio são fornecidos ao estagiário pela COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR e/ou Coordenação do Curso, cabendo a este devolvê-los ao setor responsável no prazo estabelecido e devidamente assinados.

Art. 16º. Os casos omissos a este Regulamento serão deliberados pelo Conselho Maior da Faculdade Santa Teresa de Santarém.

DIREÇÃO GERAL

FACULDADE SANTA TERESA DE SANTARÉM

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1. O Estágio Supervisionado objetiva a fortalecer a relação teoria e prática e é entendido como eixo articulador da produção do conhecimento em todo o processo de desenvolvimento do currículo do curso. Baseia-se no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica “pôr em uso” conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica, quer na vida profissional e pessoal, constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho de sua área profissional, além de instrumento de iniciação profissional.

CAPITULO II

DO OBJETIVO DO ESTÁGIO

Art 2. Elaborar e desenvolver projetos de atividades educacionais ou de investigação, problematização, análise e reflexão teórica a partir das realidades vivenciadas.

- Integrar o processo de ensino, pesquisa e extensão;
- Aprimorar hábitos e atitudes profissionais;
- Proporcionar aos acadêmicos a oportunidade de aplicar habilidades desenvolvidas durante o curso;
- Inserir o acadêmico na realidade do mercado de trabalho;
- Proporcionar ao acadêmico a oportunidade de solucionar problemas técnicos reais, sob a orientação do professor orientador;
- Orientar o acadêmico na participação efetiva do trabalho incentivando a promoção, aprendizagem em diferentes módulos do estágio.

CAPÍTULO III

COMPETENCIAS DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

Art. 3º. São atribuições dos Coordenadores de Estágio:

- acompanhar e orientar a confecção do plano de ação a ser executado pelo aluno estagiário no campo de estágio;
- planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio;
- elaborar documentos e formulários relativos ao estágio desua competência;
- distribuir as Diretrizes de Estágio e formulários de procedimentos para cada acadêmico;
- orientar os acadêmicos na confecção dos relatórios;
- receber e avaliar os relatórios ao final do período de estágio, discutindo- os junto à coordenação do curso;
- participar das reuniões realizadas pela Direção e Coordenação do curso quando de sua convocação;
- analisar as solicitações de isenção de horas por atividades equivalentes;
- reportar-se à Coordenação de Curso sempre que for notificado pelo acadêmico de situações problemas;
- selecionar as atividades dos estagiários de destaque significativo para divulgação nos órgãos da instituição;
- receber os documentos de estágio no final do semestre e encaminhá-los para ciência do Coordenador do Curso.

CAPÍTULO IV

COMPETENCIAS DO-ESTÁGIARIO

Art 4º. São Competências do Aluno Estagiário

- cumprir as atividades que lhe sejam referentes, dentro do espírito de equipe;
- representar, condignamente, a Instituição junto aos órgãos conveniados;
- respeitar as regras e as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;
- comparecer, assídua e pontualmente, ao estágio, respeitando o planejamento elaborado;

- contatar com o responsável pelo estágio na Instituição, utilizando a carta de apresentação assinada pelo professor da disciplina;
- elaborar, com a orientação do Professor-Orientador, uma pasta contendo as atividades comprovadas realizadas no período de estágio e um relatório final, assim como seu plano de ação assinado pelo Coordenador de Curso;
- elaborar relatório de estágio de acordo com as diretrizes do Caderno de Normas Acadêmicas;
- reportar-se ao Professor Orientador sempre que enfrentar problemas relativos ao Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO V

CARGA HORÁRIA DO ESTAGIO SUPERVISIONADO

Art 5º- Com base na Legislação vigente estão previstos a carga horária do estagio conforme Projeto Pedagógico de cada curso.

CAPÍTULO VI

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Art. 6º. As atividades do Estágio Supervisionado devem conter o seguinte conteúdo mínimo obrigatório:

I – estudos e pesquisas das diversas áreas das respectivas profissões;

II – atividades práticas supervisionadas;

III – estudos e pesquisas dirigidos para o tema escolhido pelo estagiário, sob a supervisão de um docente, para elaboração de relatórios específicos e do texto de T.C.C. (Trabalho de Conclusão de Curso);

IV– seminários, painéis ou eventos similares, para o debate a respeito de temas atuais.

Art. 7º O conteúdo programático das atividades do Estágio Supervisionado será definido, pelas diretrizes do estágio, publicada em edital, com aprovação da coordenação do curso de graduação.

Parágrafo único. As diretrizes devem definir, no mínimo, conteúdo e duração de cada atividade ou tarefa, metodologias a serem adotadas, e avaliação de desempenho do estagiário.

Art. 8º A definição do conteúdo de cada disciplina ou atividade deve levar em conta as mudanças e perspectivas do mercado de trabalho e o ambiente sócio- cultural em que o curso está inserido.

CAPÍTULO VII

DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELO ESTÁGIO

Art. 9º São responsáveis pelo planejamento, organização, realização e avaliação do Estágio Supervisionado:

I– Coordenação do Curso;

II– Professor Orientador de Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO VIII

DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 10º São considerados estagiários, para os efeitos deste regulamento, todos os alunos do curso de graduação em período de estágio.

Art. 11º Cabe ao estagiário:

I– participar das fases do Estágio tais como: preparatória, execução e avaliação, assim como dos programas de extensão, trabalhos simulados ou execução de tarefas em situações reais de trabalho;

II– realizar todas as atividades programadas, sob a orientação de professor designado;

III– submeter-se a processos de avaliação continuada e global, buscando a melhoria de seu desempenho acadêmico-científico e de iniciação profissional;

IV– autoavaliar-se, como parte do processo de avaliação global de seu desempenho;

V– apresentar relatos periódicos de suas atividades práticas, ao Professor Orientador;

VI– realizar, com zelo, dedicação e espírito profissional, todas as atividades programadas;

VII– elaborar um relatório ao final cada de período seguindo as normas estabelecidas.

CAPÍTULO IX

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 12. O processo de avaliação do estagiário será global e terminal em cada período letivo, com a apuração da carga horária prevista para o período e específicas das Diretrizes Legais.

CAPÍTULO X

DAS ATIVIDADES EXTERNAS

Art. 13. As atividades de Estágio Supervisionado podem ser desenvolvidas em espaços educativos público e/ou privado e, ainda, em espaços de educação não- formal; desde que autorizado pelos responsáveis pelo Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Este regulamento somente pode ser alterado pela concordância da Direção, e do Colegiado de Curso.

DIREÇÃO GERAL

FACULDADE SANTA TERESA DE SANTARÉM



FACULDADE

SANTA TERESA

Santarém